



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025

ACRÓNIMOS E DEFINIÇÕES

ACT	Acordo Coletivo de Trabalho
AdP	Águas de Portugal, SGPS, S.A.
AdTA	Águas do Tejo Atlântico ou Tejo Atlântico Águas do Tejo Atlântico, S.A.
AglR	Plano de ação para a gestão das Águas Industriais Residuais da região da grande Lisboa e Oeste
AOV	Aluguer operacional de viaturas
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
ApR	Água para reutilização
BEI	Banco Europeu de Investimento
CA	Conselho de Administração
CMVMC	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
CTA	Componente Tarifária Acrescida
DARU	Diretiva Europeia das Águas Residuais Urbanas
DGTF	Direção Geral do Tesouro e Finanças
DLEO	Decreto-Lei de Execução Orçamental
EBITDA	Rendimentos antes de juros e impostos (do inglês “ <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i> ”)
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
ETARI	Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
EVEF	Estudo de Viabilidade Económico-Financeira
FA	Fábrica da Água
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
IAS/IFRS	International Financial Reporting Standards
IoT	Internet das Coisas (do inglês “ <i>Internet of Things</i> ”)
IEPAO	Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento
IRCT	Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho
ISO	Norma da Organização Internacional de Normalização (do inglês “ <i>International Organization for Standardization</i> ”)
IT	Tecnologias de Informação
MAAC	Ministro do Ambiente e da Ação Climática
MLP	Médio e Longo Prazo
ODS	Objetivos Desenvolvimento Sustentável
O&M	Operação e Manutenção
OMIP	Operador de Mercado Ibérico - Portugal

Plano de Atividades e Orçamento – 2025

OT	Obrigações do Tesouro
PAI	Plano Anual de Investimentos
PAO	Plano de Atividades / Investimentos e Orçamento
PMP	Prazo Médio de Pagamento
PECTURH	Plano Estratégico para Cumprimento dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos
PRC	Plano de Redução de Custos
PRG	Plano de Redução de Gastos
QEC	Quadro Estratégico de Compromisso
UV	Ultra Violetas
SEE	Setor Empresarial do Estado
SGE	Sistema de Gestão de Energia
SIC/IFRIC	Comissão de Normalização Contabilística (do inglês “ <i>Standing Interpretations Committee</i> ”/” <i>International Financial Reporting Interpretations Committee</i> ”)
SIFIDE	Sistema de Incentivos Fiscais à ID Empresarial
SMAS	Serviço Municipalizado de Água e de Saneamento
SMM	Sistema Multimunicipal
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
TAR	Tarifa de Acesso à Rede
TURH	Título de Utilização de Recursos Hídricos
UE/EU	União Europeia/European Union
UTAM	Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial
UV	Ultravioletas
VLE	Valores limites de emissão

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	7
1.1.	CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA	8
1.2.	MISSÃO, VISÃO E VALORES	12
1.3.	MODELO DE NEGÓCIO	13
1.4.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	16
2.	ESTRATÉGIA DE MÉDIO PRAZO	17
2.1.	QUADRO ESTRATÉGICO DE COMPROMISSO	18
2.2.	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GERAIS	19
2.3.	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS	20
2.4.	OBJETIVOS DE GESTÃO	22
2.5.	ESTRATÉGIA A MÉDIO PRAZO (3 ANOS)	24
3.	PLANO DE ATIVIDADES E INDICADORES DE DESEMPENHO	35
3.1.	ATIVIDADE EM 2023	35
3.2.	ANO DE 2024 E PRIORIDADES DE 2025	41
4.	PLANO DE INVESTIMENTOS	49
4.1.	ENQUADRAMENTO GLOBAL	49
4.2.	GRANDES TIPOLOGIAS DE INVESTIMENTO	50
4.3.	INVESTIMENTO PREVISIONAL	53
4.4.	NOVOS INVESTIMENTOS COM EXPRESSÃO MATERIAL	60
4.5.	FINANCIAMENTO E ENDIVIDAMENTO	62
4.6.	CÁLCULO DA VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	63
5.	RECURSOS HUMANOS	64
5.1.	RECURSOS HUMANOS	64
5.2.	GASTOS	64
5.3.	VARIAÇÃO DOS ENCARGOS 2025	67
5.4.	EVOLUÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	68
5.5.	CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES	69
6.	INFORMAÇÃO FINANCEIRA	77
6.1.	INSTRUÇÕES, PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS DE REFERÊNCIA E ORIENTAÇÕES	77
6.2.	ORIENTAÇÕES E LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO	80
6.3.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS	81
6.4.	PLANO DE REDUÇÃO DE GASTOS (“PRG”)	88
6.5.	RÁCIO PRC (PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS)	90
6.6.	GASTOS COM DESLOCAÇÕES E ESTADAS, AJUDAS DE CUSTO, FROTA AUTOMÓVEL E ESTUDOS, PARECERES E PROJETOS DE CONSULTORIA	95
6.7.	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO E VOLUME DOS PAGAMENTOS EM ATRASO	96
6.8.	INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS	97
6.9.	QUADROS FICHEIRO EXCEL	97
7.	CONTRATOS DE GESTÃO, CONTRATOS-PROGRAMA E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	98
7.1.	INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO	98
8.	QUADRO SÍNTESE DE AUTORIZAÇÕES REQUERIDAS	100
9.	OUTROS	101
9.1.	FROTA AUTOMÓVEL	101
10.	ANEXOS	107

Anexos:

Anexo I Seleção de investimentos plurianuais específicos para acompanhamento

Anexo II Ficha sumária de investimento

Anexo III Fichas descritivas de investimento plurianual

Anexo IV Quadros Ponto VI (IEPAO) Informação Financeira

Anexo V Parecer do Revisor Oficial de Contas

Anexo VI Parecer do Órgão de Fiscalização

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Área Geográfica servida pela Águas do Tejo Atlântico.....	8
Figura 2 - Estrutura Acionista da Águas do Tejo Atlântico	11
Figura 3 - Dimensão da Águas do Tejo Atlântico	13
Figura 4 - Principais Indicadores da Águas do Tejo Atlântico	14
Figura 5 - Organograma da Águas do Tejo Atlântico	16
Figura 6 – Quadro Estratégico	18
Figura 7 – Objetivos de Gestão	24
Figura 8 – Visão integrada.....	26
Figura 9 – Visão – Pilares da Estratégia	28
Figura 10 – Digitalisation in the Water Sector -Recommendations for Policy Developments at EU Level	32
Figura 11 - Investimento em Capital Fixo para o período 2025-2027	49
Figura 12 – Detalhe do investimento para 2025.....	49
Figura 13 – Detalhe do investimento para o período 2023 - 2027	53
Figura 14 – Detalhe da rubrica “Outros” para o período 2025	53
Figura 15 – Investimento – componente empreitadas – ano 2024.....	55
Figura 16 – Investimento – componente empreitadas – período 2024 – 2027.	57
Figura 17 – Investimento com maior execução financeira – período 2023 - 2025	58
Figura 18 – Investimento e financiamento previsional – componente empreitadas – ano 2025.....	59
Figura 19 – Cálculo da expressão material do investimento 2025-2027.....	60
Figura 20 - Fontes de Financiamento para o período 2025-2027	62
Figura 21 - Endividamento no período 2025-2027	63
Figura 22 - Taxa média de financiamento no período 2025-2027	63
Figura 23 – Variação do endividamento no período 2024-2025.....	63
Figura 24 - Gastos com Pessoal	64
Figura 25 - Gastos com Pessoal (sem o desconto de capitalização de gastos e subsídios à exploração) e número de colaboradores.....	65
Figura 26 - Detalhe de “Cumprimento de disposições legais” e “Valorizações remuneratórias obrigatórias” ..	65
Figura 27 – Variação dos Gastos com Pessoal	66
Figura 27 - Quadro de Pessoal (detalhe)	68
Figura 28 - Quadro de Pessoal (evolução).....	69
Figura 29 – Gastos com novas admissões de colaboradores	70
Figura 30 - Quadro de Pessoal desagregado por categoria	75
Figura 31 - Pressupostos Macroeconómicos de Referência	79
Figura 32 - Demonstração da Posição Financeira Previsional	82
Figura 33 - Demonstração da Posição Financeira Previsional 2025 - Trimestral.....	83
Figura 34 - Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional	84
Figura 35 - Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional 2025- Trimestral	85
Figura 36 - Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional	86
Figura 37 - Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional 2024 - Trimestral.....	87
Figura 38 – Disponibilidades.....	88
Figura 39 – EBITDA	89

Figura 40 – EBITDA Ajustado	89
Figura 41 – EBIT	89
Figura 42 - Rácio PRC.....	90
Figura 43 – Deslocações e Estadas.....	95
Figura 44 – Ajudas de Custo	95
Figura 45 – Frota Automóvel	95
Figura 46 – Estudos Pareceres e Projetos de Consultoria	96
Figura 47 – Prazo médio de pagamento	96
Figura 48 – Pagamentos em atraso.....	96
Figura 49 - Esforço Público de Financiamento para 2025	97
Figura 50 - Quadro síntese de autorizações requeridas	100
Figura 51 – N° total de viaturas por tipologia e por ano.....	105
Figura 52 – Evolução do n° de viaturas por tipologia e por ano	105
Figura 53 – Gastos Frota automóvel.....	105

I. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui a proposta de Plano de Atividades, Investimentos e Orçamento (PAO) da Águas do Tejo Atlântico, S.A., para o exercício de 2025, aprovado pelo Conselho de Administração a 19 de setembro do corrente ano, encontrando-se suportado nas melhores previsões de gastos, rendimentos e investimentos, bem como nos elementos constantes do plano de negócios da Empresa, o qual faz parte integrante do Contrato de Concessão.

O Plano de Atividades, Investimentos e Orçamento é um exercício de previsão de rendimentos, gastos, endividamento e investimentos futuros, entre outros dados e indicadores, preparado de acordo com a melhor estimativa possível e máximo rigor à data da sua elaboração, e, que naturalmente, está sujeito a acontecimentos futuros não esperados. Os valores encontram-se expressos em euros, salvo quando indicado em contrário.

A Tejo Atlântico apresenta as suas projeções futuras, tendo por base as contas a junho de 2024.

O presente exercício de PAO beneficiou ainda das orientações emanadas pela Secretaria de Estado do Tesouro, constantes do documento “Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027”, disponível no site da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM).

I.1. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, tendo sido criada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, com capital social de 113 527 680,00 € (cento e treze milhões, quinhentos e vinte e sete mil, seiscentos e oitenta euros), tendo-lhe sido atribuída, pelo Estado Português, a concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, em regime de exclusivo e por um período de 30 anos.

O sistema resulta de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.

A população residente abrangida por este sistema é atualmente de cerca de 2,4 milhões de habitantes na atividade de saneamento de águas residuais, servindo os seguintes 23 municípios: Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

O sistema pode vir a ser alargado a outros municípios, por iniciativa destes e avaliação da oportunidade de gestão integrada, mediante reconhecimento de interesse público devidamente fundamentado em despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, sob proposta da sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.



Figura 1 - Área Geográfica servida pela Águas do Tejo Atlântico

Na caracterização da Empresa, importa ter presente que, tal como referido no Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, é proveniente de três extintas empresas, a mais antiga criada em 1995 e as outras duas em 2002, e em que parte dos ativos já eram anteriores a essas datas, na medida em que se tratavam de ativos provenientes de câmaras municipais ou de SMAS, e cuja exploração e manutenção passou para o encargo dessas empresas. Resulta desse enquadramento o facto de a Águas do Tejo Atlântico ser responsável pela gestão de alguns dos ativos de tratamento de Águas Residuais mais antigos e, simultaneamente, de maior dimensão do País. Este contexto, permite-nos contextualizar a situação atual da Águas do Tejo Atlântico, em que a realização de auditorias internas e externas tem permitido constatar o nível crítico de degradação de infraestruturas, facto já referido em processos de orçamento anteriores.

De referir ainda que a Águas do Tejo Atlântico é ambiental e economicamente regulada pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e ERSAR, respetivamente.

Atualmente, parte significativa das infraestruturas operacionais da Águas do Tejo Atlântico já atingiu o horizonte de vida útil técnica e, consequentemente, apresentam um significativo grau de deterioração no que respeita à componente de equipamentos, instalações elétricas e de construção civil. Esta situação é agravada pelas condições agressivas dos sistemas de saneamento, muitos deles com características unitárias (arrastando pedras, areias e resíduos de elevada agressividade) e sujeitos à degradação provocada pelos teores de gás sulfídrico, assim como a entrada de água salina na rede de saneamento em “baixa” das zonas costeiras e o ambiente marítimo a que algumas se encontram expostas também contribuem significativamente para a sua degradação.

As restrições e contenções impostas pelo Governo no período de crise económica, através dos sucessivos Orçamentos de Estado, no que respeita quer a custos quer a investimentos, bem como as restrições ao nível dos gastos operacionais verificadas nos últimos anos orçamentais, tiveram consequências negativas para a condição das infraestruturas e equipamentos da Águas do Tejo Atlântico, quer ao nível da componente de construção civil, quer de equipamentos, levando a uma deterioração acelerada das infraestruturas.

Parte destes ativos físicos já sofreram intervenções de reabilitação, sobretudo ao nível de equipamentos mecânicos e elétricos, contudo, um elevado número dessas infraestruturas ainda mantém órgãos e equipamentos originais, sobretudo ao nível da construção civil, assumindo particular criticidade na continuidade do serviço. Acresce que grande parte dos ativos provenientes da ex-SANEST e ex-SIMTEJO (e anteriormente dos respetivos municípios) foram pioneiros do saneamento em Portugal, apresentando desgaste resultante do decurso do tempo e da desatualização tecnológica.

Alguns dos nossos ativos mais antigos, ainda que reabilitados, remontam à década de noventa, do século passado. A título de exemplo identificamos os seguintes:

- ETAR de Beirolas - 1989
- ETAR de Chelas – 1989
- ETAR da Guia – 1994
- Intercetor da costa do Estoril - 1994
- ETAR de Frielas - 1998
- ETAR de Alcântara – 2010

Não obstante alguns destes ativos terem sido objeto de intervenções de beneficiação após as datas de construção inicial acima indicadas, em particular a ETAR da Guia e a ETAR de Beirolas, salientamos que estes ativos têm órgãos e equipamentos originais que carecem de manutenção e, sempre que se justifique, de substituição. Adicionalmente, e considerando o significativo investimento de reabilitação realizado nos últimos anos nestas duas infraestruturas de grande dimensão, é imprescindível a continua manutenção e reabilitação destes ativos a fim de assegurar a necessária condição funcional dos mesmos. Deve ser considerado ainda, o enorme impacto que qualquer anomalia nessas instalações causaria no rio Tejo e Costa do Estoril, locais com bastante turismo e ex-libris do nosso País.

A origem da Empresa caracteriza, não só os seus ativos físicos, como também os seus recursos humanos, muitos deles provenientes das anteriores empresas e dos serviços municipais que lhes antecederam, o que é revelador na idade média do quadro de pessoal da AdTA que é de 47 anos, que a 30 de junho de 2024, dos 416 trabalhadores existentes, 39 terão mais de 60 anos e 7 estarão em idade de reforma. Aliado a isto não pode ser descurado o facto de existir um significativo número de trabalhadores com aptidão condicionada para as suas funções, devidamente atestada por médico do trabalho, a que acresce as situações de baixas médicas prolongadas. Estes dois últimos fatores, são fortes condicionantes na atividade da Empresa.

Quanto à estrutura acionista da Águas do Tejo Atlântico, a mesma apresenta-se da seguinte forma:

Acionistas	Ações A subscritas	Ações B subscritas	Ações subscritas	Capital subscrito e realizado (€)	% capital subscrito e realizado
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	57 538 912	-	57 538 912	57 538 912	50,68%
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	-	2 921	2 921	0,00%
Alcobaça	899 856	-	899 856	899 856	0,79%
Alenquer	384 003	-	384 003	384 003	0,34%
Amadora	6 108 431	350 000	6 458 431	6 458 431	5,69%
Arruda dos Vinhos	55 542	-	55 542	55 542	0,05%
Azambuja	346 735	-	346 735	346 735	0,31%
Bombarral	107 998	-	107 998	107 998	0,10%
Cadaval	123 253	-	123 253	123 253	0,11%
Caldas da Rainha	614 244	-	614 244	614 244	0,54%
Lisboa	20 516 618	350 000	20 866 618	20 866 618	18,38%
Loures	8 284 708	-	8 284 708	8 284 708	7,30%
Lourinhã	302 165	-	302 165	302 165	0,27%
Nazaré	273 724	-	273 724	273 724	0,24%
Óbidos	131 237	-	131 237	131 237	0,12%
Odivelas	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433	2,22%
Oeiras	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Peniche	386 004	-	386 004	386 004	0,34%
Rio Maior	183 768	-	183 768	183 768	0,16%
Sintra	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Sobral de Monte Agraço	57 438	-	57 438	57 438	0,05%
Torres Vedras	711 623	-	711 623	711 623	0,63%
Vila Franca de Xira	2 881 638	-	2 881 638	2 881 638	2,54%
Ações próprias da sociedade	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433	2,22%
	112 127 680	1 400 000	113 527 680	113 527 680	100%

Figura 2 - Estrutura Acionista da Águas do Tejo Atlântico

I.2. MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão

A Águas do Tejo Atlântico é uma empresa do setor empresarial do Estado que integra o Grupo Águas de Portugal. A sociedade tem por missão explorar e gerir o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

A preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida e a equidade no acesso aos serviços básicos associados, a par da promoção do bem-estar, através da melhoria da qualidade de vida das pessoas e do equilíbrio ambiental, representam os valores fundamentais assumidos pelas empresas que integram o Grupo Águas de Portugal, designadamente pela Águas do Tejo Atlântico, S.A..

Visão

Empresa inspiradora a nível global pela sua qualidade de serviço e excelência, afirmando a sua competência pela eficiência e eficácia, resiliência, inovação, ação climática e criação de valor.

Valores

A atividade da Águas do Tejo Atlântico pauta-se pelo respeito integral dos valores consignados pelo Grupo Águas de Portugal, tendo como valores centrais:

- Compromisso
- Integridade
- Transparência
- Respeito
- Excelência

I.3. MODELO DE NEGÓCIO

A atividade da concessão compreende, em regime exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas (que cumpram a regulamentação aplicável), estimando-se que durante o período da concessão possa vir a abranger cerca de 2,4 milhões de habitantes.

Na imagem seguinte são apresentados os grandes números associados à dimensão da Empresa no que respeita a infraestruturas, produtos e subprodutos resultantes da sua atividade de exploração:



Figura 3 - Dimensão da Águas do Tejo Atlântico

Para o período em análise, indica-se na figura seguinte os principais indicadores de atividade da Águas do Tejo Atlântico:

PRINCIPAIS INDICADORES	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2026	31.12.2027
	Real	EF	Orçamento	Projeção	Projeção
Volume de Atividade - caudal recolhido e transportado (milhões de m3)	200,4	229,2	197,4	197,4	197,4
População Servida (milhões de pessoas)	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4
Fábricas da Água (N.º)	100	100	101	101	101
EE (N.º)	284	288	289	290	290

Figura 4 - Principais Indicadores da Águas do Tejo Atlântico

O objeto da concessão compreende ainda o seguinte:

- A concessão, a construção, a instalação, a aquisição, ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao Contrato de Concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, ao tratamento e à rejeição dos efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;
- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, a instalação e a extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, ao tratamento e à rejeição de efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos afluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição;
- A conservação, a reparação, a renovação, a manutenção, a adaptação e a melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos previstos nas alíneas anteriores, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público e de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados.

Nos termos do Contrato de Concessão da Águas do Tejo Atlântico, a sociedade pode ainda desenvolver outras atividades de negócio:

- Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, explorar e gerir sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento, mediante a celebração de contratos de parceria entre o Estado e os municípios.

Nos termos previstos na lei e designadamente nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, pode exercer outras atividades para além

das previstas, que sejam consideradas acessórias ou complementares daquelas. De referir que, na sequência do disposto no Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, a produção e a disponibilização de água para reutilização a partir do tratamento dos efluentes passou a constituir uma nova atividade principal (e concessionada) das empresas de saneamento de águas residuais. Esta constituía, até à data, uma atividade complementar. A procura de Água para Reutilização (ApR) para outros usos, tais como rega, lavagens de ruas, utilização para fins agrícolas, entre outros, tem vindo a crescer, em alinhamento com a política do Governo no domínio da circularidade da economia e aposta na água residual tratada associada às ETAR com maior potencial de reutilização, tendo a Águas do Tejo Atlântico vindo a desenvolver a venda de ApR como uma nova área de negócio, com um grande potencial de crescimento nos próximos anos.

A Empresa continua a produzir ApR para usos internos, o que permite para além da marca da sustentabilidade e circularidade que a caracterizam, poupar na aquisição desse volume de água às Entidades Gestoras. O volume de utilização interna de ApR como água de serviço foi em 2023 de 2,7 Milhões de metros cúbicos (mais de 1000 piscinas olímpicas), tendo tido um aumento de 7% face a 2022. Este foi o volume de água poupado ao nível ambiental e de gasto financeiro.

Integrando o Setor Empresarial do Estado (“SEE”), nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, a Águas do Tejo Atlântico está organizada para o cumprimento da missão e dos objetivos que lhe foram atribuídos pelos acionistas, atendendo ao enquadramento em que desenvolve a sua atuação, nomeadamente de:

- Âmbito regulatório e tarifário – salvaguarda da sustentabilidade económico-financeira;
- Âmbito operacional - garantido o cumprimento do respetivo Contrato de Concessão.

A Empresa procura assegurar os recursos necessários ao cumprimento da sua missão, adequando a sua natureza aos gastos correntes da atividade e ao plano de investimentos previsto.

O financiamento da Empresa assenta, fundamentalmente, em recursos próprios, em financiamento do Banco Europeu de Investimentos (“BEI”) e em fundos da União Europeia e dispõe ainda de linhas de financiamento de curto prazo destinados a apoio (pontual) de tesouraria, caso seja necessário.

Na estruturação do seu financiamento, a Águas do Tejo Atlântico beneficia do aval do Estado Português, através do acionista AdP-SGPS.

Importa salientar que à presente data, a Tutela setorial e o Regulador encontram-se em fase de análise da proposta de revisão do Contrato de Concessão e do respetivo EVEF da Águas do Tejo Atlântico, cuja última revisão foi submetida em maio de 2024, estando o presente exercício de PAO em conformidade com a proposta de revisão de Contrato de Concessão.

I.4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico para o triénio 2023/2025 foi eleito em Assembleia-Geral de Acionistas realizada a 19 de abril de 2023.

A estrutura organizacional da Empresa, em vigor desde 15 de setembro de 2023, apresenta-se conforme o seguinte organograma:

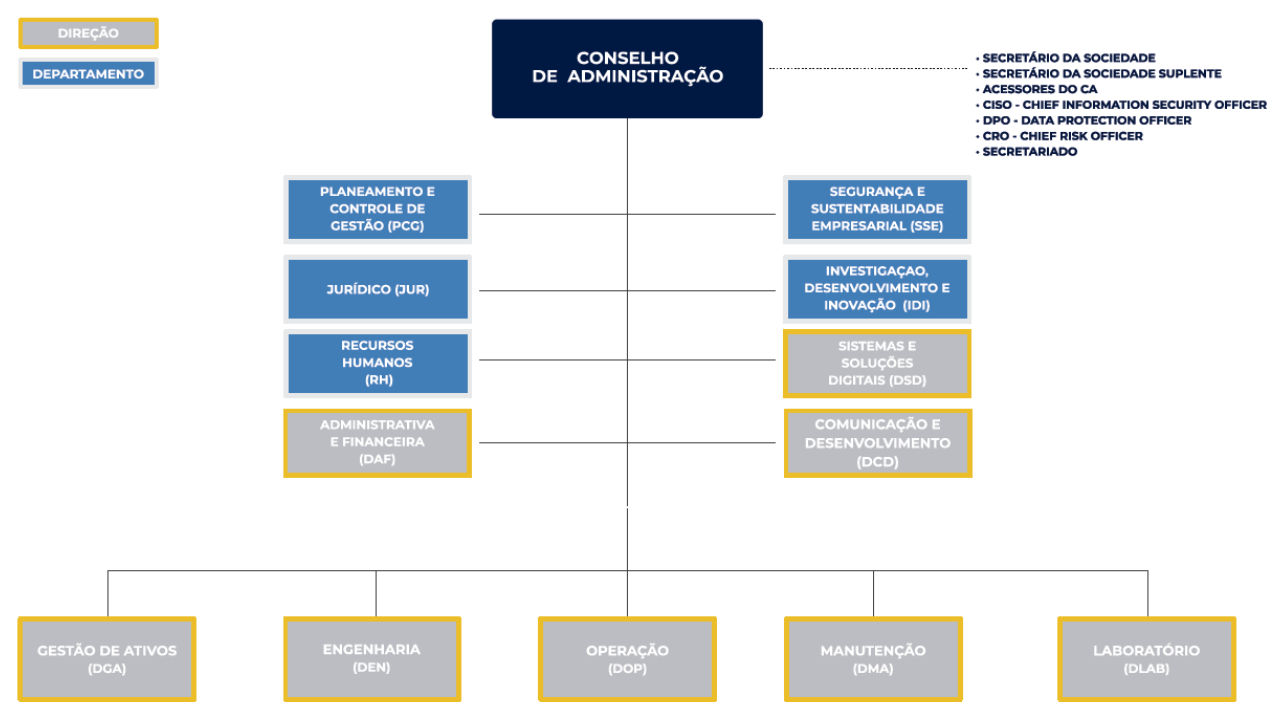


Figura 5 - Organograma da Águas do Tejo Atlântico

2. ESTRATÉGIA DE MÉDIO PRAZO

Os valores fundamentais da Águas do Tejo Atlântico assentam na sustentabilidade dos recursos naturais e na preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida, no equilíbrio e na melhoria da qualidade ambiental, na equidade no acesso aos serviços básicos e na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Os objetivos da Empresa são determinados pelas políticas públicas para o setor empresarial do Estado e, em particular, para o setor de atividade das empresas do Grupo AdP.

A atividade prosseguida pelo Grupo AdP enquanto agente empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais no domínio do ambiente, respeita o enquadramento fixado nos termos do Artigo 24.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, e as orientações emanadas através de despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, os quais devem ser contemplados nos documentos de estratégia e planeamento vigentes.

Assim, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações tendo em vista a elaboração dos respetivos planos de atividade e orçamento anuais, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos definidos no Artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Conforme também resulta do referido regime, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

- Definir e comunicar a política sectorial a prosseguir;
- Emitir as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis a cada empresa;
- Definir os objetivos a alcançar na atividade operacional;
- Definir o nível de serviço público a prestar e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

O exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, bem como no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que relativamente ao exercício de funções executivas, prevê as seguintes obrigações:

- Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes nos contratos de gestão;
- Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da Empresa;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da Empresa em todas as suas componentes;

- Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da Empresa;
- Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à Empresa, bem como a sua confidencialidade;
- Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

Os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

2.1. QUADRO ESTRATÉGICO DE COMPROMISSO

As empresas do Grupo Águas de Portugal assumiram, em 2021, as linhas de orientação do Quadro Estratégico de Compromisso que consolida e agrega as várias iniciativas estratégicas do Grupo AdP (https://www.adp.pt/downloads/file500_pt.pdf).

Nesse quadro, as orientações estratégicas para o mandato 23/25 encontram-se alinhadas com o QEC, algumas delas resultantes de políticas públicas nacionais e comunitárias ou orientações para o setor da água.

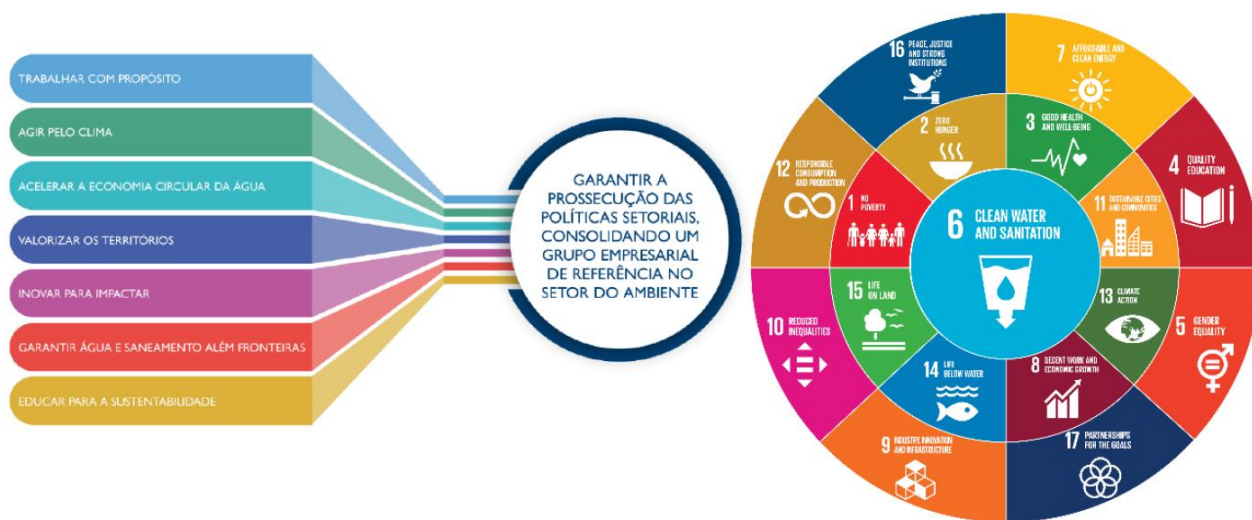


Figura 6 – Quadro Estratégico

2.2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GERAIS

O Conselho de Administração, sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão, deve assegurar que a Empresa:

- Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente da eficiência, qualidade do serviço prestado respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adote sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito;
- Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- Implemente políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- Concretize políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- Desenvolva iniciativas, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos.

2.3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS

O Conselho de Administração deverá estabelecer um enquadramento estratégico alinhado com a visão e posicionamento da Empresa, inseridos no quadro estratégico do Grupo AdP, bem como assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para garantir a execução de uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam:

1. Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:

- Aumento da eficiência na utilização de recursos primários;
- Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
- Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação e interligação de origens, na fiabilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes;
- Modernização das operações nos territórios, induzida por novas dinâmicas organizacionais e tecnológicas.

2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:

- Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
- Contribuir para a adoção de modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
- Contribuir para a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;
- Contribuir para a integração dos empreendimentos hidráulicos.

3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:

- Um maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
- A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
- No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.

4. Na atuação sobre o modelo de governo, a estrutura empresarial, a organização e o funcionamento:

- Na governação, promover uma ampla e abrangente representatividade das partes interessadas, salvaguardar princípios, valores e práticas alinhadas com os mais elevados padrões de exigência;
- Na definição de políticas corporativas, a simplificação e agilização de processos corporativos e a incorporação do espectro alargado de conhecimento e sensibilidades, designadamente mediante a criação de uma rede multipolar de competências operacionalizada por estruturas especializadas transversais e a incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
- Na dinamização de redes de competências em temas estratégicos, num ambiente descentralizado e colaborativo;
- Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.

5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:

- Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, em linha com os desafios do setor e padrões da regulação;
- No reforço da transição digital, num ambiente de segurança cibernética, alinhado com os objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.

6. Assegurar as boas práticas na gestão do ciclo de vida dos ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:

- Clarificação da política de gestão de ativos infraestruturais e respetivas prioridades de ação;
- Consolidação e modernização dos sistemas cadastrais e de gestão informação e monitorização;
- Atualização dos processos de planeamento de investimentos;
- Adoção das melhores práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas nos processos de planeamento e gestão de ativos;
- Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.

7. Capitalizar a nível internacional as competências e capacidades existentes na Empresa, quando solicitado pela AdP internacional.

2.4. OBJETIVOS DE GESTÃO

Sem prejuízo da aferição da prossecução das orientações estratégicas determinadas e apresentadas anteriormente, a avaliação a realizar pelos titulares da função acionista terá por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais para o período do mandato. As orientações estratégicas gerais, objetivos, indicadores e metas para o mandato de 2023/2025.

A atividade da Águas do Tejo Atlântico, à qual foi confiada a prestação de um serviço público, encontra-se parametrizada por diplomas legais que balizam os termos gerais de prestação do serviço público¹, termos e condições plasmados nos contratos de concessão outorgados com o Estado, em que a tarifa, e os demais instrumentos tarifários, através do mecanismo do desvio de recuperação de gestos ao longo do prazo da concessão, asseguram o cumprimento daqueles termos e condições, para efeitos de cumprimento do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que consagra o regime jurídico do setor público empresarial.

No caso específico da Águas do Tejo Atlântico, à qual foi cometida a exploração e gestão de sistemas integrados de saneamento de águas residuais, no quadro legal previsto no Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 abril, em que a tarifas, através do mecanismo do desvio de recuperação de gastos ao longo do prazo da parceria, assegura o cumprimento dos compromissos de serviço público acordados em contratos de gestão, com base em cobertura de serviço, de qualidade de serviço, desempenho ambiental, produtividade e eficiência de gestão, apontando para metas temporais para a consecução das principais iniciativas de carácter estratégico, designadamente a convergência tarifária.

Paralelamente, a atividade operacional da Empresa no domínio da prestação de serviços de saneamento de águas residuais encontra-se regulamentada pelas disposições do Regulamento das Relações Comerciais - Regulamento n.º 594/2018, publicado no Diário da República n.º 170, 2.ª Série, de 4 de setembro de 2018 - que procede, entre outras matérias, à definição de regras de relacionamento entre as entidades gestoras em alta e em baixa e entre estas últimas e os respetivos utilizadores, nomeadamente no que respeita às condições de acesso e contratação do serviço, medição, faturação, pagamento e cobrança e prestação de informação e resolução de litígios, regulamentando os respetivos regimes jurídicos e a proteção dos utilizadores de serviços públicos essenciais.

Em qualquer dos modelos de gestão de saneamento de águas residuais, os contratos de concessão outorgados com o Estado assentam num princípio tarifário de cobertura de encargos eficientes (modelo regulatório de

¹ Cfr. Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, que consagra o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, com a densificação prevista no Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, ambos com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, que estabelecem o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação e tratamento de água para consumo público e o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, respetivamente.

custo de serviço), assegurando a estabilidade tarifária ao longo do período da concessão, balanceado, através do mecanismo de recuperação de gastos, os encargos tarifários suportados e o respetivo ressarcimento por via tarifária. No caso dos SMM, a legislação e o contrato de concessão definem regras próprias de geração e recuperação dos desvios de recuperação de gastos, cujo valor é anualmente validado pela entidade reguladora.

Os estudos de viabilidade económica e financeira são parte integrante dos referidos contratos, e são revistos periodicamente nos termos dos respetivos contratos e legislação, permitindo integrar circunstâncias imprevistas, rever a prioridade dos investimentos propostos assim como assegurar a correta evolução da trajetória tarifária e dos mecanismos dos desvios de recuperação de gastos. Assim, nestas operações, podem verificar-se períodos de gastos necessários sem a respetiva cobertura tarifária, e outros em que de forma inversa se verá a recuperação de encargos já incorridos ou em que se efetua a reintegração da recuperação antecipada de encargos, sem que isso seja sinónimo de menor eficiência na operação. Neste último caso, por exemplo, dependendo dos superavits gerados antecipadamente, podem verificar-se até períodos de resultados negativos por forma a assegurar a regra de equilíbrio do modelo económico subjacente aos contratos.

As orientações estratégicas gerais e específicas reforçam este enquadramento, nomeadamente, com o seu enfoque na “Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética” e na contribuição “para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades”.

É neste quadro que se enquadram os objetivos da empresa com:

- i) Evolução da qualidade da água fornecida e das águas residuais;
- ii) Plano de Manutenção;
- iii) Evolução do resultado operacional, através do rácio GO/VN;
- iv) Respeito pelo prazo de pagamentos;
- v) Projetos no âmbito da neutralidade energética e económica circular;
- vi) Expansão do Grupo

Objetivos de Gestão

TIPO	OBJETIVO	CÁLCULO
	Objetivos Setoriais (alínea b) n.º 6 artigo 3 Portaria 167-B/2022	
Sectorial	Qualidade das Águas Residuais	AQAR
	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva
Resultado operacional	Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV + FSE + GP) / VN]$
	Respeito pelo prazo de pagamento	Variação face ao PAO proposto
Estratégias	Água para Reutilização	Variação do PMP face ao proposto em PAO
	Plano de Neutralidade Energética	Implementação iniciativas ApR
	Plano de Lamas	Implementação do Plano de Neutralidade Energética
	Expansão do Grupo	Implementação do Plano de Lamas
		Aumento do número de operações (Alargamento de implantação no território)

Figura 7 – Objetivos de Gestão

2.5. ESTRATÉGIA A MÉDIO PRAZO (3 ANOS)

Os seis primeiros anos de vida da Empresa (2017-2022) foram dedicados à organização, uniformização de processos e metodologias de trabalho, mas também a assegurar a continuidade de operação dos ativos que servem cerca de 2,4 milhões de habitantes e à inovação e desenvolvimento de um conjunto de ações, que no seu conjunto fazem a missão da empresa uma das mais nobres, contribuindo para a proteção do ambiente, suporte de ecossistemas, proteção da saúde pública, desenvolvimento da atividade económica dos territórios que servimos, em particular o turismo, mas também para a inovação do setor.

Em 2023, com nova equipa de gestão da Tejo Atlântico, eleita em 19 de abril iniciou-se um processo de diagnóstico e identificação de pontos de melhoria da organização, enquadrados com os desafios externos, as ambições internas e o alinhamento com o EVEF e com as orientações estratégicas específicas da *holding*, bem como os objetivos de gestão do mandato. Este processo, concluído em setembro, envolveu a auscultação de todos os colaboradores da empresa, o envolvimento direto das primeiras linhas e resultou na definição da estratégia 23/25 - Inspirados pelo Futuro - que pauta a presente atuação das equipas de gestão.

Importa salientar que este processo decorreu num momento em que se consolida a consciência global de que nos encontramos num momento singular na história de várias gerações, pela encruzilhada da incerteza em que o mundo se encontra, resultante da emergência ambiental, instabilidade económica e política, crises globais de saúde pública, de alimentação e energia, de ameaça à paz global, de falta de credibilidade de lideranças e falência de um sistema de valores e ética. A perceção global do momento singular acentua-se quando verificamos que os elementos indutores e catalíticos destes processos estão interligados, com dinâmicas de evolução imprevisíveis, agravado pelo facto de que a mudança se encontra num processo de aceleração continuada.

Neste contexto de incerteza, o setor da água assume particular importância pela responsabilidade que desempenha na estabilidade do ténue equilíbrio de vários desafios globais, como o clima, a energia, a alimentação, a saúde pública, entre outros. De facto, o setor dos serviços de águas está no epicentro de grande parte destes fenómenos, mas contraditoriamente é reconhecido como um setor resistente à mudança e com reduzida agilidade na adaptação. Vários fatores contribuem para essa perceção, incluindo o facto de ser um setor de capital intensivo, com infraestruturas projetadas para largas dezenas de anos, com uma procura estável e por uma operação em contexto de monopólio fortemente regulado.

Esta realidade intrínseca do setor das águas encontra-se desfasada do ambiente VUCA, em que a aceleração tecnológica fez aumentar o fosso entre as organizações altamente eficientes e as que não acompanham o ritmo, que vão encerrando portas por não se conseguirem manter competitivas. São vários os exemplos deste contexto VUCA, como o caso da situação pandémica que vivemos ou dos eventos climáticos extremos com que convivemos e os seus efeitos para o sector dos serviços de águas, que se manifestam em muitas dimensões, algumas delas incalculáveis até há alguns meses atrás, o que evidencia a necessidade do setor estar preparado para responder aos desafios crescentes previsíveis e imprevisíveis.

Acréscce à complexidade global, a introduzida pelos mecanismos de regulação económica e ambiental, a decorrente do essencial equilíbrio acionista e, não menos relevante, a decorrente dos mecanismos de supervisão aplicados ao Setor Empresarial do Estado num país em que o equilíbrio das finanças pública é um imperativo de sustentabilidade nacional.

Alinhamento Estratégico

No Grupo Águas de Portugal, o nosso empenho, alicerçado no quadro estratégico de compromisso, foi reforçado em 2022, com o Compromisso de Sustentabilidade do Grupo AdP 2022-2025 (<https://www.adp.pt/pt/index.php?id=69&idn=465>) explicitando as nossas ambições pelos princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos.

A definição de uma estratégia de atuação neste contexto exige o alinhamento dos diversos instrumentos mandatários de cariz legal, contratuais de longo prazo, em particular o contrato de concessão, o quadro estratégico de compromisso do Grupo AdP, com um alcance temporal até 2030 e obviamente as orientações estratégicas e os objetivos de gestão para o mandato 2023/2025, mas também aqueles que todos estamos comprometidos como os ODS e as várias estratégias nacionais e comunitárias nas áreas em que atuamos.

Mantendo na linha de horizonte os objetivos de médio prazo, a estratégia num contexto tão dinâmico necessita de ser focada, objetivada e suportada em objetivos quantificáveis e monitorizada regulamente, mas

também com uma duração passível de ser revista num período de 3 anos e certamente alvo de ajustes em períodos intercalares.

A Visão que guia a ambição da Tejo Atlântico e os objetivos a que nos propusemos exigem um quadro de atuação ambicioso, com métodos de trabalho disruptivos face ao passado, incluindo a utilização de tecnologias e recursos indisponíveis até há pouco tempo, a motivação e mobilização sinérgica das equipas e um plano de ação alinhado com a estratégia, com forte cariz de agilidade, faseado e que permita sucessos de motivação essenciais à continuidade da dinâmica de mudança.



Figura 8 – Visão integrada

O Edifício Estratégico

A estratégia - Inspirados pelo Futuro é guiada pela visão que partilhamos para a Tejo Atlântico de sermos **A empresa líder a nível global, fundada numa qualidade de serviço irrepreensível, afirmando a sua competência pela eficiência e eficácia, pela resiliência, inovação, ação climática e criação de valor.**

Sabendo onde queremos chegar, estamos convictos de que as fundações de qualquer estratégia são essenciais para a robustez e sucesso da mesma. Para tal, fundámos este edifício da estratégia em 3 fundações estratégicas (eficácia, eficiência e propósito da ação) unidos por um elemento de ligação e essencial a esta robustez que somos Nós AdTA, remetendo para o valor essencial de todas as organizações que são as pessoas.

Trabalhando em cada uma destas dimensões e garantindo a superação em cada uma delas iremos assegurar um serviço de excelência.

Mas a Empresa ambiciona crescer, melhorar todos os dias e contribuir para um mundo melhor, inspirada pela Visão, pelo que elegemos 5 pilares essenciais de crescimento: a resiliência, a digitalização, as parcerias sustentáveis, a Economia Circular e a descarbonização das nossas atividades. Estes pilares de crescimento sendo transformacionais, têm um elemento transversal a todos eles, a mudança e a metamorfose de formas de trabalhar, em prol da organização, focados no nosso propósito, que exigirá o envolvimento de todos para sermos bem-sucedidos.

Queremos, em cada uma das dimensões da nossa estratégia, e através de um conjunto de ações estratégicas, convergir para a visão delineada para cada uma delas:

Nós AdTA - Sermos uma empresa atrativa, motivadora, que investe nas competências dos seus profissionais, criando uma cultura de elevada performance, e na qual se trabalha com propósito e reconhecimento mútuo, assumindo o papel de centro de excelência do setor;

Eficiência - Sermos a empresa de referência na gestão dos recursos disponíveis, pautando-nos pelo rigor, capacidade de prestar contas de forma transparente e ágil, dando cumprimento à missão de forma sustentável

Eficácia - Distinguirmo-nos pela capacidade de planeamento e implementação de projetos e ações de forma ágil e eficaz;

Propósito - Cada colaborador desempenha as suas funções com o propósito, o alinhamento com os valores e a ética que torna a Tejo Atlântico uma empresa maior;

Resiliência - Sermos a empresa que todos os dias cumpre a missão e prepara um futuro progressivamente mais exigente com a ambição de transmitir um legado visionário de qualidade e fiabilidade;

Digitalização - Sermos a empresa onde a informação é robusta, acessível e segura, continuamente disponibilizada à organização para gestão da eficiência, aumento da resiliência e promoção de novas atividades;

Parcerias Sustentáveis - A Tejo Atlântico seja um espaço de fomento à inovação, crescimento de iniciativas de valor acrescentado e de desenvolvimento do setor e do território, evidenciando o seu impacto positivo em termos sociais, económicos, na saúde pública e no ambiente;

Economia circular - A Tejo Atlântico como centro de competências da economia circular do setor da água em Portugal lidera de forma inovadora o processo transformacional de encontrar um recurso em cada resíduo que produzimos ou a que podemos integrar nas nossas atividades;

Neutralidade Carbónica - A Tejo Atlântico será a empresa de saneamento em Portugal com a menor pegada de carbono no exercício da sua atividade.



Figura 9 – Visão – Pilares da Estratégia

Os pilares da estratégia

Nós AdTA

Os recursos humanos são a espinha dorsal de qualquer organização. A Águas do Tejo Atlântico investe na capacitação de seus colaboradores, promovendo um ambiente inclusivo e diversificado. O desenvolvimento de competências técnicas e a sensibilização para questões ambientais são essenciais para alinhar os trabalhadores com os objetivos de sustentabilidade da empresa.

São inúmeros os desafios neste pilar estratégico, bem conhecidos do setor empresarial do estado, agravados pelo facto de nos encontrarmos a competir com outras indústrias nacionais e internacionais por profissionais com competências técnicas na área das diversas engenharias, sistemas de informação, gestão e financeira, jurídica, entre outras.

Acresce, e conforme referido, que a Tejo Atlântico resultou da fusão de três extintas empresas, duas das quais pioneiras do setor do saneamento em Portugal, a mais antiga criada em 1995 e a outra de 2002. Alguns dos trabalhadores originais dessas empresas, encontram-se nos quadros da atual Tejo Atlântico, pelo que a idade média da nossa empresa é de 47 anos, resultando em incapacidade de um número considerável de trabalhadores para trabalhos mais exigentes fisicamente, com particular impacto e criticidade nas operações.

Assim, resultam como subpilares essenciais da estratégia, nesta dimensão:

- ATRAÇÃO E RETENÇÃO DO CAPITAL HUMANO
- SEGURANÇA E EQUIDADE
- CRESCIMENTO CONTÍNUO DO CAPITAL HUMANO
- CENTRO DE EXCELÊNCIA
- CULTURA DE EMPRESA LÍDER

Eficácia

Um dos principais desafios das empresas públicas nacionais reside na eficácia das suas iniciativas fruto dos condicionalismos internos e externos, situação que nem sempre é devidamente valorizada fruto da sua atuação em nichos de mercado protegidos, com impacto no seu desempenho operacional, na satisfação do cliente pela qualidade de serviço, mas também no seu desempenho económico.

Adicionalmente, a falta de eficácia propaga-se pela organização, enraizando-se na cultura da empresa, conduzindo a estruturas endofágicas que existem para gerirem as suas ineficiências, resultando pouco valor da sua atividade. Os processos de perda de eficácia são usualmente associados à idade das organizações, a processos de reorganização acelerados ou a sociedades onde a burocracia é dominante.

Na Tejo Atlântico, entendemos a eficácia como um pilar basilar da nossa identidade, havendo um trabalho contínuo e essencial de melhoria do nosso desempenho que agregámos nos seguintes subpilares:

- ATIVOS FÍSICOS
- CAPITAL HUMANO
- PROCESSOS
- MELHORIA CONTÍNUA
- BENCHMARKING

Eficiência

Os indutores de eficiência a que a Tejo Atlântico está sujeita, de forma continuada ao longo dos últimos anos, permitem-nos evidenciar através de um conjunto de indicadores objetivos, como a tarifa do serviço, rácios GO/VN, energia produzida com recursos próprios, reagentes consumidos, entre outros, que somos uma das empresas mais eficientes no nosso contexto.

Contudo, tal não nos basta e realizamos esforços contínuos no sentido de otimizar os processos de tratamento, reduzir continuamente o desperdício, introduzir novas tecnologias e inovações nos processos e ativos com vista à minimização contínua dos custos do serviço. A eficiência operacional é crucial para oferecer serviços de alta qualidade de forma sustentável e com menor impacto ambiental.

A Tejo Atlântico procura constantemente melhorar a eficiência de suas operações e dos seus ativos, quer pela pressão tarifária a que estamos sujeitos, pela regulação económica e consequente avaliação da qualidade do serviço, mas também porque o profissionalismo e empenho das nossas equipas conduzem naturalmente a essa ambição. Ainda assim, identificamos um conjunto de subpilares que exigirão o nosso empenho no próximo triénio:

- ATIVOS FÍSICOS
- CAPITAL HUMANO
- PROCESSOS
- MELHORIA CONTÍNUA
- BENCHMARKING

Propósito e Cultura Empresarial

A história da empresa Tejo Atlântico permite facilmente perceber a necessidade de um esforço contínuo no sentido de criar uma cultura de colaboração, de trabalho em equipa e fortalecimento da identidade de uma empresa que resulta da agregação recente de empresas, algumas delas com mais de duas décadas de existência.

Em qualquer organização, o trabalho de co-construção da identidade em prol da sociedade, pautada por uma atuação *compliant* com os valores é contínuo e necessita de atenção perante.

Depois de um trabalho de diagnóstico da cultura da empresa, estruturámos um conjunto de subpilares que permitirão o reforço do propósito e cultura empresarial:

- CULTURA EMPRESARIAL
- CULTURA EMPRESARIAL
- MELHORIA CONTÍNUA
- VISÃO 360°
- IDENTIDADE

Resiliência Empresarial

A resiliência dos ativos, processos e pessoal é um aspeto crucial da estratégia da Águas do Tejo Atlântico, sendo desafiado por diversos fatores internos e externos destacando-se com particular acuidade as alterações climáticas e eventos extremos conexos, as afluências indevidas aos sistemas de saneamento, a gestão e acesso seguro à informação e a gestão do conhecimento dentro da organização. A Empresa prepara-se para enfrentar vários desafios, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços necessitando de acautelar uma infraestrutura robusta, devidamente mantida, planos de contingência sólidos e permanentemente atualizados e uma estrutura de gestão ágil.

A gestão dos ativos físicos assume uma particular relevância nesta dimensão, sendo que no caso da Águas do Tejo Atlântico, uma gestão de ativos baseada na otimização do trinómio desempenho/risco/custo ainda está numa fase incipiente, necessitando de particular esforço da organização ao longo dos próximos 3 anos.

Entendemos como subpilares estratégicos:

- CONHECER E PLANEAR ATIVOS FÍSICOS
- ADAPTAÇÃO
- RENOVAÇÃO
- AFLUÊNCIAS INDEVIDAS
- TRANSFORMAÇÃO
- GESTÃO DA INFORMAÇÃO
- GESTÃO DE RISCO
- PROTEÇÃO DO AMBIENTE
- GESTÃO DO CONHECIMENTO

Digitalização do Negócio e Inovação Tecnológica

O diagnóstico efetuado ao longo dos últimos anos demonstra de forma clara que a Águas do Tejo Atlântico enferma de um problema de crescimento rápido do número e complexidade das suas infraestruturas físicas sem o acompanhamento de uma evolução compatível por parte das infraestruturas digitais e recursos humanos com competências na área.

A digitalização exponencial de equipamentos, processos e utilizadores carece de uma continua atualização da infraestrutura digital de uma organização por forma a manter a funcionalidade e rentabilidade dos investimentos realizados. A título de exemplo, a telegestão de infraestruturas na Tejo Atlântico é possível num número limitado de infraestruturas, a gestão de informação continua a ser um desafio e a otimização de processos poderá ser significativamente potenciada com o apoio do processo de digitalização que se pretende implementar, com recurso a IoT e análise de dados, para melhorar a gestão de ativos, monitorização da qualidade da água e resposta mais rápida a incidentes.

Esta estratégia, totalmente em linha com a **Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado** e da Administração Pública 2020 -2023 e com as recomendações da EU para o setor da água vertidos em **Digitalisation in the Water Sector -Recommendations for Policy Developments at EU Level** e as obrigações relativas a **cibersegurança** vertidas na diretiva (UE) 2022/2555

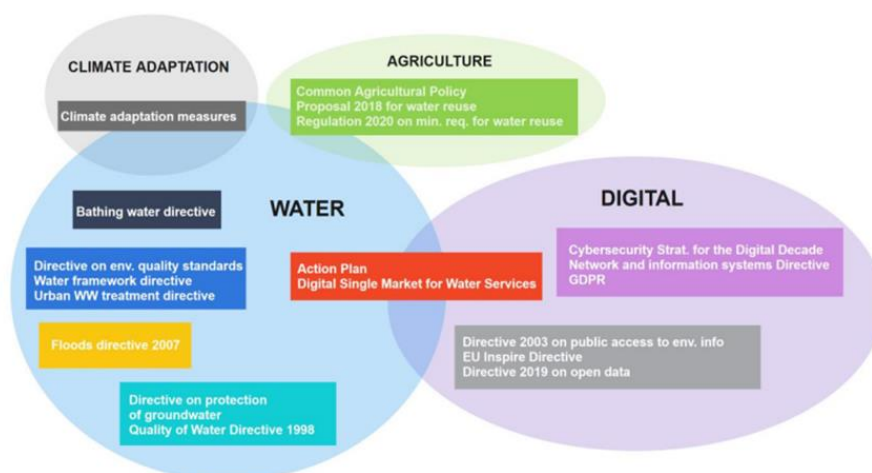


Figura 10 – Digitalisation in the Water Sector -Recommendations for Policy Developments at EU Level

A nossa estratégia de digitalização dos ativos e processos inclui os seguintes subpilares:

- CONHECER E PLANEAR ATIVOS FÍSICOS
- OPERAÇÕES E PROCESSOS
- GESTÃO DE DADOS
- ACESSO A INFORMAÇÃO
- GOVERNANCE E CIBERSEGURANÇA

Parcerias Sustentáveis

A Águas do Tejo Atlântico pela sua natureza, enquanto sistema multimunicipal, com forte presente no território e pela missão que lhe está acometida no contrato de concessão tem por obrigação assumir-se como agente de desenvolvimento.

O desenvolvimento carece de uma dinâmica de parceria em várias áreas de atividade, quer seja na inovação, na prevenção de incidentes, na educação ambiental ou mesmo no desenvolvimento de novos negócios, como o caso do fornecimento de água para reutilização ou na extensão do negócio da empresa à atividade em baixa.

Assim, considera-se essencial o desenvolvimento do pilar estratégico das parcerias sustentáveis com os seguintes subpilares:

CULTIVAR PARCERIAS

INOVAÇÃO

UTILITIES DE REFERÊNCIA

NOVOS PRODUTOS E NEGÓCIOS

PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Economia Circular

A economia circular é uma prioridade global, visando a minimização da utilização de recursos essenciais bem como da produção de resíduo. A reutilização de água tratada e a valorização de lamas de ETAR em prol de uma gestão eficiente dos recursos hídricos são elementos-chave dessa estratégia nacional para a qual a Águas do Tejo Atlântico é determinante no atingimento dos objetivos delineados.

Acresce que a situação de escassez hídrica vivida em Portugal durante os últimos anos, a crise de fertilizantes sentida na Europa e a obrigatoriedade dos vários estados-membros em promover uma transição da fertilização sintética para a fertilização orgânica bem como a crise energética a nível global, vem colocar estas atividades no topo da agenda com a consequente necessidade de evolução do setor.

A Tejo Atlântico coloca como subpilares desta sua área estratégica:

- ÁGUA PARA REUTILIZAÇÃO
- BIOSÓLIDOS
- NOVOS PRODUTOS
- ENERGIA
- COMPETÊNCIAS

Neutralidade Carbónica

A Águas do Tejo Atlântico ambiciona ser a empresa do Setor de Saneamento nacional com a mais baixa pegada de carbono, contribuindo para os desígnios nacionais de sermos um dos primeiros países ao nível global a atingirmos as metas do Acordo de Paris, assinado em 22 de abril de 2012, e que representa uma mudança de paradigma na abordagem e na dinâmica de resposta aos desafios das Alterações Climáticas.

Acresce que os compromissos de sustentabilidade assumidos pelas empresas do Grupo AdP, a estratégia nacional e comunitária será impossível de alcançar sem que se materialize uma estratégia baseada no impacto de cada organização na sua pegada carbónica global.

Para cumprir seu compromisso com a neutralidade carbónica, a Águas do Tejo Atlântico investe em fontes de energia limpa, na otimização de processos e na redução das emissões de carbono através dos seguintes subpilares:

- EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
- PRODUÇÃO DE ENERGIA
- CARBONO COMO ELEMENTO DE SUPORTE À DECISÃO
- SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA
- PROCESSOS E ATITUDES

A estratégia de desenvolvimento da Águas do Tejo Atlântico para o triénio é simultaneamente um compromisso e um instrumento de fomento do crescimento da empresa que abraça a sustentabilidade como

propósito. Através de recursos humanos capacitados, eficácia operacional, cultura de propósito, resiliência, digitalização, parcerias sustentáveis, economia circular e neutralidade carbónica, a Empresa irá moldar um futuro mais sustentável.

Os indicadores estratégicos da Empresa para 2024 e para o triénio 2025-2027 são os seguintes:

INDICADORES	FORMULA DE CÁLCULO	Variáveis	unidade	2024		2025		2026		2027	
				variáveis	indicador	variáveis	indicador	variáveis	indicador	variáveis	indicador
Eficiência de Gestão	PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]	GV+FSE+GP	%	64 025 124	65%	70 753 338	71%	72 336 054	71%	74 322 076	71%
		Volume Negócios		98 311 149		100 075 659		102 316 886		105 126 679	
Cumprimento das licenças de descarga	Nº de TURH em cumprimento/(Nº Total de TURH+Nº ETAR a operar sem TURH)	Nº de TURH em cumprimento	%	87	87%	91	90%	94	93%	97	96%
		Nº Total de TURH emitido+Nº ETAR a operar sem TURH		100		101		101		101	
Ocorrência de colapsos em saneamento	Nº de colapsos estruturais em Coletores/(Comprimento total de coletores (km)x100)	Colapsos estruturais em coletores	nº / 100 km	10	0,9	10	0,9	10	0,9	10	0,9
		Comprimento total dos coletores		1 138		1 138		1 138		1 138	
% de Volume de ApR consumido face ao ano anterior (interna e externamente) %	Volume de água reutilizada consumida interna e externamente do ano n/Volume de água reutilizada consumida interna e externamente do ano n-1	Volume de água reutilizada consumida interna e externamente do ano n	%	3 556 353	12%	3 977 480	12%	4 046 684	2%	4 102 790	1%
		Volume de água reutilizada consumida interna e externamente do ano n-1		3 187 733		3 556 353		3 977 480		4 046 684	
Autonomia energética (%)	Energia produzida com recursos próprios/Energia consumida (%)	Energia Produzida na TA com recursos endógenos e naturais	%	21 659 683	24,6%	24 970 126	28,2%	26 298 155	30,1%	26 994 320	31,7%
		Energia consumida		88 047 604		88 645 362		87 298 958		85 116 484	

3. PLANO DE ATIVIDADES E INDICADORES DE DESEMPENHO

A estratégia apresentada carece de uma articulação plena entre pilares bem como a sua execução simultânea, porque apenas dessa forma se garante o sucesso da estratégia enquanto um todo.

As ambições da Águas do Tejo Atlântico expressas no capítulo anterior e monitorizadas através dos indicadores e métricas apresentadas, são materializadas em investimentos e gastos planeados para o triénio, com vista à concretização dos objetivos para os quais está mandatada.

O instrumento de planeamento PAO25 inclui a sistematização, planeamento e justificação das atividades que concretizam a estratégia apresentada na secção anterior, e que permitem atingir os objetivos aí estabelecidos.

Não pode ainda deixar de ser referido que pelo facto de a Empresa apenas ter obtido despacho conjunto de aprovação sobre o PAO para o ano de 2024, por parte dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do Tesouro e do Ambiente e da Energia, a 6 de agosto de 2024, houve um conjunto de gastos que não foram possíveis concretizar no primeiro semestre de 2024, e que, pelas vicissitudes associadas aos processos de contratação de bens e serviços, não se estima possível para a AdTA a recuperação no segundo semestre do total que havia planeado para 2024, pelo que o presente documento, concretamente para o ano de 2025, reitera um conjunto de gastos já identificados no passado, nomeadamente os relacionados com contratação de recursos humanos, que apesar de contratados no decorrer de 2024, uma vez que todos os processos de recrutamento aprovado em sede de PAO se encontram em curso, o maior impacte se verifica em 2025, e com gastos operacionais não diretamente variáveis com o volume de atividade, mas sim devido a carências nas áreas da operação e manutenção, segurança e digitalização, imprescindíveis para o desempenho da missão que lhe está cometida.

3.1. ATIVIDADE EM 2023

O ano de 2023 foi verdadeiramente o primeiro ano da era pós-covid. Contudo, de forma imprevisível, às consequências da era COVID veio sobrepor-se o efeito da guerra na Ucrânia e os impactos que daí advieram. Este foi o cenário do início de 2023, com um contexto ainda mais complexo, mais multifacetado e muito desafiante. A crise da energia, o aumento dos preços das matérias-primas e da mão de obra, e a complexidade acrescida das cadeias logísticas, que gera um crescimento exponencial dos preços das empreitadas e dos serviços, as dificuldades crescentes de reter e contratar recursos humanos competentes, num cenário já de insuficiência de recursos, são situações que marcam o ano de 2023, e que se refletirão nos anos vindouros.

Destaca-se novamente o empenho das equipas operacionais que mantêm em funcionamento os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, 365 dias por ano e 24 horas por dia, que executam a suas tarefas com empenho e profissionalismo, não obstante as condições adversas, evitando a interrupção do serviço.

No ano de 2023 a Empresa focou as prioridades em diferentes tipologias de ação, que resultam em esforços distintos e igualmente distintos resultados:

Organização interna

O ano da Tejo Atlântico ficou marcado por um processo inclusivo de co-construção da estratégia 2023/2025, “Inspirados pelo Futuro”, um instrumento de alinhamento de esforços dentro da organização e, simultaneamente, uma resposta aos vários desafios e compromissos assumidos pela Tejo Atlântico pautada pela coerência, ambição e profissionalismo.

Na vertente interna, o ano 2023 foi marcado por um conjunto de alterações a diversos níveis, alinhadas com a nova visão consagrada na estratégia “Inspirados pelo futuro”, destacando-se a aprovação do novo organograma da Empresa, bem como a realocação de funções em diversas unidades orgânicas, a fim de reforçar os meios humanos em determinadas áreas críticas para a segurança das operações, contribuindo para a eficiência de processos contínuos essenciais na gestão sustentável dos ativos infraestruturais e para o aumento da resiliência da empresa perante os desafios presentes e vindouros.

No ano 2023, concluiu-se ainda a revisão quinquenal do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da Concessão (EVEF), nomeadamente a atualização dos seus Modelos Técnicos e o correspondente Plano de Investimentos. Para o efeito, foi fundamental a identificação e a priorização dos investimentos a realizar no próximo quinquénio, em conformidade com a missão da Empresa e com a necessária resposta estratégica aos desafios do setor.

Segurança

A melhoria das condições de trabalho e de segurança continuou a ser uma prioridade em 2023, continuando a execução das medidas do Plano de Reforço de Segurança da Empresa, com o objetivo de eliminar os riscos de colapso de estruturas e, conseqüentemente, continuar a evolução prevista para níveis de segurança compatíveis com a atividade operacional da Empresa. Considerando o passivo de manutenção, a fim de salvaguardar a funcionalidade dos ativos e otimizar os respetivos custos do ciclo de vida, manteve-se, no ano de 2023, a prestação de serviços externos de manutenção concretizadas em 2022.

Na atividade operacional, assinala-se a conclusão do Plano Estratégico para Cumprimento dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos (PECTURH), trabalho iniciado em 2021, com a emissão de licenças, reconhecendo valores limites de emissão (VLE), sem esforço adicional de reestruturação das suas infraestruturas.

Não obstante, recorde-se que a proposta de revisão da DARU, apresentada pela Comissão Europeia em outubro de 2022, ao impor restrições aos níveis de tratamento das águas residuais urbanas, implicará a revisão em alta dos investimentos, bem como dos gastos operacionais, associados, indispensáveis para o cumprimento desse e ambicioso novo instrumento regulatório, quando aprovado pelo Conselho Europeu.

Eficiência

No âmbito operacional, destaca-se em 2023 a continuidade de iniciativas estruturantes de otimização operacional e de reabilitação de ativos, nos diversos Centros Operacionais, com resultados:

- Na redução em 6,4% do consumo de energia, destacando-se o CO da Costa do Estoril e o CO de Beirolas e S. João da Talha, com reduções na ordem dos 17% e 14%, respetivamente;
- Na redução em 21,4% do consumo específico de reagentes em kg/m³, face a 2022;
- Na redução em 50% do consumo de água potável, face a 2022
- No aumento da produção de energia em 8%, face a 2022
- No aumento de utilização de ApR;

Aumento da neutralidade energética da Empresa para valores máximos históricos de 23,7%;

Ainda no âmbito operacional, salienta-se em 2023 a continuidade de iniciativas estruturantes de otimização operacional e de reabilitação de ativos, na Fábrica da Água da Guia. Destacam-se os bons resultados obtidos na evolução dos indicadores operacionais, que confirmam a necessidade das intervenções iniciadas em 2022. Salienta-se ainda o arranque do processo de elaboração do Plano de Ação da Guia do Futuro, que se iniciou no segundo semestre de 2022, cujo objetivo é delinear as soluções de futuro para esta instalação, para que seja uma referência na perspetiva integrada da circularidade no saneamento.

Salienta-se ainda que, no âmbito dos procedimentos regulatórios, e para efeito de DRG (Desvio de Recuperação de Gastos), a ERSAR concluiu recentemente o processo de avaliação das métricas de eficiência de 2023 da AdTA, tendo considerado e aceitado todos os gastos da Empresa como eficientes, sem lugar a qualquer correção ou não aceitação dos valores apresentados e incorridos nesse ano. A definição das métricas de eficiência por parte da ERSAR partem do princípio de autossuperação das empresas, em que o referencial definido para cada ano resulta do desempenho do passado de própria empresa.

Resiliência

O arranque do Plano de Ação para a Gestão das Águas Residuais Industriais na Região da Grande Lisboa e Oeste para o período 2022-2025, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 204/2021, de 31 de dezembro, que teve início em 2022, marcou também 2023.

O trabalho sistemático de grande proximidade com os municípios e as indústrias, no âmbito do Plano de Ação AgIR, encontra-se em pleno desenvolvimento. O programa é financiado pelo Fundo Ambiental, para contratação de equipas externas, equipamentos e serviços técnicos de apoio à implementação do Plano.

Em 2023, foram rececionados os equipamentos de apoio e contratualizados os serviços técnicos, com os quais se iniciaram os diversos trabalhos no terreno, nomeadamente o levantamento das redes, as campanhas de amostragem e de medição de caudal, a monitorização de pontos relevantes quer nas redes de drenagem, quer nas indústrias, hospitais e ETAR.

Deu-se continuidade a todo o trabalho iniciado em 2022, de recolha, compilação da informação de base, produção de documentação técnica, geral e de organização, a atualização da informação cadastral no SIG AgIR, com particular incidência nos 6 municípios englobados na Fase I do AgIR. Encontram-se, em fase de integração 6 novos municípios e as respetivas indústrias da Fase 2.

Foi desenvolvido um trabalho de acompanhamento sistemático com indústrias, que apresentam impacto muito significativo nas infraestruturas de saneamento, nomeadamente na FA que recebe os seus efluentes e com os quais se celebrou, ou encontra-se em vias de celebrar um Protocolo Quadripartido.

Iniciou-se o ciclo de Formações AgIR no domínio dos efluentes industriais – ProÁguas Indústria, à medida para os técnicos dos sistemas municipais e das indústrias, tendo sido concretizadas 2 Edições em 2023.

Em 2023 iniciou-se igualmente a elaboração do Plano de Adaptação às Alterações Climáticas tendo presente o enorme impacto que os eventos extremos, em particular de pluviosidade, apresentam para uma empresa como a Tejo Atlântico responsável pela drenagem e tratamento de águas residuais em zona urbana com elevado risco de inundação, com impacto na segurança de bens e pessoas.

Durante o ano 2023 procedeu-se à inspeção de um conjunto assinalável de intercetores e emissários, com os resultados de estado de condição a ficarem disponíveis no final deste ano e início de 2024 e que permitem estruturar as intervenções de reabilitação necessárias.

Novas atividades

A valorização de recursos continua a ser uma prioridade da Empresa, pelo que, em 2023, foram dados passos importantes na preparação das novas atividades de gestão de biolamas e de reutilização de águas residuais.

O Plano de Biolamas integra soluções otimizadas de tratamento de lamas, tendo em vista, por um lado, a redução da produção de resíduos e, por outro lado, a maximização da sua valorização. Este projeto é uma componente da estratégia de transformação das instalações de tratamento do Tejo Atlântico em verdadeiras fábricas de recuperação e valorização de recursos, assentes num modelo de circularidade e de descarbonização do ciclo urbano da água. Em 2022, foi pedida autorização ao concedente para a execução dos investimentos em instalações de valorização de lamas, prevendo-se ainda em 2023 dar início aos processos de contratação das empreitadas.

Em 2023, verifica-se a contínua procura pela água para reutilização (ApR) quer pelos municípios parceiros da Empresa, quer pelos setores agrícola (associação de regantes) e do turismo (campos de golfe), na área de concessão da Águas do Tejo Atlântico.

Recorda-se a rega dos jardins do Parque das Nações da Zona Norte, em parceria com Câmara Municipal de Lisboa, projeto iniciado em 2022.

No que respeita aos projetos iniciados em 2023, destacam-se:

- Execução da Ampliação da produção de ApR, a partir da FA de Beirolas, para a rega do recinto das JM23, com um caudal de dimensionamento de 3.000 m³/d de classe A.
- Em desenvolvimento - Produção de ApR, a partir da FA do Casalinho, para a rega do campo de golfe West Cliffs, com um caudal de dimensionamento de 136.500 m³/ano de classe B.
- Em desenvolvimento - Produção de ApR, a partir das FA de Chelas, Alcântara e Beirolas, para a rega de espaços verdes em Lisboa, com um caudal de dimensionamento de 4.000.000 m³/ano de classe A.
- Em desenvolvimento - Produção de ApR, a partir das FA de Alcântara, Chelas, Frietas e Guia, para abastecimento a camiões municipais, com caudais de dimensionamento de 119.040 m³/ano, 36.500 m³/ano, 36.500 m³/ano, 28.250 m³/ano, respetivamente.
- Em desenvolvimento - Produção de ApR, a partir da FA de Frietas, para aproveitamento hidroagrícola, com um caudal de dimensionamento de 4.500.000 m³/ano de classe B. Projeto em parceria com a DGADR.
- Em desenvolvimento - Abastecimento de ApR, a partir da FA Frietas ao estádio do Infantado, com um caudal de dimensionamento de 100 m³/h.

Todos estes projetos constituem um aumento da atividade da Empresa, em estrito cumprimento do regime jurídico consagrado no Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, e no Decreto-Lei n.º 119/2019, de 21 de agosto, assumindo particular preponderância para o desenvolvimento da atividade.

A gestão de energia tem sido também uma prioridade da Empresa. Em 2022 tiveram início as empreitadas de instalação de painéis fotovoltaicos nos subsistemas de Chelas e Beirolas, concluídos em 2022 e 2023, respetivamente. O sistema de gestão de energia (SGE), que está certificado, é um instrumento essencial na monitorização e decisão sobre as intervenções a realizar quer no domínio da produção de energia verde, quer no domínio da eficiência energética, projeto igualmente prioritário em 2023.

O programa de otimização da produção de energia a partir do biogás produzido nas FA irá ter desenvolvimentos em 2023, sendo que as FA de Chelas e a FA de São João da Talha tiveram intervenções centradas na maximização da produção de biogás.

Considerando a certificação do sistema de Gestão de Ativos, no âmbito da Norma ISO 55001 para as instalações nos Subistemas de Alcântara, Guia e Santa Cruz, obtida em 2022, a Empresa está fortemente comprometida com a implementação de uma ação transversal robusta e em contínua evolução para a gestão sustentável dos seus ativos infraestruturais. Esta é uma prioridade da Empresa continuando o iniciado em 2021 e 2022, durante os quais foram desenvolvidas e utilizadas ferramentas de planeamento e de análise da criticidade e do risco infraestrutural. Estes avanços concretizados foram já integrados nos processos de tomada de decisão para priorização de investimentos a realizar nos próximos anos.

Digitalização das operações

A Empresa continua empenhada na elaboração e implementação do Plano de Transição Digital da Águas do Tejo Atlântico, iniciado em 2022, mas que tem progredido muito mais lentamente do que previsto nessa data decorrente de dificuldades diversas ao nível dos recursos humanos disponíveis, mas também dificuldade de contratação de prestações de serviço que supram as necessidades básicas nesta área.

O nível de maturidade digital da Empresa é manifestamente insuficiente para uma entidade da dimensão e complexidade da AdTA, que não tira partido das potencialidades do Digital e limita fortemente a capacidade da Empresa no aumento da eficiência dos processos e na qualidade da informação para a tomada de decisão operacional, tática e estratégica. Assim, neste domínio, a Empresa pretende fazer no futuro uma aposta forte nos recursos internos da área de IT, que passará essencialmente por constituir uma equipa que lidere o programa de transição digital, processo que se exige rápido, eficaz e sustentável. Salienta-se que algumas das ineficiências hoje diagnosticadas na AdTA resultam de um atraso significativo nesta área, com prejuízo para a fluidez de informação no seio da organização, repetição de tarefas em resultado de lacunas de informação, mas também a realização de muitas tarefas manuais que podem ser agilizadas com recurso ao digital. Esta realidade agrava-se com o facto de cada vez mais os equipamentos incorporados através de diversas empreitadas apresentam maior potencial de digitalização, os clientes são mais exigentes, os processos mais complexos e consumidores de informação e, infelizmente, o desenvolvimento digital da AdTA não acompanhou, ao longo dos últimos anos, a infraestrutura física e a realidade do setor da água.

Salienta-se ainda que a empresa não consegue ainda responder ao exigido na legislação em vigor, nomeadamente no Decreto-Lei 65/2021 de 30 de julho que procede à regulamentação dos requisitos de segurança das redes e sistemas de informação e, por outro lado, aos requisitos de notificação de incidentes que afetem a segurança das redes e dos sistemas de informação, prevendo as circunstâncias, o prazo, o formato e os procedimentos aplicáveis, que devem ser cumpridos pela Administração Pública, operadores de infraestruturas críticas, operadores de serviços essenciais e prestadores de serviços digitais.

O processo de reorganização em curso bem como as autorizações concedidas aquando da aprovação do PAO23, em 4 de janeiro de 2024 permitiu o lançamento de um procedimento de contratação de um técnico

superior C para a equipa da Direção de Soluções Digitais que integrou a equipa no início do ano de 2024, e que se encontra a liderar o processo.

Inovação

A inovação continuou a ser uma alavanca transversal na evolução de paradigma no ano de 2023, com diversas iniciativas no domínio da descarbonização e valorização dos recursos produzidos nas nossas Fábricas de Água. Foi dada continuidade aos projetos B-Watersmart, ECOVAL, e foram dados passos para novos projetos de demonstração a realizar nos “laboratórios vivos” que são as instalações da Empresa.

Por fim, é importante salientar que cada vez mais, os efeitos das alterações climáticas têm impacto na atividade da Tejo Atlântico. Se por um lado, a seca vivida nos últimos anos veio reforçar a importância do recurso “água reciclada” não só para usos municipais mas também para as atividades económicas (turismo e agricultura, entre outras), fazendo crescer exponencialmente os pedidos de diversas entidades para que a Tejo Atlântico possa fornecer ApR, por outro lado, as chuvadas intensas que provocaram inundações na zona da Grande Lisboa, no mês de dezembro de 2022, vieram demonstrar a necessidade de investir no aumento de resiliência dos sistemas.

3.2. ANO DE 2024 E PRIORIDADES DE 2025

Ano 2024

Durante o primeiro semestre de 2024, a Empresa prosseguiu o que havia estabelecido, de acordo com a estratégia “Inspirados pelo Futuro”, organizadas em 9 pilares estratégicos e incluem, valorização dos recursos humanos e competências essenciais às operações, eficácia, eficiência e segurança das pessoas, ativos e operações, resiliência, digitalização, utilização sustentável dos recursos (reutilização de água, biolamas e produção de energia verde), e neutralidade carbónica. No mesmo sentido foi planeado o segundo semestre de 2024, assim como os anos seguintes de continuação do trabalho já iniciado.

Ao nível da implementação da estratégia, a monitorização a julho de 2024 apresenta os seguintes resultados:



As implementações progressivas de um conjunto de ações previstas na estratégia permitem identificar tendências de melhoria em vários pilares estratégicos, sendo resumidos pelos indicadores de monitorização (resultados a junho 2024) que se apresentam no quadro da página seguinte.

	OBJECTIVOS	MÉTRICA	Obj 2024	2T 2024
Nós Tejo Atlântico	Diminuir Número de Acidentes	Diminuição do número de Acidentes reportados às seguradoras face a 2022	-30%	0%
	Formação de Valor Acrescentado	Número de horas de formação por colaborador	45	5,1
Eficiência	Consumo Específico de Energia	Consumo de energia (kWh/volume tratado)	0,45	0,37
	Agilidade na Contratação	Tempo médio de contratação desde a decisão de contratar até à assinatura do contrato.	190	310
Eficácia	Cumprimento Legal e Operacional	Número de instalações em incumprimentos de TURH + Número de FA a operar sem TURH válido	6	10
	Plano de Investimentos	Taxa de execução do plano de investimentos previsto em PAO	90%	13%
Propósito	Disseminação do Propósito	Visitantes às infraestruturas no âmbito da educação ambiental	800	2878
Resiliência	Continuidade do Serviço	Número de interrupções de serviços não programadas	350	210
	Colapso de Coletores	Número de colapsos de coletores/100 km de rede	1,0	0,4
	Aptidão Funcional	Infraestruturas com Avaliação Funcional acumulado a 5 anos, no ano	17,0%	5,7%
Parcerias Sustentáveis	Educação Ambiental	Nº de Visitas e Visitantes	800	2912
	Impacto da Marca Tejo Atlântico	Medição do Goodwill da Marca Tejo Atlântico	4,4	4,4
Economia Circular	Autonomia no Uso de Energia	Energia produzida internamente/Energia consumida	24,6%	23,6%
	Autonomia no Uso da Água	Água produzida internamente (água+)/Água total consumida (todas as origens de água)	93%	92,5%
	Reutilização Água Total	Água+ total/Volume de AR Tratado	2,00%	1,0%
Neutralidade Carbónica	Redução Intensidade Energética Operações	Consumo energético específico do tratamento AR/m3 efluente tratado	0,450	0,363
	Produção de Energia de Fontes Renováveis	Produção de energia anual (GWh/ano)	21,66	10,61

Em complemento aos indicadores acima constatados, salientam-se alguns dos factos marcantes da atividade dos primeiros 8 meses de atividade da empresa:

- **Ao nível da atividade**, este foi o período com maior volume de água residual tratado desde o início de laboração da empresa, resultado de um ano de intensa pluviosidade, prevendo-se encerrar o ano com um volume de águas residuais tratadas de 229,2 Mm³;
- **Ao nível dos investimentos**, e para fazer face a uma sub-execução do planeamento realizado ao longo dos últimos anos, foi implementada uma mudança organizacional e de monitorização dos investimentos;
- Lançamento de concurso para empreitada de Conceção construção de instalações fotovoltaicas (17 instalações), essenciais ao atingimento dos objetivos de neutralidade energética;
- Continuação da implementação do sistema de telegestão - fase I da AdTA, com uma execução física da empreitada a atingir os 40% no primeiro semestre;
- Adjudicação de uma prestação de serviços de assessoria à área de investimentos que permitirá fazer face ao excecional período de investimento planeado para o triénio 2025/2027
- **Ao nível operacional**, procedeu-se à reorganização de centros operacionais e turnos de técnicos operativos com vista ao aumento de sinergias entre diversos polos;
- **Ao nível do propósito**, lançamento da campanha de comunicação a nossa água, presença em diversos fóruns internacionais com distinção de projetos diversos (WEX Global, Congresso Mundial da Água);
- Início do programa NextGen com a ambição de promover uma renovação de quadros da Águas do Tejo Atlântico, que inclui diversos programas como teses de mestrado, estágios, embaixadores da Juventude, entre outros.
- **Ao nível da circularidade**, assinatura do contrato e início do fornecimento de ApR para rega de campo de golf do West Cliff;
- **Ao nível da transformação digital**, implementação de diversas ferramentas digitais que permitem um aumento da eficiência e resiliência dos processos empresariais;
- **Ao nível da neutralidade carbónica e energética**, Produção de energia com recursos próprios equivalente a 23,7% do total de energia consumida no primeiro semestre;

Mix energético Tejo Atlântico

Neutralidade 2024 em comparação com os últimos anos

kWh	I°S 2024	I°S 2023	I°S 2022	I°S 2021	I°S 2020	Δ% 2023	Δ% 2022	Δ% 2021	Δ% 2020
Energia Comprada à RESP	34 460 109	33 753 140	34 132 580	36 710 093	35 965 044	2.1%	1.0%	-6.1%	-4.2%
Solar fotovoltaico venda à RESP	9 586	12 431	15 866	18 171	18 427	-22.9%	-39.6%	-47.2%	-48.0%
Solar fotovoltaico autoconsumo	309 921	186 700	94 696	0	0	66.0%	227.3%	-	-
Biogás venda à RESP	275 929	136 915	211 709	235 763	196 987	101.5%	30.3%	17.0%	40.1%
Biogás autoconsumo	10 012 618	9 598 999	9 329 517	7 971 870	7 510 414	4.3%	7.3%	25.6%	33.3%
Neutralidade (%)	23.69%	22.82%	22.16%	18.41%	17.77%	3.8%	6.9%	28.7%	33.3%

Consumo específico Tejo Atlântico

Consumo de energia e caudal tratado ano 2024 em comparação com os últimos anos e métrica ERSAR

	I°S 2024	I°S 2023	I°S 2022	I°S 2021	I°S 2020	Δ% 2023	Δ% 2022	Δ% 2021	Δ% 2020	métrica ERSAR	Δ% ERSAR
Consumo energia (kWh)	32 055 188	32 417 457	32 992 844	33 146 036	32 547 228	-1.1%	-2.8%	-3.3%	-1.5%	32 170 914	-0.4%
Caudal tratado (m3)	123 190 137	99 608 280	92 708 973	101 240 128	102 978 639	23.7%	32.9%	21.7%	19.6%	99 718 735	23.5%
Consumo específico (kWh/m3)	0.260	0.325	0.356	0.327	0.316	-20.0%	-26.9%	-20.5%	-17.7%	0.323	-19.3%

Prioridades para 2025

Na realização dos Planos de Atividades e Orçamento, a Águas do Tejo Atlântico tem feito por cumprir a Lei de Orçamento do Estado e o Decreto-Lei de Execução Orçamental, tendo sempre em linha de conta os constrangimentos e os limites impostos. Nesse sentido, tem sido refletido o esforço na otimização dos processos com vista à redução dos consumos de energia, de reagentes, combustíveis e na melhoria do processo de produção de lamas, metas nem sempre fáceis de alcançar quando convertidas em gastos, por força das condições de mercado.

Nas Demonstrações Financeiras para 2025 e anos seguintes, estão refletidos os gastos que se esperam necessários incorrer para a realização destes objetivos, gastos esses que previstos no Estudo de Viabilidade e Económica e Financeira da Empresa, que faz parte integrante do Contrato de Concessão.

Estas atividades estão em total alinhamento com o definido na estratégia Inspirados pelo Futuro, ambicionando o atingimento dos seguintes objetivos:

OBJECTIVOS DA ESTRATÉGIA

NÓS TEJO ATLÂNTICO	OBJECTIVOS	MÉTRICA	2025
	Diminuir Número de Acidentes	Número de Acidentes reportados às seguradoras face a 2022	-30%
	Programa Mentoring	Número de programas de mentoria concluídos no ano	15
	Formação de Valor Acrescentado	Número de horas de formação por colaborador	45
EFICIÊNCIA	OBJECTIVOS	MÉTRICA	2025
	Custo de Prestação do Serviço	Custos Diretos de Tratamento/Volume tratado	0,26
	Consumo Específico de Energia	Consumo de energia (kWh/volume tratado)	0,44
	Agilidade na Contratação	Tempo médio de contratação desde a decisão de contratar até à assinatura do contrato.	180
EFICÁCIA	OBJECTIVOS	MÉTRICA	2025
	Cumprimento Legal e Operacional	Número de instalações em incumprimentos de TURH + Número de FA a operar sem TURH válido	0
	Plano de Investimentos	Taxa de execução do plano de investimentos previsto em PAO	90%
	Plano de Manutenção Preventiva	Taxa de execução do plano de manutenção preventiva	90%
PROPÓSITO	OBJECTIVOS	MÉTRICA	2025
	Integração de Novos Trabalhadores	% de trabalhadores integrado ao Abrigo do programa “Acolher”	100%
	Disseminação do Propósito	Visitantes às infraestruturas no âmbito da educação ambiental	800
RESILIÊNCIA	OBJECTIVOS	MÉTRICA	2025
	Continuidade do Serviço	Número de interrupções de serviços não programadas	300
	Colapso de Coletores	Número de colapsos de coletores/100 km de rede	0,90
	Aptidão Funcional	Infraestruturas com Avaliação Funcional acumulado a 5 anos, no ano	100%

OBJECTIVOS DA ESTRATÉGIA (CONT)

	OBJECTIVOS	MÉTRICA	2025
DIGITALIZAÇÃO	Conhecimento dos Ativos	Índice de conhecimento infraestrutural	83%
	Integração de Dados	Número de processos integrados ou transformados digitalmente	4
	Incidentes com Exfiltração de Dados ou Informação	nº de incidentes com a extrafiltração comprovada de dados ou informação.	0
	Telegestão - Operação Remota	Nº de instalações com telegestão que permite a operação remota.	90%
	OBJECTIVOS	MÉTRICA	2025
PARCERIAS SUSTENTÁVEIS	Educação Ambiental	Nº de Visitas e Visitantes	800
	Impacto da Marca Tejo Atlântico	Medição do Goodwill da Marca Tejo Atlântico	4,5
	Propriedade Intelectual e Industrial	Número de Marcas Registadas e patentes	9
	Inovação Sustentável	Financiamento angariado em procedimentos competitivos/Investimento em Inovação (%)	45
	OBJECTIVOS	MÉTRICA	2025
ECONOMIA CIRCULAR	Autonomia no Uso de Energia	Energia produzida internamente/Energia consumida	28,2%
	Autonomia no Uso da Água	Água produzida internamente (água+)/Água total consumida (todas as origens de água)	94%
	Reutilização Água Total	Água+ total/Volume de AR Tratado	2,5%
	Custo Específico com a Gestão de Subprodutos	Encargo/Proveito específico com a gestão de subprodutos (€/m3)	0.038
	OBJECTIVOS	MÉTRICA	2025
NEUTRALIDADE CARBÓNICA	Redução Intensidade Energética Operações	Consumo energético específico do tratamento AR/m3 efluente tratado	0,440
	Produção de Energia de Fontes Renováveis	Produção de energia anual (GWh/ano)	24,97
	Pegada Carbónica	Pegada Carbónica AdP (ton CO2e/m3)	0,493

Do ponto de vista das atividades que se consideram mais relevantes para o ano de 2025, salientam-se:

- **Do ponto de vista operacional**, arranque da operação infraestrutura de Telegestão Fase I e lançamento do concurso para a empreitada de Fase II e Fase III permitindo dotar a AdTA de uma agilidade e capacidade de reação a evento imprevistos muito considerável;
- **Do ponto de vista de investimentos**, adjudicação de empreitada de conceção construção da hidrólise térmica de Frielas, com o preço base de 26 M€, que dotará a AdTA de uma capacidade acrescida de produção de energia renovável face ao atual e de uma diminuição significativa de encargos com lamas (ambos os efeitos apenas visíveis com a conclusão da empreitada em 2027);
- Conclusão da empreitada conceção construção de instalações fotovoltaicas (17 instalações), conduzindo a um acréscimo da produção energética de 5 GWh/ano;
- Adjudicação de um vasto conjunto de concursos de Empreitadas de reabilitação de diversas infraestruturas de tratamento que atualmente se encontram em incumprimento do seu TURH ou que apresenta condições de debilidade estrutural;
- Adjudicação da intervenção de inspeção do Intercetor da Costa do Estoril, o maior ativo desta natureza a nível nacional;
- **Do ponto de vista de circularidade**, assinatura de protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa para a implementação do PERAL 2.0, um projeto que visa a utilização de água não potável em diversos usos municipais;
- **Do ponto de vista organizacional**, a AdTA irá concluir a revisão de vários dos seus processos de gestão baseada numa metodologia LEAN, com o objetivo de tornar a organização mais ágil, resiliente e eficiente, com particular destaque para o processo de gestão de recursos humanos que carece de uma profunda revisão;
- **Do ponto de vista de resiliência**, prevê-se a conclusão do projeto Agir e consequente resolução de um conjunto de descargas industriais indevidas com impacto na qualidade do serviço;
- Realização de auditoria e implementação de um modelo de gestão dos ativos digitais compatíveis com a nova diretiva comunitária NIS2 relativa à cibersegurança dos vários estados-membro.

4. PLANO DE INVESTIMENTOS

4.1. ENQUADRAMENTO GLOBAL

A garantia de uma estrutura de capitais adequada aos desafios e orientações constitui uma das maiores preocupações da Águas do Tejo Atlântico, atendendo não só ao necessário, porém avultado, Plano de Investimentos, mas também às regras e orientações presentes em cada exercício. Esta preocupação constitui um dos pressupostos de construção do seu EVEF (Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro, Anexo III do Contrato de Concessão).

O Contrato de Concessão da Empresa estabelece um prazo de concessão de 30 anos (2017-2046). Para este horizonte temporal está previsto um investimento, a preços constantes de 2016, de 197,7 milhões de euros. Incorporado neste plano de investimentos está um valor de investimento de substituição/renovação/reabilitação de cerca de 89,1 milhões de euros.

Para além dos investimentos de substituição/renovação/reabilitação, o imobilizado da Empresa (construção civil e equipamento operacional) estará sujeito a trabalhos de manutenção.

A AdTA prevê no plano de investimentos do PAO2025 valores mais consentâneos com a realidade do sistema e preços praticados sem prejuízo de, enquanto não for aprovada a revisão do EVEF submetida a aprovação do Concedente em maio de 2024, aplicar-se-ão os procedimentos de reforço do investimento que dependem de autorização do concedente. O quadro infra faz a comparação com atual EVEF aprovado aquando da criação da Empresa.

Investimento	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção
Investimento do período (previsto no EVEF)	3 514 328	3 602 186	3 677 832	3 751 389	3 826 417
Investimento do período	17 650 294	23 268 031	52 799 907	82 803 062	96 657 598

Figura 11 - Investimento em Capital Fixo para o período 2025-2027

O volume de Investimento em infraestruturas previsto para 2025 é de 52,8 milhões de euros. No quadro seguinte apresenta-se o detalhe dos investimentos por grandes rubricas:

Investimento	31.12.2025 Orçamento
Empreitadas	30 588 626
Estudos e projetos	3 858 020
Terrenos	552 382
Fiscalizações	1 068 543
Assessorias	2 388 298
Outros	14 344 038
	52 799 907

Figura 12 – Detalhe do investimento para 2025

Na rubrica “Outros” foram previstos os investimentos associados à capitalização de encargos, a projetos de Investigação & Desenvolvimento, às aquisições diretas de equipamento básico e a intervenções em infraestruturas associadas às atividades operacionais, que necessitam de substituição/renovação/reabilitação, no âmbito da obrigação de conservação e manutenção das infraestruturas da concessão. As aquisições de equipamento básico, atendendo à sua natureza, valor e motivos da necessidade dos bens a adquirir, nomeadamente o prolongamento da vida útil ou a substituição de ativos em final de vida útil, foram classificadas com investimento em detrimento de serem previstas na rubrica de conservação e manutenção de fornecimentos e serviços externos.

O planeamento de investimentos da Águas do Tejo Atlântico é revisto com periodicidade anual, sendo objeto de acompanhamento mensal no que respeita designadamente à execução física e financeira.

A priorização da execução das empreitadas previstas no Apêndice IV do Anexo I do Contrato de Concessão é anualmente ponderada em função da avaliação de risco associado à não execução de cada investimento, de acordo com a Metodologia de Priorização de Investimentos em vigor no Grupo Águas de Portugal, de forma a manter a qualidade e eficiência dos serviços de recolha e tratamento de águas residuais, salvaguardando a saúde pública, o bem-estar das populações e a proteção do ambiente.

São ainda previstos, sempre que identificados no âmbito de estudos estratégicos realizados pela Águas do Tejo Atlântico, investimentos novos de construção de Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), Estações Elevatórias (EE) e Emissários/Intercetores associados à expansão do Sistema e ao aumento da cobertura/população servida e, como tal, à melhoria significativa da qualidade da água dos meios recetores nas áreas envolventes, a par com os benefícios sociais, económicos e de saúde pública.

Anualmente, na componente de investimento de substituição em Infraestruturas, é efetuada uma análise por Grande Natureza de Ativo (GNA), baseada numa avaliação de risco de falha operacional das infraestruturas. Esta análise permite que sejam identificados e propostos investimentos que contribuam para a redução de situações de degradação de condição infraestrutural e de equipamentos, aumento de eficiência operacional, aumento de eficiência energética e resiliência, bem como de forma específica para a melhoria e manutenção das condições de Segurança nas instalações da Águas do Tejo Atlântico.

4.2. GRANDES TIPOLOGIAS DE INVESTIMENTO

Dos investimentos previstos que pretendem assegurar a necessária e premente melhoria das condições de desempenho, resiliência e operacionalidade dos órgãos e equipamentos existentes nas ETAR, destaca-se a execução de intervenções profundas de reabilitação/substituição nas Fábricas de Água de Torres Vedras, Ericeira, Santa Cruz, Ericeira e Miragaia cujas componentes de construção civil, equipamentos, instalações elétricas e supervisão/automação apresentam elevado grau de degradação, aproximando-se do seu fim de

vida útil, em que a frequência de falhas se tornou muito significativa, com custos muito acrescidos nomeadamente a nível de manutenção (preventiva e curativa). Estas intervenções, em conjunto com os investimentos também previstos no domínio do controlo de caudais pluviais e outras afluições indevidas permitem, assim, repor condições de operacionalidade que garantam a qualidade de serviço e o cumprimento dos Títulos de Utilização de Recursos Hídricos (TURH). Concorrem ainda para este propósito duas linhas de investimento associadas a Otimização dos Processos de Tratamento e Adaptação a novos requisitos de qualidade impostos pelos TURH, no valor total de 16 M€.

Ao nível dos investimentos previstos para as infraestruturas lineares, destacam-se a beneficiação do emissário do Jamor, a reabilitação dos emissários de Folgados, Mem Martins e Vale Mourão e ainda a reabilitação do emissário submarino da Nazaré.

Salientam-se também os investimentos associados à Digitalização, com aposta clara em melhorias associadas ao controlo, automação e supervisão do funcionamento do Sistema da Águas do Tejo Atlântico, por via de investimento em Telegestão/Supervisão/Automação/Instrumentação, visando um aumento da eficiência operacional e do conhecimento das condições de funcionamento do sistema e dos seus ativos em tempo real, destacando-se o investimento de 4,5 M€ na primeira fase do Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico, que ficará concluída no início de 2025.

No domínio da eficiência energética salienta-se a continuação da implementação do “Plano Estratégico Energia+”, procurando de forma integrada dar cumprimento a um conjunto de compromissos de eficiência energética, institucionais e legais, consubstanciados nos seguintes objetivos estratégicos:

- Promover uma cultura de gestão de energia na Empresa;
- Neutralidade Energética até 2030;
- Aumentar a Eficiência Energética;
- Integrar as 23 instalações que representam 80% dos consumos da Águas do Tejo Atlântico no Sistema de Gestão de Energia;
- Melhorar a qualidade e fiabilidade dos dados de energia.

Destaca-se do conjunto de compromissos acima referenciados, o Programa Zero, em implementação pelo Grupo Águas de Portugal, que visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, permitindo atingir a neutralidade energética em 2030. A Águas do Tejo Atlântico está assim comprometida com os objetivos estratégicos do Grupo AdP, integrados no programa Zero do Grupo AdP, realizando investimentos que conduzam à redução dos consumos energéticos, através de implementação de diferentes medidas de eficiência energética e de aumento da produção de energia a partir de recursos disponíveis nas suas instalações, como por exemplo o biogás das Estações de Tratamento das Águas Residuais, mas também de energia eólica, hídrica e solar fotovoltaica, num mix energético integrado

que visará a maximização do autoconsumo. A maximização da energia produzida para autoconsumo obrigará a alterações no padrão da operação, incorporando a produção de energia no core da atividade de saneamento e promovendo a reengenharia de sistemas e processos para aumento de eficiência. Implicará ainda a aposta na digitalização e na qualificação dos trabalhadores, sem esquecer o relevante contributo para o desenvolvimento regional e social. O desenvolvimento do Programa ZERO na Águas do Tejo Atlântico visa a implementação de ações/medidas que se estima que venham a atingir cerca de 32,8 milhões de euros, conduzindo a uma poupança, por via de custos evitados com a aquisição de energia elétrica da rede, que se estima da ordem dos 83,3 milhões de euros até ao final de 2045. Nestes investimentos destaca-se o arranque que ocorreu em 2022 da construção de 19 centrais fotovoltaicas para autoconsumo nas principais Fábricas de Água da Águas do Tejo Atlântico. Encontrando-se concluídas as centrais fotovoltaicas de Chelas e Beírolas. O plano de investimentos reflete ainda a aposta clara da Empresa na manutenção das condições de segurança nas suas instalações com um valor previsto para o triénio de cerca de 12 M€.

Alinhada com a política nacional de gestão dos recursos hídricos e numa ótica de economia circular, a Águas do Tejo Atlântico tem como objetivo o incentivo e promoção da prática de reutilização das águas residuais tratadas nas suas infraestruturas e também ao nível da higiene urbana das cidades e espaços verdes dentro da sua área de concessão. Sempre que seja técnica e economicamente viável, a Águas do Tejo Atlântico pretende dotar as suas ETAR com sistemas de tratamento complementar para a produção de água para reutilização (ApR) reciclando água residual, com uma qualidade e condições de segurança para os trabalhadores e utilizadores, compatíveis com a sua reutilização nos diversos usos.

Ainda no domínio da economia circular tem particular importância o arranque da implementação do Plano de Gestão de Lamas, que se insere no Plano de Circularidade e Valorização Orgânica do Grupo AdP e tem por objetivo a redução da quantidade de lamas de ETAR encaminhadas a destino final, preconizando soluções e intervenções que promovam o efeito de escala e a transformação deste resíduo em novos produtos, permitindo alargar o leque de opções de utilização ou de valor acrescentado para as utilizações já atualmente mais comuns. Este Plano permite ainda internalizar um conjunto de operações de valorização das lamas que se traduz numa maior resiliência das infraestruturas de tratamento à perturbação por fatores externos, como por exemplo dificuldades de escoamento por parte dos prestadores de serviços ou por perturbações no circuito logístico de transporte. Inclui diversas intervenções no domínio da Hidrólise, Compostagem e Secagem Solar de Lamas, cujo valor total dos investimentos previstos é de cerca de 50M€ (2025/2030) e em 2025 prevemos iniciar a empreitada de conceção construção da hidrólise térmica de Frielas.

Do investimento previsto para o triénio 2025-2027, a quase totalidade encontra-se prevista no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da Águas do Tejo Atlântico (EVEF), tendo em vista a garantia da sustentabilidade económica e financeira da Concessão. Os investimentos não previstos no EVEF em vigor ou cujo valor previsional se situa significativamente acima do previsto, decorrentes da resposta do mercado da

construção, serão naturalmente objeto de revisão e, subsequentemente, de aprovação e de autorização prévia da Entidade Reguladora e do Concedente. Não obstante, importa referir que os incrementos de verba propostos estão já refletidos na revisão quinquenal em curso do EVEF.

Salienta-se que o investimento previsto para o triénio continua a refletir a aposta da Empresa na recuperação do investimento que não foi possível realizar nos anos de 2017 a 2023, conforme previsão que consta do EVEF.

Os projetos de investimento são instruídos de acordo com o Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, e aprovados nos termos e condições definidos no Contrato de Concessão e no Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março. Os projetos de investimento são aprovados/autorizados pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), Ministério do Ambiente e Energia e pelos Municípios territorialmente competentes.

4.3. INVESTIMENTO PREVISIONAL

O volume de Investimento em infraestruturas previsto para 2025 é de 52,8 milhões de euros, apresentando-se no quadro seguinte os valores globais para as grandes rubricas.

Investimento	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção
Empreitadas	12 933 795	13 186 596	30 588 626	70 130 891	87 840 668
Estudos e projetos	1 063 206	2 516 628	3 858 020	2 412 686	313 264
Terrenos	0	343 269	552 382	835 273	392 059
Fiscalizações	249 751	577 126	1 068 543	1 993 847	2 189 757
Assessorias	125 107	1 029 636	2 388 298	2 442 037	1 426 189
Outros	3 278 435	5 614 776	14 344 038	4 988 328	4 495 662
	17 650 294	23 268 031	52 799 907	82 803 062	96 657 598

Figura 13 – Detalhe do investimento para o período 2023 - 2027

Apresenta-se no quadro seguinte a descrição sumária da composição da rubrica de Outros (investimentos), para o ano de 2025:

Investimento Outros	31.12.2025 orçamento
Imobilizado Firme - Edifícios	1 545 257
Imobilizado Firme - Equipamento básico	6 288 775
Imobilizado Firme - Equipamento Administrativo	471 846
Imobilizado Firme - Outros Equipamentos	4 182 619
Imobilizado Firme - Equipamento Transporte	275 000
Capitalização de gastos	1 125 770
Outros	454 770
	14 344 038

Figura 14 – Detalhe da rubrica “Outros” para o período 2025

Na rubrica “Outros” foram previstos os investimentos associados às aquisições diretas de equipamento administrativo, de laboratório, ferramentas e utensílios, que, pelo valor de aquisição ou período de vida útil, revestem a natureza de imobilizado.

Nas intervenções e aquisições previstas para 2025 associadas a equipamento básico, teve-se em atenção a natureza, o valor e as características respetivas, nomeadamente o prolongamento da vida útil ou a substituição dos equipamentos em fim de vida útil, atendendo à correta classificação como investimento em detrimento de gastos na rubrica de fornecimentos e serviços externos de conservação, reparação e manutenção.

Destaca-se também nesta rubrica a realização de investimentos associados a projetos de investigação e desenvolvimento (I&D), tendo em vista o estudo e a implementação de soluções alternativas que se traduzirão em benefícios ambientais e económicos a curtos e médio prazo nos processos de tratamento nas ETAR, nomeadamente ao nível do aproveitamento/valorização de subprodutos (biocombustíveis, biosólidos, bioplásticos, bionutrientes, água reciclada), soluções na área da energia e da neutralidade energética e da otimização das etapas de tratamento lamas de ETAR. Prevê-se que, com a implementação dos projetos, se recupere, em termos de gastos operacionais, o investimento efetuado em períodos inferiores a 6 anos. Salienta-se, ainda, que toda a rubrica de investimento em I&D é elegível para benefícios fiscais no âmbito do Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial (SIFIDE). Referente ao imposto - IRC de 2023 a receber em 2024, a Águas do Tejo Atlântico considerou o benefício de 196.107,96 euros.

Investimento previsional detalhado

Nos quadros seguintes será exposta a informação de investimento previsional detalhada, tendo-se optado por pormenorizar apenas a componente de “empreitadas”, por ser aquela que representa valores de execução financeira mais significativos.

Atendendo à estimativa de fecho para o ano 2024 apresentam-se os valores previsionais de investimento para a componente de “empreitadas” prevista para esse ano.

Código	Descrição do investimento	Valor global previsto	Estimativa de fecho 2024
TA-025	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	4 823 280	2 071 584
TA-124	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	4 461 255	1 663 940
TA-297	Empreitada de Substituição de Tampas nos Subistemas das Zonas Norte e Sul – Lotes 1 e 2	2 798 732	1 322 109
TA-199	Conceção/Construção da ETAR da Encarnação	2 795 713	1 026 077
TA-019	Interceptor e estações elevatórias Largo Chafariz de Dentro - Cais do Sodré - Obra METRO 2	755 000	755 000
TA-155	Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro-restantes intervenções	4 680 000	748 800
TA-303 A	Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025	3 099 852	673 881
TA-177 A	Benfeitorias nos sistemas elevatórios do subsistema de Alcântara - EE Terreiro do Trigo	978 444	648 818
TA-088	Reabilitação do emissário de Porto Salvo e Camaras de Visita do Emissário do Jamor	1 178 563	430 512
TA-229	Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água de Beirolas	1 928 045	414 350
TA-166 B	Construção da ETAR do Carvalhal	1 798 508	359 702
TA-213 B	Reabilitação do Emissário São Martinho do Porto	315 000	315 000
TA-247 A	Emissário Jamor (Oeiras)	2 000 000	307 692
TA-303	Reparações Gerais de Construção Civil 2023/2024	2 124 900	243 224
TA-050	Execução de Estação Elevatória e Condução Elevatória de Azambujeira	542 251	225 757
TA-236	Fornecimento e instalação de Centrais Fotovoltaicas nas Fabricas de Água de Alcântara e Beirolas	659 109	199 754
TA-230	Remodelação do Emissário de Monsanto no Troço do Parque Urbano de Miraflores	479 029	185 513
TA-146	Remodelação Emissário de Famões	178 854	178 854
TA-104 B	Substituição de Ventiladores da Desodorização da Fábrica de Água da Guia - Fase Líquida	240 600	177 400
TA-104 A	Beneficiação do Sistema de Ventilação e Desodorização da Fábrica de Água da Guia - Fase Líquida	487 490	176 300
TA-176 B	Fornecimento e Montagem de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Águas do Tejo Atlântico	1 878 451	148 021
TA-224 E	Reabilitação de CV do Emissário das Marianas - Fase 2	300 000	136 364
TA-264 A	Instalação de sobrepressores de arejamento nas FA da Nazaré e da Atouguia da Baleia	184 935	115 584
TA-240	Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água da Ota	96 991	92 283
TA-290	Instalação de analisadores de energia em instalações SGE e SG CIE	88 896	88 896
TA-183	Medição de caudal III-ETAR-Fase I	173 050	74 788
TA-253 A	Benfeitorias Gerais da ETAR de Póvoa da Galega	149 244	74 622
TA-263 C	Reabilitação do sistema de transporte de gradados e areias da FA da Guia	2 399 272	73 535
TA-305 A	Beneficiações Pavimentos 2024	400 000	69 565
TA-278 A	Reabilitação do Emissário de Descarga da Foz do Arelho (troço terrestre)	417 830	64 282
TA-217 E2	Fornecimento e Montagem de Sistema de Arejamento para a Fábrica de Água de Beirolas - PEPE	813 338	27 260
TA-232	Conceção/Construção da linha de investigação e desenvolvimento de reutilização da Fábrica de Água de Alcântara	269 346	23 843
TA-188	Empreitada de Reparações de Serralharias várias na Fábrica de Água da Guia	402 807	21 413
TA-219	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chélas – Fase I	6 198 317	20 866
TA-289 A	Substituição de postes de iluminação na FA de Atouguia da Baleia	15 000	15 000
TA-293 A	Reabilitação da linha de produção Apr – Beirolas	264 852	13 404
TA-217 E3	Substituição dos Ventiladores da Desodorização da Fábrica de Água de Alcântara - PEPE	109 436	11 439
TA-086 A	Reabilitação Estrutural do Emissário de Barcarena - Fase I	1 469 203	226
TA-043	Construção do Sistema Elevatório de Vale da Borra	431 858	-9 060
Total			13 186 596

Figura 15 – Investimento – componente empreitadas – ano 2024

O plano de investimentos em construção para 2025-2027 tem uma estimativa global de 420,6 milhões de euros (sem capitalizações), dos quais cerca de 384,7 milhões de euros respeitam à componente de empreitada, sendo o remanescente relativo a estudos e projetos, terrenos, fiscalizações e assessorias. A execução prevista para o triénio atinge 188,6 milhões de euros na componente de empreitada e 19,9 milhões de euros nos restantes trabalhos associados.

Considerando o elevado número de investimentos e o facto de diversos serem de menor valor, optou-se por individualizar os que têm maior execução e cuja estimativa global representa cerca de 96% do valor previsto no período.

Código	Descrição do investimento	Ano de início	Valor realizado acumulado 30/06/2024	Realização até Dez 2024	Realização no triénio			Realização após	Valor global previsto	Fundos Comunit.			Auto-financiam. (%) (2025-2027)	Endivid. (%) (2025-2027)
					2025	2026	2027	2027		Fundos Comunit.	(%)	Valor Financiado		
TA-286 A	Hidrolise Frielas	2026	0	0	0	8 219	8 966	8 966	26 150	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-287	Neutralidade Energética - Programa Zero	2026	0	0	0	1 542	6 169	17 479	25 190	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-286	Plano de Gestão de Lamas	2027	0	0	0	0	7 365	16 571	23 936	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-254	Beneficiação do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril	2027	0	0	0	0	270	9 730	10 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-182	Alcântara - ligação a Amadora / Benfica- Fase I e Fase II-Bacia de Anti-poliuição	2023	1 965	1 965	152	1 822	1 822	3 340	9 100	-	-	-	0,46%	99,54%
TA-253	Adaptação de ETAR para Cumprimento das Obrigações Definidas nas Novas Licenças de Descargas	2027	0	0	0	0	2 489	5 601	8 090	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-024	Conceção/Construção de Beneficiação da Fábrica de Água de Santa Cruz	2026	0	0	0	3 635	3 965	0	7 600	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-225	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR da Ericeira	2026	0	0	0	3 587	3 913	0	7 500	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-219	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas – Fase I	2021	6 198	6 198	0	0	0	0	6 198	-	-	-	-	-
TA-250	Beneficiação de ETAR com Vista à Melhoria da Eficiência dos Processos de Tratamento	2026	0	0	0	1 477	2 532	2 110	6 120	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-106	Conceção/Construção para a Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I	2018	6 008	6 008	0	0	0	0	6 008	-	-	-	-	-
TA-154 A	Colectores da margem esquerda do Caneiro de Alcântara - Travessa da Horta Navia	2026	0	0	0	2 557	3 068	256	5 880	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-249	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras	2025	0	0	2 059	2 941	0	0	5 000	-	-	-	4,77%	95,23%
TA-254 A	Beneficiação do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril - Fase I	2025	0	0	172	2 069	2 069	690	5 000	-	-	-	0,46%	99,54%
TA-326	Empreitada de Recuperação das Condições de Segurança - Fase 4	2026	0	0	0	857	1 714	2 429	5 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-025	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	2023	901	2 470	2 353	0	0	0	4 823	-	-	-	11,58%	88,42%
TA-155	Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro-restantes intervenções	2024	0	749	2 246	1 685	0	0	4 680	-	-	-	6,62%	93,38%
TA-277	Reabilitação da ETAR de Rio Maior	2027	0	0	0	0	2 152	2 348	4 500	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-124	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	2023	1 673	2 433	1 521	507	0	0	4 461	-	-	-	8,68%	91,32%
TA-156	ApR - Loures	2027	0	0	0	0	922	3 228	4 150	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-278 B	Reabilitação do Emissário Submarino ETAR da Nazaré	2026	0	0	0	1 379	1 655	966	4 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-320	Construção das Restantes Infraestruturas Previstas no Descritivo do Anexo I do Contrato de Concessão	2027	0	0	0	0	1 241	2 759	4 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-086 B	Beneficiação do Emissário de Barcarena – Reabilitação Estrutural (Fase II) e Controlo de Caudais	2026	0	0	0	1 232	2 463	205	3 900	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-153	Colectores da margem direita do Caneiro de Alcântara-restantes intervenções	2028	0	0	0	0	0	3 250	3 250	-	-	-	-	-
TA-303 A	Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025	2024	0	674	1 617	809	0	0	3 100	-	-	-	7,72%	92,28%
TA-287 C	Remodelação dos digestores para otimização da produção de biogás (equipamentos eletromecânicos)	2026	0	0	0	621	1 241	1 138	3 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-321	Beneficiações Gerais de Construção Civil 2025/2026	2025	0	0	857	2 143	0	0	3 000	-	-	-	3,31%	96,69%
TA-322	Beneficiações Gerais de Construção Civil 2026/2027	2026	0	0	0	857	2 143	0	3 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-297	Empreitada de Substituição de Tampas nos Subsistemas das Zonas Norte e Sul – Lotes 1 e 2	2024	436	1 322	1 477	0	0	0	2 799	-	-	-	11,58%	88,42%
TA-199	Conceção/Construção da ETAR da Encarnação	2024	401	1 026	1 249	520	0	0	2 796	-	-	-	8,17%	91,83%
TA-046	Remodelação ETAR Miragaia	2026	0	0	0	682	1 365	569	2 615	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-287 A	Solar III	2025	0	0	650	867	867	217	2 600	-	-	-	3,16%	96,84%
TA-100	Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos	2018	2 576	2 576	0	0	0	0	2 576	-	-	-	-	-
TA-268	Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2022/2023	2022	2 545	2 545	0	0	0	0	2 545	-	-	-	-	-
TA-224	Remodelação de Interceptores/Condutas e Obras para Controlo de Afluências Indevidas	2027	0	0	0	0	1 447	1 053	2 500	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-250 B	Beneficiação da Decantação da ETAR da Guia	2025	0	0	882	1 618	0	0	2 500	-	-	-	4,09%	95,91%
TA-299	Empreitada de Recuperação das Condições de Segurança_Fase3_2024	2025	0	0	217	1 304	978	0	2 500	-	-	-	1,01%	98,99%
TA-307	Beneficiações de Segurança - Fase 2	2028	0	0	0	0	0	2 500	2 500	-	-	-	-	-
TA-227	Conceção/Construção da remodelação do sistema de arejamento e do espessamento de lamas da Fábrica da Água de São João Talha	2020	2 435	2 435	0	0	0	0	2 435	-	-	-	-	-
TA-263 C	Reabilitação do sistema de transporte de gradados e areias da FA da Guia	2022	2 399	2 399	0	0	0	0	2 399	-	-	-	-	-
TA-220	Conceção/Construção de Beneficiação da Fábrica da Água de São João da Talha - Fase I	2021	2 340	2 340	0	0	0	0	2 340	-	-	-	-	-
TA-282	Reconfiguração do sistema de drenagem da Ericeira EE7, EE8 e EE9	2026	0	0	0	1 042	1 158	0	2 200	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-303	Reparações Gerais de Construção Civil 2023/2024	2023	2 118	2 125	0	0	0	0	2 125	-	-	-	-	-
TA-222	Empreitada de Execução da Reabilitação de Edifícios com Estrutura Metálica nas Fábricas de Água da Charneca, Atouguia da Baleia, Zambujeira, Frielas e São João da Talha	2025	0	0	1 145	955	0	0	2 100	-	-	-	6,32%	93,68%
TA-165	Caneiro de Alcântara -Amadora-Obra 3-restantes intervenções	2027	0	0	0	0	319	1 753	2 072	-	-	-	-	-
TA-153 A	Remodelação dos descarregadores D19s e D20 - margem direita do Caneiro de Alcântara	2025	0	0	322	1 288	429	0	2 040	-	-	-	1,83%	98,17%
TA-173	Construção da estação elevatória do efluente final da ETAR de Frielas - Ligação Ribeira da Póvoa	2028	0	0	0	0	0	2 000	2 000	-	-	-	-	-
TA-223	Remodelação da ETAR da Maceira - Fase II	2026	0	0	0	348	1 043	609	2 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-246	Melhorias das Condições de Segurança em Infraestruturas Existentes 2022 - Trevos e Tampas	2026	0	0	0	696	1 043	261	2 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-247 A	Emissário Jamor (Oeiras)	2024	0	308	1 692	0	0	0	2 000	-	-	-	11,58%	88,42%
TA-247 C	Reabilitação Emissários Folgados, Mem Martins e Vale Mourão	2026	0	0	0	783	1 043	174	2 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-288	Plano de Digitalização - Renovação automátos e Rede de Comunicações	2026	0	0	0	435	1 043	522	2 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-307 A	Beneficiações de Segurança - Fase I	2027	0	0	0	0	828	1 172	2 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-245 I	Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2021/2023 - Lote I	2021	1 934	1 934	0	0	0	0	1 934	-	-	-	-	-
TA-229	Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água de Beirolas	2023	133	547	829	552	0	0	1 928	-	-	-	6,95%	93,05%
TA-279	Reabilitação Emissário de Sassoeiros Zona Alta	2025	0	0	0	1 200	700	0	1 900	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-176 B	Fornecimento e Montagem de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Águas do Tejo Atlântico	2021	1 878	1 878	0	0	0	0	1 878	-	-	-	-	-
TA-202	Intervenções na zona ribeirinha Cais do Sodré - Alcântara -Fase II	2027	0	0	0	0	1 083	787	1 870	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-221	Reabilitação dos Sistemas de UV das ETAR de Bucelas, Fervença, Póvoa da Galega, Mafra, Malveira, Miragaia e Párcos e Chelas	2027	0	0	0	0	777	1 068	1 845	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-247	Reabilitação de Emissários e Interceptores na área de Concessão	2028	0	0	0	0	0	1 840	1 840	-	-	-	-	-
TA-283	Reconfiguração do sistema de drenagem da Póvoa da Galega EE1, EE2 e EE3	2025	0	0	138	1 662	0	0	1 800	-	-	-	0,89%	99,11%
TA-166 B	Construção da ETAR do Carvalhal	2024	0	360	1 079	360	0	0	1 799	-	-	-	8,68%	91,32%
TA-287 B	Plano Neutralidade /Eficiência - Substituição Equipamentos	2025	0	0	114	683	683	171	1 651	-	-	-	0,89%	99,11%
TA-294	Benfeitorias do sistema de ventilação e desodorização de Guia-ETFS, Beirolas, Chelas, Frielas e SJT	2025	0	0	145	1 455	0	0	1 600	-	-	-	1,05%	98,95%
TA-078	Reabilitação do emissário de Caparide, na zona de Sintra (ex CP0010.00 a CPI630.00)	2018	1 571	1 571	0	0	0	0	1 571	-	-	-	-	-
TA-179	Fornecimento e montagem de equipamentos eletromecânicos para manutenção e melhoria das instalações existentes nas ETAR de S.João da Talha e Beirolas	2026	0	0	0	1 091	409	0	1 500	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-109	Execução dos Emissários Gravíticos e Sistemas Elevatórios do Subsistema da Ericeira Fase II (Sistema Elevatório S. Lourenço)	2018	1 484	1 484	0	0	0	0	1 484	-	-	-	-	-
TA-164	Reabilitação de Órgãos e Equipamentos da ETAR de Beirolas	2027	0	0	0	0	620	852	1 472	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-086 A	Reabilitação Estrutural do Emissário de Barcarena - Fase I	2021	1 469	1 469	0	0	0	0	1 469	-	-	-	-	-
TA-104	Conceção-Construção da Remodelação do Sistema de Ventilação e Desodorização da FA de Alcântara	2025	0	0	543	869	0	0	1 413	-	-	-	4,45%	95,55%
TA-263 E	Reabilitação de Tampas na Fábrica de Água da Guia (fase líquida) – Fase 2 (tampas T4 a T15)	2025	0	0	560	840	0	0	1 400	-	-	-	4,63%	95,37%
TA-248	Beneficiação e Substituição de Equipamentos em Estações Elevatórias na Área de Concessão	2026	0	0	0	109	652	489	1 250	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-257	Beneficiação da FA de Frielas	2026	0	0	0	489	652	109	1 250	-	-	-	0,00%	100,00%

Código	Descrição do investimento	Ano de início	Valor realizado acumulado 30/06/2024	Realização até Dez 2024	Realização no triénio			Realização após 2027	Valor global previsto	Fundos Comunit.			Auto-financiam. (%) (2025-2027)	Endivid. (%) (2025-2027)
					2025	2026	2027			Fundos Comunit.	(%)	Valor Financiado		
TA-017	Beneficiação da Estação Elevatória da Quinta das Drogas	2017	1 216	1 216	0	0	0	0	1 216	-	-	-	-	-
TA-272	Beneficiação da linha de produção de ApR nas Fábricas de Água da Zona Norte	2026	0	0	0	353	847	0	1 200	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-284	Conceção Construção para Substituição do Monta-Cargas da Fábrica de Água da Guia	2025	0	0	1 200	0	0	0	1 200	-	-	-	11,58%	88,42%
TA-301	Adaptação da EE de Fanhões às afluências indevidas (Frielas)	2025	0	0	92	1 108	0	0	1 200	-	-	-	0,89%	99,11%
TA-176 A	Reparações de Construção Civil em Infraestruturas Existentes	2019	1 191	1 191	0	0	0	0	1 191	-	-	-	-	-
TA-217 D	Conceção/Construção da Beneficiação do Aproveitamento de Biogas das Fábricas de Água de Beirolos, Frielas e S. João da Talha - PEPE	2020	1 179	1 179	0	0	0	0	1 179	-	-	-	-	-
TA-088	Reabilitação do emissário de Porto Salvo e Camaras de Visita do Emissário do Jamor	2023	798	1 179	0	0	0	0	1 179	-	-	-	-	-
TA-245_2	Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2021/2023 - Lote 2	2021	1 139	1 139	0	0	0	0	1 139	-	-	-	-	-
TA-224 D2	Controlo de caudais Pluviais no Município de Torres Vedras – Fase II	2026	0	0	0	357	715	60	1 132	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-147 A	Beneficiação e Ampliação do Subistema de Barril	2020	1 105	1 105	0	0	0	0	1 105	-	-	-	-	-
TA-178	Construção do Emissário de Monsanto - Fase IV	2027	0	0	0	0	326	706	1 031	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-200	Fornecimento e Montagem de Tamisadores para os Subistemas de Alcântara, Chelas e Beirolos	2018	1 010	1 010	0	0	0	0	1 010	-	-	-	-	-
TA-233	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 2ª Fase	2026	0	0	0	600	400	0	1 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-234	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 3ª Fase	2028	0	0	0	0	0	1 000	1 000	-	-	-	-	-
TA-258	Plano de Digitalização - Substituição dos automatismos e atualização da supervisão das ETAR de Beirolos, Chelas, Mafra, Malveira e São João da Talha	2026	0	0	0	471	529	0	1 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-278	Reabilitação de emissários de descarga (troços terrestres e submarinos)	2028	0	0	0	0	0	1 000	1 000	-	-	-	-	-
TA-300	Reabilitação agitação digestores ETAR de Beirolos	2025	0	0	636	364	0	0	1 000	-	-	-	7,37%	92,63%
TA-302	Sistema elevatório de Carcavelos - Sassoeiros	2027	0	0	0	0	692	308	1 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-323	Beneficiações de Edificados de Construção Civil 2025	2025	0	0	455	545	0	0	1 000	-	-	-	5,26%	94,74%
TA-324	Beneficiações de Edificados de Construção Civil 2026	2026	0	0	0	455	545	0	1 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-325	Beneficiações de Edificados de Construção Civil 2027	2027	0	0	0	0	455	545	1 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-238	Execução de Reparações Gerais de Construção Civil – 2021	2020	998	998	0	0	0	0	998	-	-	-	-	-
TA-177 A	Benefeitorias nos sistemas elevatórios do subistema de Alcântara - EE Terreiro do Trigo	2024	154	649	330	0	0	0	978	-	-	-	11,58%	88,42%
TA-167	Emissário da Calhandriz - Restantes Intervenções	2027	0	0	0	0	443	517	960	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-180	Beneficiação/Reparação de construção civil e equipamentos eletromecânicos na EE e ETAR do CO de Mafra	2026	0	0	0	56	678	226	960	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-166 A	Construção dos Emissários Gravíticos do Subistema do Carvalhal	2018	930	930	0	0	0	0	930	-	-	-	-	-
TA-016	Reabilitação do emissário da Castelhana, no troço entre a Auto-estrada A5 e o Interceptor (cx CS0160.00 a CS1020.00)	2017	928	928	0	0	0	0	928	-	-	-	-	-
TA-176 C	Melhorias das Condições de Segurança e Reparações em Infraestruturas Existentes	2019	907	907	0	0	0	0	907	-	-	-	-	-
TA-293	Empreitada de beneficiação da linha de produção de ApR	2025	0	0	277	623	0	0	900	-	-	-	3,56%	96,44%
TA-125	Beneficiação do Sistema de Desinfecção por UV da Fábrica de Água de Alcântara	2019	899	899	0	0	0	0	899	-	-	-	-	-
TA-144	Conceção/Construção da Remodelação da Desodorização da Fase Sólida da ETAR de Beirolos	2027	0	0	0	0	45	810	855	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-280	Construção do Emissário da zona baixa da Amoreira	2028	0	0	0	0	0	850	850	-	-	-	-	-
TA-031	Construção dos Sistemas Elevatórios de Moledo, Feteira, Reguengo Pequeno e Pena Seca	2019	849	849	0	0	0	0	849	-	-	-	-	-
TA-217 E2	Fornecimento e Montagem de Sistema de Arejamento para a Fábrica de Água de Beirolos - PEPE	2022	813	813	0	0	0	0	813	-	-	-	-	-
TA-308	Beneficiação de Infraestruturas e Equipamentos	2026	0	0	0	185	615	0	800	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-224 C	Intervenções de Controlo de Afluências Indevidas no Interceptor Caneças/Ramada/Odivelas (Integra TA-175)	2026	0	0	0	207	415	173	795	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-099	Reabilitação de Descarregadores dos Subistemas de Alcântara e Chelas - Fase I	2019	790	790	0	0	0	0	790	-	-	-	-	-
TA-149	Reabilitação do Interceptor da Asseiceira do Subistema da Póvoa da Galega	2021	776	776	0	0	0	0	776	-	-	-	-	-
TA-015	Colocação em serviço da quarta linha de decantação na Estação de Tratamento da Fase Líquida da ETAR da Guia	2016	763	763	0	0	0	0	763	-	-	-	-	-
TA-019	Interceptor e estações elevatórias Largo Chafariz de Dentro - Cais do Sodré - Obra METRO 2	2024	0	755	0	0	0	0	755	-	-	-	-	-
TA-217 E1	Fornecimento e Montagem de Grupo de Cogeração na ETAR de Frielas - PEPE	2021	750	750	0	0	0	0	750	-	-	-	-	-
TA-269	Reabilitação das instalações processuais de gás e biogas - Sul	2026	0	0	0	720	0	0	720	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-100 A	Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos - Restantes Intervenções	2025	0	0	215	485	0	0	700	-	-	-	3,56%	96,44%
TA-130	Reabilitação de Quadros Elétricos - Zona Sul	2027	0	0	0	0	700	0	700	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-156 A	ApR - Loures - Adução	2025	0	0	233	467	0	0	700	-	-	-	3,86%	96,14%
TA-218	Conceção/Construção do Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Alcântara	2026	0	0	0	184	442	74	700	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-296	Empreitada de beneficiação construção civil ETAR da Guia - Prioridades I	2025	0	0	560	140	0	0	700	-	-	-	9,26%	90,74%
TA-304	Beneficiações/Ampliações Espaços Sociais (Balneários/Refeitórios/Escritório) (HSST)	2027	0	0	0	0	646	54	700	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-305	Beneficiações Pavimentos e Acessos Exteriores	2026	0	0	0	233	467	0	700	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-317	Otimização da desidratação de lamas da FA de Alcântara	2026	0	0	0	54	646	0	700	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-020	Remodelação ETAR de Maceira	2018	700	700	0	0	0	0	700	-	-	-	-	-
TA-217 C	Conceção/Construção da remodelação do sistema de extração de lamas das pontes dos decantadores secundários na Fábrica da Água de Frielas - P1 a P4 - PEPE	2019	659	659	0	0	0	0	659	-	-	-	-	-
TA-236	Fornecimento e instalação de Centrais Fotovoltaicas nas Fabricas de Água de Alcântara e Beirolos	2021	597	659	0	0	0	0	659	-	-	-	-	-
TA-096	Construção da estação elevatória da Carvoeira-Fase II	2018	659	659	0	0	0	0	659	-	-	-	-	-
TA-189	Reparações de Tanques e Poços em várias ETAR e EE	2025	0	0	469	176	0	0	645	-	-	-	8,42%	91,58%
TA-215	Conceção/Construção do Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Água de Beirolos	2020	612	612	0	0	0	0	612	-	-	-	-	-
TA-244	Beneficiação de Alçados no Recinto da Fábrica da Água de Frielas	2026	0	0	0	176	424	0	600	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-295	Remodelação da instrumentação (incluindo variadores de velocidade) e upgrading do controlo automático de arejamento dos reatores biológicos de Charneca e Vila Franca de Xira	2027	0	0	0	0	261	339	600	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-315	Investimento Avaliação Risco ISO 55 001 EE Subistema Santa Cruz	2028	0	0	0	0	0	600	600	-	-	-	-	-
TA-281	Empreitada de desativação da ETAR da Lagoa e ligação ao sistema da Ericeira	2025	0	0	227	363	0	0	590	-	-	-	4,45%	95,55%
TA-117 A	Execução do Emissário de Montemor (Frielas) - Troços II e IV	2021	580	580	0	0	0	0	580	-	-	-	-	-
TA-158	Interceptores norte e sul - adaptação aos sistemas unitários	2028	0	0	0	0	0	580	580	-	-	-	-	-
TA-203	Execução do Emissário de A-do-Baixo	2018	574	574	0	0	0	0	574	-	-	-	-	-
TA-276	Beneficiação de EE e FA - zona Norte	2027	0	0	0	0	206	354	560	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-177	Benefeitorias nos sistemas elevatórios do subistema de Alcântara - Fase II - Restantes Intervenções	2026	0	0	0	85	465	0	550	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-224 D1	Controlo de caudais Pluviais no Município de Torres Vedras – Fase I	2026	0	0	0	174	347	29	550	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-231	Conceção/Construção para Beneficiação do Sistema de Climatização dos Edifícios Administrativo e de Exploração da Fábrica de Água de Alcântara	2026	0	0	0	244	306	0	550	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-309	Sistema de Drenagem de Bucelas - Adaptação aos Sistemas Unitários	2027	0	0	0	0	250	300	550	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-050	Execução de Estação Elevatória e Conduta Elevatória de Azambujeira	2023	542	542	0	0	0	0	542	-	-	-	-	-
TA-041	Construção do Sistema de Rejeição Pedra de Ouro/Vale Paredes	2026	0	0	0	167	335	28	530	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-113	Reparação dos silos de lamas em FA	2025	0	0	400	100	0	0	500	-	-	-	9,26%	90,74%
TA-246 A	Melhorias das Condições de Segurança em Infraestruturas Existentes 2022 - Trevos e Tampas - Santa Cruz e Odivelas	2025	0	0	130	261	109	0	500	-	-	-	3,02%	96,98%
TA-306	Portões e Vedações (Security/Integridade Infraestruturas) – Fase 2	2025	0	0	400	100	0	0	500	-	-	-	9,26%	90,74%
(...)	Restantes Investimentos		17 011	18 163	2 941	2 894	2 231	1 577	27 806					
			79 595	88 791	30 589	70 131	87 841	107 336	384 688					

Figura 16 – Investimento – componente empreitadas – período 2024 – 2027.

Os “Restantes Investimentos” representam o conjunto de projetos de investimento com execução financeira menos significativa no triénio.

No quadro seguinte apresentam-se os valores do investimento previsional em que se procurou individualizar os projetos de investimento com maior execução financeira realizada/prevista no triénio 2023-2025 para possibilitar o acompanhamento da taxa de execução física/financeira e evidenciar a evolução em 2023 (execução), 2024 (estimativa) e 2025 (previsão).

Código	Descrição do investimento	Valor global previsto PAO 2025	2023	2023	2024		2024	Realização no triénio			Realização após
			Valor realizado 2023	Execução Física/Fin. Acum. (%)	Valor Previsto PAO 2024-v2	Valor Previsto PAO 2025	Execução Física/Fin. Acum. (%)	2025	2026	2027	2027
TA-025	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	4 823	398	8%	2 580	2 072	51%	2 353	0	0	0
TA-124	Plano de Digitalização - Sistema de Telegeração da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	4 461	769	17%	2 419	1 664	55%	1 521	507	0	0
TA-155	Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Uzíandro-restantes intervenções	4 680	0	0%	0	749	16%	2 246	1 685	0	0
TA-297	Empreitada de Substituição de Tampas nos Subsistemas das Zonas Norte e Sul – Lotes 1 e 2	2 799	0	0%	206	1 322	47%	1 477	0	0	0
TA-303 A	Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025	3 100	0	0%	706	674	22%	1 617	809	0	0
TA-199	Conceção/Construção da ETAR da Encarnação	2 796	0	0%	754	1 026	37%	1 249	520	0	0
TA-303	Reparações Gerais de Construção Civil 2023/2024	2 125	1 882	89%	243	243	100%	0	0	0	0
TA-182	Alcântara - ligação a Amadora / Benfca- Fase I e Fase II-Bacia de Anti-polluição	9 100	1 965	22%	0	0	22%	152	1 822	1 822	3 340
TA-249	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras	5 000	0	0%	0	0	0%	2 059	2 941	0	0
TA-247 A	Emissário Jamor (Oeiras)	2 000	0	0%	308	308	15%	1 692	0	0	0
TA-166 B	Construção da ETAR do Carnalhal	1 799	0	0%	540	360	20%	1 079	360	0	0
TA-268	Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2022/2023	2 545	1 383	54%	0	0	54%	0	0	0	0
TA-229	Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água de Beirólas	1 928	133	7%	1 168	414	28%	829	552	0	0
TA-284	Conceção/Construção para Substituição do Monta-Cargas da Fábrica de Água da Guia	1 200	0	0%	800	0	0%	1 200	0	0	0
TA-088	Reabilitação do emissário de Porto Salvo e Camaras de Visita do Emissário do Jamor	1 179	748	63%	406	431	100%	0	0	0	0
TA-222	Empreitada de Execução da Reabilitação de Edifícios com Estrutura Metálica nas Fábricas de Água da Charneca, Atouguia da Baía, Zambujeira, Frieiras e São João da Talha	2 100	0	0%	556	0	0%	1 145	955	0	0
TA-263 C	Reabilitação do sistema de transporte de gradados e areias da FA da Guia	2 399	937	39%	1 06	74	42%	0	0	0	0
TA-177 A	Beneficiários nos sistemas elevatórios do subsistema de Alcântara - EE Terreiro do Trigo	978	0	0%	700	649	66%	330	0	0	0
TA-250 B	Beneficiação da Decantação da ETAR da Guia	2 500	0	0%	0	0	0%	882	1 618	0	0
TA-321	Beneficiações Gerais de Construção Civil 2025/2026	3 000	0	0%	0	0	0%	857	2 143	0	0
TA-019	Interceptor e estações elevatórias Largo Chafariz de Dentro - Cais do Sodré - Obra METRO 2	755	0	0%	755	755	100%	0	0	0	0
TA-287 A	Solar III	2 600	0	0%	0	0	0%	650	867	867	217
TA-300	Reabilitação agitação digestores ETAR de Beirólas	1 000	0	0%	727	0	0%	636	364	0	0
TA-263 E	Reabilitação de Tampas na Fábrica de Água da Guia (fase líquida) – Fase 2 (tampas T4 a T15)	1 400	0	0%	467	0	0%	560	840	0	0
TA-296	Empreitada de beneficiação construção civil ETAR da Guia - Prioridades I	700	0	0%	560	0	0%	560	140	0	0
TA-104	Conceção/Construção da Remodelação do Sistema de Ventilação e Desodorização da FA de Alcântara	1 413	0	0%	326	0	0%	543	869	0	0
TA-050	Execução de Estação Elevatória e Conduta Elevatória de Azambujeira	542	316	58%	279	226	100%	0	0	0	0
TA-104 A	Beneficiação do Sistema de Ventilação e Desodorização da Fábrica de Água da Guia - Fase Líquida	487	311	64%	176	176	100%	0	0	0	0
TA-230	Remodelação do Emissário de Monsanto no Troço do Parque Urbano de Miraflores	479	15	3%	475	186	42%	278	0	0	0
TA-189	Reparações de Tanques e Poços em várias ETAR e EE	645	0	0%	352	0	0%	469	176	0	0
TA-247 B	Reabilitação urgente do emissário da Lage	460	460	100%	0	0	100%	0	0	0	0
TA-323	Beneficiações de Edifícios de Construção Civil 2025	1 000	0	0%	0	0	0%	455	545	0	0
TA-217 E2	Fornecimento e Montagem de Sistema de Arreamento para a Fábrica de Água de Beirólas - PEPE	813	413	51%	27	27	54%	0	0	0	0
TA-043	Construção do Sistema Elevatório de Vale da Borra	432	441	102%	0	-9	100%	0	0	0	0
TA-117 B	Emissário de Montemor - Troço III	430	430	100%	20	0	100%	0	0	0	0
TA-278 A	Reabilitação do Emissário de Descarga da Foz do Arelho (troço terrestre)	418	0	0%	231	64	15%	354	0	0	0
TA-113	Reparação dos silos de lamas em FA	500	0	0%	0	0	0%	400	100	0	0
TA-306	Portões e Vedações (Security/Integridade Infraestruturas) – Fase 2	500	0	0%	0	0	0%	400	100	0	0
TA-245_I	Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2021/2023 - Lote I	1 934	354	18%	0	0	18%	0	0	0	0
TA-266	Instalação de novos Postos de Carregamento de viaturas elétricas	350	0	0%	350	0	0%	350	0	0	0
TA-153 A	Remodelação dos descarregadores D19s e D20 - margem direita do Canieiro de Alcântara	2 040	0	0%	120	0	0%	322	1 288	429	0
TA-213 B	Reabilitação do Emissário São Martinho do Porto	315	0	0%	320	315	100%	0	0	0	0
TA-224 E	Reabilitação de CV do Emissário das Marianas - Fase 2	300	0	0%	300	136	45%	164	0	0	0
(...)	Restantes Investimentos	304 663	1 979	1%	6 867	1 326	1%	3 758	50 931	84 723	103 780
Total		384 688	12 934		23 844	13 187		30 589	70 131	87 841	107 336

Figura 17 – Investimento com maior execução financeira – período 2023 - 2025

O investimento e financiamento previsional para 2025 apresenta-se detalhado na figura 18 para os investimentos com maior execução financeira no ano, que no conjunto representam cerca de 94% do planeado.

Código	Descrição do investimento	Valor global previsto	Realização 2025	Fontes de Financiamento			Investimento Relevante Sim/Não	Previsto no EVEF aprovado	
				Fundos Comunit. Programa	(%)	Auto-financiam. (%)		Endividamento (%)	Se não: diligências para aprovação?
TA-025	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	4 823	2 353			56,86%	Não	43,14%	Reforço de investimento autorizado
TA-155	Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro-restaurantes intervenções	4 680	2 246			7,41%	Não	92,59%	Reforço de investimento autorizado
TA-249	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras	5 000	2 059			4,77%	Não	95,23%	Investimento de substituição*
TA-247 A	Emissário Jamor (Oeiras)	2 000	1 692			11,58%	Não	88,42%	Investimento de substituição*
TA-303 A	Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025	3 100	1 617			8,56%	Não	91,44%	Investimento de substituição*
TA-124	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	4 461	1 521			10,26%	Não	89,74%	Reforço de investimento autorizado
TA-297	Empreitada de Substituição de Tampas nos Subistemas das Zonas Norte e Sul – Lotes 1 e 2	2 799	1 477			11,58%	Não	88,42%	Investimento de substituição*
TA-199	Conceção/Construção da ETAR da Encarnação	2 796	1 249			9,42%	Não	90,58%	Reforço de investimento autorizado
TA-284	Conceção Construção para Substituição do Monta-Cargas da Fábrica de Água da Guia	1 200	1 200			11,58%	Não	88,42%	Investimento de substituição*
TA-222	Empreitada de Execução da Reabilitação de Edifícios com Estrutura Metálica nas Fábricas de Água da Charneca, Atouguia da Baleia, Zambujeira, Frielas e São João da Talha	2 100	1 145			6,32%	Não	93,68%	Investimento de substituição*
TA-166 B	Construção da ETAR do Carvalhal	1 799	1 079			9,26%	Não	90,74%	Reforço de investimento autorizado
TA-250 B	Beneficiação da Decantação da ETAR da Guia	2 500	882			4,09%	Não	95,91%	
TA-321	Beneficiações Gerais de Construção Civil 2025/2026	3 000	857			3,31%	Não	96,69%	
TA-229	Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água de Beirolas	1 928	829			8,26%	Não	91,74%	Investimento de substituição*
TA-287 A	Solar III	2 600	650			3,16%	Não	96,84%	Investimento autorizado
TA-300	Reabilitação agitação digestores ETAR de Beirolas	1 000	636			7,37%	Não	92,63%	
TA-263 E	Reabilitação de Tampas na Fábrica de Água da Guia (fase líquida) – Fase 2 (tampas T4 a T15)	1 400	560			4,63%	Não	95,37%	Investimento de substituição*
TA-296	Empreitada de beneficiação construção civil ETAR da Guia - Prioridades I	700	560			9,26%	Não	90,74%	
TA-104	Conceção-Construção da Remodelação do Sistema de Ventilação e Desodorização da FA de Alcântara	1 413	543			4,45%	Não	95,55%	Sim
TA-189	Reparações de Tanques e Poços em várias ETAR e EE	645	469			8,42%	Não	91,58%	Sim
TA-323	Beneficiações de Edifícios de Construção Civil 2025	1 000	455			5,26%	Não	94,74%	Não
TA-113	Reparação dos silos de lamas em FA	500	400			9,26%	Não	90,74%	Sim
TA-306	Portões e Vedações (Security)/Integridade Infraestruturas – Fase 2	500	400			9,26%	Não	90,74%	Não
TA-278 A	Reabilitação do Emissário de Descarga da Foz do Arelho (troço terrestre)	418	354			11,58%	Não	88,42%	Investimento de substituição*
TA-266	Instalação de novos Postos de Carregamento de viaturas elétricas	350	350			11,58%	Não	88,42%	Não
TA-177 A	Beneficiários nos sistemas elevatórios do subsistema de Alcântara - EE Terreiro do Trigo	978	330			11,58%	Não	88,42%	Sim
TA-153 A	Remodelação dos descarregadores D19s e D20 - margem direita do Caneiro de Alcântara	2 040	322			1,83%	Não	98,17%	Sim
TA-224 A	Empreitada de adaptação às aflúências indevidas no subsistema de Frielas - controlo caudais, fase III	480	280			6,75%	Não	93,25%	Investimento de substituição*
TA-230	Remodelação do Emissário de Monsanto no Troço do Parque Urbano de Miraflores	479	278			11,58%	Não	88,42%	Investimento de substituição*
TA-293	Empreitada de beneficiação da linha de produção de ApR	900	277			3,56%	Não	96,44%	Não
TA-252	Remodelação e Otimização do Sistema de Ar Comprimido na ETAR de Alcântara	300	263			10,13%	Não	89,87%	Não
TA-156 A	ApR - Loures - Adução	700	233			3,86%	Não	96,14%	Sim
TA-281	Empreitada de desativação da ETAR da Lagoa e ligação ao sistema da Ericeira	590	227			4,45%	Não	95,55%	Investimento autorizado
TA-299	Empreitada de Recuperação das Condições de Segurança Fase3_2024	2 500	217			1,01%	Não	98,99%	Não
TA-100 A	Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos - Restantes Intervenções	700	215			3,56%	Não	96,44%	Sim
TA-305 A	Beneficiações Pavimentos 2024	400	209			8,06%	Não	91,94%	Investimento de substituição*
TA-269 A	Adaptação do sistema de medição de biogás das FA de Beirolas, Frielas, Vila Franca de Xira e São João da Talha	280	200			8,27%	Não	91,73%	Não
TA-318	Substituição das bombas de água de lavagem dos biofiltros da FA de Alcântara	200	200			11,58%	Não	88,42%	Não
(...)	Restantes Investimentos	321 430	1 753						
Total		384 688	30 589						

(*) Recurso à verba genérica prevista no Contrato de Concessão para investimentos de substituição/renovação/reabilitação.

Figura 18 – Investimento e financiamento previsional – componente empreitadas – ano 2025

Os investimentos previstos no Contrato de Concessão pelo facto de terem sofrido alterações ao nível do grau de complexidade das intervenções a realizar e, consequentemente, dos montantes de investimento necessário, mas sobretudo decorrente de uma evolução do mercado excecional, conforme reconhecido pelo Governo de Portugal em Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio, estão na sua maioria, sujeitos a obtenção de parecer do Regulador e autorização do Concedente. Adicionalmente, a realização de investimento não previsto no Contrato de Concessão está também sujeita a parecer do Regulador e autorização do Concedente.

Com a expectável aprovação da proposta de revisão do contrato de concessão e EVEF em análise, é expectável uma maior celeridade em todo o processo de investimento, sendo que o presente planeamento está elaborado nesse pressuposto.

Apresenta-se de seguida tabela com a indicação do âmbito/objetivo para os quais contribuem os investimentos anuais a realizar de 2025 a 2027:

Investimento em milhares de euros

Âmbito do Investimento	2025	2026	2027
Remodelação, Reabilitação e Substituição	16 543	35 122	32 973
Otimização e Adaptação a novas Licenças de Descarga	3 383	9 423	12 954
Transformação Digital	1 521	2 012	1 973
Segurança	3 584	3 958	4 672
Cobertura de Serviço	3 418	2 352	1 934
Plano de Lamas Circularidade	0	8 219	16 331
Neutralidade Energética	764	3 713	8 960
Controle de Afluências Indevidas	858	3 335	5 153
Outros	518	1 997	2 891
Total Geral	30 589	70 131	87 841

4.4. NOVOS INVESTIMENTOS COM EXPRESSÃO MATERIAL

Nos termos do ponto 4 das Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027, consideram-se novos investimentos com expressão material para efeitos de acompanhamento do crescimento do endividamento, “os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano do triénio seja igual ou superior a 10,7 milhões de euros ou o resultante da aplicação de 10% do orçamento anual da empresa”.

Na figura seguinte apresenta-se o cálculo da expressão material do investimento.

Investimento	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção
Investimento	52 799 907	82 803 062	96 657 598
CMVMC	5 940 774	6 204 430	6 209 696
FSE	46 950 060	45 893 599	46 361 631
Gastos com pessoal	19 065 285	20 405 019	20 684 439
Outros gastos operacionais	921 151	912 290	931 494
	125 677 176	156 218 400	170 844 858
10% do valor	12 567 718	15 621 840	17 084 486

Figura 19 – Cálculo da expressão material do investimento 2025-2027

Do apuramento da expressão material não se identificaram no plano de investimentos da Empresa, investimentos com expressão material.

Adicionalmente, nos termos do referido das IEPAO 2025-2027, consideram-se novos investimentos do plano 2025, os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cujo valor é igual ou superior a 10,7 milhões de euros.

Os investimentos de substituição, renovação ou reabilitação consideram-se excluídos deste âmbito pois pela sua natureza destinam-se a manter o bom estado de funcionamento das infraestruturas, conservação e segurança, estando prevista contratualmente verba genérica para a sua realização.

Nos termos da definição acima não existem novos investimentos a considerar.

Nos anexos I, II e III apresentam-se as fichas descritivas de investimento, bem como a ficha de seleção de investimentos plurianuais.

Retorno económico e financeiro dos investimentos

O retorno económico e financeiro de cada um dos projetos de investimento não é direta ou individualmente aferível uma vez que estes são desenvolvidos no âmbito dos contratos de concessão celebrados entre o Estado Português e os Municípios, no estreito cumprimento da respetiva missão: conceber, construir, explorar e gerir, no caso presente, Sistemas de Saneamento de Águas Residuais, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com exceção de alguns investimentos no domínio da eficiência, que têm associado um período de retorno inferior ao da concessão pela redução de gastos ou aumento de proveitos que venham a gerar, a sustentabilidade económica e financeira dos investimentos relevantes encontra-se pois assegurada nos próprios contratos de concessão, designadamente no Estudo de Viabilidade Económica e Financeiro (EVEF) que os acompanha e onde estão previstos (com detalhe) os investimentos e as respetivas fontes de financiamento, bem como as tarifas e os rendimentos tarifários que, num regime de “cost-plus”, permitirão assegurar essa sustentabilidade.

Adicionalmente, projetos de eficiência como o plano Zero e o Plano de Lamas do Grupo AdP, nos quais se enquadram alguns dos investimentos do próximo triénio foram alvo de uma análise integrada para todo o Grupo, por parte da ERSAR e das respetivas tutelas, tendo merecido aprovação das mesmas.

Nos contratos de concessão são considerados os encargos a recuperar por via tarifária, os gastos operacionais, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. A rentabilidade dos capitais próprios a recuperar por via tarifária resulta da remuneração do capital social e da reserva legal, a uma taxa equivalente às Obrigações do Tesouro a 10 anos acrescida de uma margem de 3%.

4.5. FINANCIAMENTO E ENDIVIDAMENTO

A estrutura de financiamento da Empresa, considerando o recurso às fontes de financiamento assinaladas, para além do autofinanciamento é a seguinte:

- O Capital Social, que ascende a 113,5 M€;
- A comparticipação total de fundos comunitários (subsídios ao investimento);
- Empréstimos BEI;
- Apoio de tesouraria da AdP-SGPS, S.A..

No que respeita ao período em análise (2025-2027), identificam-se de seguida as fontes de financiamento:

Fontes de financiamento	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção	variação % 2025 vs 2024
Passivos não correntes						
Empréstimos BEI	158 085 678	142 336 516	125 496 172	105 771 057	84 748 952	-12%
Subsídios ao investimento	111 884 190	107 113 676	102 297 877	97 463 975	92 590 546	-4%
	269 969 868	249 450 192	227 794 049	203 235 032	177 339 498	-8,68%
Passivos correntes						
Empréstimos BEI	15 654 441	16 376 724	17 203 782	21 622 724	24 976 172	5%
Apoio de tesouraria da AdP SGPS	0	0	20 485 340	102 279 369	202 852 216	-
	15 654 441	16 376 724	37 689 122	123 902 093	227 828 388	130,14%
Total de financiamentos	285 624 309	265 826 916	265 483 171	327 137 125	405 167 886	-0,13%

Figura 20 - Fontes de Financiamento para o período 2025-2027

A Águas do Tejo Atlântico, proveniente da estimativa de aumento dos preços em 2025, quer de bens, materiais e serviços, projetou a sua estrutura de endividamento. A atividade da Águas do Tejo Atlântico está exposta a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez. A política de gestão de riscos do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes de imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada pela *holding* do Grupo.

A Empresa projetou, para a estimativa de fecho de 2024 e para os anos de 2025 a 2027, as amortizações previstas referentes ao financiamento contratualizado junto do Banco Europeu de Investimento. Contudo, derivado, essencialmente, do grande volume de investimento, a Águas do Tejo Atlântico prevê aumentar em 2025 o seu endividamento bruto em 3%.

Assim, decorrente do forte aumento do volume de investimentos, em que os valores a despesar são agravados pelo aumento de preços, a Empresa prevê para 2025, e anos seguintes, o recurso a apoio de tesouraria junto do acionista maioritário, AdP, SGPS, S.A., conforme figura 21.

Apresenta-se de seguida a estrutura de endividamento para o triénio:

Endividamento	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção	variação % 2025 vs 2024
Empréstimos BEI (não correntes)	158 085 678	142 336 516	125 496 172	105 771 057	84 748 952	-12%
Empréstimos BEI (correntes)	15 654 441	16 376 724	17 203 782	21 622 724	24 976 172	5%
Apoio de tesouraria da AdP SGPS (	0	0	20 485 340	102 279 369	202 852 216	-
Endividamento bruto	173 740 119	158 713 239	163 185 294	229 673 150	312 577 340	2,82%
Caixa e equivalentes de caixa	7 310 052	34 725 966	5 000	5 000	5 000	-100%
Apoio de tesouraria à AdP SGPS	55 013 154	0	0	0	0	-
Total disponibilidades	62 323 206	34 725 966	5 000	5 000	5 000	-99,99%
Endividamento líquido	111 416 914	123 987 274	163 180 294	229 668 150	312 572 340	31,61%
Variação do endividamento bruto		-9%	3%	41%	36%	
Variação do endividamento líquido		11%	32%	41%	36%	

Figura 21 - Endividamento no período 2025-2027

Taxa média de financiamento	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção	variação % 2025 vs 2024
Endividamento bruto	173 740 119	158 713 239	163 185 294	229 673 150	312 577 340	3%
Gastos financeiros	4 763 532	4 432 712	4 428 764	5 547 839	7 367 183	0%
Taxa média de financiamento	2,74%	2,79%	2,71%	2,42%	2,36%	-2,83%

Figura 22 - Taxa média de financiamento no período 2025-2027

4.6. CÁLCULO DA VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., cumpre com o disposto no número 4 das instruções para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027, aumentando o seu endividamento em 2025 apenas em 1,64%, inferior ao preconizado de 2%.

Endividamento	31.12.2025 Orçamento
Financiamento remunerado (n)	163 185 294
Financiamento remunerado (n-1)	158 713 239
Capital social realizado (n)	113 527 680
Capital social realizado (n-1)	113 527 680
Novos investimentos do ano (relevantes)	
Variação do Endividamento	1,64%

Figura 23 – Variação do endividamento no período 2024-2025

5. RECURSOS HUMANOS

5.1. RECURSOS HUMANOS

A Águas do Tejo Atlântico partilha as políticas do Grupo AdP na gestão de recursos humanos, alinhadas com os seus objetivos estratégicos e em cumprimento com as orientações da tutela e da moldura legal vigente aplicável ao SEE.

5.2. GASTOS

Os gastos com pessoal apresentam-se do seguinte modo:

Gastos com o pessoal	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2026	31.12.2027	variação %
	Real	EF	Orçamento	Projeção	Projeção	2025 vs 2024
Gastos com Órgãos Sociais	343 185	368 220	375 524	375 524	375 524	2%
Gastos com pessoal	10 720 245	12 415 970	14 211 201	15 272 648	15 501 560	14%
Encargos sociais sobre remunerações	2 467 914	2 805 934	3 198 474	3 448 020	3 499 259	14%
Seguro de acidentes de trabalho	125 732	124 687	125 673	134 405	135 617	1%
Seguro de saúde e de vida	724 711	717 860	987 109	995 082	996 912	38%
Formação	193 272	163 213	771 531	781 549	783 497	373%
Fardamento	156 352	159 670	177 187	178 460	175 347	11%
Indemnizações/ rescisões	0	0	0	0	0	0%
Proteção e Segurança	122 673	114 867	176 707	174 590	171 486	0%
Outros gastos com pessoal	192 679	638 087	227 068	229 929	230 424	-64%
Subsídios à exploração	(60 010)	(59 203)	(59 419)	(59 419)	(59 419)	0%
Trabalhos para a própria empresa	(1 147 335)	(1 005 491)	(1 125 770)	(1 125 770)	(1 125 770)	12%
Total de gastos com pessoal	13 839 418	16 443 813	19 065 285	20 405 019	20 684 439	16%
Total sem TPPE e subsídios à exploração	15 046 762	17 508 507	20 250 474	21 590 208	21 869 628	16%

Figura 24 - Gastos com Pessoal

O valor de trabalhos para a própria Empresa, respeita à capitalização de gastos com o pessoal dos colaboradores diretamente afetos à área de investimento, ou seja, às áreas de Engenharia, Estudos e Projetos e Gestão de Ativos.

Decorrente das atividades de investigação e desenvolvimento, em que a Águas do Tejo Atlântico tem vindo fortemente a apostar nos últimos anos, têm sido conseguidos vários subsídios que permitem neutralizar parte dos gastos incorridos, quer com o pessoal, quer com FSE's diretamente envolvidos nesses projetos de IDI. Por esse motivo, a Empresa evidencia nas suas demonstrações financeiras o impacte do reconhecimento desses mesmos subsídios mediante a diminuição de gastos.

A Empresa apresentada seguidamente o quadro dos gastos com o pessoal sem a dedução do valor de capitalizações e do valor de subsídios à exploração (subsídios normalmente atribuídos a projetos na área de investigação e desenvolvimento) diretamente relacionados com gastos com pessoal, conforme figura 25, não correspondendo, portanto, esse valor ao apresentado na demonstração de resultados.

Pessoal	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	EF	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Nº Total de Trabalhadores	416	470	470	473	482	490	3	1%
Nº de membros dos órgãos sociais	10	10	10	10	10	10	0	0%
Nº de membros cargos de direção	7	8	8	8	8	8	0	0%
Nº dos restantes trabalhadores	399	452	452	455	464	472	3	1%
Gastos totais com pessoal*	-15 046 762	-17 876 667	-17 508 507	-20 250 474	-21 590 208	-21 869 628	-2 741 967	-16%
Gastos com órgãos sociais**	-343 185	-357 810	-368 220	-375 524	-375 524	-375 524	-7 305	-2%
Gastos com cargos de direção	-493 833	-494 261	-646 859	-679 459	-679 459	-679 459	-32 600	-5%
Remuneração do pessoal	-10 222 786	-12 382 071	-11 759 111	-13 521 741	-14 583 188	-14 812 101	-1 762 631	-15%
Benefícios pós-emprego	0	0	0	0	0	0	0	
Ajudas de custo	-3 626	-10 000	-10 000	-10 000	-10 000	-10 000	0	0%
Rescisões / Indemnizações	0	0	0	0	0	0	0	
Restantes encargos	-3 983 332	-4 632 525	-4 724 318	-5 663 749	-5 942 036	-5 992 543	-939 431	-20%
Informação adicional								
(i) Gastos com as contratações autorizadas ou previstas em 2024		-491 734	-646 404	-1 399 193			-752 788	-116%
(ii) Gastos com as contratações previstas em anos subsequentes		-84 310		-146 353			-146 353	
(iv) Cumprimento de disposições legais		-902 196		-1 013 931	-1 134 437	-118 879	-1 013 931	
(v) Orientações expressas do acionista Estado								
(vi) Valorizações remuneratórias obrigatórias		-271 195		0			0	
(vii) Outras valorizações remuneratórias								
(viii) Rescisões por mútuo acordo - Provisão Pensão Acidente Trabalho			458 047				-458 047	-100%
Correções para efeitos de rácio								
(-) Gastos com órgãos sociais*	343 185	357 810	368 220	375 524	375 524	375 524	7 305	2%
(-) Cumprimento de disposições legais		902 196		1 013 931	1 134 437	118 879		
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias		271 195		0				
(-) Rescisões contratuais excluindo por mútuo acordo - Provisão Pensão Acidente Trabalho			458 047					
(+) Absentismo				204 293			204 293	
Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio	-14 703 578	-16 345 466	-16 682 240	-18 656 726	-20 080 247	-21 375 224	-1 974 486	-12%
Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio (comparabilidade)	-14 703 578	-15 769 423	-16 035 836	-17 111 180	-20 080 247	-21 375 224	-1 075 344	-6,7%

* O detalhe dos gastos com pessoal deve ser preenchido com os respetivos encargos com a Segurança Social

** Sobre a remuneração dos gestores incide a redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Gastos com pessoal / Gastos com pessoal ajustados	70%	76%	70%	72%	73%	69%	0	2,8%
Gastos com dirigentes / Gastos com pessoal ajustados	3%	3%	4%	4%	3%	3%	0	-6,1%
Gastos com OS / Gastos com pessoal ajustados	2%	2%	2%	2%	2%	2%	0	-8,8%

Figura 25 - Gastos com Pessoal (sem o desconto de capitalização de gastos e subsídios à exploração) e número de colaboradores

O detalhe dos valores referentes a “Cumprimento de disposições legais” e “Valorizações remuneratórias obrigatórias” decompõem-se conforme se apresenta:

Pessoal	2025	2026	2027
	Previsão	Previsão	Previsão
(iii) Cumprimento de disposições legais:	1 013 931	1 134 437	118 879
- Valorizações remuneratórias ACT- progressões(Avaliação 2022=>2023)	0		
- Valorizações remuneratórias ACT- progressões(Avaliação 2023=>2024)	0		
- Valorizações remuneratórias ACT- progressões PAO 2025	97 053	110 718	118 879
- Acordo de Rendimentos	916 878	1 023 719	

Figura 26 - Detalhe de “Cumprimento de disposições legais” e “Valorizações remuneratórias obrigatórias”

O número de Órgãos Sociais inclui 3 Administradores Executivos, remunerados, 4 Administradores Não Executivos e 3 membros do Conselho Fiscal. É de referir que, apesar de 2 dos Administradores não Executivos, enquanto representantes da AdP-SGPS, S.A., não serem remunerados, o valor é pago pela Águas do Tejo Atlântico a essa Entidade.

O acréscimo de gastos com pessoal em 2025, face a 2024, e tal como demonstrado no quadro anterior, é justificado por gastos decorrentes de obrigações legais, para as quais se pede autorização no presente documento, e das contratações aprovadas nos PAO 2023 e de 2024, cujo maior impacte dos gastos se verifica

no exercício de 2025. Contudo, para além desses fatores, e à semelhança do absentismo, não podem ser descurados outros efeitos, nomeadamente o das datas de admissão e de saídas de trabalhadores, que faz com que o cômputo de gastos em determinado ano não reflita um exercício económico, e, por isso, não são diretamente comparáveis com os do ano anterior, onde esses efeitos não se verificam. Como se pode verificar, mais à frente no presente documento, na figura 28, a Empresa prevê no 2º semestre de 2024 a admissão de 19 trabalhadores que saíram ao longo de 2023 e 2024, assim como considerou o gasto para o regresso à Empresa de outros 3.

Tendo o PAO 2023 sido aprovado apenas a 30 de dezembro de 2023, os recrutamentos de pessoal aí autorizados só se verificam no decorrer de 2024, 21 concretizados no primeiro semestre, a sua maioria no mês de junho, e 12 no segundo semestre. Quanto aos recrutamentos resultantes da aprovação do PAO 2024, o impacte verifica-se essencialmente no último trimestre de 2024.

A este propósito importa salientar que todos os procedimentos de recrutamento previamente aprovados nos termos do parágrafo anterior se encontram em curso. Contudo, a dinâmica do mercado, associada às condições de trabalho no Grupo AdP (regulado através do Acordo Coletivo de Trabalho) têm dificultado a angariação de profissionais com a qualidade desejada, situação que implica atrasos nos processos de recrutamento em curso.

Pelo exposto o reflexo dos gastos das novas contratações de pessoal tem maior relevância no exercício económico de 2025, tal como referido.

A figura seguinte (figura 27) permite ter a perceção e impacte desses efeitos quando comparado 2025 com 2024.

A variação dos gastos com pessoal de 2024 para 2025 decompõe-se do seguinte modo:

Gastos com pessoal (DR) EF 2024	16 443 813
Variação nos gastos com Órgãos Sociais	7 305
Efeito das entradas de trabalhadores de aprovações PAO 23 e PAO 24- 2024vs2025	752 788
Efeito das entradas de propostas de PAO25	146 353
Efeito da anulação de ausentismo do 1ºS 2024	204 293
Progressão Salarial – Anexo III ACT	97 053
Acordo de rendimentos	916 878
Provisão pensão - Acidente de Trabalho	(458 047)
Variação dos gastos com formação - Trabalhadores <30/06/2024	538 432
Variação dos gastos com fardamento - Trabalhadores <30/06/2024	7 281
Variação dos gastos com proteção e segurança - Trabalhadores <30/06/2024	51 632
Variação dos gastos com seguros vida e doença - Trabalhadores <30/06/2024	955
Aumento do seguro de saúde	247 127
Variação de outros gastos com pessoal - Trabalhadores <30/06/2024 (medicina/ação social/outros)	33 624
Variação dos subsídios à exploração	(216)
Variação dos valores capitalizados	(120 279)
Outras variações - nomeadamente decorrente de efeito de datas de substituição de trabalhadores	196 294
Gastos com pessoal (DR) Orçamento 2025	19 065 285

Figura 27 – Variação dos Gastos com Pessoal

Pelo exposto, ao abrigo das IEPAO 2025-2027, e no respeitante a Recursos Humanos, a Empresa considera, nos termos apresentados, cumprir o preconizado para os gastos com o pessoal.

É ainda de notar que, muito à semelhança do que foi já referido para justificar o incremento de alguns gastos operacionais que visam retificar défices do passado, também no que respeita aos Gastos com o Pessoal, a Empresa necessita e estima vir a incorrer em 2025, com gastos relacionados com:

- Formação, que, para além de colmatar défices de anos anteriores e de fazer face às exigências legais, quer em termos do Código do Trabalho, como também em matéria de Segurança, visa melhorar a produtividade, dotando os trabalhadores de novas ferramentas e conhecimentos aplicáveis à execução das suas funções atuais ou das que se espera virem a desempenhar;
- Fardamento e respetiva limpeza;
- Equipamentos de proteção individual;
- Medicina e saúde no trabalho.

A Empresa, como já referido, considera ter as condições para incorrer com estes gastos à semelhança do que acontece com as remunerações e respetivos encargos, salientando-se de que os mesmos são necessários não só para cumprimento de imposições legais, como também para a prestação de um serviço de qualidade, defesa da imagem da Empresa e motivação dos seus trabalhadores.

5.3. VARIAÇÃO DOS ENCARGOS 2025

Para 2025, no âmbito do acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade (Acordo), celebrado em outubro de 2022, as empresas públicas integrantes do SEE devem continuar a assegurar uma política remuneratória, em consonância com o referido Acordo. Assim aconteceu durante o ano de 2022 e 2023, através dos despachos conjuntos do SEF e SET, datados de 15 de dezembro e de 12 de maio, respetivamente, conforme já referido.

Assim foi previsto também para o exercício de 2025, como cabimentação, em sede de processo de PAO o gasto de 916 878 euros.

Nesta matéria, é necessário sublinhar que a valorização em causa, poderá ser objeto de ajustamento na Empresa por se tratar de uma percentagem média para aplicação ao grupo AdP que, mantendo os critérios de 2024, terá de resultar de acordo no âmbito dos IRCT existentes, o que poderá significar valores diferentes, à semelhança de 2024.

Resulta do referido, que os valores estimados em sede de proposta de PAO 2025, podem e serão sujeitos a ajustamentos, quando finalizados os processos negociais.

Progressão e Promoção Salarial – Anexo III ACT

As regras de progressão e evolução na carreira constam do anexo III dos ACT, o qual regula as regras de promoção salarial (vertical) e de progressão salarial (horizontal).

A progressão na carreira é automática quando baseada nos créditos para progressão salarial que assentam na avaliação de desempenho e assiduidade e a promoção depende, nomeadamente, de uma decisão de gestão.

Para o exercício de 2025 foi considerado como gastos com pessoal para progressões salariais 0,5% da massa salarial de 2024 da Águas do Tejo Atlântico, que corresponde ao montante de 97.053 euros.

5.4. EVOLUÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Quadro de pessoal	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2026	31.12.2027	Unid: n.º colab. variação % 2025 vs 2024
	Real	EF	Orçamento	Projeção	Projeção	
Órgãos Sociais (CA + CF)	10	10	10	10	10	0%
Pessoal efetivo	398	460	463	472	480	1%
Nº Total RH (OS+Trabalhadores)	393	470	473	482	490	1%
Pessoal - "Precários" em funções	23	0	0	0	0	
Pessoal - necessidades de contratação	0	0	3	9	8	
Pessoal - previsão de saídas reformas	0	-1	-7	-8	-3	
Pessoal - entradas por conta de saídas por reforma	0	1	7	8	3	
Pessoal - necessidades totais	23	0	3	9	8	

Figura 27 - Quadro de Pessoal (detalhe)

A figura “Quadro de Pessoal (evolução)” demonstra a movimentação de entradas e saídas de colaboradores desde 31 de dezembro de 2023, quer as reais quer as estimadas.

Pessoal em 31.12.2023	398
Admissões para suprir saídas	12
Admissões aprovadas no PAO 2023	21
Admissões aprovadas no PAO 2024	1
Regresso à Empresa de colaboradores	0
Saídas	-16
Pessoal em 30.06.2024	416
Admissões para suprir saídas	19
Regresso de suspensos	3
Admissões aprovadas no PAO 2023	12
Admissões aprovadas no PAO 2024	10
Saídas previstas por reforma	-1
Entradas antecipadas para suprir reformas	1
Pessoal em 31.12.2024	460
Admissões propostas no PAO 2025	3
Saídas previstas por reforma	-7
Entradas antecipadas para suprir reformas	7
Pessoal em 31.12.2025	463
Admissões propostas no PAO 2025	9
Saídas previstas por reforma	-8
Entradas antecipadas para suprir reformas	8
Pessoal em 31.12.2026	472
Admissões propostas no PAO 2025	8
Saídas previstas por reforma	-6
Entradas antecipadas para suprir reformas	6
Pessoal em 31.12.2027	480

Figura 28 - Quadro de Pessoal (evolução)

Para 2025 a Empresa previu novas admissões, num total de 3 trabalhadores, se não forem consideradas as admissões que visam colmatar antecipadamente situações de reforma.

5.5. CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES

A Águas do Tejo Atlântico solicita autorização nos termos do disposto no Decreto-Lei de Execução Orçamental para **aumentar o seu número total de trabalhadores** em 3 trabalhadores, para reforço pontual e específico da equipa, cujas razões para cada uma das admissões são apresentadas mais à frente no presente documento.

Quanto às contrações por motivo de antecipação de situações de reforma, num total de 7 trabalhadores, para as quais também se solicita autorização, (conforme ponto 5 da página 12 das IEPAO), as mesmas não constituem um aumento do número de trabalhadores, na medida que visam antecipar as saídas que se considera poderem vir a ocorrer em 2025.

Apresenta-se seguidamente quadro com o detalhe das contratações previstas realizar, quer para a estimativa de fecho de 2024, quer para os anos de 2025 a 2027:

Admissão de colaboradores - Impacto nos Gastos com o Pessoal (remunerações, encargos sociais, seguros e outros gastos)							Autorização para o recrutamento		
Admissão colaboradores	Função/Área	Data de admissão	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção	Sim/Não	Gastos Previstos PAO	Despacho de autorização/Observações
1 Diretor	Soluções Digitais	01/04/2024	114 921	115 919	115 919	115 919	Sim	PAO's 2023 e 2024	
1 Técnico Superior B	Neutralidade Energ.	08/05/2024	25 451	29 509	29 509	29 509	Sim	PAO's 2023 e 2024	
19 Técnico Operativo B	Operação	24/06/2024	224 539	458 767	458 767	458 767	Sim	PAO's 2023 e 2024	Despacho N.º 623/2023-SET, de 30 de dezembro 2023
4 Técnico Operativo B	Operação	01/07/2024	45 141	94 555	94 555	94 555	Sim	PAO's 2023 e 2024	
1 Técnico Operativo B	Plano de Lamas	01/07/2024	10 275	21 618	21 618	21 618	Sim	PAO's 2023 e 2024	
4 Técnico Superior B	Neutralidade Energ.e Água+	01/07/2024	56 881	118 035	118 035	118 035	Sim	PAO's 2023 e 2024	
3 Técnico Superior C	Manutenção	01/07/2024	81 303	165 810	165 810	165 810	Sim	PAO's 2023 e 2024	
Total Admissões 2024 - PAO 2023			558 511	1 004 213	1 004 213	1 004 213			
1 Técnico Superior A	Laboratório	01/01/2024	29 059	31 286	31 286	31 286	Sim	PAO 2024	Despacho n.º 301/2024-SET, de 30 de julho de 2024
3 Técnico C	Manutenção	01/11/2024	16 949	104 900	104 900	104 900	Sim	PAO 2024	
2 Técnico Superior A	Operação	01/11/2024	9 787	60 858	60 858	60 858	Sim	PAO 2024	
1 Técnico Superior B	Operação	01/11/2024	4 928	30 639	30 639	30 639	Sim	PAO 2024	
1 Técnico Superior C	Gestão de Ativos	01/11/2024	8 845	54 140	54 140	54 140	Sim	PAO 2024	
1 Técnico Superior B	Gestão de Ativos	01/11/2024	4 740	29 509	29 509	29 509	Sim	PAO 2024	
1 Técnico Superior C	Soluções Digitais	01/11/2024	8 845	54 140	54 140	54 140	Sim	PAO 2024	
1 Técnico Superior B	DAF-Contratação e compras	01/11/2024	4 740	29 509	29 509	29 509	Sim	PAO 2024	
Total Admissões 2024 - PAO 2024			87 894	394 980	394 980	394 980			
1 Técnico Superior B	Manutenção	01/03/2025	0	24 563	29 509	29 509	Não	PAO 2025	
1 Técnico Superior C	Jurídico	01/03/2025	0	53 801	64 594	64 594	Não	PAO 2025	
1 Técnico Superior C	Recursos Humanos	01/03/2025	0	67 990	81 621	81 621	Não	PAO 2025	
Total Admissões 2025			0	146 353	175 724	175 724			
6 Técnico Operativo B	Operação	01/01/2026	0	0	126 259	126 259	Não	PAO 2025	
1 Técnico Superior A	Segurança	01/01/2026	0	0	29 289	29 289	Não	PAO 2025	
2 Técnico Superior B	Neutralidade	01/01/2026	0	0	58 998	58 998	Não	PAO 2025	
Total Admissões 2026			0	0	214 546	214 546			
4 Técnico B	Lamas	01/01/2027	0	0	0	91 789	Não	PAO 2025	
1 Técnico Superior B	Segurança	01/01/2027	0	0	0	29 499	Não	PAO 2025	
3 Técnico Superior B	Neutralidade	01/01/2027	0	0	0	88 497	Não	PAO 2025	
Total Admissões 2027			0	0	0	209 785			
Técnico Operativo B	Operação	01/08/2024	8 537	49 982	28 425	28 425	Sim	PAO 2024	
Técnico Operativo C	Operação	01/01/2025	0	28 425	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Operativo B	Operação	01/01/2025	0	74 417	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Superior C	Gestão de Ativos	01/01/2025	0	128 556	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Superior C	Operação	01/01/2025	0	182 696	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Operativo A	Operação	01/01/2025	0	207 131	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico C	Manutenção	01/01/2025	0	240 967	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico C	Manutenção	01/06/2025	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico B	Laboratório	01/01/2026	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Operativo C	Operação	01/02/2026	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico C	Operação	01/01/2026	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Operativo C	Operação	01/04/2026	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Operativo C	Operação	01/07/2026	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico C	DAF	01/07/2026	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Operativo B	Operação	01/10/2026	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Operativo C	Operação	01/10/2026	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico B	Operação	01/01/2027	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Superior C	Manutenção	01/01/2027	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Operativo B	Operação	01/06/2027	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Operativo C	Operação	01/07/2027	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Superior C	Laboratório	01/03/2027	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Operativo B	Operação	01/09/2027	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Total Admissões antecipadas por conta de saídas por reforma			8 537	4 821 697	625 344	625 344			
Total Geral			654 941	6 367 243	2 200 261	2 410 047			

Figura 29 – Gastos com novas admissões de colaboradores

Nota prévia

Como oportunamente referido no PAO de 2024, a Águas do Tejo Atlântico procedeu, em 2023 e no início de 2024, a uma reorganização da sua estrutura que compreendendo a reestruturação da área operacional através da redução do número de centros operacionais, incrementando a rotatividade e suporte entre diferentes centros operacionais e teve como objetivo o aumento da eficiência e eficácia das suas operações.

Concomitantemente, prosseguiu uma política de investimento na segurança e da resiliência dos seus ativos e operações, essencial para a concretização da sua missão, necessitando para o efeito de reforço dos meios humanos da Águas do Tejo Atlântico.

A estrutura orgânica e dimensões que se pretende reforçar estão vertidas na proposta de revisão do contrato de concessão e respetivo EVEF que se encontra em avaliação pela Tutela e pela ERSAR, encontrando-se a componente de recursos humanos das áreas operacionais fundamentada no estudo elaborado com base na ferramenta desenvolvida pela Korn Ferry especificamente para o Grupo AdP.

Em linha com o exposto, considera-se essencial que, durante o ano de 2025, se proceda ao reforço da equipa da AdTA nas seguintes dimensões:

Admissão colaboradores	Função/Área
I Técnico Superior B	Manutenção
I Técnico Superior C	Jurídico
I Técnico Superior C	Recursos Humanos

A) Por razões de segurança e resiliência dos ativos e operações

A Águas do Tejo Atlântico entende ser estritamente necessário proceder, em 2025, à contratação de 1 trabalhador por razões de segurança e resiliência das operações ditadas pela necessidade de cumprir o quadro legal vigente, contempladas também na revisão do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira.

Esta contratação destina-se à área de manutenção:

- 1 Técnico Superior para a Direção de Manutenção;

A Direção de Manutenção, está descentralizada em 10 centros operacionais correspondentes aos 23 municípios que serve, por onde estão distribuídos milhares de ativos operacionais, em regime de laboração contínua, que têm de ser intervencionados nas valências de instrumentação e automação, eletromecânica e construção civil.

Acresce, além da conservação do parque de infraestruturas e equipamentos existentes, a necessidade de executar um conjunto de empreitadas de Manutenção de Construção Civil e de reparações gerais que já se encontram em curso.

Adicionalmente, pretende-se em 2025 continuar a reforçar a implementação da atividade de manutenção preventiva, nomeadamente ao nível da atualização de planos de manutenção, o que implicará, inicialmente, um acréscimo de gastos, que tenderão a ser compensados, futuramente, pela redução da necessidade de manutenção corretiva, com consequentes reflexos ao nível da redução de falhas do serviço.

Com os vários contratos de manutenção curativa, também estão a ser desenvolvidas melhorias no processo de gestão do fluxo de compras e gestão de stocks e contratos.

Tarefas ao nível da gestão de ESP's, gestão de equipamentos com gases florados, de equipamentos de elevação e aplicação do Decreto-Lei n.º 50/2005 e gestão de EMM's, que parte são realizadas em outsourcing, pretende-se internalizar o processo de gestão para melhor controlo, o que permitirá ganhos de eficiência.

Tendo em consideração a gestão de vários contratos, com significativo valor, dispersão geográfica e natureza (dentro da área de manutenção), destinados a cumprir, de forma mais sistematizada, os requisitos de segurança dos equipamentos e dos trabalhadores, incluindo os trabalhadores externos, bem como o cumprimento da lei relativamente às exigências para a exploração dos equipamentos, é essencial dotar esta direção com um Técnico Superior para a área do Apoio Técnico, com funções de apoio nas atividades anteriormente elencadas.

B) Jurídico

O Departamento Jurídico é responsável por assegurar a conformidade legal e regulamentar da atividade da Tejo Atlântico, prestando apoio a todas as unidades orgânicas da Empresa, necessitando para o efeito de contratar 1 (um) Técnico Superior C Jurista/advogado indispensável à prossecução das tarefas que lhe estão cometidas.

Nos últimos anos, a Empresa tem contado com apenas dois Juristas do quadro de pessoal, sendo que, um dos Juristas acumula as funções de Secretário da Sociedade, bem como o de pivô do programa normativo do Grupo AdP. Neste enquadramento, a Tejo Atlântico, na medida do indispensável para assegurar a continuidade da prestação dos serviços jurídicos, tem recorrido a apoio jurídico externo, através da celebração de contratos de prestação de serviços.

Adicionalmente, verifica-se o acréscimo significativo das atividades do Departamento fruto das atividades da Tejo Atlântico, que seguidamente destacamos.

A atividade de produção de água para reutilização integra o serviço público de tratamento de efluentes e constitui desde 2021, a par da recolha e da rejeição de efluentes, uma nova atividade principal cometida aos sistemas multimunicipais de saneamento de águas residuais. De tal facto, resulta um conjunto de novas obrigações legais e regulamentares os quais o Departamento Jurídico da Tejo Atlântico assegura, de modo permanente, e para as quais não detém os recursos humanos, no quadro de pessoal, em número suficiente.

De igual modo, sinalizam-se as inúmeras novas questões colocadas, ao referido departamento, na decorrência da implementação da Estratégia Nacional Anticorrupção. Destaque para uma particular incidência em novos deveres de monitorização e de prestação de informação que têm de ser assegurados, de modo permanente, pelo Departamento Jurídico da Tejo Atlântico.

Adicionalmente, destacam-se novos aspetos respeitantes à tutela disciplinar dos trabalhadores, os quais têm vindo a requisitar a atenção, de um modo permanente, dos serviços jurídicos do Departamento Jurídico.

De assinalar que a contratação de um Técnico Superior para o Departamento Jurídico diminuiria o valor dos gastos em FSE, na rubrica de trabalhos especializados em assistência jurídica.

Pelas razões expostas, considera-se essencial a contratação de 1 Técnico Superior a integrar a equipa do Departamento Jurídico.

C) Recursos Humanos

A Tejo Atlântico necessita de reforçar as suas competências na área de gestão de recursos humanos carecendo para o efeito de contratar 1 (um) Técnico Superior para liderar a respetiva unidade orgânica, assumindo a função de Coordenador.

Esta contratação resulta da imperiosa necessidade de adaptar a Empresa através dos seus recursos mais valiosos, os trabalhadores, a uma nova Visão e ao pilar estratégico integrado na Estratégia 2023/2025– Inspirados pelo futuro.

São inúmeros os desafios neste pilar estratégico, bem conhecidos do setor empresarial do estado, agravados pelo facto de a Empresa, na captação e retenção do capital humano, competir com outras indústrias nacionais e internacionais nas suas diversas áreas, recursos humanos, engenharia, sistemas de informação, gestão e financeira, jurídica, entre outras.

Acresce, conforme *supra* referido, que face ao contexto da sua génese, atualmente a idade média do quadro de pessoal da Tejo Atlântico é de 47 anos, resultando em incapacidade de um número considerável de trabalhadores para trabalhos mais exigentes fisicamente, com particular impacto e criticidade nas áreas operacionais.

Atento o exposto, o rumo estratégico a prosseguir pela Tejo Atlântico, norteado pelos princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social, obriga à contratação de um Técnico Superior, especializado e com vasta experiência na liderança de Recursos Humanos, que assumirá as funções de Coordenador desta unidade orgânica crítica e fundamental à gestão organizacional da Empresa.

Este técnico terá como principais responsabilidades a implementação de ações dinamizadoras na área dos recursos humanos, imprescindíveis à prossecução da missão da Tejo Atlântico, promovendo a atração e retenção do capital humano, o crescimento contínuo do capital humano, e implementando uma cultura de empresa líder.

Pelas razões expostas, considera-se essencial a contratação de 1 Técnico Superior a integrar o Departamento de Recursos Humanos.

D) Operação

A Direção de Operação tem necessidade de contratação de Técnicos Superiores para fazer face à crescente exigência da operação das infraestruturas da Tejo Atlântico, tendo atualmente autorização para o efeito.

Para efeitos de contratação de trabalhadores, o procedimento adotado é a abertura de recrutamentos externos. Contudo, e no que respeita à vaga a recrutar para Técnico Superior A, a afetar ao Centro Operacional de Alenquer, Azambuja e Rio Maior, existe na Empresa um trabalhador, na carreira de Técnico (Técnico B) que preenche os requisitos necessários para o perfil definido para Técnico Superior A da Direção de Operação.

Em face do exposto, solicita-se autorização para que o Técnico B possa preencher a vaga de Técnico Superior A, donde resultaria a supressão de 1 (um) *headcount* na carreira de Técnico.

De assinalar que o ora solicitado acarretaria apenas o valor de 2.674 €/ano na rubrica de gastos do pessoal.

Em conclusão

Face ao acima exposto a Águas do Tejo Atlântico solicita a necessária autorização para a **contratação**, e aumento do *headcount* face ao aprovado no PAO do ano de 2024, de **3 trabalhadores**, e autorização para conversão de 1 categoria profissional.

E) Por substituição antecipada de situações de reforma

A Águas do Tejo Atlântico procedeu ainda para os exercícios de 2025 a 2027, ao estudo dos trabalhadores que poderiam nesses anos atingir a idade de reforma, tendo considerado as respetivas saídas e as respetivas admissões para suprimir as mesmas.

Para as admissões a realizar pelo motivo de colmatar saídas decorrentes de situações de reforma, a Empresa, conforme previsto nas IEPAO 2025-2027, teve em consideração a integração na base da carreira da categoria do trabalhador a substituir, e antecipadamente de modo a facilitar a formação e passagem do conhecimento, tendo considerado, sempre que possível e de forma a não aumentar o *headcount* aprovado, os seguintes prazos por categoria profissional:

- Técnico Superior - 6 meses
- Técnico - 3 meses

- Técnico Operativo - 2 meses

O Quadro seguinte apresenta para o período de 2023 a 2025 por categoria profissional o número de trabalhadores.

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2023	Situação a 31/12/2024	Situação a 01/01/2025			Movimento de Pessoal - 2025						Situação a 31/12/2025
			Idade média	trabalhadores com 60 ou mais anos	trabalhadores em idade de reforma	Saídas esperadas (reformas +outros)	Trabalhador es ausentes por mobilidade, cedência,	Autorizações de recrutamento concedidas em anos anteriores	Substituições de saídas (obriga a entrada para base da carreira)	Entradas ao abrigo (normativos legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas	
		(1)				(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(1)- (2)+(3)+(4)+(5)+(6)	
Órgãos Sociais	10	10									10	
Assessor	2	2	66	2	1	1					1	
Cargos de Direção (s/ OS)	7	8	53	1	0						8	
Técnico Operativo A	46	44	38	2	1	1		1			44	
Técnico Operativo B	70	85	43	5	1	1		1			85	
Técnico Operativo C	65	75	53	15	2	1		1			75	
Técnico A	2	3	46	1	0						3	
Técnico B	53	39	52	9	1	1					38	
Técnico C	17	42	50	8	2	2		2			42	
Técnico Superior A	9	14	32	0	0	(1)					15	
Técnico Superior B	101	87	42	4	0					1	88	
Técnico Superior C	26	61	49	8	1	1		2		2	64	
Trainee	0	0	0	0	0						0	
Total	408	470		55	9	7	0	0	7	0	473	
Tota s/ OS	398	460		55	9	7	0	0	7	0	463	

Figura 30 - Quadro de Pessoal desagregado por categoria

Em resultado,

As contratações de novos trabalhadores, assim como a conversão de um Técnico B em Técnico Superior A, nos termos e pelas razões supramencionadas, são essenciais e indispensáveis para garantir a continuidade da prestação do serviço público de acordo com os requisitos de segurança e qualidade aplicáveis.

Como descrito, as situações enunciadas resultam da adequação da estrutura e dimensionamento dos recursos humanos da Empresa de modo a assegurar funções e obrigações presentes, seja para antecipar a organização exigível para implementar a sua estratégia de futuro.

Não deverá ser descurado que o aumento de gastos inerente a estas contratações não resulta de uma degradação da eficiência operacional, pois este acréscimo de gastos resulta exclusivamente da absoluta necessidade de cumprimento de obrigações legais, assegurando o cumprimento dos parâmetros de serviço, garantindo a segurança das pessoas e infraestruturas, e cumprimento da missão e responsabilidade cometida à Águas do Tejo Atlântico. Este aumento de gastos não tem o direto balanceamento em termos de receitas, embora possa ser reconhecido em termos regulatórios e consequentemente levado à tarifa, ainda que não no imediato.

Orientações sobre Remunerações

A elaboração da proposta de PAO 2025 teve ainda em consideração todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao SEE, nomeadamente:

- a) Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro;
- b) Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho;
- c) Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro;
- d) Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;
- e) Despacho n.º 764/2012, de 25 de maio, do SEFT;
- f) Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- g) Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro;
- h) Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro;
- i) Lei n.º 159-D/2015, de 30 de dezembro.
- j) Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro;
- k) Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de dezembro;
- l) Instruções para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027;
- m) Lei n.º 82/2023 de 29 de dezembro (Lei do Orçamento Geral do Estado para 2024);
- n) Decreto-Lei n.º 17/2024 de 29 de janeiro (Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2024);

Benefícios Pós-Emprego

Para 2025 não estão previstos quaisquer benefícios pós-emprego na Águas do Tejo Atlântico.

6. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

6.1. INSTRUÇÕES, PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS DE REFERÊNCIA E ORIENTAÇÕES

O presente documento foi desenvolvido de acordo com as orientações constantes na Lei de Orçamento de Estado para 2024, aprovado pela Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, com base no Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro (DLEO-2024), com base nas instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2025-2027, e de acordo com orientações do acionista maioritário, AdP SGPS, S.A..

Para além do cumprimento das referidas instruções e determinações legais, a proposta de PAO 2025 visa cumprir as diversas orientações governamentais, designadamente no que respeita a:

- i) Contenção de gastos e de endividamento; e
- ii) Orientações recebidas da tutela e do acionista.

Saliente-se ainda que, sendo a atividade da Águas do Tejo Atlântico regulada pela ERSAR, o presente PAO segue igualmente as recomendações emanadas por aquela entidade.

O PAO para 2025 tem em conta os recursos financeiros e as fontes de financiamento disponíveis, o cumprimento da missão e dos objetivos a que a foi incumbida, e as estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental.

A Águas do Tejo Atlântico submeteu à apreciação do Concedente a atualização para o exercício de 2025 da tarifa e dos rendimentos tarifários estabelecidos no Contrato de Concessão, a aplicar aos utilizadores do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, nos termos do disposto do n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, tendo sido obtido parecer favorável por parte da ERSAR através da comunicação O-003780/2024, de 12 de setembro de 2024, aguardando-se à data da elaboração do presente documento a aprovação por parte do Ministério do Ambiente e da Energia,

Deste modo o volume de negócios da Empresa está previamente determinado, pelo que o seu crescimento real está diretamente relacionado com as variações médias anuais do índice harmonizado de preços no consumidor, indicadas pela ERSAR até 31 de julho de cada ano.

De acordo com as IEPAO 2025-2027 o volume de negócios deverá ser objeto de rigorosa fundamentação quando o seu crescimento for superior à taxa de crescimento nominal do PIB, contudo tem de ser tido em consideração as particularidades da Águas do Tejo Atlântico, em que:

- A evolução projetada do volume de negócios da Empresa encontra-se sujeita ao contratualizado no Contrato de Concessão;

- As tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicável, são atualizados para o ano da sua aplicação, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável e são aprovados pelo Concedente, não se aplicando por isso o racional do Consumo Privado e/ou PIB para justificar tal evolução.

De acordo com o contrato de concessão as tarifas e os rendimentos tarifários são fixadas por forma a assegurar a proteção dos interesses dos utilizadores, a gestão eficiente do sistema, o equilíbrio económico financeiro durante toda a concessão e a acessibilidade social dos serviços prestados, tendo por objetivo garantir a qualidade do serviço prestado

Acresce que a Águas do Tejo Atlântico se rege por ciclos (também designados períodos tarifários), espelhados no respetivo Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), divididos num primeiro período de convergência, de 10 anos, no qual as tarifas e os rendimentos tarifários estão pré-fixados no Contrato de Concessão, e depois em sucessivos períodos de 5 anos, a partir dos quais a Empresa será remunerada em função dos resultados gerados. Esta convergência é essencial precisamente para garantir um período de uniformização tarifária gradual dos 3 subsistemas que a compõem.

Como já referido, nos termos do Contrato de Concessão da Águas do Tejo Atlântico, a empresa pode ainda desenvolver outras atividades de negócio, e nesse sentido, iniciou-se a 1 de maio de 2022 o fornecimento de ApR: a partir da Fábrica de Água de Beirolas, estando-se a finalizar-se as negociações para a formulação do contrato de fornecimento com o Município de Lisboa, cujo efeito retroagirá à data do início da prestação de serviço, e cujos respetivos proveitos têm vindo a ser reconhecidos nas contas da Empresa. A 28 de agosto de 2024, foi já possível a celebração com um novo cliente, West Cliff Ocean and Golf Resort, do fornecimento de ApR a partir da Fábrica de Água do Casalinho, localizada na zona de Óbidos, com vista à rega de campos de golf daquele empreendimento.

Simultaneamente, já se obteve a respetiva licença de produção e fornecimento de ApR para as Fábricas de Água de Frielas, de Chelas, de Mafra, da Guia, Alcântara e Alverca, havendo já interessados na aquisição deste novo produto, pelo que a AdTA teve em consideração no seu orçamento os proveitos que possam advir desta, ainda, atividade complementar.

Estão a ser ultimados os Protocolos de Entendimento tripartidos com os Municípios da Lourinhã e Óbidos e utilizadores de ApR nesses concelhos, de forma a possibilitar a definição de volumes a fornecer e tarifas, para instrução do pedido de autorização de ACA (Atividades Acessórias e Complementares) à ERSAR e ao concedente, sendo previsível que em 2025 que consiga assinar contratos de fornecimento.

Na elaboração dos instrumentos previsionais de gestão para o triénio 2025-2027, os pressupostos macroeconómicos utilizados seguem as recomendações da ERSAR e foram os que se reproduzem no quadro seguinte:

Descrição	2025 Orçamento	2026 Projeção	2027 Projeção
Taxa de inflação	2,10%	2,00%	2,00%
Taxa de inflação energia	-	-	-
Financiamentos BE existentes	Conforme contrato	Conforme contrato	Conforme contrato
Taxa de IVA (vendas)	6%	6%	6%
Taxa de IVA (prestação de serviços e venda de energia)	6%	6%	6%
Taxa de IVA (suportado)	23%	23%	23%
Prazo médio de recebimentos (prestação de serviços)	60	60	60
Prazo médio de pagamentos (fornecedores correntes)	30	30	30
Prazo médio de recebimentos (IVA)	120	120	120
Prazo médio de pagamentos (IVA)	60	60	60
Rotação de stocks	30	30	30
Taxa de IRC	21,00%	21,00%	21,00%
Taxa de derrama	0,50%	0,50%	0,50%
Derrama Estadual > € 1,5 M <= € 7,5 M	3,00%	3,00%	3,00%
Derrama Estadual > € 7,5 M <= € 35 M	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de remuneração do capital acionista	3,26%	3,26%	3,26%

Figura 31 - Pressupostos Macroeconómicos de Referência

O preço de energia de mercado utilizado na estimativa de custos de 2025, 2026 e 2027 foi determinado considerando as seguintes componentes diretamente relacionadas com o comercializador:

- O valor do OMIP para 2025, 2026 e 2027 (70,01€/MWh; 58,66€/MWh e 54,09€/MWh, respetivamente correspondendo ao valor médio registado entre 27/06/2024 e 26/07/2024);
- As perdas na rede consoante o nível de tensão definidas pela ERSE;
- A margem do comercializador para cada nível de tensão de igual percentagem aos contratos vigentes;
- Os custos de banda de reserva de regulação (agora designado como mFRR) e o financiamento da Tarifa Social cobrados em 2024.

6.2. ORIENTAÇÕES E LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

A proposta de PAO 2025 foi desenvolvida tendo por base as determinações legais, os pressupostos e as orientações constantes das IEPAO para o período de 2025-2027, bem como as medidas de contenção de gastos e outras orientações definidas pelas tutelas e pelo acionista.

Na elaboração da proposta do PAO 2025, a Águas do Tejo Atlântico teve em consideração (no que lhe é aplicável) o disposto na Lei do Orçamento de Estado para 2024 (Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro) e no Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2024 (Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro), designadamente na prossecução de uma política de otimização da estrutura de gastos, no sentido de promoção do equilíbrio das contas.

Os rendimentos tarifários da Empresa são estruturados numa base de custos aceites que pretendem cobrir os custos de exploração e fiscais, as amortizações do investimento e a remuneração de dívida e dos capitais próprios (estes últimos à taxa das OT a 10 anos + 3%).

Nos termos do Contrato de Concessão prevê-se a possibilidade de serem definidos rendimentos tarifários para efeitos de faturação. A repartição destes rendimentos tarifários aos utilizadores municipais far-se-á atendendo à proporção da utilização efetiva, aferida pela média aritmética simples do volume de efluente medido, por utilizador municipal, de, pelo menos, um dos últimos seis semestres consecutivos, compreendido entre 1 de julho do ano n-4 e 30 de junho do ano n-1. Para este efeito, para os utilizadores municipais cuja faturação seja efetuada nos moldes atrás descritos, é apurada uma tarifa implícita, resultante da divisão dos rendimentos tarifários pelos volumes utilizados para a respetiva repartição.

Com base nas regras tarifárias em vigor, explanadas no Contrato de Concessão e na lei de bases do setor, as receitas de exploração crescem com o aumento dos gastos de operação. Este é um efeito que se pretende evitar. Paralelamente, também o EBITDA se constitui como um indicador que não reflete a eficiência operacional e financeira, necessária e pretendida para a Empresa. Com efeito, este indicador é suscetível de aumentar com o aumento do investimento e inerentes gastos com a manutenção desses ativos.

As receitas mercantis da Empresa e respetivo esforço de maximização passam, então, por uma estratégia de investimento racional que permita o aumento da cobertura dos serviços de tratamento de águas residuais, bem como a eficiência das operações, que passa pela transformação digital, através da automatização e da monitorização de processos, pela melhoria dos desempenhos hídrico e energético, entre outros.

6.3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual (*“Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements”*), Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (*“IAS/IFRS”*) e normas interpretativas (*“SIC/IFRIC”*), tal como adotadas pela União Europeia, aplicáveis a 1 de janeiro de 2021.

Os valores apresentados para cada período correspondem a:

- Exercício de 2023 - demonstrações financeiras estatutárias aprovadas em Assembleia Geral de 15 de março de 2024;
- Estimativa de fecho de 2024, orçamento de 2025 e projeção para os exercícios de 2026 e 2027 – melhor estimativa da Empresa à data de elaboração do presente documento, tendo por base as contas reais a junho de 2024 e objetivos a alcançar.

Demonstração da Posição Financeira Previsional

BALANÇO	31.12.2023 Real	31.12.2024 PAO	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção
Ativos não correntes						
Ativos intangíveis	419 141 698	423 884 240	417 903 714	440 638 488	481 694 028	534 813 655
Ativos fixos tangíveis	573 803	868 998	1 673 477	2 287 862	2 136 982	2 082 162
Ativos sob direito de uso	108 774	65 295	1 264 430	4 403 513	2 909 376	2 703 395
Investimentos financeiros	33 428	33 428	33 428	33 428	33 428	33 428
Impostos diferidos ativos	57 768 053	58 272 150	58 258 508	58 083 541	57 341 179	57 374 339
Desvio de recuperação de gastos (DRG)	0	0	0	0	2 015 690	9 224 619
Clientes e outros ativos não correntes	0	0	0	0	0	0
Total dos ativos não correntes	477 625 757	483 124 113	479 133 558	505 446 833	546 130 684	606 231 599
Ativos correntes						
Inventários	3 740 348	1 140 769	2 362 430	2 400 201	2 549 766	2 551 930
Clientes	16 341 967	19 207 045	18 976 371	19 304 172	19 521 610	20 053 852
Estado e outros entes públicos	1 520 112	2 788 630	3 324 825	2 055 337	2 004 771	1 966 310
Imposto sobre o rendimento do exercício	0	432 097	0	774 724	394 126	376 019
Outros ativos correntes	1 115 843	293 757	583 200	581 443	581 443	581 443
Apoio de tesouraria à AdP SGPS	55 013 154	0	0	0	0	0
Caixa e seus equivalentes	7 310 052	19 655 049	34 725 966	5 000	5 000	5 000
Total dos ativos correntes	85 041 475	43 517 348	59 972 791	25 120 878	25 056 716	25 534 555
Total do ativo	562 667 232	526 641 461	539 106 349	530 567 710	571 187 400	631 766 154
Capital próprio dos accionistas maioritários						
Capital social	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680
Acções próprias	(2 521 433)	0	(2 521 433)	0	0	0
Reservas e outros ajustamentos	1 487 596	1 838 196	1 838 196	2 198 868	2 565 013	2 933 957
Resultados transitados	0	0	0	0	0	0
Resultado líquido do exercício	7 012 016	7 107 281	7 213 434	7 322 902	7 378 877	7 401 973
Total do capital próprio	119 505 858	122 473 158	120 057 877	123 049 450	123 471 570	123 863 610
Passivos não correntes						
Provisões	539 324	539 324	872 858	856 841	840 823	824 805
Empréstimos	158 085 678	142 356 506	142 336 516	125 496 172	105 771 057	84 748 952
Passivos de locação	78 146	0	42 278	2 564 889	1 106 173	897 456
Outros passivos não correntes	692 917	647 003	624 798	578 885	532 971	487 058
Impostos diferidos passivos	13 902 971	13 902 971	13 508 133	13 508 133	13 508 133	14 797 362
Desvio de recuperação de gastos (DRG)	14 727 578	12 160 451	13 249 978	5 614 984	0	0
Acréscimos de custos do investimento contratual	104 597 430	92 226 409	103 731 446	99 000 940	81 710 324	62 689 363
Subsídios ao investimento e outros	111 884 190	107 072 983	107 113 676	102 297 877	97 463 975	92 590 546
Total dos passivos não correntes	404 508 233	368 905 649	381 479 684	349 918 720	300 933 455	257 035 543
Passivos correntes						
Empréstimos	15 654 441	16 376 783	16 376 724	17 203 782	21 622 724	24 976 172
Apoio de tesouraria da AdP SGPS	0	0	0	20 485 340	102 279 369	202 852 216
Fornecedores	9 466 259	11 416 066	11 794 916	11 837 216	14 781 758	14 488 761
Passivos de locação	34 879	59 662	877 534	1 489 071	1 458 716	1 458 716
Outros passivos correntes	9 221 253	4 342 661	4 268 850	3 039 585	2 622 630	2 638 127
Imposto sobre o rendimento do exercício	20 620	0	58 977	0	0	0
Estado e outros entes públicos	4 255 687	3 067 482	4 191 787	3 544 547	4 017 177	4 453 009
Total dos passivos correntes	38 653 140	35 262 654	37 568 788	57 599 540	146 782 375	250 867 001
Total do passivo	443 161 374	404 168 303	419 048 472	407 518 260	447 715 830	507 902 544
Total do passivo e do capital próprio	562 667 232	526 641 461	539 106 349	530 567 710	571 187 400	631 766 154

Figura 32 - Demonstração da Posição Financeira Previsional

Demonstração da Posição Financeira Previsional 2025- Trimestral

BALANÇO	31.03.2025	30.06.2025	30.09.2025	31.12.2025
	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Ativos não correntes				
Ativos intangíveis	420 031 613	424 918 503	432 530 753	440 638 488
Ativos fixos tangíveis	1 974 961	2 079 849	2 256 658	2 287 862
Ativos sob direito de uso	1 356 345	1 223 259	4 777 047	4 403 513
Investimentos financeiros	33 428	33 428	33 428	33 428
Impostos diferidos ativos	58 232 078	58 153 939	58 154 014	58 083 541
Desvio de recuperação de gastos (DRG)	0	0	0	0
Clientes e outros ativos não correntes	0	0	0	0
Total dos ativos não correntes	481 628 425	486 408 978	497 751 900	505 446 833
Ativos correntes				
Inventários	2 390 112	2 441 677	2 480 283	2 400 201
Clientes	19 063 399	19 051 885	19 018 934	19 304 172
Estado e outros entes públicos	2 669 961	2 413 259	2 197 575	2 055 337
Imposto sobre o rendimento do exercício	0	0	315 657	774 724
Outros ativos correntes	701 287	554 862	716 588	581 443
Apoio de tesouraria à AdP SGPS	0	0	0	0
Caixa e seus equivalentes	23 848 197	5 257 906	5 000	5 000
Total dos ativos correntes	48 672 956	29 719 588	24 734 037	25 120 878
Total do ativo	530 301 380	516 128 566	522 485 937	530 567 710
Capital próprio dos accionistas maioritários				
Capital social	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680
Ações próprias	(2 521 433)	(2 521 433)	(2 521 433)	0
Reservas e outros ajustamentos	2 198 868	2 198 868	2 198 868	2 198 868
Resultados transitados	0	0	0	0
Resultado líquido do exercício	1 780 743	3 614 694	5 468 798	7 322 902
Total do capital próprio	114 985 858	116 819 809	118 673 913	123 049 450
Passivos não correntes				
Provisões	869 426	864 850	861 417	856 841
Empréstimos	139 986 380	134 018 858	131 669 252	125 496 172
Passivos de locação	1 054 465	556 395	3 720 906	2 564 889
Outros passivos não correntes	613 320	601 841	590 363	578 885
Impostos diferidos passivos	13 508 133	13 508 133	13 508 133	13 508 133
Desvio de recuperação de gastos (DRG)	11 291 888	9 185 431	7 524 799	5 614 984
Acréscimos de custos do investimento contratual	102 294 455	101 360 205	99 869 463	99 000 940
Subsídios ao investimento e outros	105 909 727	104 705 777	103 501 827	102 297 877
Total dos passivos não correntes	375 527 792	364 801 490	361 246 161	349 918 720
Passivos correntes				
Empréstimos	16 561 028	16 735 734	16 930 831	17 203 782
Apoio de tesouraria da AdP SGPS	0	0	6 992 458	20 485 340
Fornecedores	10 062 661	10 587 403	11 194 115	11 837 216
Passivos de locação	42 278	492 278	1 004 071	1 489 071
Outros passivos correntes	11 271 977	3 697 912	3 840 700	3 039 585
Imposto sobre o rendimento do exercício	608 994	1 077 283	0	0
Estado e outros entes públicos	1 240 792	1 916 658	2 603 687	3 544 547
Total dos passivos correntes	39 787 730	34 507 267	42 565 863	57 599 540
Total do passivo	415 315 522	399 308 757	403 812 024	407 518 260
Total do passivo e do capital próprio	530 301 380	516 128 566	522 485 937	530 567 710

Figura 33 - Demonstração da Posição Financeira Previsional 2025 - Trimestral

Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2026	31.12.2027
	Real	PAO	EF	Orçamento	Projeção	Projeção
Vendas	93 749	29 617	74 632	217 632	217 632	217 632
Prestações de serviços	90 670 465	98 281 532	98 637 216	99 858 027	102 099 254	104 909 047
Serviços de construção (IFRIC12)	17 204 384	39 016 403	21 939 929	51 894 661	82 272 295	96 160 831
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	(2 783 441)	2 567 126	1 477 599	7 634 994	7 630 675	7 208 929
Volume de negócios	105 185 157	139 894 678	122 129 376	159 605 314	192 219 856	208 496 439
Custo das vendas/variação dos inventários	(4 480 548)	(4 468 839)	(5 313 058)	(5 940 774)	(6 204 430)	(6 209 696)
Serviços de construção (IFRIC12)	(17 204 384)	(39 016 403)	(21 939 929)	(51 894 661)	(82 272 295)	(96 160 831)
Margem bruta	83 500 225	96 409 436	94 876 389	101 769 879	103 743 130	106 125 912
Fornecimentos e serviços externos	(39 589 118)	(48 118 171)	(47 238 045)	(46 950 060)	(45 893 599)	(46 361 631)
Gastos com pessoal	(13 839 418)	(16 563 172)	(16 443 813)	(19 065 285)	(20 405 019)	(20 684 439)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	(20 698 179)	(22 100 404)	(22 651 885)	(25 653 332)	(26 101 923)	(26 027 812)
Provisões e reversões do exercício	(334 649)	0	0	0	0	0
Subsídios ao investimento	4 812 852	4 811 207	4 770 513	4 815 799	4 833 902	4 873 429
Subsídios à Exploração	0	0	0	0	0	0
Outros gastos e perdas operacionais	(938 330)	(929 473)	(929 476)	(921 151)	(912 290)	(931 494)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	41 899	71 373	120 881	59 843	31 759	59 843
Resultados operacionais	12 955 281	13 580 796	12 504 564	14 055 694	15 295 961	17 053 807
Gastos financeiros	(4 772 239)	(4 390 892)	(4 432 712)	(4 428 764)	(5 547 839)	(7 367 183)
Rendimentos financeiros	1 148 531	557 414	1 343 383	189 374	0	0
Resultados financeiros	(3 623 708)	(3 833 478)	(3 089 329)	(4 239 390)	(5 547 839)	(7 367 183)
Resultados antes de impostos	9 331 573	9 747 318	9 415 234	9 816 305	9 748 122	9 686 625
Imposto do exercício	(3 617 821)	(3 144 134)	(3 087 094)	(2 318 436)	(1 626 882)	(1 028 582)
Imposto diferido	1 298 263	504 097	885 294	(174 966)	(742 362)	(1 256 069)
Resultado líquido do exercício	7 012 016	7 107 281	7 213 434	7 322 902	7 378 877	7 401 973

Figura 34 - Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional

Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional 2025 – Trimestral

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31.03.2025 Orçamento	30.06.2025 Orçamento	30.09.2025 Orçamento	31.12.2025 Orçamento
Vendas	42 770	104 925	170 709	217 632
Prestações de serviços	24 958 580	49 928 840	74 860 388	99 858 027
Serviços de construção (IFRIC 12)	9 672 235	21 600 720	36 811 057	51 894 661
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	1 958 090	4 064 547	5 725 179	7 634 994
Volume de negócios	36 631 676	75 699 033	117 567 333	159 605 314
Custo das vendas/variação dos inventários	(1 481 489)	(2 970 116)	(4 452 649)	(5 940 774)
Serviços de construção (IFRIC 12)	(9 672 235)	(21 600 720)	(36 811 057)	(51 894 661)
Margem bruta	25 477 952	51 128 197	76 303 627	101 769 879
Fornecimentos e serviços externos	(12 072 688)	(24 230 153)	(35 515 660)	(46 950 060)
Gastos com pessoal	(4 777 440)	(9 458 419)	(14 279 754)	(19 065 285)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	(6 297 197)	(12 620 989)	(19 096 760)	(25 653 332)
Provisões e reversões do exercício	0	0	0	0
Subsídios ao investimento	1 203 950	2 407 900	3 611 850	4 815 799
Subsídios à Exploração	0	0	0	0
Outros gastos e perdas operacionais	(211 273)	(459 078)	(680 118)	(921 151)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	14 961	29 921	44 882	59 843
Resultados operacionais	3 338 265	6 797 379	10 388 066	14 055 694
Gastos financeiros	(1 080 140)	(2 139 350)	(3 241 917)	(4 428 764)
Rendimentos financeiros	132 088	184 690	189 374	189 374
Resultados financeiros	(948 052)	(1 954 660)	(3 052 543)	(4 239 390)
Resultados antes de impostos	2 390 213	4 842 718	7 335 523	9 816 305
Imposto do exercício	(583 039)	(1 123 455)	(1 762 231)	(2 318 436)
Imposto diferido	(26 430)	(104 569)	(104 493)	(174 966)
Resultado líquido do exercício	1 780 743	3 614 694	5 468 798	7 322 902

Figura 35 - Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional 2025- Trimestral

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Previsional

	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2026	31.12.2027
	Real	PAO	EF	Orçamento	Projeção	Projeção
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Recebimentos de clientes	101 262 249	107 430 921	105 615 153	111 786 308	114 240 827	117 294 796
Pagamentos a fornecedores	(52 027 755)	(66 898 059)	(61 107 774)	(73 022 494)	(68 691 325)	(72 325 871)
Pagamentos ao pessoal	(14 746 869)	(10 778 655)	(14 696 390)	(12 321 585)	(13 034 550)	(13 254 423)
Pagamento/Recebimento do IRC	(4 334 897)	(2 977 934)	(2 644 265)	(2 697 204)	(1 027 310)	(887 385)
Outros Pagamentos/Recebimentos	(4 603 495)	(8 454 996)	(6 873 687)	(3 020 191)	(3 357 138)	(3 221 796)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	25 549 234	18 321 277	20 293 037	20 724 834	28 130 503	27 605 321
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Recebimentos de ativos/investimentos financeiros	0	0				
Recebimentos de ativos intangíveis	2 328	0	0	0	0	0
Recebimentos de subsídios de investimento	87 051	0	0	0	0	0
Recebimentos de juros e rendimentos similares	571 401	0	951 707	142 031	0	0
Apoio de Tesouraria à Holding	(55 000 000)	55 000 000	55 000 000			
Pagamentos de investimentos financeiros	0	0	0	0	0	0
Pagamentos de outros ativos	0	0	0	0	0	0
Pagamentos de dividendos	(4 782 722)	(6 661 415)	(5 987 621)	(6 852 762)	(6 956 757)	(7 009 933)
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	(572 796)	0	(89 942)	0	0	0
Pagamentos de ativos intangíveis	(14 083 628)	(38 060 947)	(24 373 472)	(54 409 938)	(80 593 425)	(95 893 945)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(73 778 365)	10 277 638	25 500 672	(61 120 670)	(87 550 183)	(102 903 879)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Recebimentos de empréstimos obtidos	0	418 327	0	48 166 782	102 279 369	202 852 216
Venda de ações (quotas) próprias	0	2 521 433	0	2 521 433	0	0
Outros recebimentos de atividades de financiamento	0	0	1 250 000	4 072 173	0	1 250 000
Pagamentos de passivos de locação	(73 554)	(53 363)	(464 816)	(938 025)	(1 489 071)	(1 458 716)
Pagamentos de empréstimos obtidos	(14 490 718)	(15 264 858)	(15 184 345)	(43 884 096)	(37 422 472)	(122 101 272)
Pagamentos de juros e gastos similares	(4 726 555)	(3 875 190)	(3 978 368)	(4 263 395)	(3 948 147)	(5 243 670)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(19 290 827)	(16 253 650)	(18 377 529)	5 674 871	59 419 679	75 298 558
Variação de caixa e seus equivalentes	(67 519 958)	12 345 264	27 416 181	(34 720 966)	0	0
Efeitos das diferenças de câmbio						
Caixa e seus equivalentes no início do período	74 829 742	7 309 785	7 309 785	34 725 966	5 000	5 000
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7 309 785	19 655 049	34 725 966	5 000	5 000	5 000
Variação de caixa e seus equivalentes	(67 519 958)	12 345 264	27 416 181	(34 720 966)	0	0

Figura 36 - Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional

Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional 2025 – Trimestral

	31.03.2025	30.06.2025	30.09.2025	31.12.2025
	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Recebimentos de clientes	27 719 312	55 757 095	83 780 010	111 786 308
Pagamentos a fornecedores	(20 054 911)	(38 392 569)	(55 914 900)	(73 022 494)
Pagamentos ao pessoal	(2 972 242)	(5 853 605)	(8 851 563)	(12 321 585)
Pagamento/Recebimento do IRC	0	(58 977)	(1 817 795)	(2 697 204)
Outros Pagamentos/Recebimentos	(2 472 250)	(2 754 037)	(2 634 840)	(3 020 191)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2 219 909	8 697 907	14 560 912	20 724 834
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Recebimentos de ativos/investimentos financeiros				
Recebimentos de ativos intangíveis	0	0	0	0
Recebimentos de subsídios de investimento	0	0	0	0
Recebimentos de juros e rendimentos similares	99 066	138 518	142 031	142 031
Apoio de Tesouraria à Holding				
Pagamentos de investimentos financeiros	0	0	0	0
Pagamentos de outros ativos	0	0	0	0
Pagamentos de dividendos	0	(6 852 762)	(6 852 762)	(6 852 762)
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	0	0	0	0
Pagamentos de ativos intangíveis	(10 120 972)	(21 470 685)	(39 994 971)	(54 409 938)
	(10 021 906)	(28 184 930)	(46 705 703)	(61 120 670)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos de empréstimos obtidos	0	0	7 330 882	48 166 782
Venda de ações (quotas) próprias	0	0	0	2 521 433
Outros recebimentos de atividades de financiamento	225 000	225 000	4 072 173	4 072 173
Pagamentos de passivos de locação	(48 069)	(96 139)	(267 007)	(938 025)
Pagamentos de empréstimos obtidos	(2 344 562)	(7 996 338)	(10 679 324)	(43 884 096)
Pagamentos de juros e gastos similares	(908 141)	(2 113 561)	(3 032 898)	(4 263 395)
	(3 075 772)	(9 981 038)	(2 576 175)	5 674 871
Variação de caixa e seus equivalentes	(10 877 769)	(29 468 060)	(34 720 966)	(34 720 966)
Efeitos das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período	34 725 966	34 725 966	34 725 966	34 725 966
Caixa e seus equivalentes no fim do período	23 848 197	5 257 906	5 000	5 000
	(10 877 769)	(29 468 060)	(34 720 966)	(34 720 966)

Figura 37 - Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional 2024 - Trimestral

No respeitante aos fluxos de caixa, os recebimentos e pagamentos decorrem da atividade normal da Empresa, dando-se especial relevância aos que seguidamente se discriminam:

- O recebimento de clientes decorre da faturação prevista, tendo por base os rendimentos tarifários garantidos, a componente tarifária acrescida e a taxa de recursos hídricos, associada ao prazo médio de recebimentos de 60 dias;
- O pagamento a fornecedores compreende o pagamento das aquisições de serviços e bens resultantes da atividade operacional da Empresa de acordo com a sua estrutura de stocks e de gastos;
- O pagamento de ativos intangíveis resulta do volume de investimento previsto realizar, cujo prazo médio de pagamento a fornecedores de imobilizado é de 30 dias;

- O pagamento de empréstimos obtidos e de juros e gastos similares respeita ao BEI;
- O recebimento em 2025 da venda das ações próprias à AdP, SGPS, S.A.;
- O recurso no terceiro e quarto trimestres de 2025, assim como em 2026 e 2027, ao apoio de tesouraria da AdP, SGPS, S.A..

Disponibilidades

Para os anos de 2024 a 2027 apresenta-se a decomposição das disponibilidades.

	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.03.2025 Orçamento	30.06.2025 Orçamento	30.09.2025 Orçamento	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção
Caixa	7 466	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000
Depósitos à ordem	7 302 586	34 720 966	23 843 197	5 252 906	0	0	0	0
Depósitos a prazo	0	0	0	0	0	0	0	0
	7 310 052	34 725 966	23 848 197	5 257 906	5 000	5 000	5 000	5 000
Descobertos bancários	0	0	0	0	0	0	0	0
	7 310 052	34 725 966	23 848 197	5 257 906	5 000	5 000	5 000	5 000

Figura 38 – Disponibilidades

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., à semelhança de exercícios anteriores, cumpre o princípio de Unidade de Tesouraria conforme decorre do disposto no artigo 105.º da Lei de Orçamento de Estado para 2024.

6.4. PLANO DE REDUÇÃO DE GASTOS (“PRG”)

O PAO 2025 da Águas do Tejo Atlântico reflete o equilíbrio das contas de exploração da Empresa e o cumprimento das orientações relativas à contenção de gastos em cada exercício.

Os montantes orçamentados e estimados para os exercícios seguintes, apresentados neste documento, tiveram em conta o desempenho de 2023 e o que se espera de 2024, das infraestruturas e as restrições anteriormente descritas, e refletem um nível de gastos adequado e necessário para garantir o normal funcionamento do sistema multimunicipal face aos níveis de serviço exigidos, ao estado das infraestruturas e equipamentos e à necessidade de recursos humanos para assegurar o funcionamento desta Empresa (que labora 24 horas por dia e 365 dias por ano). Na preparação do orçamento para 2025, além do volume de atividade e outros fatores que concorrem para a normalidade das operações, foi tida em atenção a previsão do aumento de preços. Não é de mais recordar que o período de incerteza atual, de conflitos e guerras, poderá implicar acréscimos de gastos em diversas rubricas, de tendência não linear e até não previsível.

É de referir que a Empresa, de acordo com as políticas contabilísticas adotadas, procede ao reconhecimento dos designados “Trabalhos para a própria Empresa”, que correspondem aos gastos dos recursos diretamente

atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao gasto, sendo, portanto, reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (gastos internos) ou nos respetivos gastos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são diretamente deduzidos às rubricas de gastos a que dizem respeito por contrapartida de imobilizado.

A Tejo Atlântico apenas procede à capitalização de gastos com o pessoal, e das direções diretamente afetas aos projetos de investimento – engenharia, gestão de ativos e manutenção na componente de construção civil, não procedendo à capitalização de outras naturezas de gastos, tais como fornecimentos e serviços externos e gastos financeiros.

EBITDA

Os valores estimados do EBITDA para o período em análise são os seguintes:

EBITDA	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção	variação % 2025 vs 2024
Resultados operacionais	12 955 281	12 504 564	14 055 694	15 295 961	17 053 807	12%
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	20 698 179	22 651 885	25 653 332	26 101 923	26 027 812	13%
Provisões e reversões do exercício	334 649	0	0	0	0	-
	33 988 110	35 156 449	39 709 026	41 397 883	43 081 620	13%

Figura 39 – EBITDA

EBITDA Ajustado	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção	variação % 2025 vs 2024
Resultados operacionais	12 955 281	12 504 564	14 055 694	15 295 961	17 053 807	12%
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	20 698 179	22 651 885	25 653 332	26 101 923	26 027 812	13%
Provisões e reversões do exercício	334 649	0	0	0	0	-
Subsídios ao investimento	(4 812 852)	(4 770 513)	(4 815 799)	(4 833 902)	(4 873 429)	1%
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	2 783 441	(1 477 599)	(7 634 994)	(7 630 675)	(7 208 929)	417%
	31 958 698	28 908 336	27 258 233	28 933 307	30 999 262	-6%

Figura 40 – EBITDA Ajustado

EBIT - Líquido de variações de justo valor, provisões e imparidades

Os valores estimados do EBIT para o período em análise são os seguintes:

EBIT Líquido	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção	variação % 2025 vs 2024
Resultados operacionais	13 289 931	12 504 564	14 055 694	15 295 961	17 053 807	12%

Figura 41 – EBIT

Os gastos da Águas do Tejo Atlântico decorrem exclusivamente da sua atividade operacional, que apesar do reforço de gastos em reforço da resiliência e/ou cumprimento de normativos regulatórios, assim como de segurança de pessoas, equipamentos e infraestruturas, permite uma evolução do EBIT, líquido de variações de justo valor, provisões e imparidades, para 2025 favorável, face aos anos anteriores.

Recorde-se, como já referido, que o volume de negócios da Empresa está previamente determinado. Tal decorre das tarifas e dos rendimentos tarifários estarem pré-fixados no Contrato de Concessão, e depois em sucessivos períodos de 5 anos, a partir dos quais a Empresa será remunerada em função dos resultados gerados. Pelo exposto, a evolução dos gastos operacionais não corresponde na mesma medida à evolução do volume de negócios.

6.5. RÁCIO PRC (PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS)

De acordo com o preconizado pelos princípios gerais para elaboração das IEPAO 2025-2027, os valores apurados dos Gastos Operacionais, sobre o Volume de Negócios, e do PRC para o período em análise são os seguintes:

Eficiência operacional	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Gastos operacionais (GO)	-59 116 429	-70 463 677	-70 059 610	-73 141 308	-73 688 237	-74 440 956	-3 081 697	-4,4%
CMVMC	-4 480 548	-4 468 839	-5 313 058	-5 940 774	-6 204 430	-6 209 696	-627 716	-11,8%
FSE	-39 589 118	-48 118 171	-47 238 045	-46 950 060	-45 893 599	-46 361 631	287 986	0,6%
Gastos com pessoal (sem efeito da capitalização)	-15 046 762	-17 876 667	-17 508 507	-20 250 474	-21 590 208	-21 869 628	-2 741 967	-15,7%
1-Pedido de Excecionalidade		5 664 222		916 878	1 023 719	0	916 878	
Acordo de Rendimentos		630 228		916 878	1 023 719		916 878	
Ações excecionais, não regulares, para reforço da resiliência e/ou cumprimento de normativos regulatórios		4 128 993		0			0	
Ações para reforço direto da Segurança de Pessoas, Equipamentos e Infraestruturas		905 000		0			0	
2-Dedução para efeitos de comparabilidade		774 331	222 337	1 471 092	328 464	118 879	387 759	174%
Valorizações remuneratórias ACT- progressões		93 102		97 053	110 718	118 879	97 053	
Contratações RH por questões de segurança		209 236						
Absentismo		398 668		204 293			204 293	
Processo Jurídico Acidente da Guia		73 325	65 337	151 750	141 750	0	86 413	1
Processo Jurídico Reclassificações ACT			0	75 996	75 996	0	75 996	
Inspeção e Aval. das condições estruturais e de funcionamento do Interceptor Geral da Costa do Estoril			157 000	942 000	0	0	785 000	5
Gastos operacionais ajustados (de 1 e 2)	59 116 429	64 025 124	69 837 274	70 753 338	72 336 054	74 322 076	916 064	1,3%
Volume de negócios	90 764 213	98 311 149	98 711 847	100 075 659	102 316 886	105 126 679	1 363 812	1,4%
Vendas	93 749	29 617	74 632	217 632	217 632	217 632	143 000	191,6%
Prestações de Serviços	90 670 465	98 281 532	98 637 216	99 858 027	102 099 254	104 909 047	1 220 812	1,2%
Volume de Negócios ajustado	90 764 213	98 311 149	98 711 847	100 075 659	102 316 886	105 126 679	1 363 812	1,4%
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN)	65,13%	65,12%	70,75%	70,70%	70,70%	70,70%	0,00	

Figura 42 - Rácio PRC

Os gastos com CMVMC, FSE's, Gastos com o Pessoal, sem dedução de trabalhos para a própria Empresa e de subsídios à exploração, e Volume de Negócios constam da Demonstração de Resultados, não sendo considerado para o efeito do cálculo do indicador os valores resultantes da aplicação da IFRIC 12, assim como do Desvio de Recuperação de Gastos.

Da análise do rácio GO/VN como indicador de avaliação da eficiência operacional da Águas do Tejo Atlântico, não pode ser descurado o impacto que têm as despesas de natureza obrigatória, legal, ou imprescindível, e que não têm consequências em matéria de eficiência operacional no seu sentido real.

A Águas do Tejo Atlântico rege-se por ciclos (também designados períodos tarifários), espelhados no respetivo Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), divididos num primeiro período de convergência, de 10 anos, no qual as tarifas e os rendimentos tarifários estão pré-fixados no Contrato de Concessão e depois em sucessivos períodos de 5 anos, a partir dos quais a Empresa será remunerada em função dos resultados gerados. Esta convergência é essencial precisamente para garantir um período de uniformização tarifária gradual dos 3 subsistemas que estão na origem da Empresa.

Encontra-se pendente de aprovação do concedente uma revisão extraordinária do tarifário consubstanciada, designadamente, na apresentação de um novo estudo de viabilidade económica e financeira para o período concessório, como oportunamente já supracitado.

Como já referido em processos orçamentais anteriores, a Águas do Tejo Atlântico, apesar de ter sido constituída em 2017, apenas em 2020 deu início a alguns trabalhos fruto em parte do próprio processo de criação da Empresa e do reescalonamento e normal desenvolvimento da atividade, assim como deu início aos processos de atividade programada relacionada com o estado funcional das infraestruturas. Estes processos envolvem um conjunto vasto de procedimentos de cadastro, inspeções e de auditorias. Em 2020 foram iniciadas as ações mais urgentes e efetuadas intervenções pontuais e críticas decorrentes de um evento de extrema gravidade vivido na Empresa. Volvidos 5 anos, ainda existem défices de manutenção que tem vindo a impactar a atividade operacional, o que obriga a um esforço acrescido de intervenção nos sistemas infraestruturais, quer na dimensão operacional, quer na dimensão funcional, de modo a suprir riscos significativos de segurança, ou a colocar em causa a eficiência operacional e o cumprimento de obrigações legais e de serviço.

A idade média dos subsistemas em operação na Empresa exige uma atividade intensa de manutenção preventiva incompatível com os recursos internos existentes. O objetivo é alcançar o bom estado funcional em todos os subsistemas, de modo a implementar as políticas de gestão sustentável das infraestruturas já definidas e aprovadas na Empresa.

Deste modo se justifica em 2025, a manutenção de gastos relativos às condições de operacionalidade e segurança, cuja previsibilidade era de que se iram esbatendo até ao final do período de convergência tarifária, ou seja, até ao final de 2026. Por vários fatores, de ordem interna, tais como falta de recursos humanos, como de ordem externa, relacionados com a situação de pandemia e a guerra na Ucrânia, que vieram alterar condições de mercado ao nível de preços e de entrega de bens e de prestação de serviços, impossibilitam a Empresa de realizar determinadas atividades, e consequentemente incorrer nos respetivos gastos, nas datas a que se propõe. A par desta situação, a aprovação tardia dos orçamentos não permite a execução da despesa

no calendário projetado, aquando da realização dos exercícios orçamentais. Esta é razão pela qual se verificam variações mais significativas em algumas rubricas, quando se compara exercícios económicos fechados, com o que havia sido orçamentado, e que justifica o facto de a Empresa ter de em exercícios orçamentais seguintes de contemplar despesa para procedimentos que havia previsto, mas que não teve possibilidade de os executar. Estes tipos de procedimentos apesar de considerados como gastos operacionais, não estão diretamente ligados ao volume de atividade operacional, como é o caso dos relacionados com o consumo de reagentes ou com o tratamento de lamas.

Para este tipo de gastos poderá haver um agravamento, sem que seja possível à Empresa a compensação direta e imediata através das receitas (embora parte destes gastos possam ser reconhecidos em termos regulatórios e consequentemente impactar a tarifa, tal não pode ser feito no imediato).

Assim, os gastos previstos no PAO para 2025-2027, resultam exclusivamente da absoluta necessidade de cumprir parâmetros de serviço e de garantir a segurança de pessoas e infraestruturas face às necessidades suplementares identificadas. O acréscimo de gastos, face a anos anteriores, que se possa verificar em algumas rubricas, não resulta da redução da eficiência operacional, como já dito, nem são reflexo da degradação desta, pois este acréscimo de gastos decorre da necessidade de recuperação do passado, em que não pode ser descurado o efeito derivado das condições do mercado, em que se tem vindo a assistir a um agravamento dos preços.

As dificuldades na contratação atempada dos bens e serviços necessários, em grande parte por fatores alheios à Empresa, levam a que intervenções de manutenção e conservação, assim como de outra natureza, indispensáveis à qualidade e à segurança operacionais sejam adiadas. Sendo, portanto, inevitável que na impossibilidade de realização da despesa em determinado exercício, que a mesma transite para o exercício seguinte. Existe deste modo, a tentativa da Empresa na recuperação de gastos necessários de prestações de serviços e de fornecimento de bens não diretamente relacionados com o volume de atividade.

Tal como a Águas do Tejo Atlântico tem tido oportunidade de expor em sede de processos orçamentais anteriores, a realização de auditorias internas e externas permitiu constatar o nível crítico de degradação de infraestruturas e identificar ações que carecem de ser implementadas com urgência, com vista a aumentar a segurança para níveis compatíveis com o serviço cometido pela tutela à Águas do Tejo Atlântico, em prol do ambiente e da saúde pública, cuja não realização conduzirão à não verificação de requisitos legais e limiares impostos à Empresa e à deterioração da sua capacidade operacional.

O PAO para 2025, vem reforçar o preconizado nos PAO anteriores, relativamente à necessidade de a Águas do Tejo Atlântico concretizar, de uma forma firme e consistente, os objetivos que lhe foram traçados aquando da sua criação, dando cumprimento ao estipulado no Contrato de Concessão, o que implica não só tratar de forma adequada o efluente que chega às suas Fábricas da Água, mas também, como já referido, conservar, manter, reparar, renovar, adaptar e melhorar as infraestruturas, instalações e equipamentos

necessários ao bom desempenho do serviço público que presta, assegurando também, por essa via, a segurança das pessoas e das instalações.

A par de auditorias e inspeções aos ativos dos sistemas da AdTA, as exigências legais da atividade e as exigências vertidas no Contrato de Concessão implicam a realização de gastos não incorridos no passado com vista a garantir não só a operacionalização de requisitos mais exigentes de produção, mas também padrões mais elevados de condição e segurança das infraestruturas e dos equipamentos. Gastos estes imprescindíveis, ou seja, cuja concretização não pode ser comprometida, sob pena de a Empresa vir a incorrer noutros gastos, diretos e indiretos, alguns dos quais não mensuráveis e com consequências significativas e potencialmente irreversíveis, comprometendo a segurança das pessoas e das instalações.

É exemplo do anteriormente descrito os gastos previstos incorrer com a inspeção e avaliação das condições estruturais e de funcionamento do intercetor geral do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Costa do Estoril, a maior infraestrutura nacional desta natureza e cuja última inspeção desta natureza foi realizada há cerca de 10 anos, cujo valor previsto despende é de cerca 1 milhão de euros, de que a Empresa já havia abordado a sua importância no PAO 2024 tendo considerado como uma ação de carácter excecional, não regular, para reforço da resiliência e/ou cumprimento de normativos regulatórios. A aprovação do PAO 2024 a meio do presente ano, associado ao facto de já ter sido lançado um procedimento concursal que se veio a encerrar por ausência de interessados (concurso deserto) veio dificultar, à semelhança de outros, do arranque deste procedimento atentadamente, vindo deste modo a gerar maior volume de despesa no ano de 2025, ao invés de 2024 como esperado.

É por o anteriormente exposto que se considera para efeitos de comparabilidade a dedução do respetivo gasto, tendo em conta que o mesmo já havia sido aprovado no PAO24.

Relembre-se que o intercetor da Costa do Estoril é o ativo da maior importância e espinha dorsal do sistema de saneamento da Costa do Estoril, pelo que a inspeção do seu estado estrutural é de importância crítica. Tendo a última inspeção sido realizada em 2014, importa, passados 10 anos, rever o estado da infraestrutura. O trabalho de inspeção é de dificuldade técnica muito elevada dada a dimensão da infraestrutura, a dificuldade de acesso à mesma e à necessidade de fazer a inspeção com o intercetor em funcionamento, decorrendo daí o elevado valor previsto para a realização deste serviço.

Aspetos para efeitos de comparabilidade

Relativamente à projeção de gastos para 2025, e para efeitos de comparabilidade do PRC face a 2024, foram efetuadas deduções ou adições de gastos, conforme apresentado na figura 42, salientando-se os seguintes:

- O gasto relacionado com o cumprimento do Acordo Coletivo do Trabalho (ACT), nomeadamente as valorizações remuneratórias (progressões), à semelhança do procedimento tido no PAO24;
- O efeito do valor respeitante ao absentismo de 2024;
- O gasto extraordinário que estima vir a incorrer em 2024 e 2025, decorrente do acidente mortal ocorrido em 2020 na Fábrica da Água da Guia, em que terá a Empresa de recorrer a assistência jurídica especializada, uma vez que este assunto incorre num ramo do Direito que não corresponde a área de especialidade dos elementos do Departamento Jurídico da Empresa, nem dos advogados avençados que lhe prestam serviços;
- O gasto extraordinário que estima vir a incorrer em 2025, decorrente do processo de reclassificações ao abrigo do ACT, em que, à semelhança do referido no ponto anterior, terá a Empresa de recorrer a assistência jurídica especializada.

No cálculo do PRC está ainda a ser deduzido, como pedido de excecionalidade, o impacte nos gastos do que decorre de obrigações legais, nomeadamente o relacionado com gastos com o pessoal no âmbito do Acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade (Acordo de Rendimentos 2025).

6.6. GASTOS COM DESLOCAÇÕES E ESTADAS, AJUDAS DE CUSTO, FROTA AUTOMÓVEL E ESTUDOS, PARECERES E PROJETOS DE CONSULTORIA

Gastos com Deslocações e Estadas

No respeitante aos gastos com deslocações e estadas a Águas do Tejo Atlântico prevê vir a incorrer com os seguintes gastos:

	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção	variação % 2024 vs 2025
Deslocações e estadas	121 369	156 155	176 376	176 376	176 376	13%

Figura 43 – Deslocações e Estadas

Ajudas de Custo

Relativamente aos gastos com ajudas de custo, a Empresa estima vir a incorrer com gastos de 10.000 euros, o mesmo valor que já havia sido considerado no PAO de 2024.

	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção	variação % 2024 vs 2025
Ajudas de custo	3 626	10 000	10 000	10 000	10 000	0%

Figura 44 – Ajudas de Custo

Frota Automóvel

Quanto aos gastos com frota automóvel importa ter em consideração os aspetos referidos no capítulo 9.1 Frota Automóvel - solicitando a Águas do Tejo Atlântico a aprovação para os gastos que se estimam incorrer.

	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção	variação % 2024 vs 2025
Gastos c/ Frota automóvel	963 436	1 141 893	1 424 916	1 314 163	1 316 713	25%

Figura 45 – Frota Automóvel

Ao longo de 2024, cumprindo as orientações da Holding, a Empresa procedeu, sempre que possível, à extensão contratual das viaturas existentes, desde que não representasse um aumento de gasto específico do contrato superior a 50%, se e não fosse superior aos valores para alugueres pontuais, mesmo comprando veículos de gamas inferiores. Na impossibilidade de extensão contratual, por não aceitação por parte das locadoras, recorreu a alugueres de curta duração, cumprindo o número total de veículos autorizados, de 150 viaturas.

A AdP, com o objetivo de substituição dos veículos cujos contratos de aluguer já são superiores a 6 anos, lançou um procedimento de contratação pública, estimando que em agosto de 2025, com a conclusão do procedimento seja possível proceder à renovação da frota, celebrando novos contratos de AOV para substituição da frota existente, nos casos em que os prazos dos respetivos contratos já estavam ultrapassados, assim como proceder a novas aquisições.

Em suma, para 2025 a Empresa prevê aumentar, pelas duas situações acima descritas, o número de viaturas em II, passando a frota da Empresa a perfazer um total de 161 viaturas. Para o efeito pedimos a devida autorização.

Estudos Pareceres e Projetos de Consultoria

No que concerne aos gastos com estudos, pareceres e projetos de consultoria, a Águas do Tejo Atlântico, a estimativa de gastos é a seguinte:

	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção	variação % 2024 vs 2025
Estudos, pareceres e projetos de consultoria	32 164	21 918	40 159	36 899	36 899	83%

Figura 46 – Estudos Pareceres e Projetos de Consultoria

6.7. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO E VOLUME DOS PAGAMENTOS EM ATRASO

Apresenta-se no seguinte quadro o prazo médio de pagamentos, tendo por base as dívidas correntes a fornecedores e as aquisições de bens e serviços, para exploração e investimento:

Prazo médio de pagamentos	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.03.2025 Orçamento	30.06.2025 Orçamento	30.09.2025 Orçamento	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção
Fornecedores	6 920 879	9 605 359	7 873 104	8 397 846	9 004 559	9 647 659	12 592 202	12 299 204
Fornecimentos e serviços externos	39 589 118	47 238 045	12 072 688	24 230 153	35 515 660	46 950 060	45 893 599	46 361 631
CMVMC	4 671 015	5 313 058	1 481 489	2 970 116	4 452 649	5 940 774	6 204 430	6 209 696
Investimento	17 650 294	23 268 031	10 017 795	22 121 840	37 571 336	52 799 907	82 803 062	96 657 598
PMP - RCM n.º 34/2008	30	30	30	30	30	30	30	30

Figura 47 – Prazo médio de pagamento

Pagamentos em Atraso (Arrears)	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção	variação % 2024 vs 2025
Montante	7 993	0	0	0	0	0%

Figura 48 – Pagamentos em atraso

Os valores de 2023 apresentados como dívida em atraso correspondem na sua totalidade a situações de divergência entre os valores encomendados e os valores faturados, e para os quais a Empresa aguardava da

parte dos fornecedores por esclarecimento ou emissão de notas de crédito. A Empresa tem pautado por cumprir a Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, relativa ao “Programa pagar a tempo e horas” tratando-se este tipo de situações de casos pontuais, que não consubstanciam atrasos de pagamento.

Note-se que o recebimento dos clientes está contratualizado nos 60 dias e que naturalmente este prazo influencia o prazo de pagamento.

6.8. INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS

A Águas do Tejo Atlântico não prevê receber empréstimos do Estado, aumentos de capital ou indemnizações compensatórias, bem como subsídios e outras operações similares.

Esforço público de financiamento	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção	variação % 2025 vs 2024
Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Aumentos de capital	-	-	-	-	-	-
Indemnizações compensatórias	-	-	-	-	-	-
Subsídios governamentais	-	-	-	-	-	-
Outras operações de financiamento	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-

Figura 49 - Esforço Público de Financiamento para 2025

6.9. QUADROS FICHEIRO EXCEL

No que concerne às IEPAO 2025-2027, concretamente à indicação no ponto VI, respeitante ao tema Informação Financeira, de que devem todos os quadros constantes do ficheiro de Excel, apenso ao Despacho, ser colados neste ponto, a Águas do Tejo Atlântico apresenta-os como anexo VI do presente relatório, de modo que se tenha uma maior legibilidade dos mesmos. De igual modo remete conjuntamente com o presente relatório o ficheiro Excel devidamente preenchido, tal como indicado no Despacho.

7. CONTRATOS DE GESTÃO, CONTRATOS-PROGRAMA E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A Águas do Tejo Atlântico não tem celebrado qualquer contrato-programa com o Estado.

Relativamente ao contrato de prestação de serviço público e tendo por base o artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas às quais tenha sido confiada a prestação de serviço público ou serviço de interesse geral, devem elaborar e apresentar ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade propostas de contratualização da prestação desse serviço, associando metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis, modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento e critérios de avaliação e revisão contratuais, exceto quando a relação jurídica administrativa seja titulada por Contrato de Concessão e nos mesmos se encontrem reguladas as matérias atinentes à prestação de serviço público ou serviço de interesse geral, o que é o caso da Águas do Tejo Atlântico relativamente à exploração e gestão do sistema multimunicipal da Grande Lisboa e Oeste.

7.1. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO

Com vista à prossecução dos objetivos estratégicos definidos nos vários domínios da atividade da Empresa, a Águas do Tejo Atlântico dispõe de um conjunto de instrumentos de planeamento, execução e controlo, dos quais se destacam pela sua importância em termos económicos e financeiros:

Plano de Negócios

O Plano de Negócios da Empresa encontra-se consubstanciado no estudo de viabilidade económico e financeiro, para o período de concessão da Empresa, 30 anos.

Plano Anual de Investimentos (PAI)

O PAI é elaborado anualmente para um horizonte temporal de três anos e consiste numa previsão de todos os investimentos que a empresa prevê realizar para esse período, tendo por base fatores de sustentabilidade económica, de manutenção da qualidade dos efluentes e serviços prestados e de eficiência organizacional.

A realização de cada um dos projetos de investimentos é controlada rigorosamente, de tal modo que não é possível a assunção de compromissos financeiros que não estejam aprovados em sede de PAI e cumprindo escrupulosamente a delegação de competências em vigor na Empresa.

No caso de investimentos que a Empresa pretenda realizar, e que não estejam previstos no Contrato de Concessão, ou que o valor a despendar supere o previsto, é solicitada prévia autorização à AdP-SGPS, e posteriormente submetida à ERSAR com o conhecimento do Concedente. A autorização é concedida pelo Concedente mediante parecer favorável da ERSAR.

Qualquer investimento que se pretenda realizar não previsto no PAI carece de deliberação do Conselho de Administração (CA), independentemente do montante envolvido.

Orçamento Anual

O Orçamento é elaborado anualmente, de acordo com os princípios contabilísticos vigentes na Empresa, com a participação ativa de todos os responsáveis da Empresa, os quais ficam vinculados a justificação dos desvios supervenientes perante o CA.

Controlo

A avaliação da execução do PAI e do Orçamento Anual é feita mensalmente, sendo elaborados Relatórios de Controlo de Gestão que monitorizam um vasto conjunto de indicadores económico-financeiros e também operacionais.

A monitorização do cumprimento dos objetivos anuais é feita anualmente pelo acionista maioritário (Grupo AdP), constando a mesma dos Relatórios Anuais de prestação de contas, disponibilizados publicamente no *site* da Empresa.

Relatórios de Acompanhamento

Trimestralmente são produzidos relatórios fundamentados, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento, e que incluem o plano de investimento e as respetivas fontes de financiamento.

Refira-se ainda que a aquisição de bens e/ou serviços é monitorizada através de ferramentas de controlo integrantes do sistema de gestão da empresa (ERP) – SAP. Este sistema incorpora as delegações de competências e fluxos de autorização, em vigor na Empresa, para efeitos de aprovação e autorização de despesas.

8. QUADRO SÍNTESE DE AUTORIZAÇÕES REQUERIDAS

Águas do Tejo Atlântico, solicita autorização para:

Autorizações Necessárias	Fundamentação	Normativo Aplicável	Pág. do PAO correspondente
Contratação, em 2025, de 3 trabalhadores	Necessidades efetivas e imprescindíveis à atividade da Empresa	IEPAO 2025-2027, ponto 3, pág. 9	Ponto 5- Pág. 69
Autorização para que 1 Técnico B possa preencher a vaga de Técnico Superior A		IEPAO 2025-2027, ponto 3, pág. 9	Ponto 5- Pág. 69
Autorização para contratação antecipada de trabalhadores que visam substituir trabalhadores que se prevê virem a reformar no período em análise	Contratação antecipada de modo a facilitar a formação e passagem do conhecimento de quem se visa substituir	IEPAO 2025-2027, ponto 3, pág. 9	Ponto 5- Pág. 69
Valor referente a Acordo de Rendimentos de 2025	Valorização para 2025 de 4,7% dos gastos com pessoal face à massa salarial do exercício de 2024	Acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários	Ponto 5- Pág. 67
Dedução no PRC, para efeitos de comparabilidade, do gasto com a Inspeção e Aval. das condições estruturais e de funcionamento do Intercetor Geral da Costa do Estoril	Pela dimensão do gasto associado à periodicidade destas inspeções extraordinárias		Ponto 6- Pág. 90
Dedução no PRC, para efeitos de comparabilidade, do gasto excecional com Processo Jurídico Acidente da Guia	Decorrente de acidente mortal em 2020		Ponto 6- Pág. 90
Dedução no PRC, para efeitos de comparabilidade, do gasto excecional com Processo Jurídico referente a reclassificações ao abrigo do ACT	Decorrente do processo de reclassificações com data efeito a janeiro 2022- Cláusula 21 do ACT		Ponto 6- Pág. 90
A locação, em regime de AOV, de 10 viaturas operacionais e de aquisição de 1 viatura, e da despesa inerente	Necessidades efetivas e imprescindíveis à atividade da Empresa	IEPAO 2025-2027, ponto 3, pág. 10	Ponto 6.6 - Pág. 95 e Ponto 9- Pág. 101
Autorização para proceder à substituição de contratos de viaturas operacionais que se extinguem quer por prazo, quer por quilometragem máxima contratada	Necessidades efetivas e imprescindíveis à atividade da Empresa	IEPAO 2025-2027, ponto 3, pág. 10	Ponto 6.6 - Pág. 95 e Ponto 9- Pág. 101

Figura 50 - Quadro síntese de autorizações requeridas

9. OUTROS

9.1. FROTA AUTOMÓVEL

A Águas do Tejo Atlântico na elaboração da proposta de PAO 2025 teve em consideração (no que lhe é aplicável) o disposto na Lei do Orçamento de Estado de 2024, no Despacho da Presidência do Conselho de Ministros, das Finanças e do Ambiente e Ação Climática n.º 7681 -A/2023, de 31 de julho, e no Despacho n.º 324/2023-SET, de 3 de agosto. Paralelamente e em cumprimento com a legislação e orientações sob a matéria em epígrafe, a Águas do Tejo Atlântico reflete, na sua proposta de PAO 2025, um esforço de contenção com os gastos associados à frota automóvel.

A frota automóvel da Águas do Tejo Atlântico, S.A., é constituída por viaturas operacionais, contratadas por recurso a contratos de aluguer de operacional de viaturas (AOV), em detrimento de contratos de compra e venda de veículos em estado novo ou usado, opção essa que apenas foi pontualmente adotada mediante propostas fundamentadas, comprovando o efetivo benefício económico.

Plano de Substituição de Viaturas

Derivado do enquadramento atual, influenciado quer pelo período de pandemia vivido de 2020 a 2021, assim como do conflito armado na Ucrânia e seus efeitos na economia, que afetou o mercado automóvel, não foi possível à Empresa a substituição das viaturas no prazo previsto, ou seja, no final do contrato, normalmente de 4 anos. Esta situação implicou, por forma a garantir a continuidade da prestação do serviço público, a prorrogação contratual das viaturas para as quais era expectável a sua substituição.

Esta situação foi penalizadora para a Empresa em vários aspetos:

- a) As viaturas abrangidas pelas extensões contratuais apresentam uma quilometragem elevada o que penaliza a pegada carbónica na realização das normais operações da AdTA;
- b) Derivado do número de anos e da quilometragem, apresentam um maior consumo de combustível;
- c) As rendas são mais penalizadoras, comparativamente aos modelos mais recentes, em que são também transferidos para as rendas os encargos subjacentes à erosão dos respetivos valores residuais, assim como dos valores previsíveis de manutenção;
- d) Riscos de circulação e de manutenção que as viaturas já representam, em que nalguns casos se verifica a ultrapassagem da quilometragem técnica máxima admissível;
- e) Encargos elevados com a manutenção e retenção em oficina, obrigando a Empresa - por falta de alternativa, e de forma a assegurar a continuidade de serviço - a assumir os respetivos encargos autonomamente como serviços não contratados e/ou a recorrer a viaturas de rent-a-car, quando imobilizadas em oficina por longos períodos.

Apenas para agosto de 2025 se prevê a conclusão do procedimento concursal que a AdP está a realizar e posterior concretização da substituição do remanescente das viaturas que tenham sido objeto de extensão contratual em 2024 e no passado, num total de 129 viaturas.

Decorrente do objetivo “FROTA VERDE” do Grupo Águas de Portugal, foi considerado para 2025 que o Fundo Ambiental irá subsidiar a aquisição de Viaturas Elétricas em 10.000€/unidade/48 meses, num total de 640.000€ ou seja, comparticipando 64 viaturas em 2.500€/ano/viatura, tendo a Empresa já beneficiado em dezembro de 2023 deste subsídio para 3 viaturas, num total de 30.000€.

Assim, das 129 viaturas que a Empresa tem necessidade de proceder à substituição, foi considerada a manutenção de 20 viaturas elétricas, e a conversão de 80 viaturas de combustão em viaturas 100% elétricas, dando-se assim cumprimento ao Programa de Neutralidade Energética, que visa a implementação de uma frota verde, procedendo à renovação e descarbonização da frota automóvel da Empresa, bem como ao previsto na alínea c) do n.º I do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 86/2021, de 19 de outubro, que estabelece o regime jurídico relativo à promoção de veículos de transporte rodoviário não poluentes a favor da mobilidade com nível baixo de emissões, excepcionando-se somente os segmentos de viaturas essenciais às atividades de operação e manutenção desenvolvidas pelas empresas operacionais do Grupo AdP para as quais não existam alternativas no mercado.

A não implementação deste plano de substituição de frota, implicará que a Águas do Tejo Atlântico terá que, por forma a assegurar a continuidade do serviço público, garantir a substituição das viaturas, mediante novas prorrogações dos atuais contratos, ou a celebração de contratos de rent-a-car.

Aumento de Número de Viaturas

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., solicita a necessária autorização para o aumento da sua frota operacional em 11 viaturas imprescindíveis à sua atividade:

A) 7 viaturas – garantia de prestação do serviço público

A Empresa, por forma a garantir a prestação do serviço público, recorre com frequência a alugueres de curta duração para fazer face a necessidades operacionais decorrentes de ampliação de sistemas de saneamento, a necessidade de separar as respetivas equipas por questões de segurança e por acréscimo de outras responsabilidades.

Estas viaturas visam dar resposta a necessidades vários serviços da Empresa, permitindo suprir efetivas carências operacionais, como sejam as deslocações inerentes à própria operação das infraestruturas, à verificação do funcionamento e reparação de equipamentos, à verificação das condições de segurança dos trabalhadores e das instalações, o que obrigou nos Centros Operacionais de Torres Vedras; Alenquer, Azambuja e Rio Maior; e Mafra à existência de mais uma rota de operação, com a necessidade de mais uma

viatura operacional em cada CO, às deslocações para verificação e leitura de analisadores de energia e dos medidores de caudal, e à deslocação de técnicos aos locais de obra para fiscalização e acompanhamento de empreitadas, bem como da atividade de controlo analítico, em que diariamente se procede à recolha de amostras nas várias instalações do extenso território da concessão e se entrega em laboratório para análise.

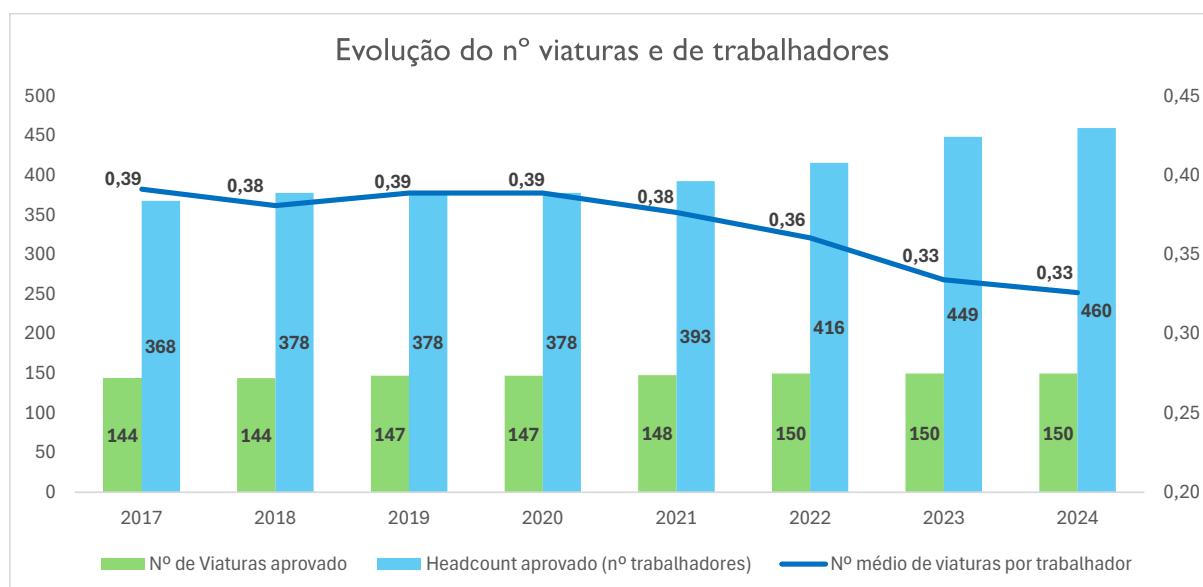
O desempenho das atividades anteriormente mencionadas não corresponde a picos de atividade, mas sim a necessidades permanentes para assegurar o cabal cumprimento das responsabilidades dos serviços em causa, nomeadamente a necessidade de apoio no local, não sendo aplicável o apoio remoto.

Recorde-se que a atividade da Empresa decorre num extenso território, correspondente aos 23 municípios da Grande Lisboa e Oeste, e onde se encontram dispersas 100 Estações de Tratamento de Águas Residuais e 285 Estações Elevatórias.

Este aumento da frota em 7 viaturas pretende regularizar os alugueres que são feitos por um curto prazo, que deixaram de ter um carácter esporádico, passando a uma necessidade permanente decorrente das novas responsabilidades e da reorganização a Empresa, em que a celebração de contratos de AOV por 4 anos, desoneram a Empresa de carga administrativa e de gastos mais elevados.

Não sendo viável, quer em termos económicos, quer operacionais, o recurso a alugueres de curta duração, e por se tratar a necessidade destas viaturas de uma situação permanente e imprescindível à atividade da Empresa, a Águas do Tejo Atlântico pede autorização para a aquisição em regime de AOV de 7 viaturas.

Este aumento de número de viaturas é totalmente justificável pelo aumento de trabalhadores aprovados nos anteriores PAO23 e PAO24, que estando agora integrados, necessitam de condições de mobilidade para desempenharem as suas funções ao longo da área de concessão.



B) 4 novas viaturas operacionais

Estas viaturas destinam-se aos seguintes serviços

- Aquisição de 1 viatura pesada com características específicas para a Direção de Operação que se destinará a elevar os custos de gradados, permitindo mitigar situações de risco para os trabalhadores em serviço nas várias instalações da exploração da Águas do Tejo Atlântico. A aquisição desta viatura não é passível de contratação em regime de AOV, sendo por isso adquirida para o imobilizado da Empresa, pois as suas características e o investimento associado à sua adaptação de modo a responder às necessidades operacionais assim o exigem. A aquisição desta viatura virá permitir a redução de gastos em FSE's no aluguer deste tipo de viaturas ou da contratação de serviços especializados para a realização dos trabalhos, que com esta tipologia de viatura se visa efetuar.

- 3 viaturas, em regime de AOV, para utilização Geral da POOL da Empresa – por razões de aumento de atividade e de número de trabalhadores, aqueles que serão recrutados em resultado da aprovação do PAO24 e aqueles que se espera virem a ser recrutados em resultado da aprovação proposta no PAO25, para novas como reutilização, tratamento de lamas e novas formas de produção de biogás para cumprimento de objetivos de neutralidade energética, entre outras novas atividades, que permitirão a médio prazo poupanças, mas que obrigam a deslocações contantes com realização de trabalho no terreno, visitas a empreitadas e trabalhos em curso nos mais de 4 000 km².

Face a tudo o que antecede, e considerando a imprescindibilidade deste instrumento de trabalho para garantir a continuidade e a qualidade prestação do serviço público essencial em qualidade e segurança, a Águas do Tejo Atlântico, solicita a necessária autorização para o aumento da sua frota em 11 viaturas, 5 híbridas, 5 elétricas e apenas 1 a viatura a combustão, dada a sua categoria de viatura pesada.

Considerando que as viaturas automóveis constituem instrumentos de trabalho imprescindíveis ao desenvolvimento da atividade da Águas do Tejo Atlântico, a não autorização para o aumento da Frota Operacional, poderá colocar em causa a satisfação de necessidades básicas da coletividade, podendo originar uma eventual paralisação ou degradação dos serviços, a qual terá consequências ambientais gravíssimas, podendo ser afetada a qualidade da água, o bom estado ecológico dos recursos hídricos e as políticas de promoção do uso eficiente da água, com prejuízos evidentes para a saúde pública e a qualidade de vida das populações e para os ecossistemas e a biodiversidade – valores que o Estado Português (e, mais diretamente, os gestores do Grupo AdP) estão obrigados a proteger, de acordo com rigorosas metas qualitativas e quantitativas, impostas por força de legislação nacional, europeia e de tratados internacionais.

No quadro infra apresenta-se o número de viaturas Empresa ao longo dos períodos de análise:

Evolução do Total de Viaturas por Tipologia	31.12.2023		31.12.2024		31.12.2025		31.12.2026		31.12.2027	
	Real		EF		Orçamento		Projeção		Projeção	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Viaturas 100% Elétricas	23	15%	22	15%	105	65%	105	65%	105	65%
Viaturas Plug-in	1	1%	1	1%	3	2%	3	2%	3	2%
Viaturas Híbridas	0	0%	2	1%	27	17%	27	17%	27	17%
Viaturas Combustão	126	84%	125	83%	26	16%	26	16%	26	16%
Total da Frota Operacional	150	100%	150	1	161	100%	161	100%	161	100%

Figura 51 – N° total de viaturas por tipologia e por ano

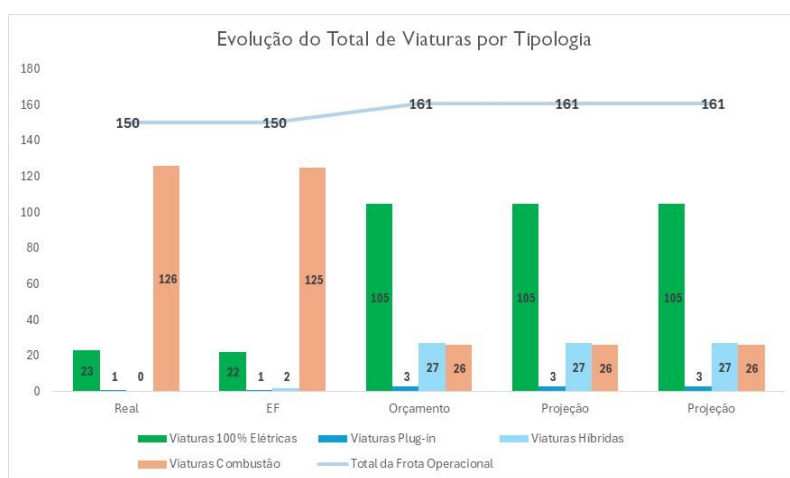


Figura 52 – Evolução do nº de viaturas por tipologia e por ano

Quanto aos gastos com viaturas, os valores que se estimam vir a incorrer são os seguintes:

Gastos Frota automóvel	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2026	31.12.2027	variação %
	Real	EF	Orçamento	Projeção	Projeção	2024 vs 2023
Total gastos com frota automóvel	963 436	1 141 893	1 424 916	1 314 163	1 316 713	25%
Número de viaturas ligeiras	149	149	159	159	159	7%
Número de viaturas pesadas	1	1	2	2	2	100%
Total de Viaturas	150	150	161	161	161	7%
valor médio por viatura	6 423	7 613	8 850	8 163	8 178	16%

Figura 53 – Gastos Frota automóvel

Os gastos apresentados correspondem à previsão da totalidade das despesas relativas a gastos com a frota automóvel da Águas do Tejo Atlântico (rendas, amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustível, eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos, acertos de rendas referentes por recálculos de quilómetros e recondicionamentos).

O agravamento dos gastos em 2025 decorre do processo de recondicionamento das 129 viaturas que espera vir a substituir, que dado o número de anos passados os valores são tendencialmente superiores aos que se incorreriam caso as viaturas fossem substituídas ao final de 4 anos. A empresa estimou para esta natureza de despesa o valor de 171 mil euros, cerca de 1.326€/viatura.

Aplicação IFRS16 no prolongamento e substituição de viaturas

É ainda de referir para efeitos de comparabilidade de exercícios económicos, que no Grupo AdP, os contratos de AOV são reconhecidos contabilisticamente no âmbito da norma IFRS16 – Locações, desde 2019. Esta norma traduz o reconhecimento no momento inicial do contrato de um ativo e de um passivo que corresponde ao valor das rendas futuras descontado à taxa de juro implícita em cada contrato, pelo prazo da locação. Este modelo implica o reconhecimento de gasto com: i) amortização do ativo sob direito de uso; e ii) juros da locação.

Por impossibilidade de renovação da sua frota automóvel, e em face da necessidade de ter os veículos disponíveis a Águas do Tejo Atlântico tem vindo a proceder sempre que possível e aceite pelas locadoras à extensão dos contratos de AOV, com custos acrescidos face à renovação da frota, por períodos de 12 meses. Ora no âmbito da referida norma, os contratos com duração até 12 meses ou em contratos cujo justo valor do ativo subjacente seja inferior a 5.000 USD, o reconhecimento das rendas é realizado diretamente como gastos em FSE's, sendo o prolongamento do tratado como um novo contrato. Ou seja, nos termos das regras contabilísticas aplicáveis, o prazo e o valor do contrato são determinantes para a forma como os encargos são reconhecidos contabilisticamente.

Esta alteração não afeta os encargos reportados com a frota, uma vez que para o cumprimento do princípio financeiro são considerados todos os encargos independentemente da forma de contabilização.

Lisboa, 19 de setembro de 2024

O Conselho de Administração

NUNO RAFAEL
DA CONCEIÇÃO
BRÔCO

Assinado de forma
digital por NUNO
RAFAEL DA
CONCEIÇÃO BRÔCO
Dados: 2024.09.19
12:29:44 +01'00'

Assinado por: HUGO FILIPE XAMBRE BENTO PEREIRA
Num. de Identificação: 11915492
Data: 2024.09.19 13:15:01+01'00'

10. ANEXOS

Anexo I – Seleção de investimentos plurianuais específicos para acompanhamento

SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS PLURIANUAIS ESPECÍFICOS PARA ACOMPANHAMENTO

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da seleção, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual. Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou raios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo fornecimento e montagem de equipamentos) é de longo o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2024

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Informação com vista à seleção dos investimentos a considerar para efeitos de acompanhamento, de acordo com o planeamento

N	Empreitada	Valor total previsto para a obra	Execução prevista para o ano 2025	Mês de início real ou previsto	Mês de conclusão previsto	Tipo de investimento				
		(milhares de euros)				Obra nova	Reabilitação/Remodelação/Substituição	Total		
						(%)				

Lista das dez empreitadas com maior valor que tenham execução em 2025, por ordem decrescente desse valor, de acordo com o planeamento

1	Álcantara - ligação a Amadora / Benfica- Fase I e Fase II-Bacia de Anti-poliuição	9 100	152	dez/25	dez/29	100%	0%	100%
2	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras	5 000	2 059	jun/25	fev/27	0%	100%	100%
3	Beneficiação do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril - Fase 1	5 000	172	dez/25	jun/28	50%	50%	100%
4	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	4 823	2 353	jul/23	jan/26	0%	100%	100%
5	Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro- restantes intervenções	4 680	2 246	set/24	jan/27	100%	0%	100%
6	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	4 461	1 521	jul/23	ago/26	75%	25%	100%
7	Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025	3 100	1 617	ago/24	ago/26	0%	100%	100%
8	Beneficiações Gerais de Construção Civil 2025/2026	3 000	857	jul/24	dez/26	0%	100%	100%
9	Empreitada de Substituição de Tampas nos Subsistemas das Zonas Norte e Sul – Lotes 1 e 2	2 799	1 477	abr/24	dez/25	0%	100%	100%
10	Conceção/Construção da ETAR da Encarnação	2 796	1 249	set/24	set/26	15%	85%	100%

Lista das dez empreitadas com maior execução prevista ao longo do ano 2025, por ordem decrescente dessa execução, de acordo com o planeamento

1	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	4 823	2 353	jul/23	jan/26	0%	100%	100%
2	Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro- restantes intervenções	4 680	2 246	set/24	jan/27	100%	0%	100%
3	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras	5 000	2 059	jun/25	fev/27	0%	100%	100%
4	Emissário Jamor (Oeiras)	2 000	1 692	nov/24	mar/26	0%	100%	100%
5	Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025	3 100	1 617	ago/24	ago/26	0%	100%	100%
6	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	4 461	1 521	jul/23	ago/26	75%	25%	100%
7	Empreitada de Substituição de Tampas nos Subsistemas das Zonas Norte e Sul – Lotes 1 e 2	2 799	1 477	abr/24	dez/25	0%	100%	100%
8	Conceção/Construção da ETAR da Encarnação	2 796	1 249	set/24	set/26	15%	85%	100%
9	Conceção Construção para Substituição do Monta-Cargas da Fábrica de Água da Guia	1 200	1 200	mar/25	set/25	0%	100%	100%
10	Empreitada de Execução da Reabilitação de Edifícios com Estrutura Metálica nas Fábricas de Água da Charneca, Atouguia da Baleia, Zambuieira, Frielas e São João da Talha	2 100	1 145	jun/25	jul/26	10%	90%	100%

Lista das cinco empreitadas propostas pela empresa para efeitos do acompanhamento a realizar

1	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	4 823	2 353	jul/23	jan/26	0%	100%	100%
2	Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro- restantes intervenções	4 680	2 246	set/24	jan/27	100%	0%	100%
3	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras	5 000	2 059	jun/25	fev/27	0%	100%	100%
4	Emissário Jamor (Oeiras)	2 000	1 692	nov/24	mar/26	0%	100%	100%
5	Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025	3 100	1 617	ago/24	ago/26	0%	100%	100%

As cinco empreitadas propostas pela empresa podem ser todas integrantes de uma ou das duas listas de dez obras acima, ou podem não o ser, quando existam motivos que tornem muito relevante uma outra obra.

Fundamentação para a seleção de investimentos proposta pela empresa

Os investimentos selecionados para acompanhamento no decorrer do ano 2025 são aqueles que apresentam maior execução em 2025 e que representam cerca de 33% do valor de investimento em empreitadas para o ano 2025.

Razões pelas quais a empresa considera serem os cinco investimentos acima aqueles que merecem maior atenção

Anexo II - Ficha sumária de investimento

FICHA SUMÁRIA - MONTANTES DE INVESTIMENTO DA EMPRESA

LEGENDA: XXXXX - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

30-06-2024

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Mês de referência

Mês a que a ficha se reporta

Planeamento versus realização

(milhares de euros)

	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25
Total anual dos valores do planeamento dos investimentos	38 456											
Valores mensais	2 192	2 142	2 410	2 745	2 334	2 814	3 301	3 457	4 110	4 120	4 164	4 668
Total dos valores da realização dos investimentos até à data												
Valores mensais do planeamento acumulados	2 192	4 334	6 744	9 489	11 824	14 637	17 938	21 394	25 505	29 624	33 788	38 456
Valores mensais da realização acumulados												
Taxa de execução acumulada												

Estão em causa os valores do investimento globais, com todas as suas componentes, ao contrário do que sucede com as fichas de investimento para os investimentos selecionados, em que os valores se referem exclusivamente à componente "empreitada".

Notas sobre a evolução dos investimentos por comparação com o planeamento

Aspectos mais relevantes do desenvolvimento dos investimentos da empresa e motivos das diferenças face ao planeamento

Anexo III - Fichas descritivas de investimento plurianual

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento.

Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: XXXXX - introdução de dados

Nome da empresa
Águas do Tejo Atlântico, S.A.
Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento
30-06-2024
Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento
Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos
A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento
100% Investimento de Substituição
Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).
Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada
4 823 (milhares de euros)
Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"
(milhares de euros)
Valor total estimado para a componente da empreitada afecta à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida
(habitantes)
Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida
(habitantes)
Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total
(euros)
Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida

Custo per capita relativo à "obra nova"
(euros)
Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento
Arruda dos Vinhos
Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar
O Investimento a realizar, decorrente da obrigação de manutenção dos bens e meios afetos à concessão, conforme Apêndice IV do Anexo I do Contrato de Concessão, engloba de uma forma geral as seguintes intervenções:
a. Beneficiação da construção civil, incluindo edifícios industriais, órgãos de tratamento e redes associadas;
b. Substituição de equipamentos metalomecânicos, eletromecânicos, elétricos e instrumentação de controlo do processo e, ainda,
c. Substituição das instalações elétricas, automação e sistema de supervisão.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento
A situação da ETAR é totalmente incompatível com o desempenho da instalação, não permitindo responder aos seguintes aspetos:
- Afluência de caudais industriais: tem vindo a agravar-se sendo na atualidade totalmente incompatível com o desempenho da ETAR;
- Cumprimento da LURH: é necessário proceder à remodelação da instalação e à sua capacitação para tratar as águas residuais de origem doméstica actualmente afluentes e ainda as contribuições industriais, para as quais não foi possível encontrar solução ao nível das indústrias/município, nos últimos anos.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento
out/23
A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo
jul/24
A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).
Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retomada.

Mês previsto para a conclusão da obra
out/25
O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

(milhares de euros)		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	3 922	Valores mensais	261	261	261	261	261	261	261	261	261	261	261	261	261	261

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retomada). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento
901 (milhares de euros)
Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários
Não está prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.
Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária
(milhares de euros)
A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento.

Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: XXXX introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

30-06-2024

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro-restantes intervenções

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

100% Obra nova

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

4 680

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afectada à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida

(habitantes)

Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

(habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total

(euros)

Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida

Custo per capita relativo à "obra nova"

(euros)

Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Município de Mafra

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

A presente empreitada visa a conclusão da construção do sistema de drenagem "em alta" da Foz do Lizandro, como previsto no Contrato de Concessão, nomeadamente, a construção do sistema elevatório de Montesouros (Estação Elevatória e Condução Elevatória com 2 106 metros em PEAD DN 315) e dos interceptores/emissários de Almada (emissário gravítico com 680 metros em PEAD DN250), Carapinha (emissário gravítico com 2600 metros em PEAD DN 250), Mafra-Carvoeiro Montante (interceptor gravítico com 2075 em PEAD DN 250), Mafra-Carvoeiro Jusante (interceptor gravítico com 3560 metros em PEAD DN500) e Gonçalves (emissário gravítico com 2557 metros em PEAD DN400).

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

No período de 2010 a 2015 foi construída a ETAR da Foz do Lizandro, o sistema de drenagem "norte", o sistema de drenagem de Carvoeira e Valbom e o sistema elevatório da Carvoeira. A empreitada em apreço contempla a construção das infraestruturas "em alta" que irão permitir a conclusão das infraestruturas previstas para o subsistema de drenagem "em alta" da Foz do Lizandro, tal como foi previsto no Contrato de Concessão.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc., etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

set/24

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra

set/26

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

(milhares de euros)		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	4 680	Valores mensais	187	187	187	187	187	187	187	187	187	187	187	187	187	187

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

(milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Não está prevista a inclusão em candidatura.

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento.

Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: XXXXX - introdução de dados

Nome da empresa
Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento 30-06-2024

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento
Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento
100% Investimento de Substituição

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada 5 000 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova" (milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afectada à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida (habitantes)

Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida (habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total (euros)

Ratão do valor total da empreitada sobre a população servida

Custo per capita relativo à "obra nova" (euros)

Ratão do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Torres Vedras

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

As principais intervenções previstas na empreitada incluem: i) a instalação de grades grossas nos canais de gradagem a montante dos tamisadores; ii) a redução do volume da lagoa de equalização e a melhoria das condições de circulação na lagoa; iii) a substituição das turbinas rápidas existentes no reator biológico por um sistema de arejamento por ar difuso alimentado por compressores; iv) a substituição dos espessadores mecânicos por um espessador gravítico; v) a substituição do digestor de gorduras por um concentrador de gorduras; vi) o redimensionamento do sistema de extração de ar contaminado no interior do edifício de tratamento de lamas e a substituição do biofiltro. Incluem-se ainda alguns trabalhos de reabilitação/beneficiação dos órgãos de tratamento e edifícios, pavimentos, acessibilidades, substituição da bácia e melhoria das condições de segurança e operacionalidade da instalação.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

A ETAR de Torres Vedras, construída em 2005, encontra-se prestes a concluir vinte anos de funcionamento, período expetável de término de vida útil da generalidade dos equipamentos eletromecânicos, e que justifica também obras de conservação e restauro das infraestruturas de construção civil. Importa nesta data resolver alguns problemas funcionais da instalação e substituir/repairar infraestruturas/equipamentos cujo estado de conservação põe em risco a sua funcionalidade e a continuidade do tratamento.

A instalação existente tem várias limitações em termos de eficiência energética, sendo mais significativa a decorrente da baixa eficiência de transferência de oxigénio do sistema de arejamento instalado nos reatores biológicos (turbinas rápidas). Adicionalmente pretende-se reformular as etapas de equalização, digestão de gorduras, espessamento mecânico e desodorização, devido a constrangimentos de dimensionamento e/ou a serem etapas intensivas em termos energéticos e de manutenção.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

(milhares de euros)		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	5 000	Valores mensais	294	294	294	294	294	294	294	294	294	294	294	294	294	294

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento (milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Não está prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Complicação comunitária (milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a complicação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento.

Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: XXXXX - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

30-06-2024

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Emissário do Jamor

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

100% Investimento de Substituição

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

2 000 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afecta à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida

(habitantes)

Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

(habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total

(euros)

Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida

Custo per capita relativo à "obra nova"

(euros)

Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Oeiras

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

A intervenção de reabilitação estrutural do Emissário do Jamor visa , essencialmente, a resolução dos problemas relativos à condição estrutural do emissário e caixas de visita, as quais, entre outros inconvenientes, determinam a entrada de água no emissário e consequentemente a sobrecarga hidráulica do mesmo (e restantes infraestruturas a jusante).

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

A execução das intervenções previstas no projeto têm em conta as condições atuais do emissário, avaliadas do ponto de vista estrutural, operacional, social/ambiental e hidráulico.

O projeto insere-se no conjunto de intervenções que a Tejo Atlântico tem vindo a desenvolver no emissário do Jamor relativas à reabilitação estrutural (e hidráulica) dos emissários que integram o Sistema da Costa do Estoril, por forma a alcançar um comportamento hidráulico, operacional e ambiental adequado e conforme com a capacidade de transporte dos emissários e de tratamento do Sistema da Costa do Estoril.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc., etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

(mês de início)

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

nov/24

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra

nov/25

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

(milhares de euros)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	2 000	Valores mensais	154	154	154	154	154	154	154	154	154	154	154	154	

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

(milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Não está prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento.

Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: XXXX - introdução de dados

Nome da empresa
Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento 30-06-2024

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

100% Obra de reabilitação/remodelação/substituição

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

3 100 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afecta à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida

(habitantes)

Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

(habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total

Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida

(euros)

Custo per capita relativo à "obra nova"

(euros)

Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Diversas instalações do Sistema Multimunicipal

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

Execução de pequenos trabalhos de construção civil que visam a reposição da condição física e funcional em diversas tipologias de ativos, sejam redes de drenagem ou edificações do sistema.

Nestes trabalhos estão incluídas: situações de reposição e beneficiação de condições de segurança quer na vertente security como na vertente safety, correções e reabilitações pontuais em edifícios de exploração e administrativos e beneficiações de infraestruturas, reparação das redes de drenagem gravítica.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

As intervenções estão enquadradas com as medidas e necessidades de manutenção corretiva e algumas melhorias e beneficiações pontuais necessárias em infraestruturas existentes.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

ago/24

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra

jun/26

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

(milhares de euros)		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	3 100	Valores mensais	135	135	135	135	135	135	135	135	135	135	135	135	135	135

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

(milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Não está prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

Anexo IV – Quadros – Ponto VI (IEPAO) Informação Financeira

Demonstrações financeiras

Unid: 1 000

Balanço	2023	2024	2025	2026	2027
Ativo (total)	562 667	539 106	530 568	571 187	631 766
não corrent.	477 626	479 134	505 447	546 131	606 232
corrente	85 041	59 973	25 121	25 057	25 535
CP (total)	119 506	120 058	123 049	123 472	123 864
rest.trans.	0	0	0	0	0
Passivo (total)	443 161	419 048	407 518	447 716	507 903
não corrent.	404 508	381 480	349 919	300 933	257 036
corrente	38 653	37 569	57 600	146 782	250 867

Demonstração de resultados	2023	2024	2025	2026	2027
Volume de Negócios (incl. ICs)	90 764	98 712	100 076	102 317	105 127
% de crescimento		9%	1%	2%	3%
Gastos com Pessoal	-15 047	-17 509	-20 250	-21 590	-21 870
% de crescimento		16%	16%	7%	1%
Fornecimentos e serviços externos	-39 589	-47 238	-46 950	-45 894	-46 362
% de crescimento		19%	-1%	-2%	1%
EBITDA	28 841	30 386	34 893	36 564	38 208
% de crescimento		5%	15%	5%	4%
EBIT	12 955	12 505	14 056	15 296	17 054
% de crescimento		-3%	12%	9%	11%
Resultado líquido	7 012	7 213	7 323	7 379	7 402
% de crescimento		3%	2%	1%	0%

Eficiência operacional	2024	2025	2026	2027
GO/VN	0,71	0,71	0,71	0,71

BALANÇO

Rubricas	Notas	Unidade											
		2023	2024	2024	2024	1ºT2025	2ºT2025	3ºT2025	4ºT2025	2025	2026	2027	
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	
ATIVO													
Ativo não corrente													
Ativos fixos tangíveis													
Ativos intangíveis													
Clientes, contribuintes e utentes													
Outros ativos financeiros													
Ativos por impostos diferidos													
Ativos sob direito de uso													
Desvio de recuperação de gastos (DRG)													
Subtotal													
Ativo corrente													
Inventários													
Clientes, contribuintes e utentes													
Estado e outros entes públicos													
Acionistas / Sócios / Associados- Apolo Tesouraria AdP													
Outros ativos financeiros													
Caixa e depósitos													
Subtotal													
Total do Ativo													
PATRIMÓNIO LÍQUIDO													
Património / Capital													
Ações (quotas) próprias													
Reservas													
Resultado líquido do período													
Total do Património Líquido													
PASSIVO													
Passivo não corrente													
Provisões													
Financiamentos obtidos													
Fornecedores de investimentos													
Passivos por impostos diferidos													
Passivos de locação													
Desvio de recuperação de gastos (DRG)													
Acréscimos de custos do investimento contratual													
Subsídios ao investimento e outros													
Subtotal													
Passivo corrente													
Fornecedores													
Estado e outros entes públicos													
Acionistas / Sócios / Associados - Apolo Tesouraria da AdP-SGPS													
Financiamentos obtidos													
Fornecedores de investimentos													
Outras contas a pagar													
Passivos de locação													
Outros passivos financeiros													
Subtotal													
Total do Passivo													
Total do Património Líquido e Passivo													

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos e Gastos	Notas	2024					2025		2026		2027	
		2023	2024	2024	2024	2024	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
		Execução	PAO	Estimativa								
Vendas		93 749 €	29 617 €	74 632 €			217 632 €	217 632 €	217 632 €	217 632 €		
Prestações de serviços		90 670 465 €	98 281 532 €	98 637 216 €			99 858 027 €	102 099 254 €	104 909 047 €			
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)		2 783 441 €	2 567 126 €	1 477 599 €			7 634 994 €	7 630 675 €	7 208 929 €			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		4 480 548 €	4 468 839 €	5 313 058 €			5 940 774 €	6 204 430 €	6 209 696 €			
Fornecimentos e serviços externos		39 589 118 €	48 118 171 €	47 238 045 €			46 950 060 €	45 893 599 €	46 361 631 €			
Gastos com pessoal		13 839 418 €	16 563 172 €	16 443 813 €			19 065 285 €	20 405 019 €	20 684 439 €			
Provisões (aumentos/reduções)		334 649 €	- €	- €			- €	- €	- €			
Outros rendimentos e ganhos		41 899 €	71 373 €	120 881 €			59 843 €	31 759 €	59 843 €			
Outros gastos e perdas		938 330 €	929 473 €	929 476 €			921 151 €	912 290 €	931 494 €			
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)		28 840 608 €	30 869 993 €	30 385 935 €			34 893 227 €	36 563 981 €	38 208 191 €			
Gastos / reversões de depreciação e amortização		20 698 179 €	22 100 404 €	22 651 885 €			25 653 332 €	26 101 923 €	26 027 812 €			
Subsídios ao investimento		4 812 852 €	4 811 207 €	4 770 513 €			4 815 799 €	4 833 902 €	4 873 429 €			
Resultado operacional (EBIT)		12 955 281 €	13 580 796 €	12 504 564 €			14 055 694 €	15 295 961 €	17 053 807 €			
EBITDA Ajustado (RO+Amortizações+Provisões+Perdas de imparidade e reversões-Subsídios ao Investimento - Desvio Recuperação de Gastos)		31 958 698 €	28 302 866 €	28 908 336 €			27 258 233 €	28 933 307 €	30 999 262 €			
Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor		13 289 931 €	13 580 796 €	12 504 564 €			14 055 694 €	15 295 961 €	17 053 807 €			
Juros e rendimentos similares obtidos		1 148 531 €	557 414 €	1 343 383 €			189 374 €	- €	- €			
Juros e gastos similares suportados		4 772 239 €	4 390 892 €	4 432 712 €			4 428 764 €	5 547 839 €	7 367 183 €			
Resultado antes de impostos		9 331 573 €	9 747 318 €	9 415 234 €			9 816 305 €	9 748 122 €	9 686 625 €			
Imposto sobre o rendimento		2 319 558 €	2 640 037 €	2 201 800 €			2 493 402 €	2 369 245 €	2 284 652 €			
Resultado líquido do período		7 012 016 €	7 107 281 €	7 213 434 €			7 322 902 €	7 378 877 €	7 401 973 €			

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos e Gastos	Notas	1ºT2025		2ºT2025		3ºT2025		4ºT2025		2025	
		Previsão		Previsão		Previsão		Previsão		Previsão	
Vendas		42 770 €		62 155 €		65 784 €		46 923 €		217 632 €	
Prestações de serviços		24 958 580 €		24 970 260 €		24 931 548 €		24 997 640 €		99 858 027 €	
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)		1 958 090 €		2 106 457 €		1 660 632 €		1 909 815 €		7 634 994 €	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		1 481 489 €		1 488 627 €		1 482 533 €		1 488 125 €		5 940 774 €	
Fornecimentos e serviços externos		12 072 688 €		12 157 466 €		11 285 507 €		11 434 400 €		46 950 060 €	
Gastos com pessoal		4 777 440 €		4 680 979 €		4 821 336 €		4 785 530 €		19 065 285 €	
Provisões (aumentos/reduções)		-		-		-		-		-	
Outros rendimentos e ganhos		14 961 €		14 961 €		14 961 €		14 961 €		59 843 €	
Outros gastos e perdas		211 273 €		247 805 €		221 040 €		241 033 €		921 151 €	
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)		8 431 512 €		8 578 956 €		8 862 509 €		9 020 250 €		34 893 227 €	
Gastos / reversões de depreciação e amortização		6 297 197 €		6 323 793 €		6 475 771 €		6 556 571 €		25 653 332 €	
Subsídios ao investimento		1 203 950 €		1 203 950 €		1 203 950 €		1 203 950 €		4 815 799 €	
Resultado operacional (EBIT)		3 338 265 €		3 459 114 €		3 590 687 €		3 667 628 €		14 055 694 €	
EBITDA Ajustado (RO+Amortizações+Provisões+Perdas de imparidade e reversões-Subsídios ao Investimento - Desvio Recuperação de Gastos)		6 473 421 €		6 472 500 €		7 201 876 €		7 110 435 €		27 258 233 €	
Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor		3 338 265 €		3 459 114 €		3 590 687 €		3 667 628 €		14 055 694 €	
Juros e rendimentos similares obtidos		132 088 €		52 602 €		4 684 €		-		189 374 €	
Juros e gastos similares suportados		1 080 140 €		1 059 210 €		1 102 567 €		1 186 846 €		4 428 764 €	
Resultado antes de impostos		2 390 213 €		2 452 506 €		2 492 804 €		2 480 782 €		9 816 305 €	
Imposto sobre o rendimento		609 469 €		618 555 €		638 700 €		626 678 €		2 493 402 €	
Resultado líquido do período		1 780 743 €		1 833 951 €		1 854 104 €		1 854 104 €		7 322 902 €	

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS		Notas	Unidade					
			2023	2024	2024	2025	2026	2027
			Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
Fluxos de caixa de atividades operacionais								
Recebimentos de clientes			101 262 249 €	107 430 921 €	105 615 153 €	111 786 308 €	114 240 827 €	117 294 796 €
Pagamentos a fornecedores			52 027 755 €	66 898 059 €	61 107 774 €	73 022 494 €	68 691 325 €	72 325 871 €
Pagamentos ao pessoal			14 746 869 €	10 778 655 €	14 696 390 €	12 321 585 €	13 034 550 €	13 254 423 €
Caixa gerada pelas operações			34 487 626 €	29 754 207 €	29 810 989 €	26 442 229 €	32 514 952 €	31 714 502 €
Outros recebimentos/pagamentos			8 938 392 €	11 432 930 €	9 517 952 €	5 717 395 €	4 384 449 €	4 109 181 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)			25 549 234 €	18 321 277 €	20 293 037 €	20 724 834 €	28 130 503 €	27 605 321 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento								
Pagamentos respeitantes a:								
Ativos fixos tangíveis			572 796 €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos intangíveis			14 083 628 €	38 060 947 €	24 373 472 €	54 409 938 €	80 593 425 €	95 893 945 €
Propriedades de investimento						- €		
Investimentos financeiros						- €		
Dividendos						- €		
Outros Ativos			4 782 722 €	6 661 415 €	5 987 621 €	6 852 762 €	6 956 757 €	7 009 933 €
Recebimentos provenientes de:			55 000 000 €		55 000 000 €	- €	- €	- €
Ativos fixos tangíveis						- €		
Ativos intangíveis			2 328 €	- €	- €	- €		
Investimentos financeiros						- €		
Outros Ativos				55 000 000 €		- €	- €	- €
Subsídios ao investimento			87 051 €	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências de capital						- €		
Juros e rendimentos similares			571 401 €	- €	951 707 €	142 031 €	- €	- €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)			- 73 778 365 €	10 277 638 €	25 500 672 €	- 61 120 670 €	- 87 550 183 €	- 102 903 879 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento								
Recebimentos provenientes de:								
Financiamentos obtidos				418 327 €	- €	48 166 782 €	102 279 369 €	202 852 216 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital				2 521 433 €	- €	2 521 433 €	- €	- €
Cobertura de prejuízos						- €		
Doações						- €		
Outras operações de financiamento				- €	1 250 000 €	4 072 173 €	- €	1 250 000 €
Pagamentos respeitantes a:								
Financiamentos obtidos			- 14 490 718 €	- 15 264 858 €	- 15 184 345 €	- 43 884 096 €	- 37 422 472 €	- 122 101 272 €
Juros e gastos similares			- 4 726 555 €	- 3 875 190 €	- 3 978 368 €	- 4 263 395 €	- 3 948 147 €	- 5 243 670 €
Dividendos								
Reduções de capital e outros instrumentos de capital						- €		
Outras operações de financiamento			- 73 554 €	- 53 363 €	- 464 816 €	- 938 025 €	- 1 489 071 €	- 1 458 716 €
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)			- 19 290 827 €	- 16 253 650 €	- 18 377 529 €	5 674 871 €	59 419 679 €	75 298 558 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)			- 67 519 958 €	12 345 264 €	27 416 181 €	- 34 720 966 €	- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período			74 829 742 €	7 309 785 €	7 309 785 €	34 725 966 €	5 000 €	5 000 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período			7 309 785 €	19 655 049 €	34 725 966 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS		Notas	1ºT2025		2ºT2025		3ºT2025		4ºT2025	
			Previsão		Previsão		Previsão		Previsão	
Fluxos de caixa de atividades operacionais										
Recebimentos de clientes			27 719 312 €	28 037 784 €	28 022 914 €	28 006 298 €				
Pagamentos a fornecedores			- 20 054 911 €	- 18 337 658 €	- 17 522 331 €	- 17 107 594 €				
Pagamentos ao pessoal			- 2 972 242 €	- 2 881 363 €	- 2 997 958 €	- 3 470 022 €				
Caixa gerada pelas operações			4 692 159 €	6 818 762 €	7 502 626 €	7 428 682 €				
Outros recebimentos/pagamentos			- 2 472 250 €	- 340 764 €	- 1 639 621 €	- 1 264 761 €				
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)			2 219 909 €	6 477 999 €	5 863 005 €	6 163 921 €				
Fluxos de caixa das atividades de investimento										
Pagamentos respeitantes a:										
Ativos fixos tangíveis			- €	- €	- €	- €				
Ativos intangíveis			- 10 120 972 €	- 11 349 713 €	- 18 524 286 €	- 14 414 967 €				
Propriedades de investimento										
Investimentos financeiros										
Dividendos			- €	- 6 852 762 €	- €	- €				
Outros Ativos			- €	- €	- €	- €				
Recebimentos provenientes de:										
Ativos fixos tangíveis										
Ativos intangíveis										
Investimentos financeiros										
Outros Ativos										
Subsídios ao investimento			- €	- €	- €	- €				
Transferências de capital										
Juros e rendimentos similares			99 066 €	39 452 €	3 513 €	- €				
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)			- 10 021 906 €	- 18 163 024 €	- 18 520 773 €	- 14 414 967 €				
Fluxos de caixa das atividades de financiamento										
Recebimentos provenientes de:										
Financiamentos obtidos			- €	- €	7 330 882 €	40 835 900 €				
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			- €	- €	- €	2 521 433 €				
Cobertura de prejuízos										
Doações										
Outras operações de financiamento			225 000 €	- €	3 847 173 €	- €				
Pagamentos respeitantes a:										
Financiamentos obtidos			- 2 344 562 €	- 5 651 777 €	- 2 682 985 €	- 33 204 773 €				
Juros e gastos similares			- 908 141 €	- 1 205 419 €	- 919 338 €	- 1 230 497 €				
Dividendos										
Reduções de capital e outros instrumentos de capital										
Outras operações de financiamento			- 48 069 €	- 48 069 €	- 170 868 €	- 671 018 €				
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)			- 3 075 772 €	- 6 905 266 €	7 404 863 €	8 251 046 €				
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)			- 10 877 769 €	- 18 590 291 €	- 5 252 906 €	- €				
Caixa e seus equivalentes no início do período			34 725 966 €	23 848 197 €	5 257 906 €	5 000 €				
Caixa e seus equivalentes no fim do período			23 848 197 €	5 257 906 €	5 000 €	5 000 €				

Eficiência operacional	2023	2024	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Gastos operacionais (GO)	-59 116 429	-70 463 677	-70 059 610	-73 141 308	-73 688 237	-74 440 956	-74 440 956	-3 081 697	-4,4%
CMVMC	-4 480 548	-4 468 839	-5 313 058	-5 940 774	-6 204 430	-6 209 696	-6 209 696	-627 716	-11,8%
FSE	-39 589 118	-48 118 171	-47 238 045	-46 950 060	-45 893 599	-46 361 631	-46 361 631	287 986	0,6%
Gastos com pessoal (sem efeito da capitalização)	-15 046 762	-17 876 667	-17 508 507	-20 250 474	-21 590 208	-21 869 628	-21 869 628	-2 741 967	-15,7%
1-Pedido de Excecionalidade		5 664 222		916 878	1 023 719	0	0	916 878	
Acordo de Rendimentos		630 228		916 878	1 023 719			916 878	
Ações excecionais, não regulares, para reforço da resiliência e/ou cumprimento de normativos regulatórios		4 128 993		0				0	
Ações para reforço direto da Segurança de Pessoas, Equipamentos e Infraestruturas		905 000		0				0	
2-Dedução para efeitos de comparabilidade		774 331	222 337	1 471 092	328 464	118 879	118 879	387 759	174%
Valorizações remuneratórias ACT- progressões		93 102		97 053	110 718	118 879	118 879	97 053	
Contratações RH por questões de segurança		209 236							
Absentismo		398 668		204 293				204 293	
Processo Jurídico Acidente da Guia		73 325	65 337	151 750	141 750	0	0	86 413	1
Processo Jurídico Reclassificações ACT			0	75 996	75 996	0	0	75 996	
Inspeção e Aval. das condições estruturais e de funcionamento do Intercetor Geral da Costa do Estoril			157 000	942 000	0	0	0	785 000	5
Gastos operacionais ajustados (de 1 e 2)	59 116 429	64 025 124	69 837 274	70 753 338	72 336 054	74 322 076	74 322 076	916 064	1,3%
Volume de negócios	90 764 213	98 311 149	98 711 847	100 075 659	102 316 886	105 126 679	105 126 679	1 363 812	1,4%
Vendas	93 749	29 617	74 632	217 632	217 632	217 632	217 632	143 000	191,6%
Prestações de Serviços	90 670 465	98 281 532	98 637 216	99 858 027	102 099 254	104 909 047	104 909 047	1 220 812	1,2%
Volume de Negócios ajustado	90 764 213	98 311 149	98 711 847	100 075 659	102 316 886	105 126 679	105 126 679	1 363 812	1,4%
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN)	65,13%	65,12%	70,75%	70,70%	70,70%	70,70%	70,70%	0,00	

Pessoal	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	EF	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Nº Total de Trabalhadores	416	470	470	473	482	490	3	1%
Nº de membros dos órgãos sociais	10	10	10	10	10	10	0	0%
Nº de membros cargos de direção	7	8	8	8	8	8	0	0%
Nº dos restantes trabalhadores	399	452	452	455	464	472	3	1%
Gastos totais com pessoal*	-15 046 762	-17 876 667	-17 508 507	-20 250 474	-21 590 208	-21 869 628	-2 741 967	-16%
Gastos com órgãos sociais**	-343 185	-357 810	-368 220	-375 524	-375 524	-375 524	-7 305	-2%
Gastos com cargos de direção	-493 833	-494 261	-646 859	-679 459	-679 459	-679 459	-32 600	-5%
Remuneração do pessoal	-10 222 786	-12 382 071	-11 759 111	-13 521 741	-14 583 188	-14 812 101	-1 762 631	-15%
Benefícios pós-emprego	0	0	0	0	0	0	0	0%
Ajudas de custo	-3 626	-10 000	-10 000	-10 000	-10 000	-10 000	0	0%
Rescisões / Indemnizações	0	0	0	0	0	0	0	0%
Restantes encargos	-3 983 332	-4 632 525	-4 724 318	-5 663 749	-5 942 036	-5 992 543	-939 431	-20%
Informação adicional								
(i) Gastos com as contratações autorizadas ou previstas em 2024		-491 734	-646 404	-1 399 193			-752 768	-116%
(ii) Gastos com as contratações previstas em anos subsequentes		-84 310		-146 353			-146 353	
(iv) Cumprimento de disposições legais		-902 196		-1 013 931	-1 134 437	-1 118 879	-1 013 931	
(v) Orientações expressas do acionista Estado								
(vi) Valorizações remuneratórias obrigatórias		-271 195		0			0	
(vii) Outras valorizações remuneratórias								
(viii) Rescisões-per-mutuo-acorde - Provisão Pensão Acidente Trabalho			458 047				-458 047	-100%
Correções para efeitos de rácio								
(-) Gastos com órgãos sociais*	343 185	357 810	368 220	375 524	375 524	375 524	7 305	2%
(-) Cumprimento de disposições legais		902 196		1 013 931	1 134 437	1 118 879		
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias		271 195		0				
(-) Rescisões contratuais excluindo per-mutuo-acorde - Provisão Pensão Acidente Trabalho			458 047					
(+) Absentismo				204 293			204 293	
Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio	-14 703 578	-16 345 466	-16 682 240	-18 456 726	-20 080 247	-21 375 224	-1 974 486	-12%

Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio (comparabilidade)

* O detalhe dos gastos com pessoal deverá ser preenchido com os respetivos encargos com a Segurança Social
** Sobre a remuneração dos gestores incide a redução prevista no artigo 12.º e da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Gastos com pessoal / Gastos com pessoal ajustados	70%	76%	70%	72%	73%	69%	0	2,8%
Gastos com dirigentes / Gastos com pessoal ajustados	3%	3%	4%	4%	3%	3%	0	-6,1%
Gastos com OS / Gastos com pessoal ajustados	2%	2%	2%	2%	2%	2%	0	-8,8%

Check Demonstração de resultados

- 1 207 345 € - 1 313 496 € - 1 064 694 € - 1 185 189 € - 1 185 189 € - 1 185 189 €

Subsídios à exploração	60 010	33 352	59 203	59 419	59 419	59 419		
Trabalhos para a própria empresa	1 147 335	1 280 144	1 005 491	1 125 770	1 125 770	1 125 770		
Total	1 207 345	1 313 496	1 064 694	1 185 189	1 185 189	1 185 189		

(iii) Cumprimento de disposições legais:

- Valorizações remuneratórias ACT- progressões(Avaliação 2022=>2023)
- Valorizações remuneratórias ACT- progressões(Avaliação 2023=>2024)
- Valorizações remuneratórias ACT- progressões PAO 2025
- Acordo de Rendimentos

	0	902 196	0	1 013 931	1 134 437	1 118 879		
		178 866	0	0				
		93 102	0	97 053	110 718	118 879		
		630 228	916 878	1 023 719				
(v) Valorizações remuneratórias obrigatórias:		271 195	0	0	0	0		
- Subs Responsabilidade - Política remuneratória Adp		147 361	0	0				
- Aplicação do regime de Contensão de Serviço		123 834	0					

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2023	Situação a 31/12/2024	Situação a 01/01/2025				Movimentos de Pessoal - 2025				Situação a 31/12/2025	Movimentos de Pessoal - 2026				Situação a 31/12/2026	Movimentos de Pessoal - 2027				Situação a 31/12/2027																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
			Total	de trabalhadores com contrato a termo	de trabalhadores com contrato a tempo	Sólos especialistas (formação)	Trabalhadores em formação (formação)	Trabalhadores em formação (formação)	Trabalhadores em formação (formação)	Trabalhadores em formação (formação)	Trabalhadores em formação (formação)	Trabalhadores em formação (formação)	Trabalhadores em formação (formação)	Trabalhadores em formação (formação)	Trabalhadores em formação (formação)	Trabalhadores em formação (formação)	Trabalhadores em formação (formação)	Trabalhadores em formação (formação)	Trabalhadores em formação (formação)	Trabalhadores em formação (formação)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						

Endividamento (fórmula)	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Capital estatutário	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	0	0%
Financiamento remunerado	173 740 119	158 733 290	158 713 239	163 185 294	229 673 150	312 577 340	4 472 054	3%
(-) Novos investimentos com expressão material				0	0	0	0	
Δ de endividamento (%)		-5,22%	-5,23%	1,64%	24,03%	24,16%	6,9 p.p.	
Unidade: Dias								
Outros	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Prazo Médio de Pagamento	30	30	30	30	30	30	0	1%
Pagamentos em Atraso (Arrears)	7 993	0	0	0	0	0	0	

Detalhe de Fornecimentos e serviços externos	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
FSE- TrabEsp-Análises/Monitorização	346 801	562 439	483 463	538 619	535 148	410 341	55 155	11%
FSE- TE-Trat. Resíduos	951 085	1 458 585	1 540 709	1 828 200	1 756 601	1 750 318	287 491	19%
FSE- TE-Trat. Efluentes	203 034	240 000	158 824	115 200	115 200	115 200	-43 624	-27%
FSE- TrabEsp- Tratamento Lamas	7 770 538	8 595 800	8 577 976	7 983 588	7 757 870	7 737 870	-594 388	-7%
FSE- TrabEsp- Assessoria Jurídica	187 311	322 501	235 371	367 679	395 346	146 000	132 308	56%
FSE- TrabEsp- Assist. Informática	233 356	1 796 364	1 753 465	1 969 545	1 823 363	1 573 780	216 081	12%
Outros Trabalhos Especializados	1 096 045	2 953 087	2 877 154	3 628 774	2 948 447	3 215 312	751 620	26%
Fee de Gestão Adp	2 178 341	2 358 757	2 369 084	2 401 816	2 455 605	2 523 040	32 731	1%
Segurança	339 755	1 191 453	1 044 344	1 395 788	962 259	899 048	351 444	34%
Vigilância	397 581	379 946	408 000	398 800	420 000	445 000	-9 200	-2%
Conservação e Reparação	10 681 414	12 836 592	12 669 900	13 334 870	14 674 278	15 372 388	664 970	5%
Ferr. e Utens. Desg. Rápido	213 750	443 817	305 950	325 784	73 393	88 475	19 835	6%
Electricidade	9 756 717	9 330 273	9 640 748	8 233 372	8 238 900	8 238 900	-1 407 376	-15%
Água	372 933	360 000	270 450	172 800	172 800	172 800	-97 650	-36%
Rendas e Alugueres (s/ viaturas)	476 661	469 732	620 048	481 702	386 767	369 954	-138 347	-22%
Comunicação	112 091	220 917	126 208	171 579	178 169	178 169	45 370	36%
Seguros Multiriscos e Resp. Civil	484 402	492 202	576 957	545 085	545 085	545 085	-31 871	-6%
Limpeza, Higiêne e Conforto	426 189	546 931	500 364	562 937	605 356	647 557	62 573	13%
Material de laboratório	189 447	277 510	245 136	186 185	109 264	54 384	-58 950	-24%
Trabalho temporário	919 203	296 790	578 035	312 000	180 000	180 000	-266 035	-46%
Jardinagem	350 002	558 706	345 757	480 248	452 095	452 095	134 491	39%
Outros Fornecimentos e serviços externos	798 580	1 217 858	803 380	363 080	629 335	770 257	-440 300	-55%
Deslocações e alojamento	119 760	130 359	121 369	130 359	130 359	130 359	8 990	7%
Associados à frota automóvel (aluguer+combustíveis+portagens+estacionamento+seguros+conservação e reparação)	963 436	1 062 550	963 436	981 891	307 800	305 142	18 454	2%
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	20 686	15 000	21 918	40 159	40 159	40 159	18 242	83%
TOTAL	39 589 118	48 118 171	47 238 045	46 950 060	45 893 599	46 361 631	-287 986	-1%

Fonte: Proposta de PAO para 2025-2027

Frota automóvel	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Operacional - EUR	963 436	1 105 913	963 436	1 424 916	1 314 163	1 316 713	461 480	48%
Operacional - n.º de viaturas	147	150	150	161	161	161	11	7%
Não operacional - EUR								
Não operacional - n.º de viaturas	0	0	0	0	0	0	0	

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 vs 2024	2026 vs 2025	2027 vs 2026	Variação média anual do triénio			Cumpre 1º ano			Cumpre triénio		
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão							S	N	N/A	S	N	N/A
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO																
Taxa de crescimento nominal PIB	4,5	4,5	4,5	3,8	4,5%	4,5%	3,8%	4,3%								
Taxa de crescimento real PIB	1,5	1,9	2,0	1,5	1,9%	2,0%	1,5%	1,8%								
Taxa de crescimento IPC	2,5	2,1	2,0	2,0	2,1%	2,0%	2,0%	2,0%								
a) Volume de negócios	98 712	100 076	102 317	105 127	1%	2%	3%	2%			S		N/A	S		N/A
b) EBIT, liq. de provisões, imputações e correções de justo valor	12 505	14 056	15 296	17 054	1 551	1 240	1 758	1 516			S			S		
c) Resultado líquido	7 213	7 323	7 379	7 402	109	56	23	63			S			S		
d) Rentabilidade do Ativo (ROA)	2%	3%	3%	3%	0,4 p.p.	0,1 p.p.	0,1 p.p.	0,2 p.p.			S			S		
e) Rentabilidade dos RH	26 605x	29 716x	31 734x	34 804x	3 111x	2 018x	3 069x	2 733x			S			S		
f) Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	6%	6%	6%	6%	0,0 p.p.	0,0 p.p.	0,0 p.p.	0,0 p.p.			S	N				
g) Endividamento líquido de novos investimentos																
h) Pagamentos em Atraso (Arrears)	0	0	0	0	0	0	0	0								
i) Volume de negócios (real)	98 712	100 076	102 317	105 127	1%	2%	3%	2%			S		N/A		N	N/A
ii) Gastos operacionais (%)	69 837	70 753	72 336	74 322	1%	2%	3%	2%			S			S		
OTIMIZAÇÃO DE GASTOS																
Gastos operacionais (corrigido do IPC)	69 837	69 298	70 918	72 865	-	539	1 620	1 947			S				N	

Rácios Financeiros	Formúla	2023	2024	2025	2026	2027
		Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
Rentabilidade das vendas	EBITDA/Volume de Negócio	32%	31%	35%	36%	35%
Rentabilidade do Ativo	Resultado Operacional/Ativo médio		2%	3%	3%	3%
Rentabilidade do Capital próprio	Resultado Líquido/Capital Próprio médio		6%	6%	6%	6%
Passivo total	Passivo/Ativo	79%	78%	77%	78%	80%
Endividamento Corrente	Passivo Corrente/Ativo	7%	7%	11%	26%	40%
Autonomia financeira	Capital Próprio/Ativo	21%	22%	23%	22%	20%
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	220%	160%	44%	17%	10%
Rentabilidade dos RH	Resultado Operacional/n.º de trabalhadores	31 143	26 605	29 716	31 734	34 804

Anexo V - Parecer do Revisor Oficial de Contas

Anexo VI - Parecer do Órgão de Fiscalização

PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO (PAO) 2025
DA
ÁGUAS DO TEJO E ATLÂNTICO, S.A.

Índice

1	Âmbito do parecer	3
2	Fontes de informação	3
3	Origem da informação incluída no PAO 2025	3
4	PAO 2025 – Resumo das Demonstrações financeiras previsionais	4
4.1	Resumo da Demonstração da posição financeira (“Balção”) previsional (DPFP)	4
4.1.1	Ativo não corrente	4
4.1.2	Ativo corrente	5
4.1.3	Capital próprio	6
4.1.4	Passivo não corrente	6
4.1.5	Passivo corrente	7
4.2	Resumo da Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional (DRNP)	7
4.2.1	Volume de negócios	8
4.2.2	Gastos operacionais	8
4.3	Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa previsional (DFCP)	8
5	PAO 2025 - Orientações Legais vigentes	9
5.1	Volume de negócios	9
5.2	Resultado operacional	10
5.3	Resultado líquido	10
5.4	Return on Assets (ROA)	10
5.5	Otimização de recursos humanos	10
5.6	Return on Equity (ROE)	11
5.7	Endividamento	11
5.8	Pagamentos em atraso	11
5.9	Crescimento do Volume de Negócios versus Crescimento do Produto Interno Bruto	12
5.10	Taxa de Crescimento do Volume de Negócios versus Taxa de Crescimento dos Gastos Operacionais	12
5.11	Otimização dos gastos	12
5.12	EBITDA e EBITA ajustado	13
5.13	EBIT	13
5.14	Eficiência Operacional – PRC (GO/VN)	14
5.15	Evolução dos Gastos com Pessoal em montante e em número de colaboradores	14
5.16	Nº de viaturas na frota automóvel	15
5.17	Prazo médio de pagamentos (PMP) a fornecedores	16
5.18	Princípio de Unidade e Tesouraria	16
6	Parecer	16

1 Âmbito do parecer

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente relatório e Parecer das Águas do Tejo e Atlântico, S.A. (doravante designada por Empresa) sobre o Plano de Atividades Orçamento de 2025 (doravante designado por PAO 2025), em versão aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de setembro de 2024. O PAO 2025, apresentado pela Empresa, inclui um Plano de Atividades, um Plano de Investimento plurianual, as correspondentes demonstrações financeiras previsionais de 2025 e, a análise do cumprimento das Orientações Legais vigentes para a Empresa.

2 Fontes de informação

Na elaboração do presente Parecer, além do conteúdo do PAO 2025, elaborado pelo Conselho de Administração, utilizamos, nomeadamente, as seguintes fontes de informação:

- Lei do Orçamento de Estado para 2024 (Lei nº 82/2023 de 29 de dezembro);
- Decreto-Lei nº17/2024 de 29 de janeiro (DLEO 2024);
- Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para o ano de 2025 (IEIPG2025);
- Orientações emanadas pelo acionista maioritário, Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP SGPS);
- Recomendações emanadas pela Entidade Reguladora de Águas e Resíduos (ERSAR);
- Esclarecimentos prestados pelos órgãos da Comissão Executiva e pelos seus serviços administrativos;
- Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre o PAO 2025, emitido em 19 de setembro de 2024.

3 Origem da informação incluída no PAO 2025

A apresentação dos montantes considerados no PAO 2025, basearam-se nas seguintes fontes e critérios:

1. Os montantes de “31.12.2023 Real”, correspondem à execução efetiva e constantes das demonstrações financeiras de 2023, devidamente aprovadas em assembleia geral e auditadas;
2. Os montantes considerados em “31.12.2024 PAO”, correspondem ao PAO de 2024 (2º versão) o qual foi aprovado pela Tutela em julho de 2024;
3. Os montantes considerados em “31.12.2024 EF”, “31.12.2025 PAO ou Orçamento”, e projeções para 2026 e 2027, correspondem à melhor estimativa da Empresa na data da sua elaboração, tendo por base a informação financeira relativa a junho de 2024 e objetivos a atingir.

4 PAO 2025 – Resumo das Demonstrações financeiras previsionais

4.1 Resumo da Demonstração da posição financeira (“Balço”) previsional (DPFP)

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA em euros	31.12.2024 EF	31.12.2025 (PAO)	Varição absoluta	Varição relativa
	(1)	(2)	(3) = (2) - (1)	(4) = (3) / (1)
Ativo não corrente	479 133 558	505 446 833	26 313 275	5%
Ativo corrente	59 972 791	25 120 877	(34 851 914)	-58%
Total do Ativo	539 106 349	530 567 710	(8 538 639)	-2%
Capital próprio	120 057 877	123 049 450	2 991 573	2%
Passivo não corrente	381 479 684	349 918 720	(31 560 964)	-8%
Passivo corrente	37 568 788	57 599 540	20 030 752	53%
Total do Capital próprio e Passivo	539 106 349	530 567 710	(8 538 639)	-2%

4.1.1 Ativo não corrente

Face a 2024 EF, está previsto para 2025, um aumento no “Ativo não corrente”, de aproximadamente 26,3 milhões de euros, com o seguinte detalhe:

Ativo não corrente (principais variações absolutas)	31.12.2024 EF	31.12.2025 (PAO)	Varição absoluta	Varição relativa
Ativos intangíveis	417 903 714	440 638 488	22 734 774	5%
Outros	61 229 844	64 808 345	3 578 501	6%
Total	479 133 558	505 446 833	26 313 275	5%

A variação resulta, fundamentalmente, do aumento da rubrica “Ativos intangíveis” em 22,7 milhões de euros, em resultado, nomeadamente, do aumento das previsões de investimentos a realizar em 2025.

Estima-se no ano de 2025 um investimento de 52,7 milhões de euros, o que representa um aumento absoluto de 29,5 milhões de euros, face a 2024 EF, o que representa um aumento esperado de 127%, conforme se ilustra no mapa seguinte:

Investimento	31.12.2024 EF	31.12.2025 (PAO)	Varição absoluta	Varição relativa
	(1)	(2)	(3) = (2) - (1)	(4) = (3) / (1)
Empreitadas	13 186 596	30 588 626	17 402 030	132%
Estudos e projetos	2 516 628	3 858 020	1 341 392	53%
Terrenos	343 269	552 382	209 113	61%
Fiscalizações	577 126	1 068 543	491 417	85%
Assessorias	1 029 636	2 388 298	1 358 662	132%
Outros	5 614 776	14 344 038	8 729 262	155%
Total	23 268 031	52 799 907	29 531 876	127%

Atendendo ao referido nas “Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para o ano de 2025 (IEIPG2025)”, consideram-se “novos investimentos com expressão material”, os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano do triénio seja igual ou superior a 10 milhões de euros ou a 10% do orçamento da Empresa em qualquer ano. Pela análise dos elementos divulgados no PAO 2025, constata-se que a Empresa não identifica nenhum investimento como sendo de expressão material.

Ainda no âmbito do investimento, refira-se ainda que, o contrato de Concessão da AdTA estabelece um prazo de 30 anos (2017-2046). Para este horizonte temporal está previsto um investimento de 197,7 milhões de euros, o qual foi determinado com base em preços constantes de 2016 (tendo em conta o EVEF apresentado). Em consequência, o investimento previsto poderá estar desfasado com a realidade atual, além de condicionar os valores apresentados na elaboração do PAO 2025. Corroborando esta matéria, o PAO 2025, apresenta a seguinte informação (em Euros):

Descrição	31.12.2024 EF	31.12.2025 (PAO)
Investimentos do período previsto no EVEF	3 602 186	3 677 832
Investimento executado no período	23 268 031	52 799 907
Desvio	19 665 845	49 122 075

Por aqui se constata que o investimento, do ainda atual EVEF aprovado, não está adaptado à realidade do investimento executado.

4.1.2 Ativo corrente

Face aos valores 2024 EF, está previsto para o final de 2025, uma redução no “Ativo corrente” de 34,8 milhões de euros, discriminado da seguinte forma:

Ativo corrente (principais variações absolutas)	31.12.2024 EF	31.12.2025 (PAO)	Variação absoluta	Variação relativa
Caixa e seus equivalentes	34 725 966	5 000	(34 720 966)	-100%
Clientes	18 976 370	19 304 172	327 802	2%
Outros	6 270 455	5 811 705	(458 750)	-7%
Total	59 972 791	25 120 877	(34 851 914)	-58%

Destaca-se a redução acentuada que está prevista ocorrer em 2025, na rubrica “Caixa e seus equivalentes”, no montante de 34,7 milhões de euros, em resultado da variação acentuada do investimento previsto para 2025, face a 2024 EF (cfr. referido em 4.1.1.)

4.1.3 Capital próprio

Face aos valores 2024 EF, está previsto um aumento dos capitais próprios para o ano de 2025, de aproximadamente 2,9 milhões de euros:

Capital próprio	31.12.2024 EF	31.12.2025 (PAO)	Variação absoluta	Variação relativa
Capital social	113 527 680	113 527 680	-	0%
Acções Próprias	(2 521 433)	-	2 521 433	-100%
Reservas e outros ajustamentos	1 838 196	2 198 868	360 672	20%
Resultado líquido do exercício	7 213 434	7 322 902	109 468	2%
Total	120 057 877	123 049 450	2 991 573	2%

Alguns comentários sobre as variações:

- A operação de venda das ações próprias que está previsto ocorrer no ano de 2025 (2,5 milhões de euros); e,
- Da variação positiva do resultado líquido previsto para 2025, face ao projetado para 2024 EF (109 mil euros), em resultado da previsão para 2025 do aumento da taxa de juro das OT a 10 anos.

4.1.4 Passivo não corrente

Face aos valores 2024 EF, está previsto em 2025, que o passivo não corrente apresente uma redução de cerca de 31,5 milhões de euros, com a seguinte decomposição:

Passivo não corrente (principais variações absolutas)	31.12.2024 EF	31.12.2025 (PAO)	Variação absoluta	Variação relativa
Empréstimos	142 336 516	125 496 172	(16 840 344)	-12%
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	13 249 978	5 614 984	(7 634 994)	-58%
Subsídios ao investimento	107 113 676	102 297 877	(4 815 799)	-4%
Acréscimos de custos do investimento contratual	103 731 446	99 000 940	(4 730 506)	-5%
Passivos de locação	42 279	2 564 888	2 522 609	5967%
Outros	15 005 789	14 943 859	(61 930)	0%
Total	381 479 684	349 918 720	(31 560 964)	-8%

Destacam-se os seguintes factos:

- Redução da rubrica “Empréstimos” em cerca de 16,8 milhões de euros no decorrer do ano de 2025, em resultado de amortização da dívida junto do BEI.
- A redução da rubrica “Desvios de recuperação de gastos (DRG) – superavit” de aproximadamente 7,6 milhões euros explica-se no quadro seguinte:

Posição financeira_Desvio 31.12.2024 (EF) - Passivo não corrente	13 249 979
Demonstração dos resultados_estimativa para o ano de 2025 - Deficit	(7 634 994)
Posição financeira_Desvio 31.12.2025 (Previsto)	5 614 985

A redução do superavit está associada à previsão do aumento dos gastos operacionais em 2025 (nomeadamente, gastos com pessoal, amortizações e consumos de materiais), face a 2024 EF, a que mais uma vez, não se pode dissociar do aumento significativo do investimento previsto para 2025.

- c) A redução da rubrica “Subsídios ao investimento” no montante de 4,8 milhões de euros, decorre, unicamente, do reconhecimento na DRNP previsto para 2025, da parte do rendimento afeto ao subsídio do investimento, proporcional às amortizações do investimento do ano de 2025 (subsidiado).
- d) A redução da rubrica “Acréscimos de custo do investimento contratual” de aproximadamente 4,7 milhões de euros, resulta, essencialmente, do comportamento da variável do investimento. Quanto mais investimento firme ocorrer, mais esta rubrica é reduzida pelas transferências para a rubrica “Amortizações acumuladas” dos ativos intangíveis.
- e) A Empresa tem previsto para 2025 aumentar a aquisição de equipamento que obriga à aplicação da IFRS 16.

4.1.5 Passivo corrente

Face aos valores 2024 EF, está previsto para 2025, que o passivo corrente tenha uma variação positiva, de cerca 20 milhões de euros, com a seguinte decomposição:

Passivo corrente (principais variações absolutas)	31.12.2024 EF	31.12.2025 (PAO)	Variação absoluta	Variação relativa
Apoio se tesouraria AdP SGPS	-	20 485 340	20 485 340	100%
Outros passivos correntes	4 268 850	3 039 585	(1 229 265)	-29%
Empréstimos	16 376 724	17 203 782	827 058	5%
Estado e outros entes públicos	4 250 764	3 544 547	(706 217)	-17%
Outros	12 672 450	13 326 286	653 836	5%
Totais	37 568 788	57 599 540	20 030 752	53%

A principal variação deve-se à contratação prevista de um empréstimo a obter junto da AdP, no montante de 20,4 milhões de euros, o qual se prevê que não exista em 2024 EF.

4.2 Resumo da Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional (DRNP)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA em euros	31.12.2024 EF	31.12.2025 (PAO)	Variação absoluta	Variação relativa
	(1)	(2)	(3) = (2) - (1)	(4) = (3) / (1)
Volume de negócios	122 129 376	159 605 314	37 475 938	31%
Gastos operacionais	(114 516 206)	(150 425 263)	(35 909 057)	31%
Outros rendimentos operacionais	4 891 394	4 875 643	(15 751)	0%
Resultados operacionais	12 504 564	14 055 694	1 551 130	12%
Resultados financeiros	(3 089 330)	(4 239 390)	(1 150 060)	37%
Resultados antes de impostos	9 415 234	9 816 304	401 070	4%
Impostos	(2 201 800)	(2 493 402)	(291 602)	13%
Resultado líquido do exercício	7 213 434	7 322 902	109 468	2%

4.2.1 Volume de negócios

O volume de negócios previsto para o ano de 2025, evidencia um crescimento de 31%, mas em substância, e após ajustamentos (excluindo a IFRIC 12 e DRG), apresenta um aumento de 1%, senão vejamos:

Volume de negócios ajustados	31.12.2024 EF (1)	31.12.2025 (PAO) (2)	Variação absoluta (3) = (2) - (1)	Variação relativa (4) = (3) / (1)
Volume de negócios que consta da DRNP	122 129 376	159 605 314	37 475 938	31%
Serviços de construção (IFRIC12)	(21 939 929)	(51 894 661)	(29 954 732)	137%
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	(1 477 599)	(7 634 994)	(6 157 395)	417%
Volume de negócios ajustados	98 711 848	100 075 659	1 363 811	1%

4.2.2 Gastos operacionais

Pela análise dos gastos operacionais incluídos na DRNP, constata-se, que está previsto um aumento em 2025 de 31% ou 6%, conforme, ou não, se inclua a IFRIC 12:

Detalhe dos gastos operacionais	31.12.2024 EF (1)	31.12.2025 (PAO) (2)	Variação absoluta (3) = (2) - (1)	Variação relativa (4) = (3) / (1)
Serviços de construção (IFRIC12)	21 939 929	51 894 661	29 954 732	137%
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	22 651 885	25 653 332	3 001 447	13%
Gastos com pessoal	16 443 813	19 065 285	2 621 472	16%
Custo das vendas/variação dos inventários	5 313 058	5 940 774	627 716	12%
Fornecimentos e serviços externos	47 238 045	46 950 060	(287 985)	-1%
Outros gastos	929 476	921 151	(8 325)	-1%
Detalhe dos gastos operacionais <u>com</u> IFRIC 12	114 516 206	150 425 263	35 909 057	31%
Detalhe dos gastos operacionais <u>sem</u> IFRIC 12	92 576 277	98 530 602	5 954 325	6%

O aumento previsto, relacionado com os “Serviços de construção”, “Amortizações” e “Custo das vendas”, está associado ao forte investimento que se estimava venha a ocorrer em 2025, comparativamente com 2024 EF (ver nota 4.1.1, acima).

O aumento previsto na rubrica “Gastos com pessoal (GCP)”, encontra-se explicado na nota 5.14, abaixo.

4.3 Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa previsional (DFCP)

Demonstração dos fluxos de caixa em euros	31.12.2024 EF (1)	31.12.2025 (PAO) (2)	Variação absoluta (3) = (2) - (1)	Variação relativa (4) = (3) / (1)
"Stock" inicial de moeda	7 309 785	34 725 966	27 416 181	375%
Fluxo de caixa das atividades operacionais	20 293 037	20 724 834	431 797	2%
Fluxo de caixa das atividades de investimento	25 500 672	(61 120 670)	(86 621 342)	-340%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(18 377 528)	5 674 870	24 052 398	-131%
"Stock" final de moeda	34 725 966	5 000	(34 720 966)	-100%

Da comparação do “Stock final de moeda” que se prevê venha existir no final de 2024, com a estimativa para o final de 2025, constata-se uma redução acentuada do “Stock de moeda”, em cerca de 34,7 milhões de euros, os quais podem ser detalhados da seguinte forma:

Demonstração dos fluxos de caixa em euros	31.12.2025 (PAO)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Recebimentos de clientes	111 786 308
Pagamentos a fornecedores	(73 022 494)
Pagamentos ao pessoal	(12 321 585)
Outros Pagamentos/Recebimentos	(3 020 191)
Pagamento/Recebimento do IRC	(2 697 204)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	20 724 834
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Recebimentos de juros e rendimentos similares	142 030
Pagamentos de dividendos	(6 852 762)
Pagamentos de ativos intangíveis	(54 409 938)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(61 120 670)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Recebimentos de empréstimos obtidos	48 166 782
Venda de ações próprias	2 521 433
Pagamentos de empréstimos obtidos	(43 884 098)
Pagamentos de juros e gastos similares	(4 263 395)
Outros	3 134 148
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	5 674 870
Total	(34 720 966)

Analisado de forma isolada a previsão para o ano de 2025 (isto é, sem ter em conta a previsão do stock de moeda existente no final de 2024), constata-se que, está previsto para 2025, que os meios libertos financeiros, das atividades operacionais e de financiamento da Empresa, respetivamente, não serão suficientes para liquidar as atividades de investimento previstas.

5 PAO 2025 - Orientações Legais vigentes

As orientações legais apresentadas neste PAO 2025 decorrem da legislação referida na nota 2, acima e tem como ano de referência a previsão final para o ano de 2024 (2024 EF).

5.1 Volume de negócios

Descrição	2024 EF	PAO 2025	Proj_2026	Proj_2027
Vendas	74 632	217 632	217 632	217 632
Prestação de serviços	98 637 216	99 858 027	102 099 254	104 909 047
Totais	98 711 848	100 075 659	102 316 886	105 126 679

Verifica-se que o volume de negócios, no horizonte temporal das projeções, tem uma tendência de crescimento, pelo que, existe cumprimento quanto a aliena 2. a) IEIPG2025.

5.2 Resultado operacional

Descrição	2024 EF	PAO 2025	Proj_2026	Proj_2027
Resultado operacional	12 504 564	14 055 694	15 295 961	17 053 807
Totais	12 504 564	14 055 694	15 295 961	17 053 807

Verifica-se que o resultado operacional, no horizonte temporal das projeções, tem uma tendência de crescimento, pelo que, existe cumprimento quanto a aliena 2. b) IEIPG2025.

5.3 Resultado líquido

Descrição	2024 EF	PAO 2025	Proj_2026	Proj_2027
Resultado líquido	7 213 434	7 322 902	7 378 877	7 401 973
Totais	7 213 434	7 322 902	7 378 877	7 401 973

Verifica-se que o resultado líquido, no horizonte temporal das projeções, tem uma tendência de crescimento, pelo que, existe cumprimento quanto a aliena 2. c) IEIPG2025.

5.4 Return on Assets (ROA)

Descrição	2024 EF	PAO 2025	Proj_2026	Proj_2027
Resultado operacional	12 504 564	14 055 694	15 295 961	17 053 807
Ativo total	539 106 349	530 567 710	571 187 400	631 786 154
ROA %	2,32%	2,65%	2,68%	2,70%

Verifica-se que o “ROA”, no horizonte temporal das projeções, tem uma tendência de crescimento, pelo que, existe cumprimento quanto a aliena 2. d) IEIPG2025.

5.5 Otimização de recursos humanos

Descrição	2024 EF	PAO 2025	Proj_2026	Proj_2027
Resultado operacional	12 504 564	14 055 694	15 295 961	17 053 807
Nº de pessoal	470	473	482	490
RO/Nºpessoal	26 605	29 716	31 734	34 804

Verifica-se que o rácio quanto à “otimização de recursos humanos”, no horizonte temporal das projeções, tem uma tendência de crescimento, pelo que, existe cumprimento quanto a aliena 2. e) IEIPG2025.

5.6 Return on Equity (ROE)

Descrição	2024 EF	PAO 2025	Proj_2026	Proj_2027
Resultado líquido	7 213 434	7 322 902	7 378 877	7 401 973
Ativo total	539 106 349	530 567 710	571 187 400	631 786 154
ROE %	1,34%	1,38%	1,29%	1,17%

Verifica-se que o rácio “ROE”, no horizonte temporal das projeções, tem uma tendência de crescimento, com exceção para as projeções de 2026 e 2027, pelo que se conclui para estes anos, a existência de incumprimento quanto a aliena 2.

f) IEIPG2025. Refira-se que o resultado líquido está associado à remuneração acionista acordada, sobre a qual incide uma taxa juro variável, determinada com a cotação das OT a 10 anos mais um spread de 3%.

5.7 Endividamento

Descrição	2024 EF	PAO 2025	Proj_2026	Proj_2027
Empréstimos não correntes	142 336 516	125 496 172	105 771 057	84 748 952
Empréstimos correntes	16 376 724	17 203 782	21 622 724	24 976 172
Empréstimos correntes - Obtidos da AdP	-	20 485 340	102 279 369	202 852 216
Total	158 713 240	163 185 294	229 673 150	312 577 340

Verifica-se que o “Endividamento”, no horizonte temporal das projeções, tem uma tendência para aumentar, pelo que não segue o referido na aliena 2. g) IEIPG2025. O aumento está associado aos empréstimos que a Empresa terá de recorrer junto do acionista maioritário, para financiar o crescimento sustentado das suas atividades de investimento.

Pese embora este facto, para o PAO 2025, segundo a alínea 4 do IEIPG2025, existe cumprimento, pois o indicador é inferior a 2%, conforme a seguir se apresenta:

Descrição	Euros
1 - Financiamento remunerado estimado para o final de 2024 (EF)	158 713 240
2 - Financiamento previsto remunerado do PAO 2025	163 185 294
3 - Montante de 2025, do Investimento com expressão material (*)	-
4 - Capital social realizado de 2024 (EF)	113 527 680
5 - Capital social realizado previsto no PAO 2025	113 527 680
% de endividamento = ((2-1)+(5-4) - 3)/(1+4)	1,64%

** De acordo com o parágrafo 4.4 do PAO 2025, não existem.*

5.8 Pagamentos em atraso

No PAO 2025, o órgão de gestão divulga a inexistência de pagamentos em atraso, pelo que existe cumprimento quanto a aliena 2. h) IEIPG2025

5.9 Crescimento do Volume de Negócios versus Crescimento do Produto Interno Bruto

Descrição	PAO 2025	Proj_2026	Proj_2027
Volume de negócios	100 075 659	102 316 886	105 126 679
a) Variação do volume de negócios	1,4%	2,2%	2,7%
b) PIB	1,9%	2,0%	1,5%
Cumprimento = a) < b)	Cumpre	Não cumpre	Não cumpre

Verifica-se que na relação acima descrita, existe cumprimento no PAO 2025, o que não acontece para as projeções de 2026 e 2027, pois contraria o referido no antepenúltimo parágrafo da aliena 2. do IEIPG2025. Contudo no ponto 6.1 do PAO 2025, o órgão de gestão fundamenta as particularidades que devem ser tidas em conta na análise da evolução do volume de negócios versus evolução do PIB, além de que, o volume de negócios da Empresa encontra-se previamente determinado, razão pela qual, o seu crescimento real está diretamente relacionado com as variações médias anuais do índice harmonizado de preços no consumidor, indicadas pela ERSAR até 31 de julho de cada ano. Assim, o órgão de gestão fundamenta que de certo modo esta orientação legal não se aplica à Empresa.

5.10 Taxa de Crescimento do Volume de Negócios versus Taxa de Crescimento dos Gastos Operacionais

Descrição	PAO 2025	Proj_2026	Proj_2027
a) Taxa de crescimento do volume de negócios	1,4%	2,2%	2,7%
b) Taxa de crescimento dos gastos operacionais (i)	6,4%	1,0%	0,7%
Cumprimento = a) > b)	Não cumpre	Cumpre	Cumpre

(i) Não inclui a IFRIC 12

Pese embora se constate que existe incumprimento no PAO 2025, pois contraria o referido no antepenúltimo parágrafo da aliena 2. do IEIPG2025, a sua aplicação legal terá de ser ponderada, atendendo ao descrito na nota 5.9 anterior.

5.11 Otimização dos gastos

A aliena 3. VI) do IEIPG2025, para efeitos de orientação legal, elege os gastos operacionais, CVVI, FSE e GCP, para efeitos de determinação da otimização dos gastos (atualizados pelo IHPC). Caso se considere os montantes apresentados na DRNP do PAO 2025, consta-se que, no horizonte temporal das projeções, existe uma tendência de crescimento, razão pela qual, esta orientação legal não se encontra cumprida:

Descrição	2024 EF	PAO 2025	Proj_2026	Proj_2027
Custo das vendas /variação dos inventários (CVVI) (DRNP)	5 313 058	5 940 774	6 204 430	6 209 696
Fornecimentos e serviços externos (FSE) (DRNP)	47 238 045	46 950 060	45 893 599	46 361 631
Gastos com pessoal (GCP) (DRNP)	16 443 813	19 065 285	20 405 019	20 684 439
Totais gastos operacionais sem o efeito do IHPC	68 994 916	71 956 119	72 503 048	73 255 766
Taxa de inflação prevista (IHPC)		2,1%	2,0%	2,0%
Totais gastos operacionais com o efeito do IHPC	68 994 916	70 476 120	71 081 420	71 819 378

Adicionalmente, caso a análise seja efetuada, entendendo aos gastos operacionais considerados para efeitos do rácio PRC (Plano de Redução de Gastos -nota 5.15, abaixo) o montante previsto para 2025, encontra-se em cumprimento com a obrigação legal (obtem-se uma redução, face a 2024 EF, de 539 mil euros):

Descrição	2024 EF	PAO 2025	Proj_2026	Proj_2027
Gastos operacionais ajustados, conforme PRC	69 837 273	70 753 338	72 336 054	74 322 076
Taxa de inflação prevista (IHPC)		2,1%	2,0%	2,0%
Totais sem o efeito do IHPC	69 837 273	69 298 078	70 917 700	72 864 780

5.12 EBITDA e EBITA ajustado

Constata-se que o EBITDA, determinado de acordo com a informação extraída da DRNP, em 2025 está previsto um aumento de 13%:

Descrição	31.12.2024 EF	31.12.2025 (PAO)	Variação absoluta	Variação relativa
Resultados operacionais (DRNP)	12 504 564	14 055 694	1 551 130	12%
Amortizações e depreciações	22 651 885	25 653 332	3 001 447	13%
EBITDA	35 156 449	39 709 026	4 552 577	13%

Relativamente ao EBITDA ajustado, em 2025 está previsto uma redução de 6%:

Descrição	31.12.2024 EF	31.12.2025 (PAO)	Variação absoluta	Variação relativa
Resultados operacionais (DRNP)	12 504 564	14 055 694	1 551 130	12%
Amortizações e depreciações	22 651 885	25 653 332	3 001 447	13%
Subsídios ao investimento	(4 770 513)	(4 815 799)	(45 286)	1%
Desvio tarifário	(1 477 599)	(7 634 994)	(6 157 395)	417%
EBITDA ajustado	28 908 337	27 258 233	(1 650 104)	-6%

Pese embora os resultados destes dois indicadores, a Empresa tem vindo a fundamentar que não são adequados para a medir a “performance” da Empresa.

5.13 EBIT

Dado que a Empresa apresenta um EBIT positivo, não se aplica a fundamentação referida no antepenúltimo parágrafo da alínea 3 do IEIPG2025:

Descrição	2024 EF	PAO 2025	Proj_2026	Proj_2027
Resultados operacionais = EBIT	12 504 564	14 055 694	15 295 961	17 053 807

5.14 Eficiência Operacional – PRC (GO/VN)

Descrição	31.12.2024 EF	31.12.2025 (PAO)	Variação absoluta
Custo das vendas /variação dos inventários (DRNP)	5 313 058	5 940 774	627 716
Fornecimentos e serviços externos (FSE) (DRNP)	47 238 045	46 950 060	(287 985)
Gastos com pessoal (GCP) (DRNP)	16 443 813	19 065 285	2 621 472
Gastos com pessoal (GCP) (parte dos TPE+SE)	1 064 694	1 185 189	120 495
A - Gastos totais operacionais incluídos da DRNP	70 059 610	73 141 308	3 081 698
Ajustamentos:			
1 - Pedido de excecionalidades	-	916 878	916 878
Acordo de rendimentos	-	916 878	916 878
2 - Dedução para efeitos de comparabilidade	222 337	1 471 092	1 248 755
Valorizações remuneratórias ACT- progressões	-	97 053	97 053
Absentismo	-	204 293	204 293
Processo Jurídico - Reclassificações ACT	-	75 996	75 996
Processo Jurídico Acidente da Guia	65 337	151 750	86 413
Inspeções e avaliações estruturais/financiamento: Intercetor Geral Estoril	157 000	942 000	785 000
B - Gastos totais operacionais ajustados	69 837 273	70 753 338	916 065
Vendas	74 632	217 632	143 000
Prestação de serviços	98 637 216	99 858 027	1 220 811
C - Total do volume de negócios	98 711 848	100 075 659	1 363 811
D - PRC ajustado % (B/C)	70,75%	70,70%	-0,05

Como se verifica no quadro de análise da evolução do PRC, existe uma estabilização na previsão do indicador para 2025, face a 2024 EF, pelo que existe cumprimento legal segundo aliena 3. V) do IEIPG2025. Contudo, este cumprimento legal encontra-se sustentado, em diversos ajustamentos, os quais se encontram fundamentados no PAO 2025, e que em parte terão ainda de obter prévia aprovação por parte da Tutela.

5.15 Evolução dos Gastos com Pessoal em montante e em número de colaboradores

Extraíndo os montantes dos GCP, diretamente da DRNP, com ou sem expurgos dos TPPE e SE, consta-te que os GCP aumentam 16%, respetivamente:

Descrição	31.12.2024 EF	31.12.2025 (PAO)	Variação absoluta	Variação %
Remunerações de Órgãos Sociais	368 220	375 524	7 304	
Remunerações do pessoal	12 415 970	14 211 201	1 795 231	
Encargos sociais sobre remunerações	2 805 934	3 198 474	392 540	
Seguro de acidentes de trabalho	124 686	125 673	987	
Seguro de saúde e de vida	717 860	987 109	269 249	
Formação	163 213	771 531	608 318	
Fardamento	159 670	177 187	17 517	
Proteção e segurança	114 867	176 707	61 840	
Outros gastos com pessoal	638 087	227 068	(411 019)	
Subsídios à exploração	(59 203)	(59 419)	(216)	
Trabalhos para a própria empresa (TPPE)	(1 005 491)	(1 125 770)	(120 279)	
Gastos com pessoal conforme DR	16 443 813	19 065 285	2 621 472	16%
Gastos com pessoal conforme DR expurgado de TPPE e subsídios exploração	17 508 507	20 250 474	2 741 967	16%

Na análise da evolução do nº de colaboradores, estima-se um aumento de 3 pessoas em 2025, face ao 2024 EF:

Descrição	31.12.2024 EF	31.12.2025 (PAO)	Variação absoluta
Órgãos sociais	10	10	-
Restantes colaboradores	460	463	3
Total	470	473	3

Pese embora a existência de incrementos salariais (em nº e em montante), o órgão de gestão explica de forma fundamentada no PAO 2025, as razões que lhe estão subjacentes. Neste seguimento, constata-se que 85% do incremento dos gastos com pessoal previsto para 2025, encontra-se concentrado em três acontecimentos, resultantes do impacto, (i) das entradas de colaboradores aprovadas no PAO 2023 e PAO 2024, (ii) acordo de rendimentos e (iii) gastos com formação, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Descrição	Euros	%
Gastos com pessoal conforme DRNP EF 2024	16 443 813	
Principais variações:	2 621 472	100%
Efeito das entradas <u>aprovadas</u> do PAO 2023 e PAO 2024 (2V)	752 788	29%
Acordo de rendimentos	916 878	35%
Variação dos gastos com formação - trabalhadores anteriores a 30.06.24	538 432	21%
Aumento do seguro de saúde	247 127	9%
Efeito da anulação do absentismo do 1º semestre de 2024	204 293	8%
Diversos (líquido)	(38 046)	-1%
Gastos com pessoal conforme DRNP PAO 2025	19 065 285	

5.16 N° de viaturas na frota automóvel

Segundo o PAO 2025, a frota automóvel da Empresa, é constituída por viaturas operacionais, contratadas por recurso a contratos de aluguer de operacional de viaturas (AOV), em detrimento de contratos de compra e venda de veículos em estado novo ou usado, opção essa que apenas foi pontualmente adotada mediante propostas fundamentadas, comprovando o efetivo benefício económico. A Empresa na nota 9.1 do PAO 2025, fundamenta a aquisição de 11 novas viaturas em 2025, além de que solicita a sua prévia autorização junto da Tutela.

Descrição	2024 EF	PAO 2025	Proj_2026	Proj_2027
N° de Frota automóvel	150	161	161	161

5.17 Prazo médio de pagamentos (PMP) a fornecedores

A Empresa cumpre com esta obrigação legal, pois, no âmbito do Programa “Pagar a Tempo e Horas” e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho n° 9870/2009 e pelo RCM 34/2008 de 22 de fevereiro, a Empresa deveria no ano de 2025 apresentar um PMP igual ou inferior a 40 dias, além de que deveria reduzir o PMP (neste caso não reduz, mas permanece estável), face à estimativa 2024 EF:

Descrição	31.12.2024 EF	31.12.2025 (PAO)	Variação absoluta
Prazo médio de pagamentos	30,0	30,0	0,0

5.18 Princípio de Unidade e Tesouraria

A AdTA não dispõe de qualquer aplicação financeira fora do IGCP, pelo que se encontra em cumprimento com o previsto no artigo 136° da Lei do Orçamento de Estado n°12/2022.

6 Parecer

O PAO 2025, elaborado pelo Conselho de Administração da AdTA ao Conselho Fiscal, para apreciação, apresenta os seguintes principais indicadores (Em euros):

Indicadores previsionais	31.12.2025 (PAO)
Ativo	530 567 710
Capitais próprios	123 049 450
Resultado líquido	7 322 902
Desvio de recuperação de gastos (Passivo não corrente - Superavit)	5 614 984
Desvio de recuperação de gastos na DR (Deficit)	(7 634 994)

Pese embora o PAO de 2025 contenha alguns pedidos de autorização junto da Tutela, sintetizados no seu ponto 8 (“*Quadro Síntese de autorizações requeridas*”), entendemos que, com as devidas considerações mencionadas nas notas 4.1.1, 5.6, 5.7, 5.9 a 5.12 e 5.14 a 5.16, acima, o PAO 2025 apresentado, embora condicionado por fatores exteriores significativos, não controláveis pela Empresa, cumpre com as orientações legais vigentes, pelo que está em condições de merecer aprovação pelas respetivas Tutelas (sectorial e financeira), recomendando-se ao órgão de administração que na execução dos documentos em apreço, seja diligenciado o cumprimento da legislação em vigor, observando, simultaneamente, as orientações proferidas pelos acionistas. Cabe-nos ainda salientar os seguintes factos:

- A execução e eficácia do PAO 2025 aprovado pelo Conselho de Administração da Empresa, ainda se encontra dependente das aprovações, dos respetivos acionistas da Empresa, em sede de Assembleia Geral, após obtenção do despacho da Tutela e após emissão do Relatório de análise por parte da UTAM, respetivamente.
- O PAO 2025 foi projetado de acordo com a informação financeira relativa a 30 de junho de 2024, a qual, na data deste parecer ainda não se encontra auditada.
- O PAO 2025 e a respetiva execução, encontram-se condicionados, pelas diligências judiciais em curso, interpostas contra a ERSAR, pois à data deste parecer ainda não existe um desfecho final e conclusivo sobre a apreciação dos desvios tarifários de 2021 (processo judicial em curso, cuja a contestação da Entidade, desconsiderando impostos diferidos, ascende a 1,178 milhões de euros) e de 2022 (processo judicial em curso, cuja a contestação da Entidade, desconsiderando impostos diferidos, ascende a 306 mil euros), respetivamente.
- Pese embora o PAO 2025 contenha alguns pressupostos do novo EVEF, a aplicação da totalidade dos mesmos ainda não foi considerada, pois tais pressupostos finais estão vertidos na proposta de revisão do contrato de concessão que ainda se encontra em avaliação pela tutela e pela ERSAR.
- Finalmente, advertimos que os acontecimentos futuros nem sempre ocorrem da forma esperada, pelo que nestas situações os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos.

Lisboa, 20 de setembro de 2024

Assinado por: **ARMANDO JOSÉ DE SOUSA RESENDE**
Num. de Identificação: 07680078
Data: 2024.09.20 18:41:43+01'00'

Armando José de Sousa Resende
(Presidente)

Assinado por: **CATARINA ALEXANDRA CARVALHO FINS**
Num. de Identificação: 11888452
Data: 2024.09.20 11:31:02+01'00'

Catarina Alexandra Carvalho Fins
(Vogal)

**LAURA MARIA
JESUS
RODRIGUES**

Laura Maria Jesus Rodrigues
(Vogal)

Assinado de forma digital
por LAURA MARIA JESUS
RODRIGUES
Dados: 2024.09.20 14:53:13
+01'00'

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

**Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre
o Plano de Atividades e Orçamento para o
exercício de 2025**

RELATÓRIO SOBRE O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

Ao Conselho de Administração da
Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Introdução

Procedemos à revisão do Plano de Atividades e Orçamento respeitante ao exercício de 2025, incluído no documento “Plano de Atividades e Orçamento 2025”, (que evidencia um total de ativo de 530.567.710 Euros e um total de capital próprio de 123.049.450 Euros, incluindo um resultado líquido de 7.322.902 Euros) da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (“AdTA” ou “Entidade”), preparado nos termos do artigo n.º 43 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e baseado nas Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027 da Secretaria de Estado do Tesouro, incluindo os princípios e pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos ao longo do referido documento.

Responsabilidade do órgão de gestão sobre os planos de atividade e orçamento

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Planos de Atividade e Orçamento, a divulgação dos princípios, pressupostos e linhas orientadoras em que as previsões neles incluídas se baseiam e a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. Estes Planos de Atividade e Orçamento são preparados nos termos exigidos pelo artigo n.º 43 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e baseados nas instruções definidas para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027.

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos planos de atividade e orçamento

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Planos de Atividade e Orçamento; (ii) verificar se os Planos de Atividade e Orçamento foram preparados de acordo com os princípios, e se incluem, quando aplicável, as fundamentações para pedidos de dispensa do cumprimento daqueles princípios; (iii) concluir sobre se a apresentação dos Planos de Atividade e Orçamento é adequada, e emitir o respetivo relatório; e (iv) obter da compreensão do sistema de controlo interno.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matricula: 501776311 | Capital social: € 981.020,00 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que: (i) os pressupostos utilizados não proporcionam uma base razoável para nos permitir concluir sobre as previsões contidas no “Plano de Atividades e Orçamento 2025-2027” respeitante ao exercício de 2025; (ii) a projeção não está devidamente preparada com base nos princípios, e não inclui, quando aplicável, as fundamentações para pedidos de dispensa do cumprimento daqueles princípios; e (iii) a projeção não está apresentada de acordo com o exigido nos termos do artigo n.º 43 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e nas instruções definidas para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027.

Devemos, ainda, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Ênfases

Chamamos a atenção para as seguintes situações referentes ao “Plano de Atividades e Orçamento 2025-2027”:

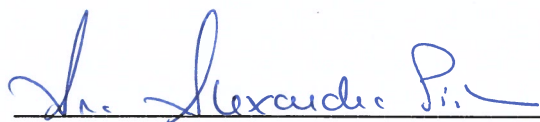
1. O “Plano de Atividades e Orçamento 2025-2027” respeitante ao exercício de 2025 foi aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de setembro de 2024, mas será ainda objeto de apreciação pelo acionista, pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (“UTAM”) e objeto de despacho pela Tutela, pelo que na eventualidade do referido Plano de Atividades e Orçamento não vir a ser aprovado, a revisão das estimativas utilizadas na preparação da Informação Financeira Prospetiva poderá ter um impacto significativo no mesmo.
2. A Entidade estima: (i) um aumento dos gastos com pessoal; (ii) um aumento percentual dos gastos operacionais e superior ao aumento percentual do volume de negócios; e (iii) uma estagnação do rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios (rácio de eficiência operacional), excluídos os impactos excecionais. Nos pontos 6.1 e 6.5. do “Plano de Atividades e Orçamento 2025-2027” a Administração da Entidade fundamenta os motivos para: (i) o aumento dos gastos com pessoal e solicita autorização para esse aumento e; (ii) o pedido de autorização para que um conjunto de gastos operacionais seja ajustado e/ou considerado excecional para apuramento do rácio de eficiência operacional, pelo que o cumprimento das Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027 encontra-se dependente da decisão que vier a ser tomada sobre os referidos pedidos de autorização.
3. A Entidade estima um aumento dos encargos com a frota automóvel, face ao ano de referência. No ponto 6.6. do “Plano de Atividades e Orçamento 2025-2027” a Administração da Entidade fundamenta os motivos para o referido aumento e solicita a sua autorização, pelo que o cumprimento das Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027 encontra-se dependente da decisão que vier a ser tomada sobre o referido pedido de autorização.

A nossa conclusão não é modificada em relação a estas matérias.

Restrição na distribuição do uso

Este relatório é emitido unicamente para informação e uso do Conselho de Administração da Entidade e apresentação à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, para a finalidade mencionada no parágrafo da Introdução, pelo que não deve ser utilizado para quaisquer outras finalidades, nem ser distribuído a outras entidades sem nossa autorização expressa.

Lisboa, 19 de setembro de 2024



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC

Registo na OROC n.º 1496

Registo na CMVM n.º 20161106



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025

ACRÓNIMOS E DEFINIÇÕES

ACT	Acordo Coletivo de Trabalho
AdP	Águas de Portugal, SGPS, S.A.
AdTA	Águas do Tejo Atlântico ou Tejo Atlântico Águas do Tejo Atlântico, S.A.
AglR	Plano de ação para a gestão das Águas Industriais Residuais da região da grande Lisboa e Oeste
AOV	Aluguer operacional de viaturas
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
ApR	Água para reutilização
BEI	Banco Europeu de Investimento
CA	Conselho de Administração
CMVMC	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
CTA	Componente Tarifária Acrescida
DARU	Diretiva Europeia das Águas Residuais Urbanas
DGTF	Direção Geral do Tesouro e Finanças
DLEO	Decreto-Lei de Execução Orçamental
EBITDA	Rendimentos antes de juros e impostos (do inglês “ <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i> ”)
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
ETARI	Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
EVEF	Estudo de Viabilidade Económico-Financeira
FA	Fábrica da Água
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
IAS/IFRS	International Financial Reporting Standards
IoT	Internet das Coisas (do inglês “ <i>Internet of Things</i> ”)
IEPAO	Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento
IRCT	Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho
ISO	Norma da Organização Internacional de Normalização (do inglês “ <i>International Organization for Standardization</i> ”)
IT	Tecnologias de Informação
MAAC	Ministro do Ambiente e da Ação Climática
MLP	Médio e Longo Prazo
ODS	Objetivos Desenvolvimento Sustentável
O&M	Operação e Manutenção
OMIP	Operador de Mercado Ibérico - Portugal

Plano de Atividades e Orçamento – 2025

OT	Obrigações do Tesouro
PAI	Plano Anual de Investimentos
PAO	Plano de Atividades / Investimentos e Orçamento
PMP	Prazo Médio de Pagamento
PECTURH	Plano Estratégico para Cumprimento dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos
PRC	Plano de Redução de Custos
PRG	Plano de Redução de Gastos
QEC	Quadro Estratégico de Compromisso
UV	Ultra Violetas
SEE	Setor Empresarial do Estado
SGE	Sistema de Gestão de Energia
SIC/IFRIC	Comissão de Normalização Contabilística (do inglês “ <i>Standing Interpretations Committee</i> ”/” <i>International Financial Reporting Interpretations Committee</i> ”)
SIFIDE	Sistema de Incentivos Fiscais à ID Empresarial
SMAS	Serviço Municipalizado de Água e de Saneamento
SMM	Sistema Multimunicipal
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
TAR	Tarifa de Acesso à Rede
TURH	Título de Utilização de Recursos Hídricos
UE/EU	União Europeia/European Union
UTAM	Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial
UV	Ultravioletas
VLE	Valores limites de emissão

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	7
1.1.	CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA	8
1.2.	MISSÃO, VISÃO E VALORES	12
1.3.	MODELO DE NEGÓCIO	13
1.4.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	16
2.	ESTRATÉGIA DE MÉDIO PRAZO	17
2.1.	QUADRO ESTRATÉGICO DE COMPROMISSO	18
2.2.	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GERAIS	19
2.3.	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS	20
2.4.	OBJETIVOS DE GESTÃO	22
2.5.	ESTRATÉGIA A MÉDIO PRAZO (3 ANOS)	24
3.	PLANO DE ATIVIDADES E INDICADORES DE DESEMPENHO	35
3.1.	ATIVIDADE EM 2023	35
3.2.	ANO DE 2024 E PRIORIDADES DE 2025	41
4.	PLANO DE INVESTIMENTOS	49
4.1.	ENQUADRAMENTO GLOBAL	49
4.2.	GRANDES TIPOLOGIAS DE INVESTIMENTO	50
4.3.	INVESTIMENTO PREVISIONAL	53
4.4.	NOVOS INVESTIMENTOS COM EXPRESSÃO MATERIAL	60
4.5.	FINANCIAMENTO E ENDIVIDAMENTO	62
4.6.	CÁLCULO DA VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	63
5.	RECURSOS HUMANOS	64
5.1.	RECURSOS HUMANOS	64
5.2.	GASTOS	64
5.3.	VARIAÇÃO DOS ENCARGOS 2025	67
5.4.	EVOLUÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	68
5.5.	CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES	69
6.	INFORMAÇÃO FINANCEIRA	77
6.1.	INSTRUÇÕES, PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS DE REFERÊNCIA E ORIENTAÇÕES	77
6.2.	ORIENTAÇÕES E LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO	80
6.3.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS	81
6.4.	PLANO DE REDUÇÃO DE GASTOS (“PRG”)	88
6.5.	RÁCIO PRC (PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS)	90
6.6.	GASTOS COM DESLOCAÇÕES E ESTADAS, AJUDAS DE CUSTO, FROTA AUTOMÓVEL E ESTUDOS, PARECERES E PROJETOS DE CONSULTORIA	95
6.7.	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO E VOLUME DOS PAGAMENTOS EM ATRASO	96
6.8.	INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS	97
6.9.	QUADROS FICHEIRO EXCEL	97
7.	CONTRATOS DE GESTÃO, CONTRATOS-PROGRAMA E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	98
7.1.	INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO	98
8.	QUADRO SÍNTESE DE AUTORIZAÇÕES REQUERIDAS	100
9.	OUTROS	101
9.1.	FROTA AUTOMÓVEL	101
10.	ANEXOS	107

Anexos:

Anexo I Seleção de investimentos plurianuais específicos para acompanhamento

Anexo II Ficha sumária de investimento

Anexo III Fichas descritivas de investimento plurianual

Anexo IV Quadros Ponto VI (IEPAO) Informação Financeira

Anexo V Parecer do Revisor Oficial de Contas

Anexo VI Parecer do Órgão de Fiscalização

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Área Geográfica servida pela Águas do Tejo Atlântico.....	8
Figura 2 - Estrutura Acionista da Águas do Tejo Atlântico	11
Figura 3 - Dimensão da Águas do Tejo Atlântico	13
Figura 4 - Principais Indicadores da Águas do Tejo Atlântico	14
Figura 5 - Organograma da Águas do Tejo Atlântico	16
Figura 6 – Quadro Estratégico	18
Figura 7 – Objetivos de Gestão	24
Figura 8 – Visão integrada.....	26
Figura 9 – Visão – Pilares da Estratégia	28
Figura 10 – Digitalisation in the Water Sector -Recommendations for Policy Developments at EU Level	32
Figura 11 - Investimento em Capital Fixo para o período 2025-2027	49
Figura 12 – Detalhe do investimento para 2025.....	49
Figura 13 – Detalhe do investimento para o período 2023 - 2027	53
Figura 14 – Detalhe da rubrica “Outros” para o período 2025	53
Figura 15 – Investimento – componente empreitadas – ano 2024.....	55
Figura 16 – Investimento – componente empreitadas – período 2024 – 2027.	57
Figura 17 – Investimento com maior execução financeira – período 2023 - 2025	58
Figura 18 – Investimento e financiamento previsional – componente empreitadas – ano 2025.....	59
Figura 19 – Cálculo da expressão material do investimento 2025-2027.....	60
Figura 20 - Fontes de Financiamento para o período 2025-2027.....	62
Figura 21 - Endividamento no período 2025-2027	63
Figura 22 - Taxa média de financiamento no período 2025-2027	63
Figura 23 – Variação do endividamento no período 2024-2025.....	63
Figura 24 - Gastos com Pessoal	64
Figura 25 - Gastos com Pessoal (sem o desconto de capitalização de gastos e subsídios à exploração) e número de colaboradores.....	65
Figura 26 - Detalhe de “Cumprimento de disposições legais” e “Valorizações remuneratórias obrigatórias” ..	65
Figura 27 – Variação dos Gastos com Pessoal	66
Figura 27 - Quadro de Pessoal (detalhe)	68
Figura 28 - Quadro de Pessoal (evolução).....	69
Figura 29 – Gastos com novas admissões de colaboradores	70
Figura 30 - Quadro de Pessoal desagregado por categoria	75
Figura 31 - Pressupostos Macroeconómicos de Referência	79
Figura 32 - Demonstração da Posição Financeira Previsional	82
Figura 33 - Demonstração da Posição Financeira Previsional 2025 - Trimestral.....	83
Figura 34 - Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional	84
Figura 35 - Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional 2025- Trimestral	85
Figura 36 - Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional	86
Figura 37 - Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional 2024 - Trimestral.....	87
Figura 38 – Disponibilidades.....	88
Figura 39 – EBITDA	89

Figura 40 – EBITDA Ajustado	89
Figura 41 – EBIT	89
Figura 42 - Rácio PRC.....	90
Figura 43 – Deslocações e Estadas.....	95
Figura 44 – Ajudas de Custo	95
Figura 45 – Frota Automóvel	95
Figura 46 – Estudos Pareceres e Projetos de Consultoria	96
Figura 47 – Prazo médio de pagamento	96
Figura 48 – Pagamentos em atraso.....	96
Figura 49 - Esforço Público de Financiamento para 2025	97
Figura 50 - Quadro síntese de autorizações requeridas	100
Figura 51 – N° total de viaturas por tipologia e por ano.....	105
Figura 52 – Evolução do n° de viaturas por tipologia e por ano	105
Figura 53 – Gastos Frota automóvel.....	105

I. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui a proposta de Plano de Atividades, Investimentos e Orçamento (PAO) da Águas do Tejo Atlântico, S.A., para o exercício de 2025, aprovado pelo Conselho de Administração a 19 de setembro do corrente ano, encontrando-se suportado nas melhores previsões de gastos, rendimentos e investimentos, bem como nos elementos constantes do plano de negócios da Empresa, o qual faz parte integrante do Contrato de Concessão.

O Plano de Atividades, Investimentos e Orçamento é um exercício de previsão de rendimentos, gastos, endividamento e investimentos futuros, entre outros dados e indicadores, preparado de acordo com a melhor estimativa possível e máximo rigor à data da sua elaboração, e, que naturalmente, está sujeito a acontecimentos futuros não esperados. Os valores encontram-se expressos em euros, salvo quando indicado em contrário.

A Tejo Atlântico apresenta as suas projeções futuras, tendo por base as contas a junho de 2024.

O presente exercício de PAO beneficiou ainda das orientações emanadas pela Secretaria de Estado do Tesouro, constantes do documento “Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027”, disponível no site da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM).

I.1. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, tendo sido criada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, com capital social de 113 527 680,00 € (cento e treze milhões, quinhentos e vinte e sete mil, seiscentos e oitenta euros), tendo-lhe sido atribuída, pelo Estado Português, a concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, em regime de exclusivo e por um período de 30 anos.

O sistema resulta de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.

A população residente abrangida por este sistema é atualmente de cerca de 2,4 milhões de habitantes na atividade de saneamento de águas residuais, servindo os seguintes 23 municípios: Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

O sistema pode vir a ser alargado a outros municípios, por iniciativa destes e avaliação da oportunidade de gestão integrada, mediante reconhecimento de interesse público devidamente fundamentado em despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, sob proposta da sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.



Figura 1 - Área Geográfica servida pela Águas do Tejo Atlântico

Na caracterização da Empresa, importa ter presente que, tal como referido no Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, é proveniente de três extintas empresas, a mais antiga criada em 1995 e as outras duas em 2002, e em que parte dos ativos já eram anteriores a essas datas, na medida em que se tratavam de ativos provenientes de câmaras municipais ou de SMAS, e cuja exploração e manutenção passou para o encargo dessas empresas. Resulta desse enquadramento o facto de a Águas do Tejo Atlântico ser responsável pela gestão de alguns dos ativos de tratamento de Águas Residuais mais antigos e, simultaneamente, de maior dimensão do País. Este contexto, permite-nos contextualizar a situação atual da Águas do Tejo Atlântico, em que a realização de auditorias internas e externas tem permitido constatar o nível crítico de degradação de infraestruturas, facto já referido em processos de orçamento anteriores.

De referir ainda que a Águas do Tejo Atlântico é ambiental e economicamente regulada pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e ERSAR, respetivamente.

Atualmente, parte significativa das infraestruturas operacionais da Águas do Tejo Atlântico já atingiu o horizonte de vida útil técnica e, consequentemente, apresentam um significativo grau de deterioração no que respeita à componente de equipamentos, instalações elétricas e de construção civil. Esta situação é agravada pelas condições agressivas dos sistemas de saneamento, muitos deles com características unitárias (arrastando pedras, areias e resíduos de elevada agressividade) e sujeitos à degradação provocada pelos teores de gás sulfídrico, assim como a entrada de água salina na rede de saneamento em “baixa” das zonas costeiras e o ambiente marítimo a que algumas se encontram expostas também contribuem significativamente para a sua degradação.

As restrições e contenções impostas pelo Governo no período de crise económica, através dos sucessivos Orçamentos de Estado, no que respeita quer a custos quer a investimentos, bem como as restrições ao nível dos gastos operacionais verificadas nos últimos anos orçamentais, tiveram consequências negativas para a condição das infraestruturas e equipamentos da Águas do Tejo Atlântico, quer ao nível da componente de construção civil, quer de equipamentos, levando a uma deterioração acelerada das infraestruturas.

Parte destes ativos físicos já sofreram intervenções de reabilitação, sobretudo ao nível de equipamentos mecânicos e elétricos, contudo, um elevado número dessas infraestruturas ainda mantém órgãos e equipamentos originais, sobretudo ao nível da construção civil, assumindo particular criticidade na continuidade do serviço. Acresce que grande parte dos ativos provenientes da ex-SANEST e ex-SIMTEJO (e anteriormente dos respetivos municípios) foram pioneiros do saneamento em Portugal, apresentando desgaste resultante do decurso do tempo e da desatualização tecnológica.

Alguns dos nossos ativos mais antigos, ainda que reabilitados, remontam à década de noventa, do século passado. A título de exemplo identificamos os seguintes:

- ETAR de Beirolas - 1989
- ETAR de Chelas – 1989
- ETAR da Guia – 1994
- Intercetor da costa do Estoril - 1994
- ETAR de Frielas - 1998
- ETAR de Alcântara – 2010

Não obstante alguns destes ativos terem sido objeto de intervenções de beneficiação após as datas de construção inicial acima indicadas, em particular a ETAR da Guia e a ETAR de Beirolas, salientamos que estes ativos têm órgãos e equipamentos originais que carecem de manutenção e, sempre que se justifique, de substituição. Adicionalmente, e considerando o significativo investimento de reabilitação realizado nos últimos anos nestas duas infraestruturas de grande dimensão, é imprescindível a continua manutenção e reabilitação destes ativos a fim de assegurar a necessária condição funcional dos mesmos. Deve ser considerado ainda, o enorme impacto que qualquer anomalia nessas instalações causaria no rio Tejo e Costa do Estoril, locais com bastante turismo e ex-libris do nosso País.

A origem da Empresa caracteriza, não só os seus ativos físicos, como também os seus recursos humanos, muitos deles provenientes das anteriores empresas e dos serviços municipais que lhes antecederam, o que é revelador na idade média do quadro de pessoal da AdTA que é de 47 anos, que a 30 de junho de 2024, dos 416 trabalhadores existentes, 39 terão mais de 60 anos e 7 estarão em idade de reforma. Aliado a isto não pode ser descurado o facto de existir um significativo número de trabalhadores com aptidão condicionada para as suas funções, devidamente atestada por médico do trabalho, a que acresce as situações de baixas médicas prolongadas. Estes dois últimos fatores, são fortes condicionantes na atividade da Empresa.

Quanto à estrutura acionista da Águas do Tejo Atlântico, a mesma apresenta-se da seguinte forma:

Acionistas	Ações A subscritas	Ações B subscritas	Ações subscritas	Capital subscrito e realizado (€)	% capital subscrito e realizado
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	57 538 912	-	57 538 912	57 538 912	50,68%
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	-	2 921	2 921	0,00%
Alcobaça	899 856	-	899 856	899 856	0,79%
Alenquer	384 003	-	384 003	384 003	0,34%
Amadora	6 108 431	350 000	6 458 431	6 458 431	5,69%
Arruda dos Vinhos	55 542	-	55 542	55 542	0,05%
Azambuja	346 735	-	346 735	346 735	0,31%
Bombarral	107 998	-	107 998	107 998	0,10%
Cadaval	123 253	-	123 253	123 253	0,11%
Caldas da Rainha	614 244	-	614 244	614 244	0,54%
Lisboa	20 516 618	350 000	20 866 618	20 866 618	18,38%
Loures	8 284 708	-	8 284 708	8 284 708	7,30%
Lourinhã	302 165	-	302 165	302 165	0,27%
Nazaré	273 724	-	273 724	273 724	0,24%
Óbidos	131 237	-	131 237	131 237	0,12%
Odivelas	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433	2,22%
Oeiras	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Peniche	386 004	-	386 004	386 004	0,34%
Rio Maior	183 768	-	183 768	183 768	0,16%
Sintra	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Sobral de Monte Agraço	57 438	-	57 438	57 438	0,05%
Torres Vedras	711 623	-	711 623	711 623	0,63%
Vila Franca de Xira	2 881 638	-	2 881 638	2 881 638	2,54%
Ações próprias da sociedade	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433	2,22%
	112 127 680	1 400 000	113 527 680	113 527 680	100%

Figura 2 - Estrutura Acionista da Águas do Tejo Atlântico

I.2. MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão

A Águas do Tejo Atlântico é uma empresa do setor empresarial do Estado que integra o Grupo Águas de Portugal. A sociedade tem por missão explorar e gerir o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

A preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida e a equidade no acesso aos serviços básicos associados, a par da promoção do bem-estar, através da melhoria da qualidade de vida das pessoas e do equilíbrio ambiental, representam os valores fundamentais assumidos pelas empresas que integram o Grupo Águas de Portugal, designadamente pela Águas do Tejo Atlântico, S.A..

Visão

Empresa inspiradora a nível global pela sua qualidade de serviço e excelência, afirmando a sua competência pela eficiência e eficácia, resiliência, inovação, ação climática e criação de valor.

Valores

A atividade da Águas do Tejo Atlântico pauta-se pelo respeito integral dos valores consignados pelo Grupo Águas de Portugal, tendo como valores centrais:

- Compromisso
- Integridade
- Transparência
- Respeito
- Excelência

I.3. MODELO DE NEGÓCIO

A atividade da concessão compreende, em regime exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas (que cumpram a regulamentação aplicável), estimando-se que durante o período da concessão possa vir a abranger cerca de 2,4 milhões de habitantes.

Na imagem seguinte são apresentados os grandes números associados à dimensão da Empresa no que respeita a infraestruturas, produtos e subprodutos resultantes da sua atividade de exploração:



Figura 3 - Dimensão da Águas do Tejo Atlântico

Para o período em análise, indica-se na figura seguinte os principais indicadores de atividade da Águas do Tejo Atlântico:

PRINCIPAIS INDICADORES	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2026	31.12.2027
	Real	EF	Orçamento	Projeção	Projeção
Volume de Atividade - caudal recolhido e transportado (milhões de m ³)	200,4	229,2	197,4	197,4	197,4
População Servida (milhões de pessoas)	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4
Fábricas da Água (N.º)	100	100	101	101	101
EE (N.º)	284	288	289	290	290

Figura 4 - Principais Indicadores da Águas do Tejo Atlântico

O objeto da concessão compreende ainda o seguinte:

- A concessão, a construção, a instalação, a aquisição, ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao Contrato de Concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, ao tratamento e à rejeição dos efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;
- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, a instalação e a extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, ao tratamento e à rejeição de efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos afluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição;
- A conservação, a reparação, a renovação, a manutenção, a adaptação e a melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos previstos nas alíneas anteriores, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público e de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados.

Nos termos do Contrato de Concessão da Águas do Tejo Atlântico, a sociedade pode ainda desenvolver outras atividades de negócio:

- Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, explorar e gerir sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento, mediante a celebração de contratos de parceria entre o Estado e os municípios.

Nos termos previstos na lei e designadamente nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, pode exercer outras atividades para além

das previstas, que sejam consideradas acessórias ou complementares daquelas. De referir que, na sequência do disposto no Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, a produção e a disponibilização de água para reutilização a partir do tratamento dos efluentes passou a constituir uma nova atividade principal (e concessionada) das empresas de saneamento de águas residuais. Esta constituía, até à data, uma atividade complementar. A procura de Água para Reutilização (ApR) para outros usos, tais como rega, lavagens de ruas, utilização para fins agrícolas, entre outros, tem vindo a crescer, em alinhamento com a política do Governo no domínio da circularidade da economia e aposta na água residual tratada associada às ETAR com maior potencial de reutilização, tendo a Águas do Tejo Atlântico vindo a desenvolver a venda de ApR como uma nova área de negócio, com um grande potencial de crescimento nos próximos anos.

A Empresa continua a produzir ApR para usos internos, o que permite para além da marca da sustentabilidade e circularidade que a caracterizam, poupar na aquisição desse volume de água às Entidades Gestoras. O volume de utilização interna de ApR como água de serviço foi em 2023 de 2,7 Milhões de metros cúbicos (mais de 1000 piscinas olímpicas), tendo tido um aumento de 7% face a 2022. Este foi o volume de água poupado ao nível ambiental e de gasto financeiro.

Integrando o Setor Empresarial do Estado (“SEE”), nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, a Águas do Tejo Atlântico está organizada para o cumprimento da missão e dos objetivos que lhe foram atribuídos pelos acionistas, atendendo ao enquadramento em que desenvolve a sua atuação, nomeadamente de:

- Âmbito regulatório e tarifário – salvaguarda da sustentabilidade económico-financeira;
- Âmbito operacional - garantido o cumprimento do respetivo Contrato de Concessão.

A Empresa procura assegurar os recursos necessários ao cumprimento da sua missão, adequando a sua natureza aos gastos correntes da atividade e ao plano de investimentos previsto.

O financiamento da Empresa assenta, fundamentalmente, em recursos próprios, em financiamento do Banco Europeu de Investimentos (“BEI”) e em fundos da União Europeia e dispõe ainda de linhas de financiamento de curto prazo destinados a apoio (pontual) de tesouraria, caso seja necessário.

Na estruturação do seu financiamento, a Águas do Tejo Atlântico beneficia do aval do Estado Português, através do acionista AdP-SGPS.

Importa salientar que à presente data, a Tutela setorial e o Regulador encontram-se em fase de análise da proposta de revisão do Contrato de Concessão e do respetivo EVEF da Águas do Tejo Atlântico, cuja última revisão foi submetida em maio de 2024, estando o presente exercício de PAO em conformidade com a proposta de revisão de Contrato de Concessão.

I.4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico para o triénio 2023/2025 foi eleito em Assembleia-Geral de Acionistas realizada a 19 de abril de 2023.

A estrutura organizacional da Empresa, em vigor desde 15 de setembro de 2023, apresenta-se conforme o seguinte organograma:

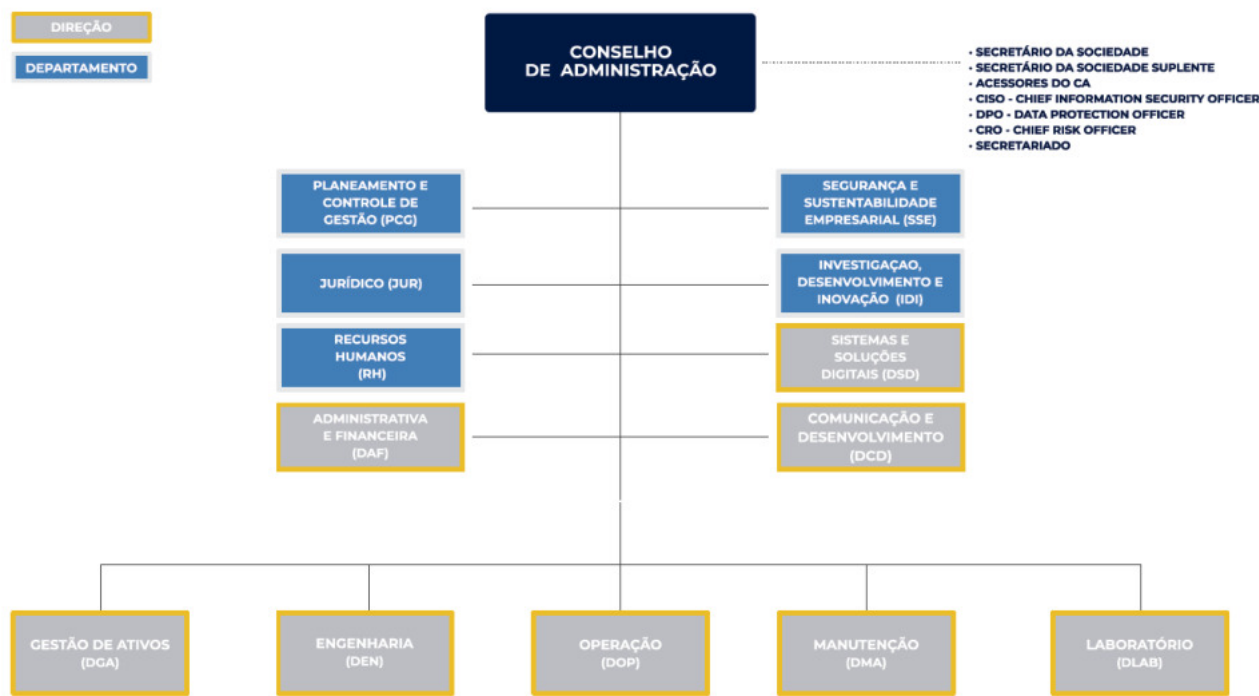


Figura 5 - Organograma da Águas do Tejo Atlântico

2. ESTRATÉGIA DE MÉDIO PRAZO

Os valores fundamentais da Águas do Tejo Atlântico assentam na sustentabilidade dos recursos naturais e na preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida, no equilíbrio e na melhoria da qualidade ambiental, na equidade no acesso aos serviços básicos e na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Os objetivos da Empresa são determinados pelas políticas públicas para o setor empresarial do Estado e, em particular, para o setor de atividade das empresas do Grupo AdP.

A atividade prosseguida pelo Grupo AdP enquanto agente empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais no domínio do ambiente, respeita o enquadramento fixado nos termos do Artigo 24.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, e as orientações emanadas através de despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, os quais devem ser contemplados nos documentos de estratégia e planeamento vigentes.

Assim, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações tendo em vista a elaboração dos respetivos planos de atividade e orçamento anuais, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos definidos no Artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Conforme também resulta do referido regime, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

- Definir e comunicar a política sectorial a prosseguir;
- Emitir as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis a cada empresa;
- Definir os objetivos a alcançar na atividade operacional;
- Definir o nível de serviço público a prestar e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

O exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, bem como no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que relativamente ao exercício de funções executivas, prevê as seguintes obrigações:

- Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes nos contratos de gestão;
- Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da Empresa;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da Empresa em todas as suas componentes;

- Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da Empresa;
- Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à Empresa, bem como a sua confidencialidade;
- Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

Os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

2.1. QUADRO ESTRATÉGICO DE COMPROMISSO

As empresas do Grupo Águas de Portugal assumiram, em 2021, as linhas de orientação do Quadro Estratégico de Compromisso que consolida e agrega as várias iniciativas estratégicas do Grupo AdP (https://www.adp.pt/downloads/file500_pt.pdf).

Nesse quadro, as orientações estratégicas para o mandato 23/25 encontram-se alinhadas com o QEC, algumas delas resultantes de políticas públicas nacionais e comunitárias ou orientações para o setor da água.



Figura 6 – Quadro Estratégico

2.2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GERAIS

O Conselho de Administração, sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão, deve assegurar que a Empresa:

- Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente da eficiência, qualidade do serviço prestado respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adote sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito;
- Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- Implemente políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- Concretize políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- Desenvolva iniciativas, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos.

2.3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS

O Conselho de Administração deverá estabelecer um enquadramento estratégico alinhado com a visão e posicionamento da Empresa, inseridos no quadro estratégico do Grupo AdP, bem como assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para garantir a execução de uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam:

1. Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:

- Aumento da eficiência na utilização de recursos primários;
- Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
- Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação e interligação de origens, na fiabilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes;
- Modernização das operações nos territórios, induzida por novas dinâmicas organizacionais e tecnológicas.

2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:

- Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
- Contribuir para a adoção de modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
- Contribuir para a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;
- Contribuir para a integração dos empreendimentos hidráulicos.

3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:

- Um maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
- A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
- No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.

4. Na atuação sobre o modelo de governo, a estrutura empresarial, a organização e o funcionamento:

- Na governação, promover uma ampla e abrangente representatividade das partes interessadas, salvaguardar princípios, valores e práticas alinhadas com os mais elevados padrões de exigência;
- Na definição de políticas corporativas, a simplificação e agilização de processos corporativos e a incorporação do espectro alargado de conhecimento e sensibilidades, designadamente mediante a criação de uma rede multipolar de competências operacionalizada por estruturas especializadas transversais e a incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
- Na dinamização de redes de competências em temas estratégicos, num ambiente descentralizado e colaborativo;
- Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.

5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:

- Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, em linha com os desafios do setor e padrões da regulação;
- No reforço da transição digital, num ambiente de segurança cibernética, alinhado com os objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.

6. Assegurar as boas práticas na gestão do ciclo de vida dos ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:

- Clarificação da política de gestão de ativos infraestruturais e respetivas prioridades de ação;
- Consolidação e modernização dos sistemas cadastrais e de gestão informação e monitorização;
- Atualização dos processos de planeamento de investimentos;
- Adoção das melhores práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas nos processos de planeamento e gestão de ativos;
- Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.

7. Capitalizar a nível internacional as competências e capacidades existentes na Empresa, quando solicitado pela AdP internacional.

2.4. OBJETIVOS DE GESTÃO

Sem prejuízo da aferição da prossecução das orientações estratégicas determinadas e apresentadas anteriormente, a avaliação a realizar pelos titulares da função acionista terá por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais para o período do mandato. As orientações estratégicas gerais, objetivos, indicadores e metas para o mandato de 2023/2025.

A atividade da Águas do Tejo Atlântico, à qual foi confiada a prestação de um serviço público, encontra-se parametrizada por diplomas legais que balizam os termos gerais de prestação do serviço público¹, termos e condições plasmados nos contratos de concessão outorgados com o Estado, em que a tarifa, e os demais instrumentos tarifários, através do mecanismo do desvio de recuperação de gestos ao longo do prazo da concessão, asseguram o cumprimento daqueles termos e condições, para efeitos de cumprimento do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que consagra o regime jurídico do setor público empresarial.

No caso específico da Águas do Tejo Atlântico, à qual foi cometida a exploração e gestão de sistemas integrados de saneamento de águas residuais, no quadro legal previsto no Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 abril, em que a tarifas, através do mecanismo do desvio de recuperação de gastos ao longo do prazo da parceria, assegura o cumprimento dos compromissos de serviço público acordados em contratos de gestão, com base em cobertura de serviço, de qualidade de serviço, desempenho ambiental, produtividade e eficiência de gestão, apontando para metas temporais para a consecução das principais iniciativas de carácter estratégico, designadamente a convergência tarifária.

Paralelamente, a atividade operacional da Empresa no domínio da prestação de serviços de saneamento de águas residuais encontra-se regulamentada pelas disposições do Regulamento das Relações Comerciais - Regulamento n.º 594/2018, publicado no Diário da República n.º 170, 2.ª Série, de 4 de setembro de 2018 - que procede, entre outras matérias, à definição de regras de relacionamento entre as entidades gestoras em alta e em baixa e entre estas últimas e os respetivos utilizadores, nomeadamente no que respeita às condições de acesso e contratação do serviço, medição, faturação, pagamento e cobrança e prestação de informação e resolução de litígios, regulamentando os respetivos regimes jurídicos e a proteção dos utilizadores de serviços públicos essenciais.

Em qualquer dos modelos de gestão de saneamento de águas residuais, os contratos de concessão outorgados com o Estado assentam num princípio tarifário de cobertura de encargos eficientes (modelo regulatório de

¹ Cfr. Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, que consagra o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, com a densificação prevista no Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, ambos com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, que estabelecem o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação e tratamento de água para consumo público e o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, respetivamente.

custo de serviço), assegurando a estabilidade tarifária ao longo do período da concessão, balanceado, através do mecanismo de recuperação de gastos, os encargos tarifários suportados e o respetivo ressarcimento por via tarifária. No caso dos SMM, a legislação e o contrato de concessão definem regras próprias de geração e recuperação dos desvios de recuperação de gastos, cujo valor é anualmente validado pela entidade reguladora.

Os estudos de viabilidade económica e financeira são parte integrante dos referidos contratos, e são revistos periodicamente nos termos dos respetivos contratos e legislação, permitindo integrar circunstâncias imprevistas, rever a prioridade dos investimentos propostos assim como assegurar a correta evolução da trajetória tarifária e dos mecanismos dos desvios de recuperação de gastos. Assim, nestas operações, podem verificar-se períodos de gastos necessários sem a respetiva cobertura tarifária, e outros em que de forma inversa se verá a recuperação de encargos já incorridos ou em que se efetua a reintegração da recuperação antecipada de encargos, sem que isso seja sinónimo de menor eficiência na operação. Neste último caso, por exemplo, dependendo dos superavits gerados antecipadamente, podem verificar-se até períodos de resultados negativos por forma a assegurar a regra de equilíbrio do modelo económico subjacente aos contratos.

As orientações estratégicas gerais e específicas reforçam este enquadramento, nomeadamente, com o seu enfoque na “Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética” e na contribuição “para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades”.

É neste quadro que se enquadram os objetivos da empresa com:

- i) Evolução da qualidade da água fornecida e das águas residuais;
- ii) Plano de Manutenção;
- iii) Evolução do resultado operacional, através do rácio GO/VN;
- iv) Respeito pelo prazo de pagamentos;
- v) Projetos no âmbito da neutralidade energética e económica circular;
- vi) Expansão do Grupo

Objetivos de Gestão

TIPO	OBJETIVO	CÁLCULO
	Objetivos Setoriais (alínea b) n.º 6 artigo 3 Portaria 167-B/2022	
Sectorial	Qualidade das Águas Residuais	AQAR
	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva
Resultado operacional	Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV + FSE + GP) / VN]$
		Variação face ao PAO proposto
Estratégias	Respeito pelo prazo de pagamento	Variação do PMP face ao proposto em PAO
	Água para Reutilização	Implementação iniciativas ApR
	Plano de Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética
	Plano de Lamas	Implementação do Plano de Lamas
	Expansão do Grupo	Aumento do número de operações (Alargamento de implantação no território)

Figura 7 – Objetivos de Gestão

2.5. ESTRATÉGIA A MÉDIO PRAZO (3 ANOS)

Os seis primeiros anos de vida da Empresa (2017-2022) foram dedicados à organização, uniformização de processos e metodologias de trabalho, mas também a assegurar a continuidade de operação dos ativos que servem cerca de 2,4 milhões de habitantes e à inovação e desenvolvimento de um conjunto de ações, que no seu conjunto fazem a missão da empresa uma das mais nobres, contribuindo para a proteção do ambiente, suporte de ecossistemas, proteção da saúde pública, desenvolvimento da atividade económica dos territórios que servimos, em particular o turismo, mas também para a inovação do setor.

Em 2023, com nova equipa de gestão da Tejo Atlântico, eleita em 19 de abril iniciou-se um processo de diagnóstico e identificação de pontos de melhoria da organização, enquadrados com os desafios externos, as ambições internas e o alinhamento com o EVEF e com as orientações estratégicas específicas da *holding*, bem como os objetivos de gestão do mandato. Este processo, concluído em setembro, envolveu a auscultação de todos os colaboradores da empresa, o envolvimento direto das primeiras linhas e resultou na definição da estratégia 23/25 - Inspirados pelo Futuro - que pauta a presente atuação das equipas de gestão.

Importa salientar que este processo decorreu num momento em que se consolida a consciência global de que nos encontramos num momento singular na história de várias gerações, pela encruzilhada da incerteza em que o mundo se encontra, resultante da emergência ambiental, instabilidade económica e política, crises globais de saúde pública, de alimentação e energia, de ameaça à paz global, de falta de credibilidade de lideranças e falência de um sistema de valores e ética. A perceção global do momento singular acentua-se quando verificamos que os elementos indutores e catalíticos destes processos estão interligados, com dinâmicas de evolução imprevisíveis, agravado pelo facto de que a mudança se encontra num processo de aceleração continuada.

Neste contexto de incerteza, o setor da água assume particular importância pela responsabilidade que desempenha na estabilidade do ténue equilíbrio de vários desafios globais, como o clima, a energia, a alimentação, a saúde pública, entre outros. De facto, o setor dos serviços de águas está no epicentro de grande parte destes fenómenos, mas contraditoriamente é reconhecido como um setor resistente à mudança e com reduzida agilidade na adaptação. Vários fatores contribuem para essa perceção, incluindo o facto de ser um setor de capital intensivo, com infraestruturas projetadas para largas dezenas de anos, com uma procura estável e por uma operação em contexto de monopólio fortemente regulado.

Esta realidade intrínseca do setor das águas encontra-se desfasada do ambiente VUCA, em que a aceleração tecnológica fez aumentar o fosso entre as organizações altamente eficientes e as que não acompanham o ritmo, que vão encerrando portas por não se conseguirem manter competitivas. São vários os exemplos deste contexto VUCA, como o caso da situação pandémica que vivemos ou dos eventos climáticos extremos com que convivemos e os seus efeitos para o sector dos serviços de águas, que se manifestam em muitas dimensões, algumas delas incalculáveis até há alguns meses atrás, o que evidencia a necessidade do setor estar preparado para responder aos desafios crescentes previsíveis e imprevisíveis.

Acréscce à complexidade global, a introduzida pelos mecanismos de regulação económica e ambiental, a decorrente do essencial equilíbrio acionista e, não menos relevante, a decorrente dos mecanismos de supervisão aplicados ao Setor Empresarial do Estado num país em que o equilíbrio das finanças pública é um imperativo de sustentabilidade nacional.

Alinhamento Estratégico

No Grupo Águas de Portugal, o nosso empenho, alicerçado no quadro estratégico de compromisso, foi reforçado em 2022, com o Compromisso de Sustentabilidade do Grupo AdP 2022-2025 (<https://www.adp.pt/pt/index.php?id=69&idn=465>) explicitando as nossas ambições pelos princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos.

A definição de uma estratégia de atuação neste contexto exige o alinhamento dos diversos instrumentos mandatários de cariz legal, contratuais de longo prazo, em particular o contrato de concessão, o quadro estratégico de compromisso do Grupo AdP, com um alcance temporal até 2030 e obviamente as orientações estratégicas e os objetivos de gestão para o mandato 2023/2025, mas também aqueles que todos estamos comprometidos como os ODS e as várias estratégias nacionais e comunitárias nas áreas em que atuamos.

Mantendo na linha de horizonte os objetivos de médio prazo, a estratégia num contexto tão dinâmico necessita de ser focada, objetivada e suportada em objetivos quantificáveis e monitorizada regulamente, mas

também com uma duração passível de ser revista num período de 3 anos e certamente alvo de ajustes em períodos intercalares.

A Visão que guia a ambição da Tejo Atlântico e os objetivos a que nos propusemos exigem um quadro de atuação ambicioso, com métodos de trabalho disruptivos face ao passado, incluindo a utilização de tecnologias e recursos indisponíveis até há pouco tempo, a motivação e mobilização sinérgica das equipas e um plano de ação alinhado com a estratégia, com forte cariz de agilidade, faseado e que permita sucessos de motivação essenciais à continuidade da dinâmica de mudança.



Figura 8 – Visão integrada

O Edifício Estratégico

A estratégia - Inspirados pelo Futuro é guiada pela visão que partilhamos para a Tejo Atlântico de sermos **A empresa líder a nível global, fundada numa qualidade de serviço irrepreensível, afirmando a sua competência pela eficiência e eficácia, pela resiliência, inovação, ação climática e criação de valor.**

Sabendo onde queremos chegar, estamos convictos de que as fundações de qualquer estratégia são essenciais para a robustez e sucesso da mesma. Para tal, fundámos este edifício da estratégia em 3 fundações estratégicas (eficácia, eficiência e propósito da ação) unidos por um elemento de ligação e essencial a esta robustez que somos Nós AdTA, remetendo para o valor essencial de todas as organizações que são as pessoas.

Trabalhando em cada uma destas dimensões e garantindo a superação em cada uma delas iremos assegurar um serviço de excelência.

Mas a Empresa ambiciona crescer, melhorar todos os dias e contribuir para um mundo melhor, inspirada pela Visão, pelo que elegemos 5 pilares essenciais de crescimento: a resiliência, a digitalização, as parcerias sustentáveis, a Economia Circular e a descarbonização das nossas atividades. Estes pilares de crescimento sendo transformacionais, têm um elemento transversal a todos eles, a mudança e a metamorfose de formas de trabalhar, em prol da organização, focados no nosso propósito, que exigirá o envolvimento de todos para sermos bem-sucedidos.

Queremos, em cada uma das dimensões da nossa estratégia, e através de um conjunto de ações estratégicas, convergir para a visão delineada para cada uma delas:

Nós AdTA - Seremos uma empresa atrativa, motivadora, que investe nas competências dos seus profissionais, criando uma cultura de elevada performance, e na qual se trabalha com propósito e reconhecimento mútuo, assumindo o papel de centro de excelência do setor;

Eficiência - Seremos a empresa de referência na gestão dos recursos disponíveis, pautando-nos pelo rigor, capacidade de prestar contas de forma transparente e ágil, dando cumprimento à missão de forma sustentável

Eficácia - Distinguirmo-nos pela capacidade de planeamento e implementação de projetos e ações de forma ágil e eficaz;

Propósito - Cada colaborador desempenha as suas funções com o propósito, o alinhamento com os valores e a ética que torna a Tejo Atlântico uma empresa maior;

Resiliência - Seremos a empresa que todos os dias cumpre a missão e prepara um futuro progressivamente mais exigente com a ambição de transmitir um legado visionário de qualidade e fiabilidade;

Digitalização - Seremos a empresa onde a informação é robusta, acessível e segura, continuamente disponibilizada à organização para gestão da eficiência, aumento da resiliência e promoção de novas atividades;

Parcerias Sustentáveis - A Tejo Atlântico seja um espaço de fomento à inovação, crescimento de iniciativas de valor acrescentado e de desenvolvimento do setor e do território, evidenciando o seu impacto positivo em termos sociais, económicos, na saúde pública e no ambiente;

Economia circular - A Tejo Atlântico como centro de competências da economia circular do setor da água em Portugal lidera de forma inovadora o processo transformacional de encontrar um recurso em cada resíduo que produzimos ou a que podemos integrar nas nossas atividades;

Neutralidade Carbónica - A Tejo Atlântico será a empresa de saneamento em Portugal com a menor pegada de carbono no exercício da sua atividade.



Figura 9 – Visão – Pilares da Estratégia

Os pilares da estratégia

Nós AdTA

Os recursos humanos são a espinha dorsal de qualquer organização. A Águas do Tejo Atlântico investe na capacitação de seus colaboradores, promovendo um ambiente inclusivo e diversificado. O desenvolvimento de competências técnicas e a sensibilização para questões ambientais são essenciais para alinhar os trabalhadores com os objetivos de sustentabilidade da empresa.

São inúmeros os desafios neste pilar estratégico, bem conhecidos do setor empresarial do estado, agravados pelo facto de nos encontrarmos a competir com outras indústrias nacionais e internacionais por profissionais com competências técnicas na área das diversas engenharias, sistemas de informação, gestão e financeira, jurídica, entre outras.

Acresce, e conforme referido, que a Tejo Atlântico resultou da fusão de três extintas empresas, duas das quais pioneiras do setor do saneamento em Portugal, a mais antiga criada em 1995 e a outra de 2002. Alguns dos trabalhadores originais dessas empresas, encontram-se nos quadros da atual Tejo Atlântico, pelo que a idade média da nossa empresa é de 47 anos, resultando em incapacidade de um número considerável de trabalhadores para trabalhos mais exigentes fisicamente, com particular impacto e criticidade nas operações.

Assim, resultam como subpilares essenciais da estratégia, nesta dimensão:

- ATRAÇÃO E RETENÇÃO DO CAPITAL HUMANO
- SEGURANÇA E EQUIDADE
- CRESCIMENTO CONTÍNUO DO CAPITAL HUMANO
- CENTRO DE EXCELÊNCIA
- CULTURA DE EMPRESA LÍDER

Eficácia

Um dos principais desafios das empresas públicas nacionais reside na eficácia das suas iniciativas fruto dos condicionalismos internos e externos, situação que nem sempre é devidamente valorizada fruto da sua atuação em nichos de mercado protegidos, com impacto no seu desempenho operacional, na satisfação do cliente pela qualidade de serviço, mas também no seu desempenho económico.

Adicionalmente, a falta de eficácia propaga-se pela organização, enraizando-se na cultura da empresa, conduzindo a estruturas endofágicas que existem para gerirem as suas ineficiências, resultando pouco valor da sua atividade. Os processos de perda de eficácia são usualmente associados à idade das organizações, a processos de reorganização acelerados ou a sociedades onde a burocracia é dominante.

Na Tejo Atlântico, entendemos a eficácia como um pilar basilar da nossa identidade, havendo um trabalho contínuo e essencial de melhoria do nosso desempenho que agregámos nos seguintes subpilares:

- ATIVOS FÍSICOS
- CAPITAL HUMANO
- PROCESSOS
- MELHORIA CONTÍNUA
- BENCHMARKING

Eficiência

Os indutores de eficiência a que a Tejo Atlântico está sujeita, de forma continuada ao longo dos últimos anos, permitem-nos evidenciar através de um conjunto de indicadores objetivos, como a tarifa do serviço, rácios GO/VN, energia produzida com recursos próprios, reagentes consumidos, entre outros, que somos uma das empresas mais eficientes no nosso contexto.

Contudo, tal não nos basta e realizamos esforços contínuos no sentido de otimizar os processos de tratamento, reduzir continuamente o desperdício, introduzir novas tecnologias e inovações nos processos e ativos com vista à minimização contínua dos custos do serviço. A eficiência operacional é crucial para oferecer serviços de alta qualidade de forma sustentável e com menor impacto ambiental.

A Tejo Atlântico procura constantemente melhorar a eficiência de suas operações e dos seus ativos, quer pela pressão tarifária a que estamos sujeitos, pela regulação económica e consequente avaliação da qualidade do serviço, mas também porque o profissionalismo e empenho das nossas equipas conduzem naturalmente a essa ambição. Ainda assim, identificamos um conjunto de subpilares que exigirão o nosso empenho no próximo triénio:

- ATIVOS FÍSICOS
- CAPITAL HUMANO
- PROCESSOS
- MELHORIA CONTÍNUA
- BENCHMARKING

Propósito e Cultura Empresarial

A história da empresa Tejo Atlântico permite facilmente perceber a necessidade de um esforço contínuo no sentido de criar uma cultura de colaboração, de trabalho em equipa e fortalecimento da identidade de uma empresa que resulta da agregação recente de empresas, algumas delas com mais de duas décadas de existência.

Em qualquer organização, o trabalho de co-construção da identidade em prol da sociedade, pautada por uma atuação *compliant* com os valores é contínuo e necessita de atenção perante.

Depois de um trabalho de diagnóstico da cultura da empresa, estruturámos um conjunto de subpilares que permitirão o reforço do propósito e cultura empresarial:

- CULTURA EMPRESARIAL
- CULTURA EMPRESARIAL
- MELHORIA CONTÍNUA
- VISÃO 360°
- IDENTIDADE

Resiliência Empresarial

A resiliência dos ativos, processos e pessoal é um aspeto crucial da estratégia da Águas do Tejo Atlântico, sendo desafiado por diversos fatores internos e externos destacando-se com particular acuidade as alterações climáticas e eventos extremos conexos, as afluências indevidas aos sistemas de saneamento, a gestão e acesso seguro à informação e a gestão do conhecimento dentro da organização. A Empresa prepara-se para enfrentar vários desafios, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços necessitando de acautelar uma infraestrutura robusta, devidamente mantida, planos de contingência sólidos e permanentemente atualizados e uma estrutura de gestão ágil.

A gestão dos ativos físicos assume uma particular relevância nesta dimensão, sendo que no caso da Águas do Tejo Atlântico, uma gestão de ativos baseada na otimização do trinómio desempenho/risco/custo ainda está numa fase incipiente, necessitando de particular esforço da organização ao longo dos próximos 3 anos.

Entendemos como subpilares estratégicos:

- CONHECER E PLANEAR ATIVOS FÍSICOS
- ADAPTAÇÃO
- RENOVAÇÃO
- AFLUÊNCIAS INDEVIDAS
- TRANSFORMAÇÃO
- GESTÃO DA INFORMAÇÃO
- GESTÃO DE RISCO
- PROTEÇÃO DO AMBIENTE
- GESTÃO DO CONHECIMENTO

Digitalização do Negócio e Inovação Tecnológica

O diagnóstico efetuado ao longo dos últimos anos demonstra de forma clara que a Águas do Tejo Atlântico enferma de um problema de crescimento rápido do número e complexidade das suas infraestruturas físicas sem o acompanhamento de uma evolução compatível por parte das infraestruturas digitais e recursos humanos com competências na área.

A digitalização exponencial de equipamentos, processos e utilizadores carece de uma continua atualização da infraestrutura digital de uma organização por forma a manter a funcionalidade e rentabilidade dos investimentos realizados. A título de exemplo, a telegestão de infraestruturas na Tejo Atlântico é possível num número limitado de infraestruturas, a gestão de informação continua a ser um desafio e a otimização de processos poderá ser significativamente potenciada com o apoio do processo de digitalização que se pretende implementar, com recurso a IoT e análise de dados, para melhorar a gestão de ativos, monitorização da qualidade da água e resposta mais rápida a incidentes.

Esta estratégia, totalmente em linha com a **Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado** e da Administração Pública 2020 -2023 e com as recomendações da EU para o setor da água vertidos em **Digitalisation in the Water Sector -Recommendations for Policy Developments at EU Level** e as obrigações relativas a **cibersegurança** vertidas na diretiva (UE) 2022/2555

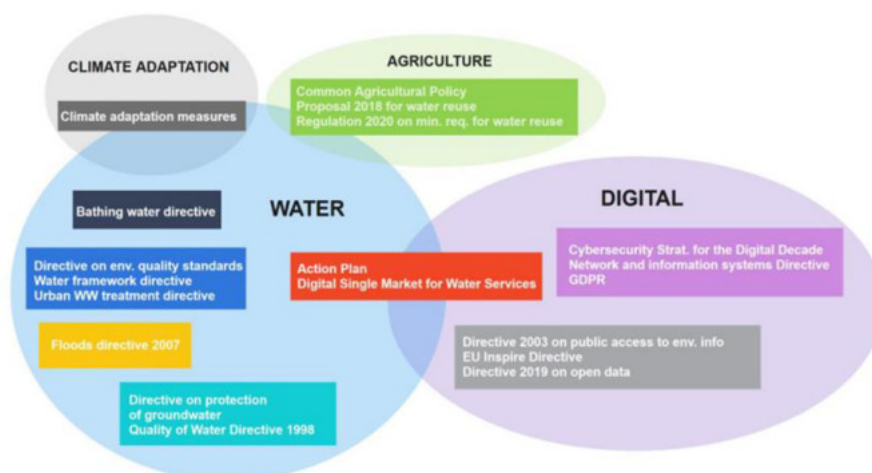


Figura 10 – Digitalisation in the Water Sector -Recommendations for Policy Developments at EU Level

A nossa estratégia de digitalização dos ativos e processos inclui os seguintes subpilares:

- CONHECER E PLANEAR ATIVOS FÍSICOS
- OPERAÇÕES E PROCESSOS
- GESTÃO DE DADOS
- ACESSO A INFORMAÇÃO
- GOVERNANCE E CIBERSEGURANÇA

Parcerias Sustentáveis

A Águas do Tejo Atlântico pela sua natureza, enquanto sistema multimunicipal, com forte presente no território e pela missão que lhe está acometida no contrato de concessão tem por obrigação assumir-se como agente de desenvolvimento.

O desenvolvimento carece de uma dinâmica de parceria em várias áreas de atividade, quer seja na inovação, na prevenção de incidentes, na educação ambiental ou mesmo no desenvolvimento de novos negócios, como o caso do fornecimento de água para reutilização ou na extensão do negócio da empresa à atividade em baixa.

Assim, considera-se essencial o desenvolvimento do pilar estratégico das parcerias sustentáveis com os seguintes subpilares:

CULTIVAR PARCERIAS

INOVAÇÃO

UTILITIES DE REFERÊNCIA

NOVOS PRODUTOS E NEGÓCIOS

PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Economia Circular

A economia circular é uma prioridade global, visando a minimização da utilização de recursos essenciais bem como da produção de resíduo. A reutilização de água tratada e a valorização de lamas de ETAR em prol de uma gestão eficiente dos recursos hídricos são elementos-chave dessa estratégia nacional para a qual a Águas do Tejo Atlântico é determinante no atingimento dos objetivos delineados.

Acresce que a situação de escassez hídrica vivida em Portugal durante os últimos anos, a crise de fertilizantes sentida na Europa e a obrigatoriedade dos vários estados-membros em promover uma transição da fertilização sintética para a fertilização orgânica bem como a crise energética a nível global, vem colocar estas atividades no topo da agenda com a consequente necessidade de evolução do setor.

A Tejo Atlântico coloca como subpilares desta sua área estratégica:

- ÁGUA PARA REUTILIZAÇÃO
- BIOSÓLIDOS
- NOVOS PRODUTOS
- ENERGIA
- COMPETÊNCIAS

Neutralidade Carbónica

A Águas do Tejo Atlântico ambiciona ser a empresa do Setor de Saneamento nacional com a mais baixa pegada de carbono, contribuindo para os desígnios nacionais de sermos um dos primeiros países ao nível global a atingirmos as metas do Acordo de Paris, assinado em 22 de abril de 2012, e que representa uma mudança de paradigma na abordagem e na dinâmica de resposta aos desafios das Alterações Climáticas.

Acresce que os compromissos de sustentabilidade assumidos pelas empresas do Grupo AdP, a estratégia nacional e comunitária será impossível de alcançar sem que se materialize uma estratégia baseada no impacto de cada organização na sua pegada carbónica global.

Para cumprir seu compromisso com a neutralidade carbónica, a Águas do Tejo Atlântico investe em fontes de energia limpa, na otimização de processos e na redução das emissões de carbono através dos seguintes subpilares:

- EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
- PRODUÇÃO DE ENERGIA
- CARBONO COMO ELEMENTO DE SUPORTE À DECISÃO
- SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA
- PROCESSOS E ATITUDES

A estratégia de desenvolvimento da Águas do Tejo Atlântico para o triénio é simultaneamente um compromisso e um instrumento de fomento do crescimento da empresa que abraça a sustentabilidade como

propósito. Através de recursos humanos capacitados, eficácia operacional, cultura de propósito, resiliência, digitalização, parcerias sustentáveis, economia circular e neutralidade carbónica, a Empresa irá moldar um futuro mais sustentável.

Os indicadores estratégicos da Empresa para 2024 e para o triénio 2025-2027 são os seguintes:

INDICADORES	Fórmula de Cálculo	Variáveis	unidade	2024		2025		2026		2027	
				variáveis	indicador	variáveis	indicador	variáveis	indicador	variáveis	indicador
Eficiência de Gestão	PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]	GV+FSE+GP	%	64 025 124	65%	70 753 338	71%	72 336 054	71%	74 322 076	71%
		Volume Negócios		98 311 149		100 075 659		102 316 886		105 126 679	
Cumprimento das licenças de descarga	Nº de TURH em cumprimento/(Nº Total de TURH+Nº ETAR a operar sem TURH)	Nº de TURH em cumprimento	%	87	87%	91	90%	94	93%	97	96%
		Nº Total de TURH emitido+Nº ETAR a operar sem TURH		100		101		101		101	
Ocorrência de colapsos em saneamento	Nº de colapsos estruturais em Coletores/(Comprimento total de coletores (km)x100)	Colapsos estruturais em coletores	nº / 100 km	10	0,9	10	0,9	10	0,9	10	0,9
		Comprimento total dos coletores		1 138		1 138		1 138		1 138	
% de Volume de ApR consumido face ao ano anterior (interna e externamente) %	Volume de água reutilizada consumida interna e externamente do ano n/Volume de água reutilizada consumida interna e externamente do ano n-1	Volume de água reutilizada consumida interna e externamente do ano n	%	3 556 353	12%	3 977 480	12%	4 046 684	2%	4 102 790	1%
		Volume de água reutilizada consumida interna e externamente do ano n-1		3 187 733		3 556 353		3 977 480		4 046 684	
Autonomia energética (%)	Energia produzida com recursos próprios/Energia consumida (%)	Energia Produzida na TA com recursos endógenos e naturais	%	21 659 683	24,6%	24 970 126	28,2%	26 298 155	30,1%	26 994 320	31,7%
		Energia consumida		88 047 604		88 645 362		87 298 958		85 116 484	

3. PLANO DE ATIVIDADES E INDICADORES DE DESEMPENHO

A estratégia apresentada carece de uma articulação plena entre pilares bem como a sua execução simultânea, porque apenas dessa forma se garante o sucesso da estratégia enquanto um todo.

As ambições da Águas do Tejo Atlântico expressas no capítulo anterior e monitorizadas através dos indicadores e métricas apresentadas, são materializadas em investimentos e gastos planeados para o triénio, com vista à concretização dos objetivos para os quais está mandatada.

O instrumento de planeamento PAO25 inclui a sistematização, planeamento e justificação das atividades que concretizam a estratégia apresentada na secção anterior, e que permitem atingir os objetivos aí estabelecidos.

Não pode ainda deixar de ser referido que pelo facto de a Empresa apenas ter obtido despacho conjunto de aprovação sobre o PAO para o ano de 2024, por parte dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do Tesouro e do Ambiente e da Energia, a 6 de agosto de 2024, houve um conjunto de gastos que não foram possíveis concretizar no primeiro semestre de 2024, e que, pelas vicissitudes associadas aos processos de contratação de bens e serviços, não se estima possível para a AdTA a recuperação no segundo semestre do total que havia planeado para 2024, pelo que o presente documento, concretamente para o ano de 2025, reitera um conjunto de gastos já identificados no passado, nomeadamente os relacionados com contratação de recursos humanos, que apesar de contratados no decorrer de 2024, uma vez que todos os processos de recrutamento aprovado em sede de PAO se encontram em curso, o maior impacte se verifica em 2025, e com gastos operacionais não diretamente variáveis com o volume de atividade, mas sim devido a carências nas áreas da operação e manutenção, segurança e digitalização, imprescindíveis para o desempenho da missão que lhe está cometida.

3.1. ATIVIDADE EM 2023

O ano de 2023 foi verdadeiramente o primeiro ano da era pós-covid. Contudo, de forma imprevisível, às consequências da era COVID veio sobrepor-se o efeito da guerra na Ucrânia e os impactos que daí advieram. Este foi o cenário do início de 2023, com um contexto ainda mais complexo, mais multifacetado e muito desafiante. A crise da energia, o aumento dos preços das matérias-primas e da mão de obra, e a complexidade acrescida das cadeias logísticas, que gera um crescimento exponencial dos preços das empreitadas e dos serviços, as dificuldades crescentes de reter e contratar recursos humanos competentes, num cenário já de insuficiência de recursos, são situações que marcam o ano de 2023, e que se refletirão nos anos vindouros.

Destaca-se novamente o empenho das equipas operacionais que mantêm em funcionamento os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, 365 dias por ano e 24 horas por dia, que executam a suas tarefas com empenho e profissionalismo, não obstante as condições adversas, evitando a interrupção do serviço.

No ano de 2023 a Empresa focou as prioridades em diferentes tipologias de ação, que resultam em esforços distintos e igualmente distintos resultados:

Organização interna

O ano da Tejo Atlântico ficou marcado por um processo inclusivo de co-construção da estratégia 2023/2025, “Inspirados pelo Futuro”, um instrumento de alinhamento de esforços dentro da organização e, simultaneamente, uma resposta aos vários desafios e compromissos assumidos pela Tejo Atlântico pautada pela coerência, ambição e profissionalismo.

Na vertente interna, o ano 2023 foi marcado por um conjunto de alterações a diversos níveis, alinhadas com a nova visão consagrada na estratégia “Inspirados pelo futuro”, destacando-se a aprovação do novo organograma da Empresa, bem como a realocação de funções em diversas unidades orgânicas, a fim de reforçar os meios humanos em determinadas áreas críticas para a segurança das operações, contribuindo para a eficiência de processos contínuos essenciais na gestão sustentável dos ativos infraestruturais e para o aumento da resiliência da empresa perante os desafios presentes e vindouros.

No ano 2023, concluiu-se ainda a revisão quinquenal do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da Concessão (EVEF), nomeadamente a atualização dos seus Modelos Técnicos e o correspondente Plano de Investimentos. Para o efeito, foi fundamental a identificação e a priorização dos investimentos a realizar no próximo quinquénio, em conformidade com a missão da Empresa e com a necessária resposta estratégica aos desafios do setor.

Segurança

A melhoria das condições de trabalho e de segurança continuou a ser uma prioridade em 2023, continuando a execução das medidas do Plano de Reforço de Segurança da Empresa, com o objetivo de eliminar os riscos de colapso de estruturas e, conseqüentemente, continuar a evolução prevista para níveis de segurança compatíveis com a atividade operacional da Empresa. Considerando o passivo de manutenção, a fim de salvaguardar a funcionalidade dos ativos e otimizar os respetivos custos do ciclo de vida, manteve-se, no ano de 2023, a prestação de serviços externos de manutenção concretizadas em 2022.

Na atividade operacional, assinala-se a conclusão do Plano Estratégico para Cumprimento dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos (PECTURH), trabalho iniciado em 2021, com a emissão de licenças, reconhecendo valores limites de emissão (VLE), sem esforço adicional de reestruturação das suas infraestruturas.

Não obstante, recorde-se que a proposta de revisão da DARU, apresentada pela Comissão Europeia em outubro de 2022, ao impor restrições aos níveis de tratamento das águas residuais urbanas, implicará a revisão em alta dos investimentos, bem como dos gastos operacionais, associados, indispensáveis para o cumprimento desse e ambicioso novo instrumento regulatório, quando aprovado pelo Conselho Europeu.

Eficiência

No âmbito operacional, destaca-se em 2023 a continuidade de iniciativas estruturantes de otimização operacional e de reabilitação de ativos, nos diversos Centros Operacionais, com resultados:

- Na redução em 6,4% do consumo de energia, destacando-se o CO da Costa do Estoril e o CO de Beirolas e S. João da Talha, com reduções na ordem dos 17% e 14%, respetivamente;
- Na redução em 21,4% do consumo específico de reagentes em kg/m³, face a 2022;
- Na redução em 50% do consumo de água potável, face a 2022
- No aumento da produção de energia em 8%, face a 2022
- No aumento de utilização de ApR;

Aumento da neutralidade energética da Empresa para valores máximos históricos de 23,7%;

Ainda no âmbito operacional, salienta-se em 2023 a continuidade de iniciativas estruturantes de otimização operacional e de reabilitação de ativos, na Fábrica da Água da Guia. Destacam-se os bons resultados obtidos na evolução dos indicadores operacionais, que confirmam a necessidade das intervenções iniciadas em 2022. Salienta-se ainda o arranque do processo de elaboração do Plano de Ação da Guia do Futuro, que se iniciou no segundo semestre de 2022, cujo objetivo é delinear as soluções de futuro para esta instalação, para que seja uma referência na perspetiva integrada da circularidade no saneamento.

Salienta-se ainda que, no âmbito dos procedimentos regulatórios, e para efeito de DRG (Desvio de Recuperação de Gastos), a ERSAR concluiu recentemente o processo de avaliação das métricas de eficiência de 2023 da AdTA, tendo considerado e aceitado todos os gastos da Empresa como eficientes, sem lugar a qualquer correção ou não aceitação dos valores apresentados e incorridos nesse ano. A definição das métricas de eficiência por parte da ERSAR partem do princípio de autossuperação das empresas, em que o referencial definido para cada ano resulta do desempenho do passado de própria empresa.

Resiliência

O arranque do Plano de Ação para a Gestão das Águas Residuais Industriais na Região da Grande Lisboa e Oeste para o período 2022-2025, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 204/2021, de 31 de dezembro, que teve início em 2022, marcou também 2023.

O trabalho sistemático de grande proximidade com os municípios e as indústrias, no âmbito do Plano de Ação AgIR, encontra-se em pleno desenvolvimento. O programa é financiado pelo Fundo Ambiental, para contratação de equipas externas, equipamentos e serviços técnicos de apoio à implementação do Plano.

Em 2023, foram rececionados os equipamentos de apoio e contratualizados os serviços técnicos, com os quais se iniciaram os diversos trabalhos no terreno, nomeadamente o levantamento das redes, as campanhas de amostragem e de medição de caudal, a monitorização de pontos relevantes quer nas redes de drenagem, quer nas indústrias, hospitais e ETAR.

Deu-se continuidade a todo o trabalho iniciado em 2022, de recolha, compilação da informação de base, produção de documentação técnica, geral e de organização, a atualização da informação cadastral no SIG AgIR, com particular incidência nos 6 municípios englobados na Fase I do AgIR. Encontram-se, em fase de integração 6 novos municípios e as respetivas indústrias da Fase 2.

Foi desenvolvido um trabalho de acompanhamento sistemático com indústrias, que apresentam impacto muito significativo nas infraestruturas de saneamento, nomeadamente na FA que recebe os seus efluentes e com os quais se celebrou, ou encontra-se em vias de celebrar um Protocolo Quadripartido.

Iniciou-se o ciclo de Formações AgIR no domínio dos efluentes industriais – ProÁguas Indústria, à medida para os técnicos dos sistemas municipais e das indústrias, tendo sido concretizadas 2 Edições em 2023.

Em 2023 iniciou-se igualmente a elaboração do Plano de Adaptação às Alterações Climáticas tendo presente o enorme impacto que os eventos extremos, em particular de pluviosidade, apresentam para uma empresa como a Tejo Atlântico responsável pela drenagem e tratamento de águas residuais em zona urbana com elevado risco de inundação, com impacto na segurança de bens e pessoas.

Durante o ano 2023 procedeu-se à inspeção de um conjunto assinalável de intercetores e emissários, com os resultados de estado de condição a ficarem disponíveis no final deste ano e início de 2024 e que permitem estruturar as intervenções de reabilitação necessárias.

Novas atividades

A valorização de recursos continua a ser uma prioridade da Empresa, pelo que, em 2023, foram dados passos importantes na preparação das novas atividades de gestão de biolamas e de reutilização de águas residuais.

O Plano de Biolamas integra soluções otimizadas de tratamento de lamas, tendo em vista, por um lado, a redução da produção de resíduos e, por outro lado, a maximização da sua valorização. Este projeto é uma componente da estratégia de transformação das instalações de tratamento do Tejo Atlântico em verdadeiras fábricas de recuperação e valorização de recursos, assentes num modelo de circularidade e de descarbonização do ciclo urbano da água. Em 2022, foi pedida autorização ao concedente para a execução dos investimentos em instalações de valorização de lamas, prevendo-se ainda em 2023 dar início aos processos de contratação das empreitadas.

Em 2023, verifica-se a contínua procura pela água para reutilização (ApR) quer pelos municípios parceiros da Empresa, quer pelos setores agrícola (associação de regantes) e do turismo (campos de golfe), na área de concessão da Águas do Tejo Atlântico.

Recorda-se a rega dos jardins do Parque das Nações da Zona Norte, em parceria com Câmara Municipal de Lisboa, projeto iniciado em 2022.

No que respeita aos projetos iniciados em 2023, destacam-se:

- Execução da Ampliação da produção de ApR, a partir da FA de Beirolas, para a rega do recinto das JM23, com um caudal de dimensionamento de 3.000 m³/d de classe A.
- Em desenvolvimento - Produção de ApR, a partir da FA do Casalinho, para a rega do campo de golfe West Cliffs, com um caudal de dimensionamento de 136.500 m³/ano de classe B.
- Em desenvolvimento - Produção de ApR, a partir das FA de Chelas, Alcântara e Beirolas, para a rega de espaços verdes em Lisboa, com um caudal de dimensionamento de 4.000.000 m³/ano de classe A.
- Em desenvolvimento - Produção de ApR, a partir das FA de Alcântara, Chelas, Frielas e Guia, para abastecimento a camiões municipais, com caudais de dimensionamento de 119.040 m³/ano, 36.500 m³/ano, 36.500 m³/ano, 28.250 m³/ano, respetivamente.
- Em desenvolvimento - Produção de ApR, a partir da FA de Frielas, para aproveitamento hidroagrícola, com um caudal de dimensionamento de 4.500.000 m³/ano de classe B. Projeto em parceria com a DGADR.
- Em desenvolvimento - Abastecimento de ApR, a partir da FA Frielas ao estádio do Infantado, com um caudal de dimensionamento de 100 m³/h.

Todos estes projetos constituem um aumento da atividade da Empresa, em estrito cumprimento do regime jurídico consagrado no Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, e no Decreto-Lei n.º 119/2019, de 21 de agosto, assumindo particular preponderância para o desenvolvimento da atividade.

A gestão de energia tem sido também uma prioridade da Empresa. Em 2022 tiveram início as empreitadas de instalação de painéis fotovoltaicos nos subsistemas de Chelas e Beirolas, concluídos em 2022 e 2023, respetivamente. O sistema de gestão de energia (SGE), que está certificado, é um instrumento essencial na monitorização e decisão sobre as intervenções a realizar quer no domínio da produção de energia verde, quer no domínio da eficiência energética, projeto igualmente prioritário em 2023.

O programa de otimização da produção de energia a partir do biogás produzido nas FA irá ter desenvolvimentos em 2023, sendo que as FA de Chelas e a FA de São João da Talha tiveram intervenções centradas na maximização da produção de biogás.

Considerando a certificação do sistema de Gestão de Ativos, no âmbito da Norma ISO 55001 para as instalações nos Subistemas de Alcântara, Guia e Santa Cruz, obtida em 2022, a Empresa está fortemente comprometida com a implementação de uma ação transversal robusta e em contínua evolução para a gestão sustentável dos seus ativos infraestruturais. Esta é uma prioridade da Empresa continuando o iniciado em 2021 e 2022, durante os quais foram desenvolvidas e utilizadas ferramentas de planeamento e de análise da criticidade e do risco infraestrutural. Estes avanços concretizados foram já integrados nos processos de tomada de decisão para priorização de investimentos a realizar nos próximos anos.

Digitalização das operações

A Empresa continua empenhada na elaboração e implementação do Plano de Transição Digital da Águas do Tejo Atlântico, iniciado em 2022, mas que tem progredido muito mais lentamente do que previsto nessa data decorrente de dificuldades diversas ao nível dos recursos humanos disponíveis, mas também dificuldade de contratação de prestações de serviço que supram as necessidades básicas nesta área.

O nível de maturidade digital da Empresa é manifestamente insuficiente para uma entidade da dimensão e complexidade da AdTA, que não tira partido das potencialidades do Digital e limita fortemente a capacidade da Empresa no aumento da eficiência dos processos e na qualidade da informação para a tomada de decisão operacional, tática e estratégica. Assim, neste domínio, a Empresa pretende fazer no futuro uma aposta forte nos recursos internos da área de IT, que passará essencialmente por constituir uma equipa que lidere o programa de transição digital, processo que se exige rápido, eficaz e sustentável. Salienta-se que algumas das ineficiências hoje diagnosticadas na AdTA resultam de um atraso significativo nesta área, com prejuízo para a fluidez de informação no seio da organização, repetição de tarefas em resultado de lacunas de informação, mas também a realização de muitas tarefas manuais que podem ser agilizadas com recurso ao digital. Esta realidade agrava-se com o facto de cada vez mais os equipamentos incorporados através de diversas empreitadas apresentam maior potencial de digitalização, os clientes são mais exigentes, os processos mais complexos e consumidores de informação e, infelizmente, o desenvolvimento digital da AdTA não acompanhou, ao longo dos últimos anos, a infraestrutura física e a realidade do setor da água.

Salienta-se ainda que a empresa não consegue ainda responder ao exigido na legislação em vigor, nomeadamente no Decreto-Lei 65/2021 de 30 de julho que procede à regulamentação dos requisitos de segurança das redes e sistemas de informação e, por outro lado, aos requisitos de notificação de incidentes que afetem a segurança das redes e dos sistemas de informação, prevendo as circunstâncias, o prazo, o formato e os procedimentos aplicáveis, que devem ser cumpridos pela Administração Pública, operadores de infraestruturas críticas, operadores de serviços essenciais e prestadores de serviços digitais.

O processo de reorganização em curso bem como as autorizações concedidas aquando da aprovação do PAO23, em 4 de janeiro de 2024 permitiu o lançamento de um procedimento de contratação de um técnico

superior C para a equipa da Direção de Soluções Digitais que integrou a equipa no início do ano de 2024, e que se encontra a liderar o processo.

Inovação

A inovação continuou a ser uma alavanca transversal na evolução de paradigma no ano de 2023, com diversas iniciativas no domínio da descarbonização e valorização dos recursos produzidos nas nossas Fábricas de Água. Foi dada continuidade aos projetos B-Watersmart, ECOVAL, e foram dados passos para novos projetos de demonstração a realizar nos “laboratórios vivos” que são as instalações da Empresa.

Por fim, é importante salientar que cada vez mais, os efeitos das alterações climáticas têm impacto na atividade da Tejo Atlântico. Se por um lado, a seca vivida nos últimos anos veio reforçar a importância do recurso “água reciclada” não só para usos municipais mas também para as atividades económicas (turismo e agricultura, entre outras), fazendo crescer exponencialmente os pedidos de diversas entidades para que a Tejo Atlântico possa fornecer ApR, por outro lado, as chuvadas intensas que provocaram inundações na zona da Grande Lisboa, no mês de dezembro de 2022, vieram demonstrar a necessidade de investir no aumento de resiliência dos sistemas.

3.2. ANO DE 2024 E PRIORIDADES DE 2025

Ano 2024

Durante o primeiro semestre de 2024, a Empresa prosseguiu o que havia estabelecido, de acordo com a estratégia “Inspirados pelo Futuro”, organizadas em 9 pilares estratégicos e incluem, valorização dos recursos humanos e competências essenciais às operações, eficácia, eficiência e segurança das pessoas, ativos e operações, resiliência, digitalização, utilização sustentável dos recursos (reutilização de água, biolamas e produção de energia verde), e neutralidade carbónica. No mesmo sentido foi planeado o segundo semestre de 2024, assim como os anos seguintes de continuação do trabalho já iniciado.

Ao nível da implementação da estratégia, a monitorização a julho de 2024 apresenta os seguintes resultados:



As implementações progressivas de um conjunto de ações previstas na estratégia permitem identificar tendências de melhoria em vários pilares estratégicos, sendo resumidos pelos indicadores de monitorização (resultados a junho 2024) que se apresentam no quadro da página seguinte.

	OBJECTIVOS	MÉTRICA	Obj 2024	2T 2024
Nós Tejo Atlântico	Diminuir Número de Acidentes	Diminuição do número de Acidentes reportados às seguradoras face a 2022	-30%	0%
	Formação de Valor Acrescentado	Número de horas de formação por colaborador	45	5,1
Eficiência	Consumo Específico de Energia	Consumo de energia (kWh/volume tratado)	0,45	0,37
	Agilidade na Contratação	Tempo médio de contratação desde a decisão de contratar até à assinatura do contrato.	190	310
Eficácia	Cumprimento Legal e Operacional	Número de instalações em incumprimentos de TURH + Número de FA a operar sem TURH válido	6	10
	Plano de Investimentos	Taxa de execução do plano de investimentos previsto em PAO	90%	13%
Propósito	Disseminação do Propósito	Visitantes às infraestruturas no âmbito da educação ambiental	800	2878
Resiliência	Continuidade do Serviço	Número de interrupções de serviços não programadas	350	210
	Colapso de Coletores	Número de colapsos de coletores/100 km de rede	1,0	0,4
	Aptidão Funcional	Infraestruturas com Avaliação Funcional acumulado a 5 anos, no ano	17,0%	5,7%
Parcerias Sustentáveis	Educação Ambiental	Nº de Visitas e Visitantes	800	2912
	Impacto da Marca Tejo Atlântico	Medição do Goodwill da Marca Tejo Atlântico	4,4	4,4
Economia Circular	Autonomia no Uso de Energia	Energia produzida internamente/Energia consumida	24,6%	23,6%
	Autonomia no Uso da Água	Água produzida internamente (água+)/Água total consumida (todas as origens de água)	93%	92,5%
	Reutilização Água Total	Água+ total/Volume de AR Tratado	2,00%	1,0%
Neutralidade Carbónica	Redução Intensidade Energética Operações	Consumo energético específico do tratamento AR/m3 efluente tratado	0,450	0,363
	Produção de Energia de Fontes Renováveis	Produção de energia anual (GWh/ano)	21,66	10,61

Em complemento aos indicadores acima constatados, salientam-se alguns dos factos marcantes da atividade dos primeiros 8 meses de atividade da empresa:

- **Ao nível da atividade**, este foi o período com maior volume de água residual tratado desde o início de laboração da empresa, resultado de um ano de intensa pluviosidade, prevendo-se encerrar o ano com um volume de águas residuais tratadas de 229,2 Mm³;
- **Ao nível dos investimentos**, e para fazer face a uma sub-execução do planeamento realizado ao longo dos últimos anos, foi implementada uma mudança organizacional e de monitorização dos investimentos;
- Lançamento de concurso para empreitada de Conceção construção de instalações fotovoltaicas (17 instalações), essenciais ao atingimento dos objetivos de neutralidade energética;
- Continuação da implementação do sistema de telegestão - fase I da AdTA, com uma execução física da empreitada a atingir os 40% no primeiro semestre;
- Adjudicação de uma prestação de serviços de assessoria à área de investimentos que permitirá fazer face ao excecional período de investimento planeado para o triénio 2025/2027
- **Ao nível operacional**, procedeu-se à reorganização de centros operacionais e turnos de técnicos operativos com vista ao aumento de sinergias entre diversos polos;
- **Ao nível do propósito**, lançamento da campanha de comunicação a nossa água, presença em diversos fóruns internacionais com distinção de projetos diversos (WEX Global, Congresso Mundial da Água);
- Início do programa NextGen com a ambição de promover uma renovação de quadros da Águas do Tejo Atlântico, que inclui diversos programas como teses de mestrado, estágios, embaixadores da Juventude, entre outros.
- **Ao nível da circularidade**, assinatura do contrato e início do fornecimento de ApR para rega de campo de golf do West Cliff;
- **Ao nível da transformação digital**, implementação de diversas ferramentas digitais que permitem um aumento da eficiência e resiliência dos processos empresariais;
- **Ao nível da neutralidade carbónica e energética**, Produção de energia com recursos próprios equivalente a 23,7% do total de energia consumida no primeiro semestre;

Mix energético Tejo Atlântico

Neutralidade 2024 em comparação com os últimos anos

kWh	I°S 2024	I°S 2023	I°S 2022	I°S 2021	I°S 2020	Δ% 2023	Δ% 2022	Δ% 2021	Δ% 2020
Energia Comprada à RESP	34 460 109	33 753 140	34 132 580	36 710 093	35 965 044	2.1%	1.0%	-6.1%	-4.2%
Solar fotovoltaico venda à RESP	9 586	12 431	15 866	18 171	18 427	-22.9%	-39.6%	-47.2%	-48.0%
Solar fotovoltaico autoconsumo	309 921	186 700	94 696	0	0	66.0%	227.3%	-	-
Biogás venda à RESP	275 929	136 915	211 709	235 763	196 987	101.5%	30.3%	17.0%	40.1%
Biogás autoconsumo	10 012 618	9 598 999	9 329 517	7 971 870	7 510 414	4.3%	7.3%	25.6%	33.3%
Neutralidade (%)	23.69%	22.82%	22.16%	18.41%	17.77%	3.8%	6.9%	28.7%	33.3%

Consumo específico Tejo Atlântico

Consumo de energia e caudal tratado ano 2024 em comparação com os últimos anos e métrica ERSAR

	I°S 2024	I°S 2023	I°S 2022	I°S 2021	I°S 2020	Δ% 2023	Δ% 2022	Δ% 2021	Δ% 2020	métrica ERSAR	Δ% ERSAR
Consumo energia (kWh)	32 055 188	32 417 457	32 992 844	33 146 036	32 547 228	-1.1%	-2.8%	-3.3%	-1.5%	32 170 914	-0.4%
Caudal tratado (m³)	123 190 137	99 608 280	92 708 973	101 240 128	102 978 639	23.7%	32.9%	21.7%	19.6%	99 718 735	23.5%
Consumo específico (kWh/m³)	0.260	0.325	0.356	0.327	0.316	-20.0%	-26.9%	-20.5%	-17.7%	0.323	-19.3%

Prioridades para 2025

Na realização dos Planos de Atividades e Orçamento, a Águas do Tejo Atlântico tem feito por cumprir a Lei de Orçamento do Estado e o Decreto-Lei de Execução Orçamental, tendo sempre em linha de conta os constrangimentos e os limites impostos. Nesse sentido, tem sido refletido o esforço na otimização dos processos com vista à redução dos consumos de energia, de reagentes, combustíveis e na melhoria do processo de produção de lamas, metas nem sempre fáceis de alcançar quando convertidas em gastos, por força das condições de mercado.

Nas Demonstrações Financeiras para 2025 e anos seguintes, estão refletidos os gastos que se esperam necessários incorrer para a realização destes objetivos, gastos esses que previstos no Estudo de Viabilidade e Económica e Financeira da Empresa, que faz parte integrante do Contrato de Concessão.

Estas atividades estão em total alinhamento com o definido na estratégia Inspirados pelo Futuro, ambicionando o atingimento dos seguintes objetivos:

OBJECTIVOS DA ESTRATÉGIA

NÓS TEJO ATLÂNTICO	OBJECTIVOS	MÉTRICA	2025
	Diminuir Número de Acidentes	Número de Acidentes reportados às seguradoras face a 2022	-30%
	Programa Mentoring	Número de programas de mentoria concluídos no ano	15
	Formação de Valor Acrescentado	Número de horas de formação por colaborador	45
EFICIÊNCIA	OBJECTIVOS	MÉTRICA	2025
	Custo de Prestação do Serviço	Custos Diretos de Tratamento/Volume tratado	0,26
	Consumo Específico de Energia	Consumo de energia (kWh/volume tratado)	0,44
	Agilidade na Contratação	Tempo médio de contratação desde a decisão de contratar até à assinatura do contrato.	180
EFICÁCIA	OBJECTIVOS	MÉTRICA	2025
	Cumprimento Legal e Operacional	Número de instalações em incumprimentos de TURH + Número de FA a operar sem TURH válido	0
	Plano de Investimentos	Taxa de execução do plano de investimentos previsto em PAO	90%
	Plano de Manutenção Preventiva	Taxa de execução do plano de manutenção preventiva	90%
PROPÓSITO	OBJECTIVOS	MÉTRICA	2025
	Integração de Novos Trabalhadores	% de trabalhadores integrado ao Abrigo do programa “Acolher”	100%
	Disseminação do Propósito	Visitantes às infraestruturas no âmbito da educação ambiental	800
RESILIÊNCIA	OBJECTIVOS	MÉTRICA	2025
	Continuidade do Serviço	Número de interrupções de serviços não programadas	300
	Colapso de Coletores	Número de colapsos de coletores/100 km de rede	0,90
	Aptidão Funcional	Infraestruturas com Avaliação Funcional acumulado a 5 anos, no ano	100%

OBJECTIVOS DA ESTRATÉGIA (CONT)

	OBJECTIVOS	MÉTRICA	2025
DIGITALIZAÇÃO	Conhecimento dos Ativos	Índice de conhecimento infraestrutural	83%
	Integração de Dados	Número de processos integrados ou transformados digitalmente	4
	Incidentes com Exfiltração de Dados ou Informação	nº de incidentes com a extrafiltração comprovada de dados ou informação.	0
	Telegestão - Operação Remota	Nº de instalações com telegestão que permite a operação remota.	90%
	OBJECTIVOS	MÉTRICA	2025
PARCERIAS SUSTENTÁVEIS	Educação Ambiental	Nº de Visitas e Visitantes	800
	Impacto da Marca Tejo Atlântico	Medição do Goodwill da Marca Tejo Atlântico	4,5
	Propriedade Intelectual e Industrial	Número de Marcas Registadas e patentes	9
	Inovação Sustentável	Financiamento angariado em procedimentos competitivos/Investimento em Inovação (%)	45
	OBJECTIVOS	MÉTRICA	2025
ECONOMIA CIRCULAR	Autonomia no Uso de Energia	Energia produzida internamente/Energia consumida	28,2%
	Autonomia no Uso da Água	Água produzida internamente (água+)/Água total consumida (todas as origens de água)	94%
	Reutilização Água Total	Água+ total/Volume de AR Tratado	2,5%
	Custo Específico com a Gestão de Subprodutos	Encargo/Proveito específico com a gestão de subprodutos (€/m3)	0.038
	OBJECTIVOS	MÉTRICA	2025
NEUTRALIDADE CARBÓNICA	Redução Intensidade Energética Operações	Consumo energético específico do tratamento AR/m3 efluente tratado	0,440
	Produção de Energia de Fontes Renováveis	Produção de energia anual (GWh/ano)	24,97
	Pegada Carbónica	Pegada Carbónica AdP (ton CO2e/m3)	0,493

Do ponto de vista das atividades que se consideram mais relevantes para o ano de 2025, salientam-se:

- **Do ponto de vista operacional**, arranque da operação infraestrutura de Telegestão Fase I e lançamento do concurso para a empreitada de Fase II e Fase III permitindo dotar a AdTA de uma agilidade e capacidade de reação a evento imprevistos muito considerável;
- **Do ponto de vista de investimentos**, adjudicação de empreitada de conceção construção da hidrólise térmica de Frielas, com o preço base de 26 M€, que dotará a AdTA de uma capacidade acrescida de produção de energia renovável face ao atual e de uma diminuição significativa de encargos com lamas (ambos os efeitos apenas visíveis com a conclusão da empreitada em 2027);
- Conclusão da empreitada conceção construção de instalações fotovoltaicas (17 instalações), conduzindo a um acréscimo da produção energética de 5 GWh/ano;
- Adjudicação de um vasto conjunto de concursos de Empreitadas de reabilitação de diversas infraestruturas de tratamento que atualmente se encontram em incumprimento do seu TURH ou que apresenta condições de debilidade estrutural;
- Adjudicação da intervenção de inspeção do Intercetor da Costa do Estoril, o maior ativo desta natureza a nível nacional;
- **Do ponto de vista de circularidade**, assinatura de protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa para a implementação do PERAL 2.0, um projeto que visa a utilização de água não potável em diversos usos municipais;
- **Do ponto de vista organizacional**, a AdTA irá concluir a revisão de vários dos seus processos de gestão baseada numa metodologia LEAN, com o objetivo de tornar a organização mais ágil, resiliente e eficiente, com particular destaque para o processo de gestão de recursos humanos que carece de uma profunda revisão;
- **Do ponto de vista de resiliência**, prevê-se a conclusão do projeto Agir e consequente resolução de um conjunto de descargas industriais indevidas com impacto na qualidade do serviço;
- Realização de auditoria e implementação de um modelo de gestão dos ativos digitais compatíveis com a nova diretiva comunitária NIS2 relativa à cibersegurança dos vários estados-membro.

4. PLANO DE INVESTIMENTOS

4.1. ENQUADRAMENTO GLOBAL

A garantia de uma estrutura de capitais adequada aos desafios e orientações constitui uma das maiores preocupações da Águas do Tejo Atlântico, atendendo não só ao necessário, porém avultado, Plano de Investimentos, mas também às regras e orientações presentes em cada exercício. Esta preocupação constitui um dos pressupostos de construção do seu EVEF (Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro, Anexo III do Contrato de Concessão).

O Contrato de Concessão da Empresa estabelece um prazo de concessão de 30 anos (2017-2046). Para este horizonte temporal está previsto um investimento, a preços constantes de 2016, de 197,7 milhões de euros. Incorporado neste plano de investimentos está um valor de investimento de substituição/renovação/reabilitação de cerca de 89,1 milhões de euros.

Para além dos investimentos de substituição/renovação/reabilitação, o imobilizado da Empresa (construção civil e equipamento operacional) estará sujeito a trabalhos de manutenção.

A AdTA prevê no plano de investimentos do PAO2025 valores mais consentâneos com a realidade do sistema e preços praticados sem prejuízo de, enquanto não for aprovada a revisão do EVEF submetida a aprovação do Concedente em maio de 2024, aplicar-se-ão os procedimentos de reforço do investimento que dependem de autorização do concedente. O quadro infra faz a comparação com atual EVEF aprovado aquando da criação da Empresa.

Investimento	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção
Investimento do período (previsto no EVEF)	3 514 328	3 602 186	3 677 832	3 751 389	3 826 417
Investimento do período	17 650 294	23 268 031	52 799 907	82 803 062	96 657 598

Figura 11 - Investimento em Capital Fixo para o período 2025-2027

O volume de Investimento em infraestruturas previsto para 2025 é de 52,8 milhões de euros. No quadro seguinte apresenta-se o detalhe dos investimentos por grandes rubricas:

Investimento	31.12.2025 Orçamento
Empreitadas	30 588 626
Estudos e projetos	3 858 020
Terrenos	552 382
Fiscalizações	1 068 543
Assessorias	2 388 298
Outros	14 344 038
	52 799 907

Figura 12 – Detalhe do investimento para 2025

Na rubrica “Outros” foram previstos os investimentos associados à capitalização de encargos, a projetos de Investigação & Desenvolvimento, às aquisições diretas de equipamento básico e a intervenções em infraestruturas associadas às atividades operacionais, que necessitam de substituição/renovação/reabilitação, no âmbito da obrigação de conservação e manutenção das infraestruturas da concessão. As aquisições de equipamento básico, atendendo à sua natureza, valor e motivos da necessidade dos bens a adquirir, nomeadamente o prolongamento da vida útil ou a substituição de ativos em final de vida útil, foram classificadas com investimento em detrimento de serem previstas na rubrica de conservação e manutenção de fornecimentos e serviços externos.

O planeamento de investimentos da Águas do Tejo Atlântico é revisto com periodicidade anual, sendo objeto de acompanhamento mensal no que respeita designadamente à execução física e financeira.

A priorização da execução das empreitadas previstas no Apêndice IV do Anexo I do Contrato de Concessão é anualmente ponderada em função da avaliação de risco associado à não execução de cada investimento, de acordo com a Metodologia de Priorização de Investimentos em vigor no Grupo Águas de Portugal, de forma a manter a qualidade e eficiência dos serviços de recolha e tratamento de águas residuais, salvaguardando a saúde pública, o bem-estar das populações e a proteção do ambiente.

São ainda previstos, sempre que identificados no âmbito de estudos estratégicos realizados pela Águas do Tejo Atlântico, investimentos novos de construção de Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), Estações Elevatórias (EE) e Emissários/Intercetores associados à expansão do Sistema e ao aumento da cobertura/população servida e, como tal, à melhoria significativa da qualidade da água dos meios recetores nas áreas envolventes, a par com os benefícios sociais, económicos e de saúde pública.

Anualmente, na componente de investimento de substituição em Infraestruturas, é efetuada uma análise por Grande Natureza de Ativo (GNA), baseada numa avaliação de risco de falha operacional das infraestruturas. Esta análise permite que sejam identificados e propostos investimentos que contribuam para a redução de situações de degradação de condição infraestrutural e de equipamentos, aumento de eficiência operacional, aumento de eficiência energética e resiliência, bem como de forma específica para a melhoria e manutenção das condições de Segurança nas instalações da Águas do Tejo Atlântico.

4.2. GRANDES TIPOLOGIAS DE INVESTIMENTO

Dos investimentos previstos que pretendem assegurar a necessária e premente melhoria das condições de desempenho, resiliência e operacionalidade dos órgãos e equipamentos existentes nas ETAR, destaca-se a execução de intervenções profundas de reabilitação/substituição nas Fábricas de Água de Torres Vedras, Ericeira, Santa Cruz, Ericeira e Miragaia cujas componentes de construção civil, equipamentos, instalações elétricas e supervisão/automação apresentam elevado grau de degradação, aproximando-se do seu fim de

vida útil, em que a frequência de falhas se tornou muito significativa, com custos muito acrescidos nomeadamente a nível de manutenção (preventiva e curativa). Estas intervenções, em conjunto com os investimentos também previstos no domínio do controlo de caudais pluviais e outras afluições indevidas permitem, assim, repor condições de operacionalidade que garantam a qualidade de serviço e o cumprimento dos Títulos de Utilização de Recursos Hídricos (TURH). Concorrem ainda para este propósito duas linhas de investimento associadas a Otimização dos Processos de Tratamento e Adaptação a novos requisitos de qualidade impostos pelos TURH, no valor total de 16 M€.

Ao nível dos investimentos previstos para as infraestruturas lineares, destacam-se a beneficiação do emissário do Jamor, a reabilitação dos emissários de Folgados, Mem Martins e Vale Mourão e ainda a reabilitação do emissário submarino da Nazaré.

Salientam-se também os investimentos associados à Digitalização, com aposta clara em melhorias associadas ao controlo, automação e supervisão do funcionamento do Sistema da Águas do Tejo Atlântico, por via de investimento em Telegestão/Supervisão/Automação/Instrumentação, visando um aumento da eficiência operacional e do conhecimento das condições de funcionamento do sistema e dos seus ativos em tempo real, destacando-se o investimento de 4,5 M€ na primeira fase do Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico, que ficará concluída no início de 2025.

No domínio da eficiência energética salienta-se a continuação da implementação do “Plano Estratégico Energia+”, procurando de forma integrada dar cumprimento a um conjunto de compromissos de eficiência energética, institucionais e legais, consubstanciados nos seguintes objetivos estratégicos:

- Promover uma cultura de gestão de energia na Empresa;
- Neutralidade Energética até 2030;
- Aumentar a Eficiência Energética;
- Integrar as 23 instalações que representam 80% dos consumos da Águas do Tejo Atlântico no Sistema de Gestão de Energia;
- Melhorar a qualidade e fiabilidade dos dados de energia.

Destaca-se do conjunto de compromissos acima referenciados, o Programa Zero, em implementação pelo Grupo Águas de Portugal, que visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, permitindo atingir a neutralidade energética em 2030. A Águas do Tejo Atlântico está assim comprometida com os objetivos estratégicos do Grupo AdP, integrados no programa Zero do Grupo AdP, realizando investimentos que conduzam à redução dos consumos energéticos, através de implementação de diferentes medidas de eficiência energética e de aumento da produção de energia a partir de recursos disponíveis nas suas instalações, como por exemplo o biogás das Estações de Tratamento das Águas Residuais, mas também de energia eólica, hídrica e solar fotovoltaica, num mix energético integrado

que visará a maximização do autoconsumo. A maximização da energia produzida para autoconsumo obrigará a alterações no padrão da operação, incorporando a produção de energia no core da atividade de saneamento e promovendo a reengenharia de sistemas e processos para aumento de eficiência. Implicará ainda a aposta na digitalização e na qualificação dos trabalhadores, sem esquecer o relevante contributo para o desenvolvimento regional e social. O desenvolvimento do Programa ZERO na Águas do Tejo Atlântico visa a implementação de ações/medidas que se estima que venham a atingir cerca de 32,8 milhões de euros, conduzindo a uma poupança, por via de custos evitados com a aquisição de energia elétrica da rede, que se estima da ordem dos 83,3 milhões de euros até ao final de 2045. Nestes investimentos destaca-se o arranque que ocorreu em 2022 da construção de 19 centrais fotovoltaicas para autoconsumo nas principais Fábricas de Água da Águas do Tejo Atlântico. Encontrando-se concluídas as centrais fotovoltaicas de Chelas e Beirolas. O plano de investimentos reflete ainda a aposta clara da Empresa na manutenção das condições de segurança nas suas instalações com um valor previsto para o triénio de cerca de 12 M€.

Alinhada com a política nacional de gestão dos recursos hídricos e numa ótica de economia circular, a Águas do Tejo Atlântico tem como objetivo o incentivo e promoção da prática de reutilização das águas residuais tratadas nas suas infraestruturas e também ao nível da higiene urbana das cidades e espaços verdes dentro da sua área de concessão. Sempre que seja técnica e economicamente viável, a Águas do Tejo Atlântico pretende dotar as suas ETAR com sistemas de tratamento complementar para a produção de água para reutilização (ApR) reciclando água residual, com uma qualidade e condições de segurança para os trabalhadores e utilizadores, compatíveis com a sua reutilização nos diversos usos.

Ainda no domínio da economia circular tem particular importância o arranque da implementação do Plano de Gestão de Lamas, que se insere no Plano de Circularidade e Valorização Orgânica do Grupo AdP e tem por objetivo a redução da quantidade de lamas de ETAR encaminhadas a destino final, preconizando soluções e intervenções que promovam o efeito de escala e a transformação deste resíduo em novos produtos, permitindo alargar o leque de opções de utilização ou de valor acrescentado para as utilizações já atualmente mais comuns. Este Plano permite ainda internalizar um conjunto de operações de valorização das lamas que se traduz numa maior resiliência das infraestruturas de tratamento à perturbação por fatores externos, como por exemplo dificuldades de escoamento por parte dos prestadores de serviços ou por perturbações no circuito logístico de transporte. Inclui diversas intervenções no domínio da Hidrólise, Compostagem e Secagem Solar de Lamas, cujo valor total dos investimentos previstos é de cerca de 50M€ (2025/2030) e em 2025 prevemos iniciar a empreitada de conceção construção da hidrólise térmica de Frielas.

Do investimento previsto para o triénio 2025-2027, a quase totalidade encontra-se prevista no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da Águas do Tejo Atlântico (EVEF), tendo em vista a garantia da sustentabilidade económica e financeira da Concessão. Os investimentos não previstos no EVEF em vigor ou cujo valor previsional se situa significativamente acima do previsto, decorrentes da resposta do mercado da

construção, serão naturalmente objeto de revisão e, subsequentemente, de aprovação e de autorização prévia da Entidade Reguladora e do Concedente. Não obstante, importa referir que os incrementos de verba propostos estão já refletidos na revisão quinquenal em curso do EVEF.

Salienta-se que o investimento previsto para o triénio continua a refletir a aposta da Empresa na recuperação do investimento que não foi possível realizar nos anos de 2017 a 2023, conforme previsão que consta do EVEF.

Os projetos de investimento são instruídos de acordo com o Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, e aprovados nos termos e condições definidos no Contrato de Concessão e no Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março. Os projetos de investimento são aprovados/autorizados pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), Ministério do Ambiente e Energia e pelos Municípios territorialmente competentes.

4.3. INVESTIMENTO PREVISIONAL

O volume de Investimento em infraestruturas previsto para 2025 é de 52,8 milhões de euros, apresentando-se no quadro seguinte os valores globais para as grandes rubricas.

Investimento	31.12.2023 Real	31.12.2024 El	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção
Empreitadas	12 933 793	13 186 596	30 588 626	70 130 891	87 810 668
Estudos e projetos	1 063 206	2 516 628	3 858 020	2 412 686	313 261
Terrenos	0	313 269	552 382	835 273	392 059
Licenças	219 751	577 126	1 068 543	1 993 817	2 189 757
Assessorias	125 107	1 029 636	2 388 298	2 442 037	1 426 189
Outros	3 278 435	5 614 776	14 344 038	1 988 328	1 495 662
	17 650 291	23 268 031	52 799 907	82 803 062	96 657 598

Figura 13 – Detalhe do investimento para o período 2023 - 2027

Apresenta-se no quadro seguinte a descrição sumária da composição da rubrica de Outros (investimentos), para o ano de 2025:

Investimento Outros	31.12.2025 orçamento
Imobilizado Firme - Edifícios	1 545 257
Imobilizado Firme - Equipamento básico	6 288 775
Imobilizado Firme - Equipamento Administrativo	471 846
Imobilizado Firme - Outros Equipamentos	4 182 619
Imobilizado Firme - Equipamento Transporte	275 000
Capitalização de gastos	1 125 770
Outros	454 770
	14 344 038

Figura 14 – Detalhe da rubrica “Outros” para o período 2025

Na rubrica “Outros” foram previstos os investimentos associados às aquisições diretas de equipamento administrativo, de laboratório, ferramentas e utensílios, que, pelo valor de aquisição ou período de vida útil, revestem a natureza de imobilizado.

Nas intervenções e aquisições previstas para 2025 associadas a equipamento básico, teve-se em atenção a natureza, o valor e as características respetivas, nomeadamente o prolongamento da vida útil ou a substituição dos equipamentos em fim de vida útil, atendendo à correta classificação como investimento em detrimento de gastos na rubrica de fornecimentos e serviços externos de conservação, reparação e manutenção.

Destaca-se também nesta rubrica a realização de investimentos associados a projetos de investigação e desenvolvimento (I&D), tendo em vista o estudo e a implementação de soluções alternativas que se traduzirão em benefícios ambientais e económicos a curtos e médio prazo nos processos de tratamento nas ETAR, nomeadamente ao nível do aproveitamento/valorização de subprodutos (biocombustíveis, biosólidos, bioplásticos, bionutrientes, água reciclada), soluções na área da energia e da neutralidade energética e da otimização das etapas de tratamento lamas de ETAR. Prevê-se que, com a implementação dos projetos, se recupere, em termos de gastos operacionais, o investimento efetuado em períodos inferiores a 6 anos. Salienta-se, ainda, que toda a rubrica de investimento em I&D é elegível para benefícios fiscais no âmbito do Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial (SIFIDE). Referente ao imposto - IRC de 2023 a receber em 2024, a Águas do Tejo Atlântico considerou o benefício de 196.107,96 euros.

Investimento previsional detalhado

Nos quadros seguintes será exposta a informação de investimento previsional detalhada, tendo-se optado por pormenorizar apenas a componente de “empreitadas”, por ser aquela que representa valores de execução financeira mais significativos.

Atendendo à estimativa de fecho para o ano 2024 apresentam-se os valores previsionais de investimento para a componente de “empreitadas” prevista para esse ano.

Código	Descrição do investimento	Valor global previsto	Estimativa de fecho 2024
TA-025	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	4 823 280	2 071 584
TA-124	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	4 461 255	1 663 940
TA-297	Empreitada de Substituição de Tampas nos Subistemas das Zonas Norte e Sul – Lotes 1 e 2	2 798 732	1 322 109
TA-199	Conceção/Construção da ETAR da Encarnação	2 795 713	1 026 077
TA-019	Interceptor e estações elevatórias Largo Chafariz de Dentro - Cais do Sodré - Obra METRO 2	755 000	755 000
TA-155	Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro-restantes intervenções	4 680 000	748 800
TA-303 A	Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025	3 099 852	673 881
TA-177 A	Benfeitorias nos sistemas elevatórios do subsistema de Alcântara - EE Terreiro do Trigo	978 444	648 818
TA-088	Reabilitação do emissário de Porto Salvo e Camaras de Visita do Emissário do Jamor	1 178 563	430 512
TA-229	Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água de Beirolas	1 928 045	414 350
TA-166 B	Construção da ETAR do Carvalhal	1 798 508	359 702
TA-213 B	Reabilitação do Emissário São Martinho do Porto	315 000	315 000
TA-247 A	Emissário Jamor (Oeiras)	2 000 000	307 692
TA-303	Reparações Gerais de Construção Civil 2023/2024	2 124 900	243 224
TA-050	Execução de Estação Elevatória e Condução Elevatória de Azambujeira	542 251	225 757
TA-236	Fornecimento e instalação de Centrais Fotovoltaicas nas Fabricas de Água de Alcântara e Beirolas	659 109	199 754
TA-230	Remodelação do Emissário de Monsanto no Troço do Parque Urbano de Miraflores	479 029	185 513
TA-146	Remodelação Emissário de Famões	178 854	178 854
TA-104 B	Substituição de Ventiladores da Desodorização da Fábrica de Água da Guia - Fase Líquida	240 600	177 400
TA-104 A	Beneficiação do Sistema de Ventilação e Desodorização da Fábrica de Água da Guia - Fase Líquida	487 490	176 300
TA-176 B	Fornecimento e Montagem de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Águas do Tejo Atlântico	1 878 451	148 021
TA-224 E	Reabilitação de CV do Emissário das Marianas - Fase 2	300 000	136 364
TA-264 A	Instalação de sobrepresores de arejamento nas FA da Nazaré e da Atouguia da Baleia	184 935	115 584
TA-240	Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água da Ota	96 991	92 283
TA-290	Instalação de analisadores de energia em instalações SGE e SG CIE	88 896	88 896
TA-183	Medição de caudal III-ETAR-Fase I	173 050	74 788
TA-253 A	Benfeitorias Gerais da ETAR de Póvoa da Galega	149 244	74 622
TA-263 C	Reabilitação do sistema de transporte de gradados e areias da FA da Guia	2 399 272	73 535
TA-305 A	Beneficiações Pavimentos 2024	400 000	69 565
TA-278 A	Reabilitação do Emissário de Descarga da Foz do Arelho (troço terrestre)	417 830	64 282
TA-217 E2	Fornecimento e Montagem de Sistema de Arejamento para a Fábrica de Água de Beirolas - PEPE	813 338	27 260
TA-232	Conceção/Construção da linha de investigação e desenvolvimento de reutilização da Fábrica de Água de Alcântara	269 346	23 843
TA-188	Empreitada de Reparações de Serralharias várias na Fábrica de Água da Guia	402 807	21 413
TA-219	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas – Fase I	6 198 317	20 866
TA-289 A	Substituição de postes de iluminação na FA de Atouguia da Baleia	15 000	15 000
TA-293 A	Reabilitação da linha de produção Apr – Beirolas	264 852	13 404
TA-217 E3	Substituição dos Ventiladores da Desodorização da Fábrica de Água de Alcântara - PEPE	109 436	11 439
TA-086 A	Reabilitação Estrutural do Emissário de Barcarena - Fase I	1 469 203	226
TA-043	Construção do Sistema Elevatório de Vale da Borra	431 858	-9 060
Total			13 186 596

Figura 15 – Investimento – componente empreitadas – ano 2024

O plano de investimentos em construção para 2025-2027 tem uma estimativa global de 420,6 milhões de euros (sem capitalizações), dos quais cerca de 384,7 milhões de euros respeitam à componente de empreitada, sendo o remanescente relativo a estudos e projetos, terrenos, fiscalizações e assessorias. A execução prevista para o triénio atinge 188,6 milhões de euros na componente de empreitada e 19,9 milhões de euros nos restantes trabalhos associados.

Considerando o elevado número de investimentos e o facto de diversos serem de menor valor, optou-se por individualizar os que têm maior execução e cuja estimativa global representa cerca de 96% do valor previsto no período.

Código	Descrição do investimento	Ano de início	Valor realizado acumulado 30/06/2024	Realização até Dez 2024	Realização no triénio			Realização após	Valor global previsto	Fundos Comunit.			Auto-financiam. (%) (2025-2027)	Endivid. (%) (2025-2027)
					2025	2026	2027	2027		Fundos Comunit.	(%)	Valor Financiado		
TA-286 A	Hidrolise Frielas	2026	0	0	0	8 219	8 966	8 966	26 150	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-287	Neutralidade Energética - Programa Zero	2026	0	0	0	1 542	6 169	17 479	25 190	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-286	Plano de Gestão de Lamas	2027	0	0	0	0	7 365	16 571	23 936	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-254	Beneficiação do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril	2027	0	0	0	0	270	9 730	10 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-182	Alcântara - ligação a Amadora / Benfica- Fase I e Fase II-Bacia de Anti-poliuição	2023	1 965	1 965	152	1 822	1 822	3 340	9 100	-	-	-	0,46%	99,54%
TA-253	Adaptação de ETAR para Cumprimento das Obrigações Definidas nas Novas Licenças de Descargas	2027	0	0	0	0	2 489	5 601	8 090	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-024	Conceção/Construção de Beneficiação da Fábrica de Água de Santa Cruz	2026	0	0	0	3 635	3 965	0	7 600	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-225	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR da Ericeira	2026	0	0	0	3 587	3 913	0	7 500	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-219	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas – Fase I	2021	6 198	6 198	0	0	0	0	6 198	-	-	-	-	-
TA-250	Beneficiação de ETAR com Vista à Melhoria da Eficiência dos Processos de Tratamento	2026	0	0	0	1 477	2 532	2 110	6 120	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-106	Conceção/Construção para a Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I	2018	6 008	6 008	0	0	0	0	6 008	-	-	-	-	-
TA-154 A	Colectores da margem esquerda do Caneiro de Alcântara - Travessa da Horta Navia	2026	0	0	0	2 557	3 068	256	5 880	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-249	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras	2025	0	0	2 059	2 941	0	0	5 000	-	-	-	4,77%	95,23%
TA-254 A	Beneficiação do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril - Fase I	2025	0	0	172	2 069	2 069	690	5 000	-	-	-	0,46%	99,54%
TA-326	Empreitada de Recuperação das Condições de Segurança - Fase 4	2026	0	0	0	857	1 714	2 429	5 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-025	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	2023	901	2 470	2 353	0	0	0	4 823	-	-	-	11,58%	88,42%
TA-155	Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro-restaurantes intervenções	2024	0	749	2 246	1 685	0	0	4 680	-	-	-	6,62%	93,38%
TA-277	Reabilitação da ETAR de Rio Maior	2027	0	0	0	0	2 152	2 348	4 500	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-124	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	2023	1 673	2 433	1 521	507	0	0	4 461	-	-	-	8,68%	91,32%
TA-156	ApR - Loures	2027	0	0	0	0	922	3 228	4 150	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-278 B	Reabilitação do Emissário Submarino ETAR da Nazaré	2026	0	0	0	1 379	1 655	966	4 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-320	Construção das Restantes Infraestruturas Previstas no Descritivo do Anexo I do Contrato de Concessão	2027	0	0	0	0	1 241	2 759	4 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-086 B	Beneficiação do Emissário de Barcarena – Reabilitação Estrutural (Fase II) e Controlo de Caudais	2026	0	0	0	1 232	2 463	205	3 900	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-153	Colectores da margem direita do Caneiro de Alcântara-restaurantes intervenções	2028	0	0	0	0	0	3 250	3 250	-	-	-	-	-
TA-303 A	Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025	2024	0	674	1 617	809	0	0	3 100	-	-	-	7,72%	92,28%
TA-287 C	Remodelação dos digestores para otimização da produção de biogás (equipamentos eletromecânicos)	2026	0	0	0	621	1 241	1 138	3 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-321	Beneficiações Gerais de Construção Civil 2025/2026	2025	0	0	857	2 143	0	0	3 000	-	-	-	3,31%	96,69%
TA-322	Beneficiações Gerais de Construção Civil 2026/2027	2026	0	0	0	857	2 143	0	3 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-297	Empreitada de Substituição de Tampas nos Subsistemas das Zonas Norte e Sul – Lotes 1 e 2	2024	436	1 322	1 477	0	0	0	2 799	-	-	-	11,58%	88,42%
TA-199	Conceção/Construção da ETAR da Encarnação	2024	401	1 026	1 249	520	0	0	2 796	-	-	-	8,17%	91,83%
TA-046	Remodelação ETAR Miragaia	2026	0	0	0	682	1 365	569	2 615	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-287 A	Solar III	2025	0	0	650	867	867	217	2 600	-	-	-	3,16%	96,84%
TA-100	Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos	2018	2 576	2 576	0	0	0	0	2 576	-	-	-	-	-
TA-268	Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2022/2023	2022	2 545	2 545	0	0	0	0	2 545	-	-	-	-	-
TA-224	Remodelação de Interceptores/Condutas e Obras para Controlo de Afluências Indevidas	2027	0	0	0	0	1 447	1 053	2 500	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-250 B	Beneficiação da Decantação da ETAR da Guia	2025	0	0	882	1 618	0	0	2 500	-	-	-	4,09%	95,91%
TA-299	Empreitada de Recuperação das Condições de Segurança_Fase3_2024	2025	0	0	217	1 304	978	0	2 500	-	-	-	1,01%	98,99%
TA-307	Beneficiações de Segurança - Fase 2	2028	0	0	0	0	0	2 500	2 500	-	-	-	-	-
TA-227	Conceção/Construção da remodelação do sistema de arejamento e do espessamento de lamas da Fábrica da Água de São João Talha	2020	2 435	2 435	0	0	0	0	2 435	-	-	-	-	-
TA-263 C	Reabilitação do sistema de transporte de gradados e areias da FA da Guia	2022	2 399	2 399	0	0	0	0	2 399	-	-	-	-	-
TA-220	Conceção/Construção de Beneficiação da Fábrica da Água de São João da Talha - Fase I	2021	2 340	2 340	0	0	0	0	2 340	-	-	-	-	-
TA-282	Reconfiguração do sistema de drenagem da Ericeira EE7, EE8 e EE9	2026	0	0	0	1 042	1 158	0	2 200	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-303	Reparações Gerais de Construção Civil 2023/2024	2023	2 118	2 125	0	0	0	0	2 125	-	-	-	-	-
TA-222	Empreitada de Execução da Reabilitação de Edifícios com Estrutura Metálica nas Fábricas de Água da Charneca, Atouguia da Baleia, Zambujeira, Frielas e São João da Talha	2025	0	0	1 145	955	0	0	2 100	-	-	-	6,32%	93,68%
TA-165	Caneiro de Alcântara -Amadora-Obra 3-restaurantes intervenções	2027	0	0	0	0	319	1 753	2 072	-	-	-	-	-
TA-153 A	Remodelação dos descarregadores D19s e D20 - margem direita do Caneiro de Alcântara	2025	0	0	322	1 288	429	0	2 040	-	-	-	1,83%	98,17%
TA-173	Construção da estação elevatória do efluente final da ETAR de Frielas - Ligação Ribeira da Póvoa	2028	0	0	0	0	0	2 000	2 000	-	-	-	-	-
TA-223	Remodelação da ETAR da Maceira - Fase II	2026	0	0	0	348	1 043	609	2 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-246	Melhorias das Condições de Segurança em Infraestruturas Existentes 2022 - Trevos e Tampas	2026	0	0	0	696	1 043	261	2 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-247 A	Emissário Jamor (Oeiras)	2024	0	308	1 692	0	0	0	2 000	-	-	-	11,58%	88,42%
TA-247 C	Reabilitação Emissários Folgados, Mem Martins e Vale Mourão	2026	0	0	0	783	1 043	174	2 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-288	Plano de Digitalização - Renovação automátos e Rede de Comunicações	2026	0	0	0	435	1 043	522	2 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-307 A	Beneficiações de Segurança - Fase I	2027	0	0	0	0	828	1 172	2 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-245 I	Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2021/2023 - Lote I	2021	1 934	1 934	0	0	0	0	1 934	-	-	-	-	-
TA-229	Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água de Beirolas	2023	133	547	829	552	0	0	1 928	-	-	-	6,95%	93,05%
TA-279	Reabilitação Emissário de Sassoeiros Zona Alta	2025	0	0	0	1 200	700	0	1 900	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-176 B	Fornecimento e Montagem de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Águas do Tejo Atlântico	2021	1 878	1 878	0	0	0	0	1 878	-	-	-	-	-
TA-202	Intervenções na zona ribeirinha Cais do Sodré - Alcântara -Fase II	2027	0	0	0	0	1 083	787	1 870	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-221	Reabilitação dos Sistemas de UV das ETAR de Bucelas, Fervença, Póvoa da Galega, Matra, Malveira, Miragaia e Parco e Chelas	2027	0	0	0	0	777	1 068	1 845	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-247	Reabilitação de Emissários e Interceptores na área de Concessão	2028	0	0	0	0	0	1 840	1 840	-	-	-	-	-
TA-283	Reconfiguração do sistema de drenagem da Póvoa da Galega EE1, EE2 e EE3	2025	0	0	138	1 662	0	0	1 800	-	-	-	0,89%	99,11%
TA-166 B	Construção da ETAR do Carvalhal	2024	0	360	1 079	360	0	0	1 799	-	-	-	8,68%	91,32%
TA-287 B	Plano Neutralidade/Eficiência - Substituição Equipamentos	2025	0	0	114	683	683	171	1 651	-	-	-	0,89%	99,11%
TA-294	Benfeitorias do sistema de ventilação e desodorização de Guia-ETFS, Beirolas, Chelas, Frielas e S/T	2025	0	0	145	1 455	0	0	1 600	-	-	-	1,05%	98,95%
TA-078	Reabilitação do emissário de Caparide, na zona de Sintra (ex CP0010.00 a CP1630.00)	2018	1 571	1 571	0	0	0	0	1 571	-	-	-	-	-
TA-179	Fornecimento e Montagem de Equipamentos Eletromecânicos e Controlo de Emissões Gasosas nas ETAR de S.João da Talha e Beirolas	2026	0	0	0	1 091	409	0	1 500	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-109	Execução dos Emissários Gravíticos e Sistemas Elevatórios do Subsistema da Ericeira Fase II (Sistema Elevatório S. Lourenço)	2018	1 484	1 484	0	0	0	0	1 484	-	-	-	-	-
TA-164	Reabilitação de Órgãos e Equipamentos da ETAR de Beirolas	2027	0	0	0	0	620	852	1 472	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-086 A	Reabilitação Estrutural do Emissário de Barcarena - Fase I	2021	1 469	1 469	0	0	0	0	1 469	-	-	-	-	-
TA-104	Conceção-Construção da Remodelação do Sistema de Ventilação e Desodorização da FA de Alcântara	2025	0	0	543	869	0	0	1 413	-	-	-	4,45%	95,55%
TA-263 E	Reabilitação de Tampas na Fábrica de Água da Guia (fase líquida) – Fase 2 (tampas T4 a T15)	2025	0	0	560	840	0	0	1 400	-	-	-	4,63%	95,37%
TA-248	Beneficiação e Substituição de Equipamentos em Estações Elevatórias na Área de Concessão	2026	0	0	0	109	652	489	1 250	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-257	Beneficiação da FA de Frielas	2026	0	0	0	489	652	109	1 250	-	-	-	0,00%	100,00%

Código	Descrição do investimento	Ano de início	Valor realizado acumulado 30/06/2024	Realização até Dez 2024	Realização no triénio			Realização após 2027	Valor global previsto	Fundos Comunit.			Auto-financiam. (%) (2025-2027)	Endivid. (%) (2025-2027)
					2025	2026	2027			Fundos Comunit.	(%)	Valor Financiado		
TA-017	Beneficiação da Estação Elevatória da Quinta das Drogas	2017	1 216	1 216	0	0	0	0	1 216	-	-	-	-	-
TA-272	Beneficiação da linha de produção de ApR nas Fábricas de Água da Zona Norte	2026	0	0	0	353	847	0	1 200	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-284	Conceção Construção para Substituição do Monta-Cargas da Fábrica de Água da Guia	2025	0	0	1 200	0	0	0	1 200	-	-	-	11,58%	88,42%
TA-301	Adaptação da EE de Fanhões às afluências indevidas (Frielas)	2025	0	0	92	1 108	0	0	1 200	-	-	-	0,89%	99,11%
TA-176 A	Reparações de Construção Civil em Infraestruturas Existentes	2019	1 191	1 191	0	0	0	0	1 191	-	-	-	-	-
TA-217 D	Conceção/Construção da Beneficiação do Aproveitamento de Biogas das Fábricas de Água de Beirolos, Frielas e S. João da Talha - PEPE	2020	1 179	1 179	0	0	0	0	1 179	-	-	-	-	-
TA-088	Reabilitação do emissário de Porto Salvo e Camaras de Visita do Emissário do Jamor	2023	798	1 179	0	0	0	0	1 179	-	-	-	-	-
TA-245_2	Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2021/2023 - Lote 2	2021	1 139	1 139	0	0	0	0	1 139	-	-	-	-	-
TA-224 D2	Controlo de caudais Pluviais no Município de Torres Vedras – Fase II	2026	0	0	0	357	715	60	1 132	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-147 A	Beneficiação e Ampliação do Subistema de Barril	2020	1 105	1 105	0	0	0	0	1 105	-	-	-	-	-
TA-178	Construção do Emissário de Monsanto - Fase IV	2027	0	0	0	0	326	706	1 031	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-200	Fornecimento e Montagem de Tamisadores para os Subistemas de Alcântara, Chelas e Beirolos	2018	1 010	1 010	0	0	0	0	1 010	-	-	-	-	-
TA-233	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 2 ª Fase	2026	0	0	0	600	400	0	1 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-234	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 3ª Fase	2028	0	0	0	0	0	1 000	1 000	-	-	-	-	-
TA-258	Plano de Digitalização - Substituição dos automatós e atualização da supervisão das ETAR de Beirolos, Chelas, Mafra, Malveira e São João da Talha	2026	0	0	0	471	529	0	1 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-278	Reabilitação de emissários de descarga (troços terrestres e submarinos)	2028	0	0	0	0	0	1 000	1 000	-	-	-	-	-
TA-300	Reabilitação agitação digestores ETAR de Beirolos	2025	0	0	636	364	0	0	1 000	-	-	-	7,37%	92,63%
TA-302	Sistema elevatório de Carcavelos - Sassoeiros	2027	0	0	0	0	692	308	1 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-323	Beneficiações de Edificados de Construção Civil 2025	2025	0	0	455	545	0	0	1 000	-	-	-	5,26%	94,74%
TA-324	Beneficiações de Edificados de Construção Civil 2026	2026	0	0	0	455	545	0	1 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-325	Beneficiações de Edificados de Construção Civil 2027	2027	0	0	0	0	455	545	1 000	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-238	Execução de Reparações Gerais de Construção Civil – 2021	2020	998	998	0	0	0	0	998	-	-	-	-	-
TA-177 A	Benefeitorias nos sistemas elevatórios do subistema de Alcântara - EE Terreiro do Trigo	2024	154	649	330	0	0	0	978	-	-	-	11,58%	88,42%
TA-167	Emissário da Calhandriz - Restantes Intervenções	2027	0	0	0	0	443	517	960	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-180	Beneficiação/Reparação de construção civil e equipamentos eletromecânicos na EE e ETAR do CO de Mafra	2026	0	0	0	56	678	226	960	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-166 A	Construção dos Emissários Graviticos do Subistema do Carvalhal	2018	930	930	0	0	0	0	930	-	-	-	-	-
TA-016	Reabilitação do emissário da Castelhana, no troço entre a Auto-estrada A5 e o Interceptor (cx CS0160.00 a CS1020.00)	2017	928	928	0	0	0	0	928	-	-	-	-	-
TA-176 C	Melhorias das Condições de Segurança e Reparações em Infraestruturas Existentes	2019	907	907	0	0	0	0	907	-	-	-	-	-
TA-293	Empreitada de beneficiação da linha de produção de ApR	2025	0	0	277	623	0	0	900	-	-	-	3,56%	96,44%
TA-125	Beneficiação do Sistema de Desinfeção por UV da Fábrica de Água de Alcântara	2019	899	899	0	0	0	0	899	-	-	-	-	-
TA-144	Conceção/Construção da Remodelação da Desodorização da Fase Sólida da ETAR de Beirolos	2027	0	0	0	0	45	810	855	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-280	Construção do Emissário da zona baixa da Amoreira	2028	0	0	0	0	0	850	850	-	-	-	-	-
TA-031	Construção dos Sistemas Elevatórios de Moledo, Feteira, Reguengo Pequeno e Pena Seca	2019	849	849	0	0	0	0	849	-	-	-	-	-
TA-217 E2	Fornecimento e Montagem de Sistema de Arejamento para a Fábrica de Água de Beirolos - PEPE	2022	813	813	0	0	0	0	813	-	-	-	-	-
TA-308	Beneficiação de Infraestruturas e Equipamentos	2026	0	0	0	185	615	0	800	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-224 C	Intervenções de Controlo de Afluências Indevidas no Interceptor Caneças/Ramada/Odivelas (Integra TA-175)	2026	0	0	0	207	415	173	795	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-099	Reabilitação de Descarregadores dos Subistemas de Alcântara e Chelas - Fase I	2019	790	790	0	0	0	0	790	-	-	-	-	-
TA-149	Reabilitação do Interceptor da Asseiceira do Subistema da Póvoa da Galega	2021	776	776	0	0	0	0	776	-	-	-	-	-
TA-015	Colocação em serviço da quarta linha de decantação na Estação de Tratamento da Fase Líquida da ETAR da Guia	2016	763	763	0	0	0	0	763	-	-	-	-	-
TA-019	Interceptor e estações elevatórias Largo Chafariz de Dentro - Cais do Sodré - Obra METRO 2	2024	0	755	0	0	0	0	755	-	-	-	-	-
TA-217 E1	Fornecimento e Montagem de Grupo de Cogeração na ETAR de Frielas - PEPE	2021	750	750	0	0	0	0	750	-	-	-	-	-
TA-269	Reabilitação das instalações processuais de gás e biogas - Sul	2026	0	0	0	720	0	0	720	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-100 A	Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos - Restantes Intervenções	2025	0	0	215	485	0	0	700	-	-	-	3,56%	96,44%
TA-130	Reabilitação de Quadros Elétricos - Zona Sul	2027	0	0	0	0	700	0	700	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-156 A	ApR - Loures - Adução	2025	0	0	233	467	0	0	700	-	-	-	3,86%	96,14%
TA-218	Conceção/Construção do Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Alcântara	2026	0	0	0	184	442	74	700	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-296	Empreitada de beneficiação construção civil ETAR da Guia - Prioridades I	2025	0	0	560	140	0	0	700	-	-	-	9,26%	90,74%
TA-304	Beneficiações/Ampliações Espaços Sociais (Balneários/Refeitórios/Escritório) (HSST)	2027	0	0	0	0	646	54	700	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-305	Beneficiações Pavimentos e Acessos Exteriores	2026	0	0	0	233	467	0	700	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-317	Otimização da desidratação de lamas da FA de Alcântara	2026	0	0	0	54	646	0	700	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-020	Remodelação ETAR de Maceira	2018	700	700	0	0	0	0	700	-	-	-	-	-
TA-217 C	Conceção/Construção da remodelação do sistema de extração de lamas das pontes dos decantadores secundários na Fábrica da Água de Frielas - P1 a P4 - PEPE	2019	659	659	0	0	0	0	659	-	-	-	-	-
TA-236	Fornecimento e instalação de Centrais Fotovoltaicas nas Fábricas de Água de Alcântara e Beirolos	2021	597	659	0	0	0	0	659	-	-	-	-	-
TA-096	Construção da estação elevatória da Carvoeira-Fase II	2018	659	659	0	0	0	0	659	-	-	-	-	-
TA-189	Reparações de Tanques e Poços em várias ETAR e EE	2025	0	0	469	176	0	0	645	-	-	-	8,42%	91,58%
TA-215	Conceção/Construção do Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Água de Beirolos	2020	612	612	0	0	0	0	612	-	-	-	-	-
TA-244	Beneficiação de Alçados no Recinto da Fábrica da Água de Frielas	2026	0	0	0	176	424	0	600	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-295	Remodelação da instrumentação (incluindo variadores de velocidade) e upgrading do controlo automático de arejamento dos reatores biológicos de Charneca e Vila Franca de Xira	2027	0	0	0	0	261	339	600	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-315	Investimento Avaliação Risco ISO 55 001 EE Subistema Santa Cruz	2028	0	0	0	0	0	600	600	-	-	-	-	-
TA-281	Empreitada de desativação da ETAR da Lagoa e ligação ao sistema da Ericeira	2025	0	0	227	363	0	0	590	-	-	-	4,45%	95,55%
TA-117 A	Execução do Emissário de Montemor (Frielas) - Troços II e IV	2021	580	580	0	0	0	0	580	-	-	-	-	-
TA-158	Interceptores norte e sul - adaptação aos sistemas unitários	2028	0	0	0	0	0	580	580	-	-	-	-	-
TA-203	Execução do Emissário de A-do-Baixo	2018	574	574	0	0	0	0	574	-	-	-	-	-
TA-276	Beneficiação de EE e FA - zona Norte	2027	0	0	0	0	206	354	560	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-177	Benefeitorias nos sistemas elevatórios do subistema de Alcântara - Fase II - Restantes Intervenções	2026	0	0	0	85	465	0	550	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-224 D1	Controlo de caudais Pluviais no Município de Torres Vedras – Fase I	2026	0	0	0	174	347	29	550	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-231	Conceção/Construção para Beneficiação do Sistema de Climatização dos Edifícios Administrativo e de Exploração da Fábrica de Água de Alcântara	2026	0	0	0	244	306	0	550	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-309	Sistema de Drenagem de Bucelas - Adaptação aos Sistemas Unitários	2027	0	0	0	0	250	300	550	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-050	Execução de Estação Elevatória e Conduta Elevatória de Azambujeira	2023	542	542	0	0	0	0	542	-	-	-	-	-
TA-041	Construção do Sistema de Rejeição Pedra de Ouro/Vale Paredes	2026	0	0	0	167	335	28	530	-	-	-	0,00%	100,00%
TA-113	Reparação dos silos de lamas em FA	2025	0	0	400	100	0	0	500	-	-	-	9,26%	90,74%
TA-246 A	Melhorias das Condições de Segurança em Infraestruturas Existentes 2022 - Trevos e Tampas - Santa Cruz e Orlas Portais	2025	0	0	130	261	109	0	500	-	-	-	3,02%	96,98%
TA-306	Portões e Vedações (Security/Integridade Infraestruturas) – Fase 2	2025	0	0	400	100	0	0	500	-	-	-	9,26%	90,74%
(...)	Restantes Investimentos		17 011	18 163	2 941	2 894	2 231	1 577	27 806					
			79 595	88 791	30 589	70 131	87 841	107 336	384 688					

Figura 16 – Investimento – componente empreitadas – período 2024 – 2027.

Os “Restantes Investimentos” representam o conjunto de projetos de investimento com execução financeira menos significativa no triénio.

No quadro seguinte apresentam-se os valores do investimento previsional em que se procurou individualizar os projetos de investimento com maior execução financeira realizada/prevista no triénio 2023-2025 para possibilitar o acompanhamento da taxa de execução física/financeira e evidenciar a evolução em 2023 (execução), 2024 (estimativa) e 2025 (previsão).

Código	Descrição do investimento	Valor global previsto PAO 2025	2023	2023	2024		2024	Realização no triénio			Realização após
			Valor realizado 2023	Execução Física/Fin. Acum. (%)	Valor Previsto PAO 2024-v2	Valor Previsto PAO 2025	Execução Física/Fin. Acum. (%)	2025	2026	2027	2027
TA-025	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	4 823	398	8%	2 580	2 072	51%	2 353	0	0	0
TA-124	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	4 461	769	17%	2 419	1 664	55%	1 521	507	0	0
TA-155	Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro-restantes intervenções	4 680	0	0%	0	749	16%	2 246	1 685	0	0
TA-297	Empreitada de Substituição de Tampas nos Subsistemas das Zonas Norte e Sul – Lotes 1 e 2	2 799	0	0%	206	1 322	47%	1 477	0	0	0
TA-303 A	Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025	3 100	0	0%	706	674	22%	1 617	809	0	0
TA-199	Conceção/Construção da ETAR da Encarnação	2 796	0	0%	754	1 026	37%	1 249	520	0	0
TA-303	Reparações Gerais de Construção Civil 2023/2024	2 125	1 882	89%	243	243	100%	0	0	0	0
TA-182	Alcântara - ligação a Amadora / Benfca - Fase I e Fase II-Bacia de Anti-polluição	9 100	1 965	22%	0	0	22%	152	1 822	1 822	3 340
TA-249	Conceção/Construção da Beneficção da Fábrica de Água de Torres Vedras	5 000	0	0%	0	0	0%	2 059	2 941	0	0
TA-247 A	Emissário Jamor (Oeiras)	2 000	0	0%	308	308	15%	1 692	0	0	0
TA-166 B	Construção da ETAR do Carnalhal	1 799	0	0%	540	360	20%	1 079	360	0	0
TA-268	Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficções de Segurança – 2022/2023	2 545	1 383	54%	0	0	54%	0	0	0	0
TA-229	Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água de Beirólas	1 928	133	7%	1 168	414	28%	829	552	0	0
TA-284	Conceção/Construção para Substituição do Monta-Cargas da Fábrica de Água da Guia	1 200	0	0%	800	0	0%	1 200	0	0	0
TA-088	Reabilitação do emissário de Porto Salvo e Camaras de Visita do Emissário do Jamor	1 179	748	63%	406	431	100%	0	0	0	0
TA-222	Empreitada de Execução da Reabilitação de Edifícios com Estrutura Metálica nas Fábricas de Água da Charneca, Atouguia da Baía, Zambujera, Frieira e São João da Talha	2 100	0	0%	556	0	0%	1 145	955	0	0
TA-263 C	Reabilitação do sistema de transporte de gradados e areias da FA da Guia	2 399	937	39%	1 06	74	42%	0	0	0	0
TA-177 A	Beneficções nos sistemas elevatórios do subsistema de Alcântara - EE Terreiro do Trigo	978	0	0%	700	649	66%	330	0	0	0
TA-250 B	Beneficção da Decantação da ETAR da Guia	2 500	0	0%	0	0	0%	882	1 618	0	0
TA-321	Beneficções Gerais de Construção Civil 2025/2026	3 000	0	0%	0	0	0%	857	2 143	0	0
TA-019	Interceptor e estações elevatórias Largo Chafariz de Dentro - Cais do Sodré - Obra METRO 2	755	0	0%	755	755	100%	0	0	0	0
TA-287 A	Solar III	2 600	0	0%	0	0	0%	650	867	867	217
TA-300	Reabilitação agitação digestores ETAR de Beirólas	1 000	0	0%	727	0	0%	636	364	0	0
TA-263 E	Reabilitação de Tampas na Fábrica de Água da Guia (fase líquida) – Fase 2 (tampas T4 a T15)	1 400	0	0%	467	0	0%	560	840	0	0
TA-296	Empreitada de beneficção construção civil ETAR da Guia - Prioridades I	700	0	0%	560	0	0%	560	140	0	0
TA-104	Conceção/Construção da Remodelação do Sistema de Ventilação e Desodorização da FA de Alcântara	1 413	0	0%	326	0	0%	543	869	0	0
TA-050	Execução de Estação Elevatória e Conduta Elevatória de Azambujeira	542	316	58%	279	226	100%	0	0	0	0
TA-104 A	Beneficção do Sistema de Ventilação e Desodorização da Fábrica de Água da Guia - Fase Líquida	487	311	64%	176	176	100%	0	0	0	0
TA-230	Remodelação do Emissário de Monsanto no Troço do Parque Urbano de Miraflores	479	15	3%	475	186	42%	278	0	0	0
TA-189	Reparações de Tanques e Poços em várias ETAR e EE	645	0	0%	352	0	0%	469	176	0	0
TA-247 B	Reabilitação urgente do emissário da Lage	460	460	100%	0	0	100%	0	0	0	0
TA-323	Beneficções de Edifícios de Construção Civil 2025	1 000	0	0%	0	0	0%	455	545	0	0
TA-217 E2	Fornecimento e Montagem de Sistema de Arreamento para a Fábrica de Água de Beirólas - PEPE	813	413	51%	27	27	54%	0	0	0	0
TA-043	Construção do Sistema Elevatório de Vale da Borra	432	441	102%	0	-9	100%	0	0	0	0
TA-117 B	Emissário de Montemor - Troço III	430	430	100%	20	0	100%	0	0	0	0
TA-278 A	Reabilitação do Emissário de Descarga da Foz do Arelho (troço terrestre)	418	0	0%	231	64	15%	354	0	0	0
TA-113	Reparação dos silos de lamas em FA	500	0	0%	0	0	0%	400	100	0	0
TA-306	Portões e Vedações (Security/Integridade Infraestruturas) – Fase 2	500	0	0%	0	0	0%	400	100	0	0
TA-245_I	Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficções de Segurança – 2021/2023 - Lote I	1 934	354	18%	0	0	18%	0	0	0	0
TA-266	Instalação de novos Postos de Carregamento de viaturas elétricas	350	0	0%	350	0	0%	350	0	0	0
TA-153 A	Remodelação dos descarregadores D19 e D20 - margem direita do Canieiro de Alcântara	2 040	0	0%	120	0	0%	322	1 288	429	0
TA-213 B	Reabilitação do Emissário São Martinho do Porto	315	0	0%	320	315	100%	0	0	0	0
TA-224 E	Reabilitação de CV do Emissário das Marianas - Fase 2	300	0	0%	300	136	45%	164	0	0	0
(...)	Restantes Investimentos	304 663	1 979	1%	6 867	1 326	1%	3 758	50 931	84 723	103 780
Total		384 688	12 934		23 844	13 187		30 589	70 131	87 841	107 336

Figura 17 – Investimento com maior execução financeira – período 2023 - 2025

O investimento e financiamento previsional para 2025 apresenta-se detalhado na figura 18 para os investimentos com maior execução financeira no ano, que no conjunto representam cerca de 94% do planeado.

Código	Descrição do investimento	Valor global previsto	Realização 2025	Fontes de Financiamento			Investimento Relevante Sim/Não	Previsto no EVEF aprovado	
				Fundos Comunit. Programa	Auto-financiam. (%)	Endividamento (%)		Sim/Não	Se não: diligências para aprovação?
TA-025	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	4 823	2 353		56,86%	43,14%	Não	Sim	Reforço de investimento autorizado
TA-155	Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro-restaurantes intervenções	4 680	2 246		7,41%	92,59%	Não	Sim	Reforço de investimento autorizado
TA-249	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras	5 000	2 059		4,77%	95,23%	Não	Não	Investimento de substituição*
TA-247 A	Emissário Jamor (Oeiras)	2 000	1 692		11,58%	88,42%	Não	Não	Investimento de substituição*
TA-303 A	Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025	3 100	1 617		8,56%	91,44%	Não	Não	Investimento de substituição*
TA-124	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	4 461	1 521		10,26%	89,74%	Não	Sim	Reforço de investimento autorizado
TA-297	Empreitada de Substituição de Tampas nos Subistemas das Zonas Norte e Sul – Lotes 1 e 2	2 799	1 477		11,58%	88,42%	Não	Não	Investimento de substituição*
TA-199	Conceção/Construção da ETAR da Encarnação	2 796	1 249		9,42%	90,58%	Não	Sim	Reforço de investimento autorizado
TA-284	Conceção Construção para Substituição do Monta-Cargas da Fábrica de Água da Guia	1 200	1 200		11,58%	88,42%	Não	Não	Investimento de substituição*
TA-222	Empreitada de Execução da Reabilitação de Edifícios com Estrutura Metálica nas Fábricas de Água da Charneca, Atouguia da Baleia, Zambujeira, Frielas e São João da Talha	2 100	1 145		6,32%	93,68%	Não	Não	Investimento de substituição*
TA-166 B	Construção da ETAR do Carvalhal	1 799	1 079		9,26%	90,74%	Não	Sim	Reforço de investimento autorizado
TA-250 B	Beneficiação da Decantação da ETAR da Guia	2 500	882		4,09%	95,91%	Não	Não	
TA-321	Beneficiações Gerais de Construção Civil 2025/2026	3 000	857		3,31%	96,69%	Não	Não	
TA-229	Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água de Beirolas	1 928	829		8,26%	91,74%	Não	Não	Investimento de substituição*
TA-287 A	Solar III	2 600	650		3,16%	96,84%	Não	Não	Investimento autorizado
TA-300	Reabilitação agitação digestores ETAR de Beirolas	1 000	636		7,37%	92,63%	Não	Não	
TA-263 E	Reabilitação de Tampas na Fábrica de Água da Guia (fase líquida) – Fase 2 (tampas T4 a T15)	1 400	560		4,63%	95,37%	Não	Não	Investimento de substituição*
TA-296	Empreitada de beneficiação construção civil ETAR da Guia - Prioridades I	700	560		9,26%	90,74%	Não	Não	
TA-104	Conceção-Construção da Remodelação do Sistema de Ventilação e Desodorização da FA de Alcântara	1 413	543		4,45%	95,55%	Não	Sim	
TA-189	Reparações de Tanques e Poços em várias ETAR e EE	645	469		8,42%	91,58%	Não	Sim	
TA-323	Beneficiações de Edifícios de Construção Civil 2025	1 000	455		5,26%	94,74%	Não	Não	
TA-113	Reparação dos silos de lamas em FA	500	400		9,26%	90,74%	Não	Sim	
TA-306	Portões e Vedações (Security/Integridade Infraestruturas) – Fase 2	500	400		9,26%	90,74%	Não	Não	
TA-278 A	Reabilitação do Emissário de Descarga da Foz do Arelho (troço terrestre)	418	354		11,58%	88,42%	Não	Não	Investimento de substituição*
TA-266	Instalação de novos Postos de Carregamento de viaturas elétricas	350	350		11,58%	88,42%	Não	Não	
TA-177 A	Beneficiários nos sistemas elevatórios do subsistema de Alcântara - EE Terreiro do Trigo	978	330		11,58%	88,42%	Não	Sim	
TA-153 A	Remodelação dos descarregadores D19s e D20 - margem direita do Caneiro de Alcântara	2 040	322		1,83%	98,17%	Não	Sim	
TA-224 A	Empreitada de adaptação às afluentes indevidas no subsistema de Frielas - controlo caudais, fase III	480	280		6,75%	93,25%	Não	Não	Investimento de substituição*
TA-230	Remodelação do Emissário de Monsanto no Troço do Parque Urbano de Miraflores	479	278		11,58%	88,42%	Não	Não	Investimento de substituição*
TA-293	Empreitada de beneficiação da linha de produção de ApR	900	277		3,56%	96,44%	Não	Não	
TA-252	Remodelação e Otimização do Sistema de Ar Comprimido na ETAR de Alcântara	300	263		10,13%	89,87%	Não	Não	
TA-156 A	ApR - Loures - Adução	700	233		3,86%	96,14%	Não	Sim	
TA-281	Empreitada de desativação da ETAR da Lagoa e ligação ao sistema da Ericeira	590	227		4,45%	95,55%	Não	Não	Investimento autorizado
TA-299	Empreitada de Recuperação das Condições de Segurança_Fase3_2024	2 500	217		1,01%	98,99%	Não	Não	
TA-100 A	Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos - Restantes Intervenções	700	215		3,56%	96,44%	Não	Sim	
TA-305 A	Beneficiações Pavimentos 2024	400	209		8,06%	91,94%	Não	Não	Investimento de substituição*
TA-269 A	Adaptação do sistema de medição de biogás das FA de Beirolas, Frielas, Vila Franca de Xira e São João da Talha	280	200		8,27%	91,73%	Não	Não	
TA-318	Substituição das bombas de água de lavagem dos biofiltros da FA de Alcântara	200	200		11,58%	88,42%	Não	Não	
(...)	Restantes Investimentos	321 430	1 753						
Total		384 688	30 589						

* Recurso à verba genérica prevista no Contrato de Concessão para investimentos de substituição/renovação/reabilitação.

Figura 18 – Investimento e financiamento previsional – componente empreitadas – ano 2025

Os investimentos previstos no Contrato de Concessão pelo facto de terem sofrido alterações ao nível do grau de complexidade das intervenções a realizar e, consequentemente, dos montantes de investimento necessário, mas sobretudo decorrente de uma evolução do mercado excecional, conforme reconhecido pelo Governo de Portugal em Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio, estão na sua maioria, sujeitos a obtenção de parecer do Regulador e autorização do Concedente. Adicionalmente, a realização de investimento não previsto no Contrato de Concessão está também sujeita a parecer do Regulador e autorização do Concedente.

Com a expectável aprovação da proposta de revisão do contrato de concessão e EVEF em análise, é expectável uma maior celeridade em todo o processo de investimento, sendo que o presente planeamento está elaborado nesse pressuposto.

Apresenta-se de seguida tabela com a indicação do âmbito/objetivo para os quais contribuem os investimentos anuais a realizar de 2025 a 2027:

Investimento em milhares de euros

Âmbito do Investimento	2025	2026	2027
Remodelação, Reabilitação e Substituição	16 543	35 122	32 973
Otimização e Adaptação a novas Licenças de Descarga	3 383	9 423	12 954
Transformação Digital	1 521	2 012	1 973
Segurança	3 584	3 958	4 672
Cobertura de Serviço	3 418	2 352	1 934
Plano de Lamas Circularidade	0	8 219	16 331
Neutralidade Energética	764	3 713	8 960
Controle de Afluências Indevidas	858	3 335	5 153
Outros	518	1 997	2 891
Total Geral	30 589	70 131	87 841

4.4. NOVOS INVESTIMENTOS COM EXPRESSÃO MATERIAL

Nos termos do ponto 4 das Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027, consideram-se novos investimentos com expressão material para efeitos de acompanhamento do crescimento do endividamento, “os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano do triénio seja igual ou superior a 10,7 milhões de euros ou o resultante da aplicação de 10% do orçamento anual da empresa”.

Na figura seguinte apresenta-se o cálculo da expressão material do investimento.

Investimento	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção
Investimento	52 799 907	82 803 062	96 657 598
CMVMC	5 940 774	6 204 430	6 209 696
FSE	46 950 060	45 893 599	46 361 631
Gastos com pessoal	19 065 285	20 405 019	20 684 439
Outros gastos operacionais	921 151	912 290	931 494
	125 677 176	156 218 400	170 844 858
10% do valor	12 567 718	15 621 840	17 084 486

Figura 19 – Cálculo da expressão material do investimento 2025-2027

Do apuramento da expressão material não se identificaram no plano de investimentos da Empresa, investimentos com expressão material.

Adicionalmente, nos termos do referido das IEPAO 2025-2027, consideram-se novos investimentos do plano 2025, os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cujo valor é igual ou superior a 10,7 milhões de euros.

Os investimentos de substituição, renovação ou reabilitação consideram-se excluídos deste âmbito pois pela sua natureza destinam-se a manter o bom estado de funcionamento das infraestruturas, conservação e segurança, estando prevista contratualmente verba genérica para a sua realização.

Nos termos da definição acima não existem novos investimentos a considerar.

Nos anexos I, II e III apresentam-se as fichas descritivas de investimento, bem como a ficha de seleção de investimentos plurianuais.

Retorno económico e financeiro dos investimentos

O retorno económico e financeiro de cada um dos projetos de investimento não é direta ou individualmente aferível uma vez que estes são desenvolvidos no âmbito dos contratos de concessão celebrados entre o Estado Português e os Municípios, no estreito cumprimento da respetiva missão: conceber, construir, explorar e gerir, no caso presente, Sistemas de Saneamento de Águas Residuais, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com exceção de alguns investimentos no domínio da eficiência, que têm associado um período de retorno inferior ao da concessão pela redução de gastos ou aumento de proveitos que venham a gerar, a sustentabilidade económica e financeira dos investimentos relevantes encontra-se pois assegurada nos próprios contratos de concessão, designadamente no Estudo de Viabilidade Económica e Financeiro (EVEF) que os acompanha e onde estão previstos (com detalhe) os investimentos e as respetivas fontes de financiamento, bem como as tarifas e os rendimentos tarifários que, num regime de “cost-plus”, permitirão assegurar essa sustentabilidade.

Adicionalmente, projetos de eficiência como o plano Zero e o Plano de Lamas do Grupo AdP, nos quais se enquadram alguns dos investimentos do próximo triénio foram alvo de uma análise integrada para todo o Grupo, por parte da ERSAR e das respetivas tutelas, tendo merecido aprovação das mesmas.

Nos contratos de concessão são considerados os encargos a recuperar por via tarifária, os gastos operacionais, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. A rentabilidade dos capitais próprios a recuperar por via tarifária resulta da remuneração do capital social e da reserva legal, a uma taxa equivalente às Obrigações do Tesouro a 10 anos acrescida de uma margem de 3%.

4.5. FINANCIAMENTO E ENDIVIDAMENTO

A estrutura de financiamento da Empresa, considerando o recurso às fontes de financiamento assinaladas, para além do autofinanciamento é a seguinte:

- O Capital Social, que ascende a 113,5 M€;
- A comparticipação total de fundos comunitários (subsídios ao investimento);
- Empréstimos BEI;
- Apoio de tesouraria da AdP-SGPS, S.A..

No que respeita ao período em análise (2025-2027), identificam-se de seguida as fontes de financiamento:

Fontes de financiamento	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção	variação % 2025 vs 2024
Passivos não correntes						
Empréstimos BEI	158 085 678	142 336 516	125 496 172	105 771 057	84 748 952	-12%
Subsídios ao investimento	111 884 190	107 113 676	102 297 877	97 463 975	92 590 546	-4%
	269 969 868	249 450 192	227 794 049	203 235 032	177 339 498	-8,68%
Passivos correntes						
Empréstimos BEI	15 654 441	16 376 724	17 203 782	21 622 724	24 976 172	5%
Apoio de tesouraria da AdP-SGPS	0	0	20 485 340	102 279 369	202 852 216	-
	15 654 441	16 376 724	37 689 122	123 902 093	227 828 388	130,14%
Total de financiamentos	285 624 309	265 826 916	265 483 171	327 137 125	405 167 886	-0,13%

Figura 20 - Fontes de Financiamento para o período 2025-2027

A Águas do Tejo Atlântico, proveniente da estimativa de aumento dos preços em 2025, quer de bens, materiais e serviços, projetou a sua estrutura de endividamento. A atividade da Águas do Tejo Atlântico está exposta a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez. A política de gestão de riscos do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes de imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada pela *holding* do Grupo.

A Empresa projetou, para a estimativa de fecho de 2024 e para os anos de 2025 a 2027, as amortizações previstas referentes ao financiamento contratualizado junto do Banco Europeu de Investimento. Contudo, derivado, essencialmente, do grande volume de investimento, a Águas do Tejo Atlântico prevê aumentar em 2025 o seu endividamento bruto em 3%.

Assim, decorrente do forte aumento do volume de investimentos, em que os valores a despesar são agravados pelo aumento de preços, a Empresa prevê para 2025, e anos seguintes, o recurso a apoio de tesouraria junto do acionista maioritário, AdP, SGPS, S.A., conforme figura 21.

Apresenta-se de seguida a estrutura de endividamento para o triénio:

Endividamento	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção	variação % 2025 vs 2024
Empréstimos BEI (não correntes)	158 085 678	142 336 516	125 496 172	105 771 057	84 748 952	-12%
Empréstimos BEI (correntes)	15 654 441	16 376 724	17 203 782	21 622 724	24 976 172	5%
Apoio de tesouraria da AdP SGP5	0	0	20 485 340	102 279 369	202 852 216	-
Endividamento bruto	173 740 119	158 713 239	163 185 294	229 673 150	312 577 340	2,82%
Caixa e equivalentes de caixa	7 310 052	34 725 966	5 000	5 000	5 000	-100%
Apoio de tesouraria à AdP SGP5	55 013 154	0	0	0	0	-
Total disponibilidades	62 323 206	34 725 966	5 000	5 000	5 000	-99,99%
Endividamento líquido	111 416 914	123 987 274	163 180 294	229 668 150	312 572 340	31,61%
Variação do endividamento bruto		-9%	3%	41%	36%	
Variação do endividamento líquido		11%	32%	41%	36%	

Figura 21 - Endividamento no período 2025-2027

Taxa média de financiamento	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção	variação % 2025 vs 2024
Endividamento bruto	173 740 119	158 713 239	163 185 294	229 673 150	312 577 340	3%
Gastos financeiros	4 763 532	4 432 712	4 428 764	5 547 839	7 367 183	0%
Taxa média de financiamento	2,74%	2,79%	2,71%	2,42%	2,36%	-2,83%

Figura 22 - Taxa média de financiamento no período 2025-2027

4.6. CÁLCULO DA VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., cumpre com o disposto no número 4 das instruções para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027, aumentando o seu endividamento em 2025 apenas em 1,64%, inferior ao preconizado de 2%.

Endividamento	31.12.2025 Orçamento
Financiamento remunerado (n)	163 185 294
Financiamento remunerado (n-1)	158 713 239
Capital social realizado (n)	113 527 680
Capital social realizado (n-1)	113 527 680
Novos investimentos do ano (relevantes)	
Variação do Endividamento	1,64%

Figura 23 – Variação do endividamento no período 2024-2025

5. RECURSOS HUMANOS

5.1. RECURSOS HUMANOS

A Águas do Tejo Atlântico partilha as políticas do Grupo AdP na gestão de recursos humanos, alinhadas com os seus objetivos estratégicos e em cumprimento com as orientações da tutela e da moldura legal vigente aplicável ao SEE.

5.2. GASTOS

Os gastos com pessoal apresentam-se do seguinte modo:

Gastos com o pessoal	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2026	31.12.2027	variação %
	Real	EF	Orçamento	Projeção	Projeção	2025 vs 2024
Gastos com Órgãos Sociais	343 185	368 220	375 524	375 524	375 524	2%
Gastos com pessoal	10 720 245	12 415 970	14 211 201	15 272 648	15 501 560	14%
Encargos sociais sobre remunerações	2 467 914	2 805 934	3 198 474	3 448 020	3 499 259	14%
Seguro de acidentes de trabalho	125 732	124 687	125 673	134 405	135 617	1%
Seguro de saúde e de vida	724 711	717 860	987 109	995 082	996 912	38%
Formação	193 272	163 213	771 531	781 549	783 497	373%
Fardamento	156 352	159 670	177 187	178 460	175 347	11%
Indemnizações/ rescisões	0	0	0	0	0	0%
Proteção e Segurança	122 673	114 867	176 707	174 590	171 486	0%
Outros gastos com pessoal	192 679	638 087	227 068	229 929	230 424	-64%
Subsídios à exploração	(60 010)	(59 203)	(59 419)	(59 419)	(59 419)	0%
Trabalhos para a própria empresa	(1 147 335)	(1 005 491)	(1 125 770)	(1 125 770)	(1 125 770)	12%
Total de gastos com pessoal	13 839 418	16 443 813	19 065 285	20 405 019	20 684 439	16%
Total sem TPPE e subsídios à exploração	15 046 762	17 508 507	20 250 474	21 590 208	21 869 628	16%

Figura 24 - Gastos com Pessoal

O valor de trabalhos para a própria Empresa, respeita à capitalização de gastos com o pessoal dos colaboradores diretamente afetos à área de investimento, ou seja, às áreas de Engenharia, Estudos e Projetos e Gestão de Ativos.

Decorrente das atividades de investigação e desenvolvimento, em que a Águas do Tejo Atlântico tem vindo fortemente a apostar nos últimos anos, têm sido conseguidos vários subsídios que permitem neutralizar parte dos gastos incorridos, quer com o pessoal, quer com FSE's diretamente envolvidos nesses projetos de IDI. Por esse motivo, a Empresa evidencia nas suas demonstrações financeiras o impacto do reconhecimento desses mesmos subsídios mediante a diminuição de gastos.

A Empresa apresentada seguidamente o quadro dos gastos com o pessoal sem a dedução do valor de capitalizações e do valor de subsídios à exploração (subsídios normalmente atribuídos a projetos na área de investigação e desenvolvimento) diretamente relacionados com gastos com pessoal, conforme figura 25, não correspondendo, portanto, esse valor ao apresentado na demonstração de resultados.

Pessoal	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	EF	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Nº Total de Trabalhadores	416	470	470	473	482	490	3	1%
Nº de membros dos órgãos sociais	10	10	10	10	10	10	0	0%
Nº de membros cargos de direção	7	8	8	8	8	8	0	0%
Nº dos restantes trabalhadores	399	452	452	455	464	472	3	1%
Gastos totais com pessoal*	-15 046 762	-17 876 667	-17 508 507	-20 250 474	-21 590 208	-21 869 628	-2 741 967	-16%
Gastos com órgãos sociais**	-343 185	-357 810	-368 220	-375 524	-375 524	-375 524	-7 305	-2%
Gastos com cargos de direção	-493 833	-494 261	-646 859	-679 459	-679 459	-679 459	-32 600	-5%
Remuneração do pessoal	-10 222 786	-12 382 071	-11 759 111	-13 521 741	-14 583 188	-14 812 101	-1 762 631	-15%
Benefícios pós-emprego	0	0	0	0	0	0	0	
Ajudas de custo	-3 626	-10 000	-10 000	-10 000	-10 000	-10 000	0	0%
Rescisões / Indemnizações	0	0	0	0	0	0	0	
Restantes encargos	-3 983 332	-4 632 525	-4 724 318	-5 663 749	-5 942 036	-5 992 543	-939 431	-20%
Informação adicional								
(i) Gastos com as contratações autorizadas ou previstas em 2024		-491 734	-646 404	-1 399 193			-752 788	-116%
(ii) Gastos com as contratações previstas em anos subsequentes		-84 310		-146 353			-146 353	
(iv) Cumprimento de disposições legais		-902 196		-1 013 931	-1 134 437	-118 879	-1 013 931	
(v) Orientações expressas do acionista Estado								
(vi) Valorizações remuneratórias obrigatórias		-271 195		0			0	
(vii) Outras valorizações remuneratórias								
(viii) Rescisões por mútuo acordo - Provisão Pensão Acidente Trabalho			458 047				-458 047	-100%
Correções para efeitos de rácio								
(-) Gastos com órgãos sociais*	343 185	357 810	368 220	375 524	375 524	375 524	7 305	2%
(-) Cumprimento de disposições legais		902 196		1 013 931	1 134 437	118 879		
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias		271 195		0				
(-) Rescisões contratuais excluindo por mútuo acordo - Provisão Pensão Acidente Trabalho			458 047					
(+) Absentismo				204 293			204 293	
Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio	-14 703 578	-16 345 466	-16 682 240	-18 656 726	-20 080 247	-21 375 224	-1 974 486	-12%
Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio (comparabilidade)	-14 703 578	-15 769 423	-16 035 836	-17 111 180	-20 080 247	-21 375 224	-1 075 344	-6,7%

* O detalhe dos gastos com pessoal deve ser preenchido com os respetivos encargos com a Segurança Social

** Sobre a remuneração dos gestores incide a redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Gastos com pessoal / Gastos com pessoal ajustados	70%	76%	70%	72%	73%	69%	0	2,8%
Gastos com dirigentes / Gastos com pessoal ajustados	3%	3%	4%	4%	3%	3%	0	-6,1%
Gastos com OS / Gastos com pessoal ajustados	2%	2%	2%	2%	2%	2%	0	-8,8%

Figura 25 - Gastos com Pessoal (sem o desconto de capitalização de gastos e subsídios à exploração) e número de colaboradores

O detalhe dos valores referentes a “Cumprimento de disposições legais” e “Valorizações remuneratórias obrigatórias” decompõem-se conforme se apresenta:

Pessoal	2025	2026	2027
	Previsão	Previsão	Previsão
(iii) Cumprimento de disposições legais:	1 013 931	1 134 437	118 879
- Valorizações remuneratórias ACT- progressões(Avaliação 2022=>2023)	0		
- Valorizações remuneratórias ACT- progressões(Avaliação 2023=>2024)	0		
- Valorizações remuneratórias ACT- progressões PAO 2025	97 053	110 718	118 879
- Acordo de Rendimentos	916 878	1 023 719	

Figura 26 - Detalhe de “Cumprimento de disposições legais” e “Valorizações remuneratórias obrigatórias”

O número de Órgãos Sociais inclui 3 Administradores Executivos, remunerados, 4 Administradores Não Executivos e 3 membros do Conselho Fiscal. É de referir que, apesar de 2 dos Administradores não Executivos, enquanto representantes da AdP-SGPS, S.A., não serem remunerados, o valor é pago pela Águas do Tejo Atlântico a essa Entidade.

O acréscimo de gastos com pessoal em 2025, face a 2024, e tal como demonstrado no quadro anterior, é justificado por gastos decorrentes de obrigações legais, para as quais se pede autorização no presente documento, e das contratações aprovadas nos PAO 2023 e de 2024, cujo maior impacte dos gastos se verifica

no exercício de 2025. Contudo, para além desses fatores, e à semelhança do absentismo, não podem ser descurados outros efeitos, nomeadamente o das datas de admissão e de saídas de trabalhadores, que faz com que o cômputo de gastos em determinado ano não reflita um exercício económico, e, por isso, não são diretamente comparáveis com os do ano anterior, onde esses efeitos não se verificam. Como se pode verificar, mais à frente no presente documento, na figura 28, a Empresa prevê no 2º semestre de 2024 a admissão de 19 trabalhadores que saíram ao longo de 2023 e 2024, assim como considerou o gasto para o regresso à Empresa de outros 3.

Tendo o PAO 2023 sido aprovado apenas a 30 de dezembro de 2023, os recrutamentos de pessoal aí autorizados só se verificam no decorrer de 2024, 21 concretizados no primeiro semestre, a sua maioria no mês de junho, e 12 no segundo semestre. Quanto aos recrutamentos resultantes da aprovação do PAO 2024, o impacte verifica-se essencialmente no último trimestre de 2024.

A este propósito importa salientar que todos os procedimentos de recrutamento previamente aprovados nos termos do parágrafo anterior se encontram em curso. Contudo, a dinâmica do mercado, associada às condições de trabalho no Grupo AdP (regulado através do Acordo Coletivo de Trabalho) têm dificultado a angariação de profissionais com a qualidade desejada, situação que implica atrasos nos processos de recrutamento em curso.

Pelo exposto o reflexo dos gastos das novas contratações de pessoal tem maior relevância no exercício económico de 2025, tal como referido.

A figura seguinte (figura 27) permite ter a perceção e impacte desses efeitos quando comparado 2025 com 2024.

A variação dos gastos com pessoal de 2024 para 2025 decompõe-se do seguinte modo:

Gastos com pessoal (DR) EF 2024	16 443 813
Variação nos gastos com Órgãos Sociais	7 305
Efeito das entradas de trabalhadores de aprovações PAO 23 e PAO 24- 2024vs2025	752 788
Efeito das entradas de propostas de PAO25	146 353
Efeito da anulação de absentismo do 1ºS 2024	204 293
Progressão Salarial – Anexo III ACT	97 053
Acordo de rendimentos	916 878
Provisão pensão - Acidente de Trabalho	(458 047)
Variação dos gastos com formação - Trabalhadores <30/06/2024	538 432
Variação dos gastos com fardamento - Trabalhadores <30/06/2024	7 281
Variação dos gastos com proteção e segurança - Trabalhadores <30/06/2024	51 632
Variação dos gastos com seguros vida e doença - Trabalhadores <30/06/2024	955
Aumento do seguro de saúde	247 127
Variação de outros gastos com pessoal - Trabalhadores <30/06/2024 (medicina/ação social/outros)	33 624
Variação dos subsídios à exploração	(216)
Variação dos valores capitalizados	(120 279)
Outras variações - nomeadamente decorrente de efeito de datas de substituição de trabalhadores	196 294
Gastos com pessoal (DR) Orçamento 2025	19 065 285

Figura 27 – Variação dos Gastos com Pessoal

Pelo exposto, ao abrigo das IEPAO 2025-2027, e no respeitante a Recursos Humanos, a Empresa considera, nos termos apresentados, cumprir o preconizado para os gastos com o pessoal.

É ainda de notar que, muito à semelhança do que foi já referido para justificar o incremento de alguns gastos operacionais que visam retificar défices do passado, também no que respeita aos Gastos com o Pessoal, a Empresa necessita e estima vir a incorrer em 2025, com gastos relacionados com:

- Formação, que, para além de colmatar défices de anos anteriores e de fazer face às exigências legais, quer em termos do Código do Trabalho, como também em matéria de Segurança, visa melhorar a produtividade, dotando os trabalhadores de novas ferramentas e conhecimentos aplicáveis à execução das suas funções atuais ou das que se espera virem a desempenhar;
- Fardamento e respetiva limpeza;
- Equipamentos de proteção individual;
- Medicina e saúde no trabalho.

A Empresa, como já referido, considera ter as condições para incorrer com estes gastos à semelhança do que acontece com as remunerações e respetivos encargos, salientando-se de que os mesmos são necessários não só para cumprimento de imposições legais, como também para a prestação de um serviço de qualidade, defesa da imagem da Empresa e motivação dos seus trabalhadores.

5.3. VARIAÇÃO DOS ENCARGOS 2025

Para 2025, no âmbito do acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade (Acordo), celebrado em outubro de 2022, as empresas públicas integrantes do SEE devem continuar a assegurar uma política remuneratória, em consonância com o referido Acordo. Assim aconteceu durante o ano de 2022 e 2023, através dos despachos conjuntos do SEF e SET, datados de 15 de dezembro e de 12 de maio, respetivamente, conforme já referido.

Assim foi previsto também para o exercício de 2025, como cabimentação, em sede de processo de PAO o gasto de 916 878 euros.

Nesta matéria, é necessário sublinhar que a valorização em causa, poderá ser objeto de ajustamento na Empresa por se tratar de uma percentagem média para aplicação ao grupo AdP que, mantendo os critérios de 2024, terá de resultar de acordo no âmbito dos IRCT existentes, o que poderá significar valores diferentes, à semelhança de 2024.

Resulta do referido, que os valores estimados em sede de proposta de PAO 2025, podem e serão sujeitos a ajustamentos, quando finalizados os processos negociais.

Progressão e Promoção Salarial – Anexo III ACT

As regras de progressão e evolução na carreira constam do anexo III dos ACT, o qual regula as regras de promoção salarial (vertical) e de progressão salarial (horizontal).

A progressão na carreira é automática quando baseada nos créditos para progressão salarial que assentam na avaliação de desempenho e assiduidade e a promoção depende, nomeadamente, de uma decisão de gestão.

Para o exercício de 2025 foi considerado como gastos com pessoal para progressões salariais 0,5% da massa salarial de 2024 da Águas do Tejo Atlântico, que corresponde ao montante de 97.053 euros.

5.4. EVOLUÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Quadro de pessoal	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2026	31.12.2027	Unid: n.º colab. variação % 2025 vs 2024
	Real	EF	Orçamento	Projeção	Projeção	
Órgãos Sociais (CA + CF)	10	10	10	10	10	0%
Pessoal efetivo	398	460	463	472	480	1%
Nº Total RH (OS+Trabalhadores)	393	470	473	482	490	1%
Pessoal - "Precários" em funções	23	0	0	0	0	
Pessoal - necessidades de contratação	0	0	3	9	8	
Pessoal - previsão de saídas reformas	0	-1	-7	-8	-3	
Pessoal - entradas por conta de saídas por reforma	0	1	7	8	3	
Pessoal - necessidades totais	23	0	3	9	8	

Figura 27 - Quadro de Pessoal (detalhe)

A figura “Quadro de Pessoal (evolução)” demonstra a movimentação de entradas e saídas de colaboradores desde 31 de dezembro de 2023, quer as reais quer as estimadas.

Pessoal em 31.12.2023	398
Admissões para suprir saídas	12
Admissões aprovadas no PAO 2023	21
Admissões aprovadas no PAO 2024	1
Regresso à Empresa de colaboradores	0
Saídas	-16
Pessoal em 30.06.2024	416
Admissões para suprir saídas	19
Regresso de suspensos	3
Admissões aprovadas no PAO 2023	12
Admissões aprovadas no PAO 2024	10
Saídas previstas por reforma	-1
Entradas antecipadas para suprir reformas	1
Pessoal em 31.12.2024	460
Admissões propostas no PAO 2025	3
Saídas previstas por reforma	-7
Entradas antecipadas para suprir reformas	7
Pessoal em 31.12.2025	463
Admissões propostas no PAO 2025	9
Saídas previstas por reforma	-8
Entradas antecipadas para suprir reformas	8
Pessoal em 31.12.2026	472
Admissões propostas no PAO 2025	8
Saídas previstas por reforma	-6
Entradas antecipadas para suprir reformas	6
Pessoal em 31.12.2027	480

Figura 28 - Quadro de Pessoal (evolução)

Para 2025 a Empresa previu novas admissões, num total de 3 trabalhadores, se não forem consideradas as admissões que visam colmatar antecipadamente situações de reforma.

5.5. CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES

A Águas do Tejo Atlântico solicita autorização nos termos do disposto no Decreto-Lei de Execução Orçamental para **aumentar o seu número total de trabalhadores** em 3 trabalhadores, para reforço pontual e específico da equipa, cujas razões para cada uma das admissões são apresentadas mais à frente no presente documento.

Quanto às contrações por motivo de antecipação de situações de reforma, num total de 7 trabalhadores, para as quais também se solicita autorização, (conforme ponto 5 da página 12 das IEPAO), as mesmas não constituem um aumento do número de trabalhadores, na medida que visam antecipar as saídas que se considera poderem vir a ocorrer em 2025.

Apresenta-se seguidamente quadro com o detalhe das contratações previstas realizar, quer para a estimativa de fecho de 2024, quer para os anos de 2025 a 2027:

Admissão de colaboradores - Impacto nos Gastos com o Pessoal (remunerações, encargos sociais, seguros e outros gastos)							Autorização para o recrutamento		
Admissão colaboradores	Função/Área	Data de admissão	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção	Sim/Não	Gastos Previstos PAO	Despacho de autorização/Observações
1 Diretor	Soluções Digitais	01/04/2024	114 921	115 919	115 919	115 919	Sim	PAO's 2023 e 2024	
1 Técnico Superior B	Neutricidade Energ.	08/05/2024	25 451	29 509	29 509	29 509	Sim	PAO's 2023 e 2024	
19 Técnico Operativo B	Operação	24/06/2024	224 539	458 767	458 767	458 767	Sim	PAO's 2023 e 2024	
1 Técnico Operativo B	Operação	01/07/2024	45 141	94 555	94 555	94 555	Sim	PAO's 2023 e 2024	Despacho n.º 623/2023-SET, de 30 de dezembro de 2023
1 Técnico Operativo B	Pano de Linhas	01/07/2024	10 275	21 618	21 618	21 618	Sim	PAO's 2023 e 2024	
1 Técnico Superior B	Neutricidade Energ. Água-	01/07/2024	54 881	118 035	118 035	118 035	Sim	PAO's 2023 e 2024	
3 Técnico Superior C	Manutenção	01/07/2024	81 303	165 810	165 810	165 810	Sim	PAO's 2023 e 2024	
Total Admissões 2024 - PAO 2023			558 511	1 004 213	1 004 213	1 004 213			
1 Técnico Superior A	Laboratório	01/01/2024	29 059	31 286	31 286	31 286	Sim	PAO 2024	
3 Técnico C	Manutenção	01/11/2024	16 949	104 900	104 900	104 900	Sim	PAO 2024	
2 Técnico Superior A	Operação	01/11/2024	9 787	60 858	60 858	60 858	Sim	PAO 2024	
1 Técnico Superior B	Operação	01/11/2024	1 928	30 639	30 639	30 639	Sim	PAO 2024	
1 Técnico Superior C	Gestão de Ativos	01/11/2024	8 845	54 140	54 140	54 140	Sim	PAO 2024	
1 Técnico Superior B	Gestão de Ativos	01/11/2024	1 740	29 509	29 509	29 509	Sim	PAO 2024	Despacho n.º 361/2024-SET, de 30 de julho de 2024
1 Técnico Superior C	Soluções Digitais	01/11/2024	8 845	54 140	54 140	54 140	Sim	PAO 2024	
1 Técnico Superior B	DAF-Contratação e compras	01/11/2024	1 740	29 509	29 509	29 509	Sim	PAO 2024	
Total Admissões 2024 - PAO 2024			87 894	394 980	394 980	394 980			
1 Técnico Superior B	Manutenção	01/03/2025	0	24 563	29 509	29 509	Não	PAO 2025	
1 Técnico Superior C	Jurídico	01/03/2025	0	53 801	64 594	64 594	Não	PAO 2025	
1 Técnico Superior C	Recursos Humanos	01/03/2025	0	67 990	81 621	81 621	Não	PAO 2025	
Total Admissões 2025			0	146 353	175 724	175 724			
6 Técnico Operativo B	Operação	01/01/2026	0	0	126 259	126 259	Não	PAO 2025	
1 Técnico Superior A	Segurança	01/01/2026	0	0	29 289	29 289	Não	PAO 2025	
2 Técnico Superior B	Neutricidade	01/01/2026	0	0	58 998	58 998	Não	PAO 2025	
Total Admissões 2026			0	0	214 546	214 546			
1 Técnico B	Linhas	01/01/2027	0	0	0	91 789	Não	PAO 2025	
1 Técnico Superior B	Segurança	01/01/2027	0	0	0	29 499	Não	PAO 2025	
3 Técnico Superior B	Neutricidade	01/01/2027	0	0	0	88 497	Não	PAO 2025	
Total Admissões 2027			0	0	0	209 785			
Técnico Operativo B	Operação	01/08/2024	8 537	49 982	28 425	28 425	Sim	PAO 2024	
Técnico Operativo C	Operação	01/01/2025	0	28 425	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Operativo B	Operação	01/01/2025	0	74 417	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Superior C	Gestão de Ativos	01/01/2025	0	128 556	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Superior C	Operação	01/01/2025	0	182 696	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Operativo A	Operação	01/01/2025	0	207 131	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico C	Manutenção	01/01/2025	0	240 967	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico C	Manutenção	01/06/2025	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico B	Laboratório	01/01/2026	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Operativo C	Operação	01/02/2026	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico C	Operação	01/01/2026	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Operativo C	Operação	01/04/2026	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Operativo C	Operação	01/07/2026	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico C	DAF	01/07/2026	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Operativo B	Operação	01/10/2026	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Operativo C	Operação	01/10/2026	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico B	Operação	01/01/2027	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Superior C	Manutenção	01/01/2027	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Operativo B	Operação	01/06/2027	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Operativo C	Operação	01/07/2027	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Superior C	Laboratório	01/03/2027	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Técnico Operativo B	Operação	01/09/2027	0	260 635	28 425	28 425	Não	PAO 2025	
Total Admissões antecipadas por conta de salidas por reforma			8 537	1 821 697	625 344	625 344			
Total Geral			651 941	6 367 243	2 200 261	2 410 947			

Figura 29 – Gastos com novas admissões de colaboradores

Nota prévia

Como oportunamente referido no PAO de 2024, a Águas do Tejo Atlântico procedeu, em 2023 e no início de 2024, a uma reorganização da sua estrutura que compreendendo a reestruturação da área operacional através da redução do número de centros operacionais, incrementando a rotatividade e suporte entre diferentes centros operacionais e teve como objetivo o aumento da eficiência e eficácia das suas operações.

Concomitantemente, prosseguiu uma política de investimento na segurança e da resiliência dos seus ativos e operações, essencial para a concretização da sua missão, necessitando para o efeito de reforço dos meios humanos da Águas do Tejo Atlântico.

A estrutura orgânica e dimensões que se pretende reforçar estão vertidas na proposta de revisão do contrato de concessão e respetivo EVEF que se encontra em avaliação pela Tutela e pela ERSAR, encontrando-se a componente de recursos humanos das áreas operacionais fundamentada no estudo elaborado com base na ferramenta desenvolvida pela Korn Ferry especificamente para o Grupo AdP.

Em linha com o exposto, considera-se essencial que, durante o ano de 2025, se proceda ao reforço da equipa da AdTA nas seguintes dimensões:

Admissão colaboradores	Função/Área
I Técnico Superior B	Manutenção
I Técnico Superior C	Jurídico
I Técnico Superior C	Recursos Humanos

A) Por razões de segurança e resiliência dos ativos e operações

A Águas do Tejo Atlântico entende ser estritamente necessário proceder, em 2025, à contratação de 1 trabalhador por razões de segurança e resiliência das operações ditadas pela necessidade de cumprir o quadro legal vigente, contempladas também na revisão do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira.

Esta contratação destina-se à área de manutenção:

- 1 Técnico Superior para a Direção de Manutenção;

A Direção de Manutenção, está descentralizada em 10 centros operacionais correspondentes aos 23 municípios que serve, por onde estão distribuídos milhares de ativos operacionais, em regime de laboração contínua, que têm de ser intervencionados nas valências de instrumentação e automação, eletromecânica e construção civil.

Acresce, além da conservação do parque de infraestruturas e equipamentos existentes, a necessidade de executar um conjunto de empreitadas de Manutenção de Construção Civil e de reparações gerais que já se encontram em curso.

Adicionalmente, pretende-se em 2025 continuar a reforçar a implementação da atividade de manutenção preventiva, nomeadamente ao nível da atualização de planos de manutenção, o que implicará, inicialmente, um acréscimo de gastos, que tenderão a ser compensados, futuramente, pela redução da necessidade de manutenção corretiva, com consequentes reflexos ao nível da redução de falhas do serviço.

Com os vários contratos de manutenção curativa, também estão a ser desenvolvidas melhorias no processo de gestão do fluxo de compras e gestão de stocks e contratos.

Tarefas ao nível da gestão de ESP's, gestão de equipamentos com gases florados, de equipamentos de elevação e aplicação do Decreto-Lei n.º 50/2005 e gestão de EMM's, que parte são realizadas em outsourcing, pretende-se internalizar o processo de gestão para melhor controlo, o que permitirá ganhos de eficiência.

Tendo em consideração a gestão de vários contratos, com significativo valor, dispersão geográfica e natureza (dentro da área de manutenção), destinados a cumprir, de forma mais sistematizada, os requisitos de segurança dos equipamentos e dos trabalhadores, incluindo os trabalhadores externos, bem como o cumprimento da lei relativamente às exigências para a exploração dos equipamentos, é essencial dotar esta direção com um Técnico Superior para a área do Apoio Técnico, com funções de apoio nas atividades anteriormente elencadas.

B) Jurídico

O Departamento Jurídico é responsável por assegurar a conformidade legal e regulamentar da atividade da Tejo Atlântico, prestando apoio a todas as unidades orgânicas da Empresa, necessitando para o efeito de contratar 1 (um) Técnico Superior C Jurista/advogado indispensável à prossecução das tarefas que lhe estão cometidas.

Nos últimos anos, a Empresa tem contado com apenas dois Juristas do quadro de pessoal, sendo que, um dos Juristas acumula as funções de Secretário da Sociedade, bem como o de pivô do programa normativo do Grupo AdP. Neste enquadramento, a Tejo Atlântico, na medida do indispensável para assegurar a continuidade da prestação dos serviços jurídicos, tem recorrido a apoio jurídico externo, através da celebração de contratos de prestação de serviços.

Adicionalmente, verifica-se o acréscimo significativo das atividades do Departamento fruto das atividades da Tejo Atlântico, que seguidamente destacamos.

A atividade de produção de água para reutilização integra o serviço público de tratamento de efluentes e constitui desde 2021, a par da recolha e da rejeição de efluentes, uma nova atividade principal cometida aos sistemas multimunicipais de saneamento de águas residuais. De tal facto, resulta um conjunto de novas obrigações legais e regulamentares os quais o Departamento Jurídico da Tejo Atlântico assegura, de modo permanente, e para as quais não detém os recursos humanos, no quadro de pessoal, em número suficiente.

De igual modo, sinalizam-se as inúmeras novas questões colocadas, ao referido departamento, na decorrência da implementação da Estratégia Nacional Anticorrupção. Destaque para uma particular incidência em novos deveres de monitorização e de prestação de informação que têm de ser assegurados, de modo permanente, pelo Departamento Jurídico da Tejo Atlântico.

Adicionalmente, destacam-se novos aspetos respeitantes à tutela disciplinar dos trabalhadores, os quais têm vindo a requisitar a atenção, de um modo permanente, dos serviços jurídicos do Departamento Jurídico.

De assinalar que a contratação de um Técnico Superior para o Departamento Jurídico diminuiria o valor dos gastos em FSE, na rubrica de trabalhos especializados em assistência jurídica.

Pelas razões expostas, considera-se essencial a contratação de 1 Técnico Superior a integrar a equipa do Departamento Jurídico.

C) Recursos Humanos

A Tejo Atlântico necessita de reforçar as suas competências na área de gestão de recursos humanos carecendo para o efeito de contratar 1 (um) Técnico Superior para liderar a respetiva unidade orgânica, assumindo a função de Coordenador.

Esta contratação resulta da imperiosa necessidade de adaptar a Empresa através dos seus recursos mais valiosos, os trabalhadores, a uma nova Visão e ao pilar estratégico integrado na Estratégia 2023/2025– Inspirados pelo futuro.

São inúmeros os desafios neste pilar estratégico, bem conhecidos do setor empresarial do estado, agravados pelo facto de a Empresa, na captação e retenção do capital humano, competir com outras indústrias nacionais e internacionais nas suas diversas áreas, recursos humanos, engenharia, sistemas de informação, gestão e financeira, jurídica, entre outras.

Acresce, conforme *supra* referido, que face ao contexto da sua génese, atualmente a idade média do quadro de pessoal da Tejo Atlântico é de 47 anos, resultando em incapacidade de um número considerável de trabalhadores para trabalhos mais exigentes fisicamente, com particular impacto e criticidade nas áreas operacionais.

Atento o exposto, o rumo estratégico a prosseguir pela Tejo Atlântico, norteado pelos princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social, obriga à contratação de um Técnico Superior, especializado e com vasta experiência na liderança de Recursos Humanos, que assumirá as funções de Coordenador desta unidade orgânica crítica e fundamental à gestão organizacional da Empresa.

Este técnico terá como principais responsabilidades a implementação de ações dinamizadoras na área dos recursos humanos, imprescindíveis à prossecução da missão da Tejo Atlântico, promovendo a atração e retenção do capital humano, o crescimento contínuo do capital humano, e implementando uma cultura de empresa líder.

Pelas razões expostas, considera-se essencial a contratação de 1 Técnico Superior a integrar o Departamento de Recursos Humanos.

D) Operação

A Direção de Operação tem necessidade de contratação de Técnicos Superiores para fazer face à crescente exigência da operação das infraestruturas da Tejo Atlântico, tendo atualmente autorização para o efeito.

Para efeitos de contratação de trabalhadores, o procedimento adotado é a abertura de recrutamentos externos. Contudo, e no que respeita à vaga a recrutar para Técnico Superior A, a afetar ao Centro Operacional de Alenquer, Azambuja e Rio Maior, existe na Empresa um trabalhador, na carreira de Técnico (Técnico B) que preenche os requisitos necessários para o perfil definido para Técnico Superior A da Direção de Operação.

Em face do exposto, solicita-se autorização para que o Técnico B possa preencher a vaga de Técnico Superior A, donde resultaria a supressão de 1 (um) *headcount* na carreira de Técnico.

De assinalar que o ora solicitado acarretaria apenas o valor de 2.674 €/ano na rubrica de gastos do pessoal.

Em conclusão

Face ao acima exposto a Águas do Tejo Atlântico solicita a necessária autorização para a **contratação**, e aumento do *headcount* face ao aprovado no PAO do ano de 2024, de **3 trabalhadores**, e autorização para conversão de 1 categoria profissional.

E) Por substituição antecipada de situações de reforma

A Águas do Tejo Atlântico procedeu ainda para os exercícios de 2025 a 2027, ao estudo dos trabalhadores que poderiam nesses anos atingir a idade de reforma, tendo considerado as respetivas saídas e as respetivas admissões para suprimir as mesmas.

Para as admissões a realizar pelo motivo de colmatar saídas decorrentes de situações de reforma, a Empresa, conforme previsto nas IEPAO 2025-2027, teve em consideração a integração na base da carreira da categoria do trabalhador a substituir, e antecipadamente de modo a facilitar a formação e passagem do conhecimento, tendo considerado, sempre que possível e de forma a não aumentar o *headcount* aprovado, os seguintes prazos por categoria profissional:

- Técnico Superior - 6 meses
- Técnico - 3 meses

- Técnico Operativo - 2 meses

O Quadro seguinte apresenta para o período de 2023 a 2025 por categoria profissional o número de trabalhadores.

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2023	Situação a 31/12/2024	Situação a 01/01/2025			Movimento de Pessoal - 2025						Situação a 31/12/2025
			idade média	trabalhadores com 60 ou mais anos	trabalhadores em idade de reforma	Saídas esperadas (reformas + outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade, cedência,	Autorizações de recrutamento concedidas em anos anteriores	Substituições de saídas (obriga a entrada para base da carreira)	Entradas ao abrigo (normativos legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas	
		(1)				(2)		(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(1)- (2)+(3)+(4)+(5)+(6)
Órgãos Sociais	0	0										0
Assessor	2	2	66	2								2
Cargos de Direcção (s/ OS)	7	8	53		0							8
Técnico Operativo A	46	44	38	2								44
Técnico Operativo B	70	85	43	5								85
Técnico Operativo C	65	75	53	5	2							75
Técnico A	2	1	46		0							1
Técnico B	53	39	52	9								39
Técnico C	7	42	50	8	2	2			2			42
Técnico Superior A	9	4	32	0	0	1						5
Técnico Superior B	0	87	42	4	0							88
Técnico Superior C	26	61	49	8					2		2	64
Trainee	0	0	0	0	0							0
Total	408	470		55	9	7	0	0	7	0	3	473
Total s/ OS	398	460		55	9	7	0	0	7	0	3	463

Figura 30 - Quadro de Pessoal desagregado por categoria

Em resultado,

As contratações de novos trabalhadores, assim como a conversão de um Técnico B em Técnico Superior A, nos termos e pelas razões supramencionadas, são essenciais e indispensáveis para garantir a continuidade da prestação do serviço público de acordo com os requisitos de segurança e qualidade aplicáveis.

Como descrito, as situações enunciadas resultam da adequação da estrutura e dimensionamento dos recursos humanos da Empresa de modo a assegurar funções e obrigações presentes, seja para antecipar a organização exigível para implementar a sua estratégia de futuro.

Não deverá ser descurado que o aumento de gastos inerente a estas contratações não resulta de uma degradação da eficiência operacional, pois este acréscimo de gastos resulta exclusivamente da absoluta necessidade de cumprimento de obrigações legais, assegurando o cumprimento dos parâmetros de serviço, garantindo a segurança das pessoas e infraestruturas, e cumprimento da missão e responsabilidade cometida à Águas do Tejo Atlântico. Este aumento de gastos não tem o direto balanceamento em termos de receitas, embora possa ser reconhecido em termos regulatórios e consequentemente levado à tarifa, ainda que não no imediato.

Orientações sobre Remunerações

A elaboração da proposta de PAO 2025 teve ainda em consideração todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao SEE, nomeadamente:

- a) Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro;
- b) Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho;
- c) Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro;
- d) Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;
- e) Despacho n.º 764/2012, de 25 de maio, do SEFT;
- f) Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- g) Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro;
- h) Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro;
- i) Lei n.º 159-D/2015, de 30 de dezembro.
- j) Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro;
- k) Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de dezembro;
- l) Instruções para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027;
- m) Lei n.º 82/2023 de 29 de dezembro (Lei do Orçamento Geral do Estado para 2024);
- n) Decreto-Lei n.º 17/2024 de 29 de janeiro (Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2024);

Benefícios Pós-Emprego

Para 2025 não estão previstos quaisquer benefícios pós-emprego na Águas do Tejo Atlântico.

6. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

6.1. INSTRUÇÕES, PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS DE REFERÊNCIA E ORIENTAÇÕES

O presente documento foi desenvolvido de acordo com as orientações constantes na Lei de Orçamento de Estado para 2024, aprovado pela Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, com base no Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro (DLEO-2024), com base nas instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2025-2027, e de acordo com orientações do acionista maioritário, AdP SGPS, S.A..

Para além do cumprimento das referidas instruções e determinações legais, a proposta de PAO 2025 visa cumprir as diversas orientações governamentais, designadamente no que respeita a:

- i) Contenção de gastos e de endividamento; e
- ii) Orientações recebidas da tutela e do acionista.

Saliente-se ainda que, sendo a atividade da Águas do Tejo Atlântico regulada pela ERSAR, o presente PAO segue igualmente as recomendações emanadas por aquela entidade.

O PAO para 2025 tem em conta os recursos financeiros e as fontes de financiamento disponíveis, o cumprimento da missão e dos objetivos a que a foi incumbida, e as estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental.

A Águas do Tejo Atlântico submeteu à apreciação do Concedente a atualização para o exercício de 2025 da tarifa e dos rendimentos tarifários estabelecidos no Contrato de Concessão, a aplicar aos utilizadores do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, nos termos do disposto do n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, tendo sido obtido parecer favorável por parte da ERSAR através da comunicação O-003780/2024, de 12 de setembro de 2024, aguardando-se à data da elaboração do presente documento a aprovação por parte do Ministério do Ambiente e da Energia,

Deste modo o volume de negócios da Empresa está previamente determinado, pelo que o seu crescimento real está diretamente relacionado com as variações médias anuais do índice harmonizado de preços no consumidor, indicadas pela ERSAR até 31 de julho de cada ano.

De acordo com as IEPAO 2025-2027 o volume de negócios deverá ser objeto de rigorosa fundamentação quando o seu crescimento for superior à taxa de crescimento nominal do PIB, contudo tem de ser tido em consideração as particularidades da Águas do Tejo Atlântico, em que:

- A evolução projetada do volume de negócios da Empresa encontra-se sujeita ao contratualizado no Contrato de Concessão;

- As tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicável, são atualizados para o ano da sua aplicação, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável e são aprovados pelo Concedente, não se aplicando por isso o racional do Consumo Privado e/ou PIB para justificar tal evolução.

De acordo com o contrato de concessão as tarifas e os rendimentos tarifários são fixadas por forma a assegurar a proteção dos interesses dos utilizadores, a gestão eficiente do sistema, o equilíbrio económico financeiro durante toda a concessão e a acessibilidade social dos serviços prestados, tendo por objetivo garantir a qualidade do serviço prestado

Acresce que a Águas do Tejo Atlântico se rege por ciclos (também designados períodos tarifários), espelhados no respetivo Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), divididos num primeiro período de convergência, de 10 anos, no qual as tarifas e os rendimentos tarifários estão pré-fixados no Contrato de Concessão, e depois em sucessivos períodos de 5 anos, a partir dos quais a Empresa será remunerada em função dos resultados gerados. Esta convergência é essencial precisamente para garantir um período de uniformização tarifária gradual dos 3 subsistemas que a compõem.

Como já referido, nos termos do Contrato de Concessão da Águas do Tejo Atlântico, a empresa pode ainda desenvolver outras atividades de negócio, e nesse sentido, iniciou-se a 1 de maio de 2022 o fornecimento de ApR: a partir da Fábrica de Água de Beirolas, estando-se a finalizar-se as negociações para a formulação do contrato de fornecimento com o Município de Lisboa, cujo efeito retroagirá à data do início da prestação de serviço, e cujos respetivos proveitos têm vindo a ser reconhecidos nas contas da Empresa. A 28 de agosto de 2024, foi já possível a celebração com um novo cliente, West Cliff Ocean and Golf Resort, do fornecimento de ApR a partir da Fábrica de Água do Casalinho, localizada na zona de Óbidos, com vista à rega de campos de golf daquele empreendimento.

Simultaneamente, já se obteve a respetiva licença de produção e fornecimento de ApR para as Fábricas de Água de Frielas, de Chelas, de Mafra, da Guia, Alcântara e Alverca, havendo já interessados na aquisição deste novo produto, pelo que a AdTA teve em consideração no seu orçamento os proveitos que possam advir desta, ainda, atividade complementar.

Estão a ser ultimados os Protocolos de Entendimento tripartidos com os Municípios da Lourinhã e Óbidos e utilizadores de ApR nesses concelhos, de forma a possibilitar a definição de volumes a fornecer e tarifas, para instrução do pedido de autorização de ACA (Atividades Acessórias e Complementares) à ERSAR e ao concedente, sendo previsível que em 2025 que consiga assinar contratos de fornecimento.

Na elaboração dos instrumentos previsionais de gestão para o triénio 2025-2027, os pressupostos macroeconómicos utilizados seguem as recomendações da ERSAR e foram os que se reproduzem no quadro seguinte:

Descrição	2025 Orçamento	2026 Projeção	2027 Projeção
Taxa de inflação	2,10%	2,00%	2,00%
Taxa de inflação energia	-	-	-
Financiamentos BE existentes	Conforme contrato	Conforme contrato	Conforme contrato
Taxa de IVA (vendas)	6%	6%	6%
Taxa de IVA (prestação de serviços e venda de energia)	6%	6%	6%
Taxa de IVA (suportado)	23%	23%	23%
Prazo médio de recebimentos (prestação de serviços)	60	60	60
Prazo médio de pagamentos (fornecedores correntes)	30	30	30
Prazo médio de recebimentos (IVA)	120	120	120
Prazo médio de pagamentos (IVA)	60	60	60
Rotação de stocks	30	30	30
Taxa de IRC	21,00%	21,00%	21,00%
Taxa de derrama	0,50%	0,50%	0,50%
Derrama Estadual > € 1,5 M <= € 7,5 M	3,00%	3,00%	3,00%
Derrama Estadual > € 7,5 M <= € 35 M	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de remuneração do capital acionista	3,26%	3,26%	3,26%

Figura 31 - Pressupostos Macroeconómicos de Referência

O preço de energia de mercado utilizado na estimativa de custos de 2025, 2026 e 2027 foi determinado considerando as seguintes componentes diretamente relacionadas com o comercializador:

- O valor do OMIP para 2025, 2026 e 2027 (70,01€/MWh; 58,66€/MWh e 54,09€/MWh, respetivamente correspondendo ao valor médio registado entre 27/06/2024 e 26/07/2024);
- As perdas na rede consoante o nível de tensão definidas pela ERSE;
- A margem do comercializador para cada nível de tensão de igual percentagem aos contratos vigentes;
- Os custos de banda de reserva de regulação (agora designado como mFRR) e o financiamento da Tarifa Social cobrados em 2024.

6.2. ORIENTAÇÕES E LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

A proposta de PAO 2025 foi desenvolvida tendo por base as determinações legais, os pressupostos e as orientações constantes das IEPAO para o período de 2025-2027, bem como as medidas de contenção de gastos e outras orientações definidas pelas tutelas e pelo acionista.

Na elaboração da proposta do PAO 2025, a Águas do Tejo Atlântico teve em consideração (no que lhe é aplicável) o disposto na Lei do Orçamento de Estado para 2024 (Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro) e no Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2024 (Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro), designadamente na prossecução de uma política de otimização da estrutura de gastos, no sentido de promoção do equilíbrio das contas.

Os rendimentos tarifários da Empresa são estruturados numa base de custos aceites que pretendem cobrir os custos de exploração e fiscais, as amortizações do investimento e a remuneração de dívida e dos capitais próprios (estes últimos à taxa das OT a 10 anos + 3%).

Nos termos do Contrato de Concessão prevê-se a possibilidade de serem definidos rendimentos tarifários para efeitos de faturação. A repartição destes rendimentos tarifários aos utilizadores municipais far-se-á atendendo à proporção da utilização efetiva, aferida pela média aritmética simples do volume de efluente medido, por utilizador municipal, de, pelo menos, um dos últimos seis semestres consecutivos, compreendido entre 1 de julho do ano n-4 e 30 de junho do ano n-1. Para este efeito, para os utilizadores municipais cuja faturação seja efetuada nos moldes atrás descritos, é apurada uma tarifa implícita, resultante da divisão dos rendimentos tarifários pelos volumes utilizados para a respetiva repartição.

Com base nas regras tarifárias em vigor, explanadas no Contrato de Concessão e na lei de bases do setor, as receitas de exploração crescem com o aumento dos gastos de operação. Este é um efeito que se pretende evitar. Paralelamente, também o EBITDA se constitui como um indicador que não reflete a eficiência operacional e financeira, necessária e pretendida para a Empresa. Com efeito, este indicador é suscetível de aumentar com o aumento do investimento e inerentes gastos com a manutenção desses ativos.

As receitas mercantis da Empresa e respetivo esforço de maximização passam, então, por uma estratégia de investimento racional que permita o aumento da cobertura dos serviços de tratamento de águas residuais, bem como a eficiência das operações, que passa pela transformação digital, através da automatização e da monitorização de processos, pela melhoria dos desempenhos hídrico e energético, entre outros.

6.3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual (*“Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements”*), Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (*“IAS/IFRS”*) e normas interpretativas (*“SIC/IFRIC”*), tal como adotadas pela União Europeia, aplicáveis a 1 de janeiro de 2021.

Os valores apresentados para cada período correspondem a:

- Exercício de 2023 - demonstrações financeiras estatutárias aprovadas em Assembleia Geral de 15 de março de 2024;
- Estimativa de fecho de 2024, orçamento de 2025 e projeção para os exercícios de 2026 e 2027 – melhor estimativa da Empresa à data de elaboração do presente documento, tendo por base as contas reais a junho de 2024 e objetivos a alcançar.

Demonstração da Posição Financeira Previsional

BALANÇO	31.12.2023 Real	31.12.2024 PAO	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção
Ativos não correntes						
Ativos intangíveis	419 141 698	423 884 240	417 903 714	440 638 488	481 694 028	534 813 655
Ativos fixos tangíveis	573 803	868 998	1 673 477	2 287 862	2 136 982	2 082 162
Ativos sob direito de uso	108 774	65 295	1 264 430	4 403 513	2 909 376	2 703 395
Investimentos financeiros	33 428	33 428	33 428	33 428	33 428	33 428
Impostos diferidos ativos	57 768 053	58 272 150	58 258 508	58 083 541	57 341 179	57 374 339
Desvio de recuperação de gastos (DRG)	0	0	0	0	2 015 690	9 224 619
Clientes e outros ativos não correntes	0	0	0	0	0	0
Total dos ativos não correntes	477 625 757	483 124 113	479 133 558	505 446 833	546 130 684	606 231 599
Ativos correntes						
Inventários	3 740 348	1 140 769	2 362 430	2 400 201	2 549 766	2 551 930
Clientes	16 341 967	19 207 045	18 976 371	19 304 172	19 521 610	20 053 852
Estado e outros entes públicos	1 520 112	2 788 630	3 324 825	2 055 337	2 004 771	1 966 310
Imposto sobre o rendimento do exercício	0	432 097	0	774 724	394 126	376 019
Outros ativos correntes	1 115 843	293 757	583 200	581 443	581 443	581 443
Apoio de tesouraria à AdP SGPS	55 013 154	0	0	0	0	0
Caixa e seus equivalentes	7 310 052	19 655 049	34 725 966	5 000	5 000	5 000
Total dos ativos correntes	85 041 475	43 517 348	59 972 791	25 120 878	25 056 716	25 534 555
Total do ativo	562 667 232	526 641 461	539 106 349	530 567 710	571 187 400	631 766 154
Capital próprio dos accionistas majoritários						
Capital social	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680
Ações próprias	(2 521 433)	0	(2 521 433)	0	0	0
Reservas e outros ajustamentos	1 487 596	1 838 196	1 838 196	2 198 868	2 565 013	2 933 957
Resultados transitados	0	0	0	0	0	0
Resultado líquido do exercício	7 012 016	7 107 281	7 213 434	7 322 902	7 378 877	7 401 973
Total do capital próprio	119 505 858	122 473 158	120 057 877	123 049 450	123 471 570	123 863 610
Passivos não correntes						
Provisões	539 324	539 324	872 858	856 841	840 823	824 805
Empréstimos	158 085 678	142 356 506	142 336 516	125 496 172	105 771 057	84 748 952
Passivos de locação	78 146	0	42 278	2 564 889	1 106 173	897 456
Outros passivos não correntes	692 917	647 003	624 798	578 885	532 971	487 058
Impostos diferidos passivos	13 902 971	13 902 971	13 508 133	13 508 133	13 508 133	14 797 362
Desvio de recuperação de gastos (DRG)	14 727 578	12 160 451	13 249 978	5 614 984	0	0
Acréscimos de custos do investimento contratual	104 597 430	92 226 409	103 731 446	99 000 940	81 710 324	62 689 363
Subsídios ao investimento e outros	111 884 190	107 072 983	107 113 676	102 297 877	97 463 975	92 590 546
Total dos passivos não correntes	404 508 233	368 905 649	381 479 684	349 918 720	300 933 455	257 035 543
Passivos correntes						
Empréstimos	15 654 441	16 376 783	16 376 724	17 203 782	21 622 724	24 976 172
Apoio de tesouraria da AdP SGPS	0	0	0	20 485 340	102 279 369	202 852 216
Fornecedores	9 466 259	11 416 066	11 794 916	11 837 216	14 781 758	14 488 761
Passivos de locação	34 879	59 662	877 534	1 489 071	1 458 716	1 458 716
Outros passivos correntes	9 221 253	4 342 661	4 268 850	3 039 585	2 622 630	2 638 127
Imposto sobre o rendimento do exercício	20 620	0	58 977	0	0	0
Estado e outros entes públicos	4 255 687	3 067 482	4 191 787	3 544 547	4 017 177	4 453 009
Total dos passivos correntes	38 653 140	35 262 654	37 568 788	57 599 540	146 782 375	250 867 001
Total do passivo	443 161 374	404 168 303	419 048 472	407 518 260	447 715 830	507 902 544
Total do passivo e do capital próprio	562 667 232	526 641 461	539 106 349	530 567 710	571 187 400	631 766 154

Figura 32 - Demonstração da Posição Financeira Previsional

Demonstração da Posição Financeira Previsional 2025- Trimestral

BALANÇO	31.03.2025	30.06.2025	30.09.2025	31.12.2025
	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Ativos não correntes				
Ativos intangíveis	420 031 613	424 918 503	432 530 753	440 638 488
Ativos fixos tangíveis	1 974 961	2 079 849	2 256 658	2 287 862
Ativos sob direito de uso	1 356 345	1 223 259	4 777 047	4 403 513
Investimentos financeiros	33 428	33 428	33 428	33 428
Impostos diferidos ativos	58 232 078	58 153 939	58 154 014	58 083 541
Desvio de recuperação de gastos (DRG)	0	0	0	0
Clientes e outros ativos não correntes	0	0	0	0
Total dos ativos não correntes	481 628 425	486 408 978	497 751 900	505 446 833
Ativos correntes				
Inventários	2 390 112	2 441 677	2 480 283	2 400 201
Clientes	19 063 399	19 051 885	19 018 934	19 304 172
Estado e outros entes públicos	2 669 961	2 413 259	2 197 575	2 055 337
Imposto sobre o rendimento do exercício	0	0	315 657	774 724
Outros ativos correntes	701 287	554 862	716 588	581 443
Apoio de tesouraria à AdP SGPS	0	0	0	0
Caixa e seus equivalentes	23 848 197	5 257 906	5 000	5 000
Total dos ativos correntes	48 672 956	29 719 588	24 734 037	25 120 878
Total do ativo	530 301 380	516 128 566	522 485 937	530 567 710
Capital próprio dos accionistas maioritários				
Capital social	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680
Ações próprias	(2 521 433)	(2 521 433)	(2 521 433)	0
Reservas e outros ajustamentos	2 198 868	2 198 868	2 198 868	2 198 868
Resultados transitados	0	0	0	0
Resultado líquido do exercício	1 780 743	3 614 694	5 468 798	7 322 902
Total do capital próprio	114 985 858	116 819 809	118 673 913	123 049 450
Passivos não correntes				
Provisões	869 426	864 850	861 417	856 841
Empréstimos	139 986 380	134 018 858	131 669 252	125 496 172
Passivos de locação	1 054 465	556 395	3 720 906	2 564 889
Outros passivos não correntes	613 320	601 841	590 363	578 885
Impostos diferidos passivos	13 508 133	13 508 133	13 508 133	13 508 133
Desvio de recuperação de gastos (DRG)	11 291 888	9 185 431	7 524 799	5 614 984
Acréscimos de custos do investimento contratual	102 294 455	101 360 205	99 869 463	99 000 940
Subsídios ao investimento e outros	105 909 727	104 705 777	103 501 827	102 297 877
Total dos passivos não correntes	375 527 792	364 801 490	361 246 161	349 918 720
Passivos correntes				
Empréstimos	16 561 028	16 735 734	16 930 831	17 203 782
Apoio de tesouraria da AdP SGPS	0	0	6 992 458	20 485 340
Fornecedores	10 062 661	10 587 403	11 194 115	11 837 216
Passivos de locação	42 278	492 278	1 004 071	1 489 071
Outros passivos correntes	11 271 977	3 697 912	3 840 700	3 039 585
Imposto sobre o rendimento do exercício	608 994	1 077 283	0	0
Estado e outros entes públicos	1 240 792	1 916 658	2 603 687	3 544 547
Total dos passivos correntes	39 787 730	34 507 267	42 565 863	57 599 540
Total do passivo	415 315 522	399 308 757	403 812 024	407 518 260
Total do passivo e do capital próprio	530 301 380	516 128 566	522 485 937	530 567 710

Figura 33 - Demonstração da Posição Financeira Previsional 2025 - Trimestral

Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2026	31.12.2027
	Real	PAQ	EF	Orçamento	Projeção	Projeção
Vendas	93 749	29 617	74 632	217 632	217 632	217 632
Prestações de serviços	90 670 465	98 281 532	98 637 216	99 858 027	102 099 254	104 909 047
Serviços de construção (IFRIC12)	17 204 384	39 016 403	21 939 929	51 894 661	82 272 295	96 160 831
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	(2 783 441)	2 567 126	1 477 599	7 634 994	7 630 675	7 208 929
Volume de negócios	105 185 157	139 894 678	122 129 376	159 605 314	192 219 856	208 496 439
Custo das vendas/variação dos inventários	(4 480 548)	(4 468 839)	(5 313 058)	(5 940 774)	(6 204 430)	(6 209 696)
Serviços de construção (IFRIC12)	(17 204 384)	(39 016 403)	(21 939 929)	(51 894 661)	(82 272 295)	(96 160 831)
Margem bruta	83 500 225	96 409 436	94 876 389	101 769 879	103 743 130	106 125 912
Fornecimentos e serviços externos	(39 589 118)	(48 118 171)	(47 238 045)	(46 950 060)	(45 893 599)	(46 361 631)
Gastos com pessoal	(13 839 418)	(16 563 172)	(16 443 813)	(19 065 285)	(20 405 019)	(20 684 439)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	(20 698 179)	(22 100 404)	(22 651 885)	(25 653 332)	(26 101 923)	(26 027 812)
Provisões e reversões do exercício	(334 649)	0	0	0	0	0
Subsídios ao investimento	4 812 852	4 811 207	4 770 513	4 815 799	4 833 902	4 873 429
Subsídios à Exploração	0	0	0	0	0	0
Outros gastos e perdas operacionais	(938 330)	(929 473)	(929 476)	(921 151)	(912 290)	(931 494)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	41 899	71 373	120 881	59 843	31 759	59 843
Resultados operacionais	12 955 281	13 580 796	12 504 564	14 055 694	15 295 961	17 053 807
Gastos financeiros	(4 772 239)	(4 390 892)	(4 432 712)	(4 428 764)	(5 547 839)	(7 367 183)
Rendimentos financeiros	1 148 531	557 414	1 343 383	189 374	0	0
Resultados financeiros	(3 623 708)	(3 833 478)	(3 089 329)	(4 239 390)	(5 547 839)	(7 367 183)
Resultados antes de impostos	9 331 573	9 747 318	9 415 234	9 816 305	9 748 122	9 686 625
Imposto do exercício	(3 617 821)	(3 144 134)	(3 087 094)	(2 318 436)	(1 626 882)	(1 028 582)
Imposto diferido	1 298 263	504 097	885 294	(174 966)	(742 362)	(1 256 069)
Resultado líquido do exercício	7 012 016	7 107 281	7 213 434	7 322 902	7 378 877	7 401 973

Figura 34 - Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional

Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional 2025 – Trimestral

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31.03.2025 Orçamento	30.06.2025 Orçamento	30.09.2025 Orçamento	31.12.2025 Orçamento
Vendas	42 770	104 925	170 709	217 632
Prestações de serviços	24 958 580	49 928 840	74 860 388	99 858 027
Serviços de construção (IFRIC 12)	9 672 235	21 600 720	36 811 057	51 894 661
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	1 958 090	4 064 547	5 725 179	7 634 994
Volume de negócios	36 631 676	75 699 033	117 567 333	159 605 314
Custo das vendas/variação dos inventários	(1 481 489)	(2 970 116)	(4 452 649)	(5 940 774)
Serviços de construção (IFRIC 12)	(9 672 235)	(21 600 720)	(36 811 057)	(51 894 661)
Margem bruta	25 477 952	51 128 197	76 303 627	101 769 879
Fornecimentos e serviços externos	(12 072 688)	(24 230 153)	(35 515 660)	(46 950 060)
Gastos com pessoal	(4 777 440)	(9 458 419)	(14 279 754)	(19 065 285)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	(6 297 197)	(12 620 989)	(19 096 760)	(25 653 332)
Provisões e reversões do exercício	0	0	0	0
Subsídios ao investimento	1 203 950	2 407 900	3 611 850	4 815 799
Subsídios à Exploração	0	0	0	0
Outros gastos e perdas operacionais	(211 273)	(459 078)	(680 118)	(921 151)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	14 961	29 921	44 882	59 843
Resultados operacionais	3 338 265	6 797 379	10 388 066	14 055 694
Gastos financeiros	(1 080 140)	(2 139 350)	(3 241 917)	(4 428 764)
Rendimentos financeiros	132 088	184 690	189 374	189 374
Resultados financeiros	(948 052)	(1 954 660)	(3 052 543)	(4 239 390)
Resultados antes de impostos	2 390 213	4 842 718	7 335 523	9 816 305
Imposto do exercício	(583 039)	(1 123 455)	(1 762 231)	(2 318 436)
Imposto diferido	(26 430)	(104 569)	(104 493)	(174 966)
Resultado líquido do exercício	1 780 743	3 614 694	5 468 798	7 322 902

Figura 35 - Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional 2025- Trimestral

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Previsional

	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2026	31.12.2027
	Real	PAO	EF	Orçamento	Projeção	Projeção
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Recebimentos de clientes	101 262 249	107 430 921	105 615 153	111 786 308	114 240 827	117 294 796
Pagamentos a fornecedores	(52 027 755)	(66 898 059)	(61 107 774)	(73 022 494)	(68 691 325)	(72 325 871)
Pagamentos ao pessoal	(14 746 869)	(10 778 655)	(14 696 390)	(12 321 585)	(13 034 550)	(13 254 423)
Pagamento/Recebimento do IRC	(4 334 897)	(2 977 934)	(2 644 265)	(2 697 204)	(1 027 310)	(887 385)
Outros Pagamentos/Recebimentos	(4 603 495)	(8 454 996)	(6 873 687)	(3 020 191)	(3 357 138)	(3 221 796)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	25 549 234	18 321 277	20 293 037	20 724 834	28 130 503	27 605 321
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Recebimentos de ativos/investimentos financeiros	0	0				
Recebimentos de ativos intangíveis	2 328	0	0	0	0	0
Recebimentos de subsídios de investimento	87 051	0	0	0	0	0
Recebimentos de juros e rendimentos similares	571 401	0	951 707	142 031	0	0
Apoio de Tesouraria à Holding	(55 000 000)	55 000 000	55 000 000			
Pagamentos de investimentos financeiros	0	0	0	0	0	0
Pagamentos de outros ativos	0	0	0	0	0	0
Pagamentos de dividendos	(4 782 722)	(6 661 415)	(5 987 621)	(6 852 762)	(6 956 757)	(7 009 933)
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	(572 796)	0	(89 942)	0	0	0
Pagamentos de ativos intangíveis	(14 083 628)	(38 060 947)	(24 373 472)	(54 409 938)	(80 593 425)	(95 893 945)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(73 778 365)	10 277 638	25 500 672	(61 120 670)	(87 550 183)	(102 903 879)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Recebimentos de empréstimos obtidos	0	418 327	0	48 166 782	102 279 369	202 852 216
Venda de ações (quotas) próprias	0	2 521 433	0	2 521 433	0	0
Outros recebimentos de atividades de financiamento	0	0	1 250 000	4 072 173	0	1 250 000
Pagamentos de passivos de locação	(73 554)	(53 363)	(464 816)	(938 025)	(1 489 071)	(1 458 716)
Pagamentos de empréstimos obtidos	(14 490 718)	(15 264 858)	(15 184 345)	(43 884 096)	(37 422 472)	(122 101 272)
Pagamentos de juros e gastos similares	(4 726 555)	(3 875 190)	(3 978 368)	(4 263 395)	(3 948 147)	(5 243 670)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(19 290 827)	(16 253 650)	(18 377 529)	5 674 871	59 419 679	75 298 558
Variação de caixa e seus equivalentes	(67 519 958)	12 345 264	27 416 181	(34 720 966)	0	0
Efeitos das diferenças de câmbio						
Caixa e seus equivalentes no início do período	74 829 742	7 309 785	7 309 785	34 725 966	5 000	5 000
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7 309 785	19 655 049	34 725 966	5 000	5 000	5 000
Variação de caixa e seus equivalentes	(67 519 958)	12 345 264	27 416 181	(34 720 966)	0	0

Figura 36 - Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional

Demonstração dos Fluxo de Caixa Previsional 2025 – Trimestral

	31.03.2025	30.06.2025	30.09.2025	31.12.2025
	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Recebimentos de clientes	27 719 312	55 757 095	83 780 010	111 786 308
Pagamentos a fornecedores	(20 054 911)	(38 392 569)	(55 914 900)	(73 022 494)
Pagamentos ao pessoal	(2 972 242)	(5 853 605)	(8 851 563)	(12 321 585)
Pagamento/Recebimento do IRC	0	(58 977)	(1 817 795)	(2 697 204)
Outros Pagamentos/Recebimentos	(2 472 250)	(2 754 037)	(2 634 840)	(3 020 191)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2 219 909	8 697 907	14 560 912	20 724 834
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Recebimentos de ativos/investimentos financeiros				
Recebimentos de ativos intangíveis	0	0	0	0
Recebimentos de subsídios de investimento	0	0	0	0
Recebimentos de juros e rendimentos similares	99 066	138 518	142 031	142 031
Apoio de Tesouraria à Holding				
Pagamentos de investimentos financeiros	0	0	0	0
Pagamentos de outros ativos	0	0	0	0
Pagamentos de dividendos	0	(6 852 762)	(6 852 762)	(6 852 762)
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	0	0	0	0
Pagamentos de ativos intangíveis	(10 120 972)	(21 470 685)	(39 994 971)	(54 409 938)
	(10 021 906)	(28 184 930)	(46 705 703)	(61 120 670)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos de empréstimos obtidos	0	0	7 330 882	48 166 782
Venda de ações (quotas) próprias	0	0	0	2 521 433
Outros recebimentos de atividades de financiamento	225 000	225 000	4 072 173	4 072 173
Pagamentos de passivos de locação	(48 069)	(96 139)	(267 007)	(938 025)
Pagamentos de empréstimos obtidos	(2 344 562)	(7 996 338)	(10 679 324)	(43 884 096)
Pagamentos de juros e gastos similares	(908 141)	(2 113 561)	(3 032 898)	(4 263 395)
	(3 075 772)	(9 981 038)	(2 576 175)	5 674 871
Variação de caixa e seus equivalentes	(10 877 769)	(29 468 060)	(34 720 966)	(34 720 966)
Efeitos das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período	34 725 966	34 725 966	34 725 966	34 725 966
Caixa e seus equivalentes no fim do período	23 848 197	5 257 906	5 000	5 000
	(10 877 769)	(29 468 060)	(34 720 966)	(34 720 966)

Figura 37 - Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional 2024 - Trimestral

No respeitante aos fluxos de caixa, os recebimentos e pagamentos decorrem da atividade normal da Empresa, dando-se especial relevância aos que seguidamente se discriminam:

- O recebimento de clientes decorre da faturação prevista, tendo por base os rendimentos tarifários garantidos, a componente tarifária acrescida e a taxa de recursos hídricos, associada ao prazo médio de recebimentos de 60 dias;
- O pagamento a fornecedores compreende o pagamento das aquisições de serviços e bens resultantes da atividade operacional da Empresa de acordo com a sua estrutura de stocks e de gastos;
- O pagamento de ativos intangíveis resulta do volume de investimento previsto realizar, cujo prazo médio de pagamento a fornecedores de imobilizado é de 30 dias;

- O pagamento de empréstimos obtidos e de juros e gastos similares respeita ao BEI;
- O recebimento em 2025 da venda das ações próprias à AdP, SGPS, S.A.;
- O recurso no terceiro e quarto trimestres de 2025, assim como em 2026 e 2027, ao apoio de tesouraria da AdP, SGPS, S.A..

Disponibilidades

Para os anos de 2024 a 2027 apresenta-se a decomposição das disponibilidades.

	31.12.2023	31.12.2024	31.03.2025	30.06.2025	30.09.2025	31.12.2025	31.12.2026	31.12.2027
	Real	El	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Projeção	Projeção
Caixa	7 166	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000
Depósitos a ordem	7 302 586	31 720 966	23 813 197	5 252 906	0	0	0	0
Depósitos a prazo	0	0	0	0	0	0	0	0
	7 310 052	31 725 966	23 818 197	5 257 906	5 000	5 000	5 000	5 000
Descobertos bancários	0	0	0	0	0	0	0	0
	7 310 052	31 725 966	23 818 197	5 257 906	5 000	5 000	5 000	5 000

Figura 38 – Disponibilidades

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., à semelhança de exercícios anteriores, cumpre o princípio de Unidade de Tesouraria conforme decorre do disposto no artigo 105.º da Lei de Orçamento de Estado para 2024.

6.4. PLANO DE REDUÇÃO DE GASTOS (“PRG”)

O PAO 2025 da Águas do Tejo Atlântico reflete o equilíbrio das contas de exploração da Empresa e o cumprimento das orientações relativas à contenção de gastos em cada exercício.

Os montantes orçamentados e estimados para os exercícios seguintes, apresentados neste documento, tiveram em conta o desempenho de 2023 e o que se espera de 2024, das infraestruturas e as restrições anteriormente descritas, e refletem um nível de gastos adequado e necessário para garantir o normal funcionamento do sistema multimunicipal face aos níveis de serviço exigidos, ao estado das infraestruturas e equipamentos e à necessidade de recursos humanos para assegurar o funcionamento desta Empresa (que labora 24 horas por dia e 365 dias por ano). Na preparação do orçamento para 2025, além do volume de atividade e outros fatores que concorrem para a normalidade das operações, foi tida em atenção a previsão do aumento de preços. Não é de mais recordar que o período de incerteza atual, de conflitos e guerras, poderá implicar acréscimos de gastos em diversas rubricas, de tendência não linear e até não previsível.

É de referir que a Empresa, de acordo com as políticas contabilísticas adotadas, procede ao reconhecimento dos designados “Trabalhos para a própria Empresa”, que correspondem aos gastos dos recursos diretamente

atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao gasto, sendo, portanto, reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (gastos internos) ou nos respetivos gastos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são diretamente deduzidos às rubricas de gastos a que dizem respeito por contrapartida de imobilizado.

A Tejo Atlântico apenas procede à capitalização de gastos com o pessoal, e das direções diretamente afetas aos projetos de investimento – engenharia, gestão de ativos e manutenção na componente de construção civil, não procedendo à capitalização de outras naturezas de gastos, tais como fornecimentos e serviços externos e gastos financeiros.

EBITDA

Os valores estimados do EBITDA para o período em análise são os seguintes:

EBITDA	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção	variação % 2025 vs 2024
Resultados operacionais	12 955 281	12 504 564	14 055 694	15 295 961	17 053 807	12%
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	20 698 179	22 651 895	25 653 332	26 101 923	26 027 812	13%
Provisões e reversões do exercício	334 649	0	0	0	0	-
	33 988 110	35 156 449	39 709 026	41 397 883	43 081 620	13%

Figura 39 – EBITDA

EBITDA Ajustado	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção	variação % 2025 vs 2024
Resultados operacionais	12 955 281	12 504 564	14 055 694	15 295 961	17 053 807	12%
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	20 698 179	22 651 895	25 653 332	26 101 923	26 027 812	13%
Provisões e reversões do exercício	334 649	0	0	0	0	-
Subsídios ao investimento	(4 812 852)	(4 770 513)	(4 815 799)	(4 833 902)	(4 873 429)	1%
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	2 783 441	(1 477 599)	(7 634 994)	(7 630 675)	(7 208 929)	417%
	31 958 698	28 908 336	27 258 233	28 933 307	30 999 262	-6%

Figura 40 – EBITDA Ajustado

EBIT - Líquido de variações de justo valor, provisões e imparidades

Os valores estimados do EBIT para o período em análise são os seguintes:

EBIT Líquido	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção	variação % 2025 vs 2024
Resultados operacionais	13 289 931	12 504 564	14 055 694	15 295 961	17 053 807	12%

Figura 41 – EBIT

Os gastos da Águas do Tejo Atlântico decorrem exclusivamente da sua atividade operacional, que apesar do reforço de gastos em reforço da resiliência e/ou cumprimento de normativos regulatórios, assim como de segurança de pessoas, equipamentos e infraestruturas, permite uma evolução do EBIT, líquido de variações de justo valor, provisões e imparidades, para 2025 favorável, face aos anos anteriores.

Recorde-se, como já referido, que o volume de negócios da Empresa está previamente determinado. Tal decorre das tarifas e dos rendimentos tarifários estarem pré-fixados no Contrato de Concessão, e depois em sucessivos períodos de 5 anos, a partir dos quais a Empresa será remunerada em função dos resultados gerados. Pelo exposto, a evolução dos gastos operacionais não corresponde na mesma medida à evolução do volume de negócios.

6.5. RÁCIO PRC (PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS)

De acordo com o preconizado pelos princípios gerais para elaboração das IEPAO 2025-2027, os valores apurados dos Gastos Operacionais, sobre o Volume de Negócios, e do PRC para o período em análise são os seguintes:

Eficiência operacional	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Gastos operacionais (GO)	-59 116 429	-70 463 677	-70 059 610	-73 141 308	-73 688 237	-74 440 956	-3 081 697	-4,4%
CMVMC	-4 480 548	-4 468 839	-5 313 058	-5 940 774	-6 204 430	-6 209 696	-627 716	-11,8%
FSE	-39 589 118	-48 118 171	-47 238 045	-46 950 060	-45 893 599	-46 361 631	287 986	0,6%
Gastos com pessoal (sem efeito da capitalização)	-15 046 762	-17 876 667	-17 508 507	-20 250 474	-21 590 208	-21 869 628	-2 741 967	-15,7%
1-Pedido de Excecionalidade		5 664 222		916 878	1 023 719	0	916 878	
Acordo de Rendimentos		630 228		916 878	1 023 719		916 878	
Ações excecionais, não regulares, para reforço da resiliência e/ou cumprimento de normativos regulatórios		4 128 993		0			0	
Ações para reforço direto da Segurança de Pessoas, Equipamentos e Infraestruturas		905 000		0			0	
2-Dedução para efeitos de comparabilidade		774 331	222 337	1 471 092	328 464	118 879	387 759	174%
Valorizações remuneratórias ACT- progressões		93 102		97 053	110 718	118 879	97 053	
Contratações RH por questões de segurança		209 236						
Absentismo		398 668		204 293			204 293	
Processo Jurídico Acidente da Guia		73 325	65 337	151 750	141 750	0	86 413	1
Processo Jurídico Reclassificações ACT			0	75 996	75 996	0	75 996	
Inspeção e Aval. das condições estruturais e de funcionamento do Interceptor Geral da Costa do Estoril			157 000	942 000	0	0	785 000	5
Gastos operacionais ajustados (de 1 e 2)	59 116 429	64 025 124	69 837 274	70 753 338	72 336 054	74 322 076	916 064	1,3%
Volume de negócios	90 764 213	98 311 149	98 711 847	100 075 659	102 316 886	105 126 679	1 363 812	1,4%
Vendas	93 749	29 617	74 632	217 632	217 632	217 632	143 000	191,6%
Prestações de Serviços	90 670 465	98 281 532	98 637 216	99 858 027	102 099 254	104 909 047	1 220 812	1,2%
Volume de Negócios ajustado	90 764 213	98 311 149	98 711 847	100 075 659	102 316 886	105 126 679	1 363 812	1,4%
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN)	65,13%	65,12%	70,75%	70,70%	70,70%	70,70%	0,00	

Figura 42 - Rácio PRC

Os gastos com CMVMC, FSE's, Gastos com o Pessoal, sem dedução de trabalhos para a própria Empresa e de subsídios à exploração, e Volume de Negócios constam da Demonstração de Resultados, não sendo considerado para o efeito do cálculo do indicador os valores resultantes da aplicação da IFRIC 12, assim como do Desvio de Recuperação de Gastos.

Da análise do rácio GO/VN como indicador de avaliação da eficiência operacional da Águas do Tejo Atlântico, não pode ser descurado o impacto que têm as despesas de natureza obrigatória, legal, ou imprescindível, e que não têm consequências em matéria de eficiência operacional no seu sentido real.

A Águas do Tejo Atlântico rege-se por ciclos (também designados períodos tarifários), espelhados no respetivo Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), divididos num primeiro período de convergência, de 10 anos, no qual as tarifas e os rendimentos tarifários estão pré-fixados no Contrato de Concessão e depois em sucessivos períodos de 5 anos, a partir dos quais a Empresa será remunerada em função dos resultados gerados. Esta convergência é essencial precisamente para garantir um período de uniformização tarifária gradual dos 3 subsistemas que estão na origem da Empresa.

Encontra-se pendente de aprovação do concedente uma revisão extraordinária do tarifário consubstanciada, designadamente, na apresentação de um novo estudo de viabilidade económica e financeira para o período concessório, como oportunamente já supracitado.

Como já referido em processos orçamentais anteriores, a Águas do Tejo Atlântico, apesar de ter sido constituída em 2017, apenas em 2020 deu início a alguns trabalhos fruto em parte do próprio processo de criação da Empresa e do reescalonamento e normal desenvolvimento da atividade, assim como deu início aos processos de atividade programada relacionada com o estado funcional das infraestruturas. Estes processos envolvem um conjunto vasto de procedimentos de cadastro, inspeções e de auditorias. Em 2020 foram iniciadas as ações mais urgentes e efetuadas intervenções pontuais e críticas decorrentes de um evento de extrema gravidade vivido na Empresa. Volvidos 5 anos, ainda existem défices de manutenção que tem vindo a impactar a atividade operacional, o que obriga a um esforço acrescido de intervenção nos sistemas infraestruturais, quer na dimensão operacional, quer na dimensão funcional, de modo a suprir riscos significativos de segurança, ou a colocar em causa a eficiência operacional e o cumprimento de obrigações legais e de serviço.

A idade média dos subsistemas em operação na Empresa exige uma atividade intensa de manutenção preventiva incompatível com os recursos internos existentes. O objetivo é alcançar o bom estado funcional em todos os subsistemas, de modo a implementar as políticas de gestão sustentável das infraestruturas já definidas e aprovadas na Empresa.

Deste modo se justifica em 2025, a manutenção de gastos relativos às condições de operacionalidade e segurança, cuja previsibilidade era de que se iram esbatendo até ao final do período de convergência tarifária, ou seja, até ao final de 2026. Por vários fatores, de ordem interna, tais como falta de recursos humanos, como de ordem externa, relacionados com a situação de pandemia e a guerra na Ucrânia, que vieram alterar condições de mercado ao nível de preços e de entrega de bens e de prestação de serviços, impossibilitam a Empresa de realizar determinadas atividades, e consequentemente incorrer nos respetivos gastos, nas datas a que se propõe. A par desta situação, a aprovação tardia dos orçamentos não permite a execução da despesa

no calendário projetado, aquando da realização dos exercícios orçamentais. Esta é razão pela qual se verificam variações mais significativas em algumas rubricas, quando se compara exercícios económicos fechados, com o que havia sido orçamentado, e que justifica o facto de a Empresa ter de em exercícios orçamentais seguintes de contemplar despesa para procedimentos que havia previsto, mas que não teve possibilidade de os executar. Estes tipos de procedimentos apesar de considerados como gastos operacionais, não estão diretamente ligados ao volume de atividade operacional, como é o caso dos relacionados com o consumo de reagentes ou com o tratamento de lamas.

Para este tipo de gastos poderá haver um agravamento, sem que seja possível à Empresa a compensação direta e imediata através das receitas (embora parte destes gastos possam ser reconhecidos em termos regulatórios e consequentemente impactar a tarifa, tal não pode ser feito no imediato).

Assim, os gastos previstos no PAO para 2025-2027, resultam exclusivamente da absoluta necessidade de cumprir parâmetros de serviço e de garantir a segurança de pessoas e infraestruturas face às necessidades suplementares identificadas. O acréscimo de gastos, face a anos anteriores, que se possa verificar em algumas rubricas, não resulta da redução da eficiência operacional, como já dito, nem são reflexo da degradação desta, pois este acréscimo de gastos decorre da necessidade de recuperação do passado, em que não pode ser descurado o efeito derivado das condições do mercado, em que se tem vindo a assistir a um agravamento dos preços.

As dificuldades na contratação atempada dos bens e serviços necessários, em grande parte por fatores alheios à Empresa, levam a que intervenções de manutenção e conservação, assim como de outra natureza, indispensáveis à qualidade e à segurança operacionais sejam adiadas. Sendo, portanto, inevitável que na impossibilidade de realização da despesa em determinado exercício, que a mesma transite para o exercício seguinte. Existe deste modo, a tentativa da Empresa na recuperação de gastos necessários de prestações de serviços e de fornecimento de bens não diretamente relacionados com o volume de atividade.

Tal como a Águas do Tejo Atlântico tem tido oportunidade de expor em sede de processos orçamentais anteriores, a realização de auditorias internas e externas permitiu constatar o nível crítico de degradação de infraestruturas e identificar ações que carecem de ser implementadas com urgência, com vista a aumentar a segurança para níveis compatíveis com o serviço cometido pela tutela à Águas do Tejo Atlântico, em prol do ambiente e da saúde pública, cuja não realização conduzirão à não verificação de requisitos legais e limiares impostos à Empresa e à deterioração da sua capacidade operacional.

O PAO para 2025, vem reforçar o preconizado nos PAO anteriores, relativamente à necessidade de a Águas do Tejo Atlântico concretizar, de uma forma firme e consistente, os objetivos que lhe foram traçados aquando da sua criação, dando cumprimento ao estipulado no Contrato de Concessão, o que implica não só tratar de forma adequada o efluente que chega às suas Fábricas da Água, mas também, como já referido, conservar, manter, reparar, renovar, adaptar e melhorar as infraestruturas, instalações e equipamentos

necessários ao bom desempenho do serviço público que presta, assegurando também, por essa via, a segurança das pessoas e das instalações.

A par de auditorias e inspeções aos ativos dos sistemas da AdTA, as exigências legais da atividade e as exigências vertidas no Contrato de Concessão implicam a realização de gastos não incorridos no passado com vista a garantir não só a operacionalização de requisitos mais exigentes de produção, mas também padrões mais elevados de condição e segurança das infraestruturas e dos equipamentos. Gastos estes imprescindíveis, ou seja, cuja concretização não pode ser comprometida, sob pena de a Empresa vir a incorrer noutros gastos, diretos e indiretos, alguns dos quais não mensuráveis e com consequências significativas e potencialmente irreversíveis, comprometendo a segurança das pessoas e das instalações.

É exemplo do anteriormente descrito os gastos previstos incorrer com a inspeção e avaliação das condições estruturais e de funcionamento do intercetor geral do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Costa do Estoril, a maior infraestrutura nacional desta natureza e cuja última inspeção desta natureza foi realizada há cerca de 10 anos, cujo valor previsto despende é de cerca 1 milhão de euros, de que a Empresa já havia abordado a sua importância no PAO 2024 tendo considerado como uma ação de carácter excecional, não regular, para reforço da resiliência e/ou cumprimento de normativos regulatórios. A aprovação do PAO 2024 a meio do presente ano, associado ao facto de já ter sido lançado um procedimento concursal que se veio a encerrar por ausência de interessados (concurso deserto) veio dificultar, à semelhança de outros, do arranque deste procedimento atentadamente, vindo deste modo a gerar maior volume de despesa no ano de 2025, ao invés de 2024 como esperado.

É por o anteriormente exposto que se considera para efeitos de comparabilidade a dedução do respetivo gasto, tendo em conta que o mesmo já havia sido aprovado no PAO24.

Relembre-se que o intercetor da Costa do Estoril é o ativo da maior importância e espinha dorsal do sistema de saneamento da Costa do Estoril, pelo que a inspeção do seu estado estrutural é de importância crítica. Tendo a última inspeção sido realizada em 2014, importa, passados 10 anos, rever o estado da infraestrutura. O trabalho de inspeção é de dificuldade técnica muito elevada dada a dimensão da infraestrutura, a dificuldade de acesso à mesma e à necessidade de fazer a inspeção com o intercetor em funcionamento, decorrendo daí o elevado valor previsto para a realização deste serviço.

Aspetos para efeitos de comparabilidade

Relativamente à projeção de gastos para 2025, e para efeitos de comparabilidade do PRC face a 2024, foram efetuadas deduções ou adições de gastos, conforme apresentado na figura 42, salientando-se os seguintes:

- O gasto relacionado com o cumprimento do Acordo Coletivo do Trabalho (ACT), nomeadamente as valorizações remuneratórias (progressões), à semelhança do procedimento tido no PAO24;
- O efeito do valor respeitante ao absentismo de 2024;
- O gasto extraordinário que estima vir a incorrer em 2024 e 2025, decorrente do acidente mortal ocorrido em 2020 na Fábrica da Água da Guia, em que terá a Empresa de recorrer a assistência jurídica especializada, uma vez que este assunto incorre num ramo do Direito que não corresponde a área de especialidade dos elementos do Departamento Jurídico da Empresa, nem dos advogados avençados que lhe prestam serviços;
- O gasto extraordinário que estima vir a incorrer em 2025, decorrente do processo de reclassificações ao abrigo do ACT, em que, à semelhança do referido no ponto anterior, terá a Empresa de recorrer a assistência jurídica especializada.

No cálculo do PRC está ainda a ser deduzido, como pedido de excecionalidade, o impacte nos gastos do que decorre de obrigações legais, nomeadamente o relacionado com gastos com o pessoal no âmbito do Acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade (Acordo de Rendimentos 2025).

6.6. GASTOS COM DESLOCAÇÕES E ESTADAS, AJUDAS DE CUSTO, FROTA AUTOMÓVEL E ESTUDOS, PARECERES E PROJETOS DE CONSULTORIA

Gastos com Deslocações e Estadas

No respeitante aos gastos com deslocações e estadas a Águas do Tejo Atlântico prevê vir a incorrer com os seguintes gastos:

	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção	variação % 2024 vs 2025
Deslocações e estadas	121 369	156 155	176 376	176 376	176 376	13%

Figura 43 – Deslocações e Estadas

Ajudas de Custo

Relativamente aos gastos com ajudas de custo, a Empresa estima vir a incorrer com gastos de 10.000 euros, o mesmo valor que já havia sido considerado no PAO de 2024.

	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção	variação % 2024 vs 2025
Ajudas de custo	3 626	10 000	10 000	10 000	10 000	0%

Figura 44 – Ajudas de Custo

Frota Automóvel

Quanto aos gastos com frota automóvel importa ter em consideração os aspetos referidos no capítulo 9.1 Frota Automóvel - solicitando a Águas do Tejo Atlântico a aprovação para os gastos que se estimam incorrer.

	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção	variação % 2024 vs 2025
Gastos c/ Frota automóvel	963 436	1 141 893	1 424 916	1 314 163	1 316 713	25%

Figura 45 – Frota Automóvel

Ao longo de 2024, cumprindo as orientações da Holding, a Empresa procedeu, sempre que possível, à extensão contratual das viaturas existentes, desde que não representasse um aumento de gasto específico do contrato superior a 50%, se e não fosse superior aos valores para alugueres pontuais, mesmo comprando veículos de gamas inferiores. Na impossibilidade de extensão contratual, por não aceitação por parte das locadoras, recorreu a alugueres de curta duração, cumprindo o número total de veículos autorizados, de 150 viaturas.

A AdP, com o objetivo de substituição dos veículos cujos contratos de aluguer já são superiores a 6 anos, lançou um procedimento de contratação pública, estimando que em agosto de 2025, com a conclusão do procedimento seja possível proceder à renovação da frota, celebrando novos contratos de AOV para substituição da frota existente, nos casos em que os prazos dos respetivos contratos já estavam ultrapassados, assim como proceder a novas aquisições.

Em suma, para 2025 a Empresa prevê aumentar, pelas duas situações acima descritas, o número de viaturas em II, passando a frota da Empresa a perfazer um total de 161 viaturas. Para o efeito pedimos a devida autorização.

Estudos Pareceres e Projetos de Consultoria

No que concerne aos gastos com estudos, pareceres e projetos de consultoria, a Águas do Tejo Atlântico, a estimativa de gastos é a seguinte:

	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção	variação % 2024 vs 2025
Estudos, pareceres e projetos de consultoria	32 164	21 918	40 159	36 899	36 899	83%

Figura 46 – Estudos Pareceres e Projetos de Consultoria

6.7. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO E VOLUME DOS PAGAMENTOS EM ATRASO

Apresenta-se no seguinte quadro o prazo médio de pagamentos, tendo por base as dívidas correntes a fornecedores e as aquisições de bens e serviços, para exploração e investimento:

Prazo médio de pagamentos	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.03.2025 Orçamento	30.06.2025 Orçamento	30.09.2025 Orçamento	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção
Fornecedores	6 920 879	9 605 359	7 873 101	8 397 816	9 001 359	9 617 659	12 592 202	12 299 201
Fornecimentos e serviços externos	39 589 118	17 238 015	12 072 688	21 230 153	35 515 660	16 950 060	15 893 599	16 361 611
CMVMC	1 671 015	5 313 058	1 181 189	2 970 116	1 152 619	5 910 771	6 201 130	6 209 696
Investimento	17 650 291	23 268 031	10 017 795	22 121 810	37 571 336	52 799 907	82 803 062	96 657 598
PMP - RCM n.º 31/2008	30	30	30	30	30	30	30	30

Figura 47 – Prazo médio de pagamento

Pagamentos em Atraso (Arrears)	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção	variação % 2024 vs 2025
Montante	7 993	0	0	0	0	0%

Figura 48 – Pagamentos em atraso

Os valores de 2023 apresentados como dívida em atraso correspondem na sua totalidade a situações de divergência entre os valores encomendados e os valores faturados, e para os quais a Empresa aguardava da

parte dos fornecedores por esclarecimento ou emissão de notas de crédito. A Empresa tem pautado por cumprir a Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, relativa ao “Programa pagar a tempo e horas” tratando-se este tipo de situações de casos pontuais, que não consubstanciam atrasos de pagamento.

Note-se que o recebimento dos clientes está contratualizado nos 60 dias e que naturalmente este prazo influencia o prazo de pagamento.

6.8. INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS

A Águas do Tejo Atlântico não prevê receber empréstimos do Estado, aumentos de capital ou indemnizações compensatórias, bem como subsídios e outras operações similares.

Esforço público de financiamento	31.12.2023 Real	31.12.2024 EF	31.12.2025 Orçamento	31.12.2026 Projeção	31.12.2027 Projeção	variação % 2025 vs 2024
Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Aumentos de capital	-	-	-	-	-	-
Indemnizações compensatórias	-	-	-	-	-	-
Subsídios governamentais	-	-	-	-	-	-
Outras operações de financiamento	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-

Figura 49 - Esforço Público de Financiamento para 2025

6.9. QUADROS FICHEIRO EXCEL

No que concerne às IEPAO 2025-2027, concretamente à indicação no ponto VI, respeitante ao tema Informação Financeira, de que devem todos os quadros constantes do ficheiro de Excel, apenso ao Despacho, ser colados neste ponto, a Águas do Tejo Atlântico apresenta-os como anexo VI do presente relatório, de modo que se tenha uma maior legibilidade dos mesmos. De igual modo remete conjuntamente com o presente relatório o ficheiro Excel devidamente preenchido, tal como indicado no Despacho.

7. CONTRATOS DE GESTÃO, CONTRATOS-PROGRAMA E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A Águas do Tejo Atlântico não tem celebrado qualquer contrato-programa com o Estado.

Relativamente ao contrato de prestação de serviço público e tendo por base o artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas às quais tenha sido confiada a prestação de serviço público ou serviço de interesse geral, devem elaborar e apresentar ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade propostas de contratualização da prestação desse serviço, associando metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis, modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento e critérios de avaliação e revisão contratuais, exceto quando a relação jurídica administrativa seja titulada por Contrato de Concessão e nos mesmos se encontrem reguladas as matérias atinentes à prestação de serviço público ou serviço de interesse geral, o que é o caso da Águas do Tejo Atlântico relativamente à exploração e gestão do sistema multimunicipal da Grande Lisboa e Oeste.

7.1. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO

Com vista à prossecução dos objetivos estratégicos definidos nos vários domínios da atividade da Empresa, a Águas do Tejo Atlântico dispõe de um conjunto de instrumentos de planeamento, execução e controlo, dos quais se destacam pela sua importância em termos económicos e financeiros:

Plano de Negócios

O Plano de Negócios da Empresa encontra-se consubstanciado no estudo de viabilidade económico e financeiro, para o período de concessão da Empresa, 30 anos.

Plano Anual de Investimentos (PAI)

O PAI é elaborado anualmente para um horizonte temporal de três anos e consiste numa previsão de todos os investimentos que a empresa prevê realizar para esse período, tendo por base fatores de sustentabilidade económica, de manutenção da qualidade dos efluentes e serviços prestados e de eficiência organizacional.

A realização de cada um dos projetos de investimentos é controlada rigorosamente, de tal modo que não é possível a assunção de compromissos financeiros que não estejam aprovados em sede de PAI e cumprindo escrupulosamente a delegação de competências em vigor na Empresa.

No caso de investimentos que a Empresa pretenda realizar, e que não estejam previstos no Contrato de Concessão, ou que o valor a despendar supere o previsto, é solicitada prévia autorização à AdP-SGPS, e posteriormente submetida à ERSAR com o conhecimento do Concedente. A autorização é concedida pelo Concedente mediante parecer favorável da ERSAR.

Qualquer investimento que se pretenda realizar não previsto no PAI carece de deliberação do Conselho de Administração (CA), independentemente do montante envolvido.

Orçamento Anual

O Orçamento é elaborado anualmente, de acordo com os princípios contabilísticos vigentes na Empresa, com a participação ativa de todos os responsáveis da Empresa, os quais ficam vinculados a justificação dos desvios supervenientes perante o CA.

Controlo

A avaliação da execução do PAI e do Orçamento Anual é feita mensalmente, sendo elaborados Relatórios de Controlo de Gestão que monitorizam um vasto conjunto de indicadores económico-financeiros e também operacionais.

A monitorização do cumprimento dos objetivos anuais é feita anualmente pelo acionista maioritário (Grupo AdP), constando a mesma dos Relatórios Anuais de prestação de contas, disponibilizados publicamente no *site* da Empresa.

Relatórios de Acompanhamento

Trimestralmente são produzidos relatórios fundamentados, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento, e que incluem o plano de investimento e as respetivas fontes de financiamento.

Refira-se ainda que a aquisição de bens e/ou serviços é monitorizada através de ferramentas de controlo integrantes do sistema de gestão da empresa (ERP) – SAP. Este sistema incorpora as delegações de competências e fluxos de autorização, em vigor na Empresa, para efeitos de aprovação e autorização de despesas.

8. QUADRO SÍNTESE DE AUTORIZAÇÕES REQUERIDAS

Águas do Tejo Atlântico, solicita autorização para:

Autorizações Necessárias	Fundamentação	Normativo Aplicável	Pág. do PAO correspondente
Contratação, em 2025, de 3 trabalhadores	Necessidades efetivas e imprescindíveis à atividade da Empresa	IEPAO 2025-2027, ponto 3. pág. 9	Ponto 5- Pág. 69
Autorização para que o Técnico B possa preencher a vaga de Técnico Superior A		IEPAO 2025-2027, ponto 3. pág. 9	Ponto 5- Pág. 69
Autorização para contratação antecipada de trabalhadores que visam substituir trabalhadores que se prevê irem a reformar no período em análise	Contratação antecipada de modo a facilitar a formação e passagem do conhecimento de quem se visa substituir	IEPAO 2025-2027, ponto 3. pág. 9	Ponto 5- Pág. 69
Valor referente a Acordo de Rendimentos de 2025	Valorização para 2025 de 1.7% dos gastos com pessoal face à massa salarial do exercício de 2024	Acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos dos Salários	Ponto 5- Pág. 67
Dedução no PRC, para efeitos de comparabilidade, do gasto com a Inspeção e Aval. das condições estruturais e de funcionamento do Intercetor Geral da Costa do Estoril	Pela dimensão do gasto associado à periodicidade destas inspeções extraordinárias		Ponto 6- Pág. 90
Dedução no PRC, para efeitos de comparabilidade, do gasto excecional com Processo Jurídico Acidente da Guia	Decorrente de acidente mortal em 2020		Ponto 6- Pág. 90
Dedução no PRC, para efeitos de comparabilidade, do gasto excecional com Processo Jurídico referente a reclassificações ao abrigo do AC I	Decorrente do processo de reclassificações com data efeito a janeiro 2022- Cláusula 21 do AC I		Ponto 6- Pág. 90
A locação, em regime de AOV, de 10 viaturas operacionais e de aquisição de 1 viatura, e da despesa inerente	Necessidades efetivas e imprescindíveis à atividade da Empresa	IEPAO 2025-2027, ponto 3. pág. 10	Ponto 6.6 - Pág. 95 e Ponto 9- Pág. 101
Autorização para proceder à substituição de contratos de viaturas operacionais que se extinguem quer por prazo, quer por quilometragem máxima contratada	Necessidades efetivas e imprescindíveis à atividade da Empresa	IEPAO 2025-2027, ponto 3. pág. 10	Ponto 6.6 - Pág. 95 e Ponto 9- Pág. 101

Figura 50 - Quadro síntese de autorizações requeridas

9. OUTROS

9.1. FROTA AUTOMÓVEL

A Águas do Tejo Atlântico na elaboração da proposta de PAO 2025 teve em consideração (no que lhe é aplicável) o disposto na Lei do Orçamento de Estado de 2024, no Despacho da Presidência do Conselho de Ministros, das Finanças e do Ambiente e Ação Climática n.º 7681 -A/2023, de 31 de julho, e no Despacho n.º 324/2023-SET, de 3 de agosto. Paralelamente e em cumprimento com a legislação e orientações sob a matéria em epígrafe, a Águas do Tejo Atlântico reflete, na sua proposta de PAO 2025, um esforço de contenção com os gastos associados à frota automóvel.

A frota automóvel da Águas do Tejo Atlântico, S.A., é constituída por viaturas operacionais, contratadas por recurso a contratos de aluguer de operacional de viaturas (AOV), em detrimento de contratos de compra e venda de veículos em estado novo ou usado, opção essa que apenas foi pontualmente adotada mediante propostas fundamentadas, comprovando o efetivo benefício económico.

Plano de Substituição de Viaturas

Derivado do enquadramento atual, influenciado quer pelo período de pandemia vivido de 2020 a 2021, assim como do conflito armado na Ucrânia e seus efeitos na economia, que afetou o mercado automóvel, não foi possível à Empresa a substituição das viaturas no prazo previsto, ou seja, no final do contrato, normalmente de 4 anos. Esta situação implicou, por forma a garantir a continuidade da prestação do serviço público, a prorrogação contratual das viaturas para as quais era expectável a sua substituição.

Esta situação foi penalizadora para a Empresa em vários aspetos:

- a) As viaturas abrangidas pelas extensões contratuais apresentam uma quilometragem elevada o que penaliza a pegada carbónica na realização das normais operações da AdTA;
- b) Derivado do número de anos e da quilometragem, apresentam um maior consumo de combustível;
- c) As rendas são mais penalizadoras, comparativamente aos modelos mais recentes, em que são também transferidos para as rendas os encargos subjacentes à erosão dos respetivos valores residuais, assim como dos valores previsíveis de manutenção;
- d) Riscos de circulação e de manutenção que as viaturas já representam, em que nalguns casos se verifica a ultrapassagem da quilometragem técnica máxima admissível;
- e) Encargos elevados com a manutenção e retenção em oficina, obrigando a Empresa - por falta de alternativa, e de forma a assegurar a continuidade de serviço - a assumir os respetivos encargos autonomamente como serviços não contratados e/ou a recorrer a viaturas de rent-a-car, quando imobilizadas em oficina por longos períodos.

Apenas para agosto de 2025 se prevê a conclusão do procedimento concursal que a AdP está a realizar e posterior concretização da substituição do remanescente das viaturas que tenham sido objeto de extensão contratual em 2024 e no passado, num total de 129 viaturas.

Decorrente do objetivo “FROTA VERDE” do Grupo Águas de Portugal, foi considerado para 2025 que o Fundo Ambiental irá subsidiar a aquisição de Viaturas Elétricas em 10.000€/unidade/48 meses, num total de 640.000€ ou seja, comparticipando 64 viaturas em 2.500€/ano/viatura, tendo a Empresa já beneficiado em dezembro de 2023 deste subsídio para 3 viaturas, num total de 30.000€.

Assim, das 129 viaturas que a Empresa tem necessidade de proceder à substituição, foi considerada a manutenção de 20 viaturas elétricas, e a conversão de 80 viaturas de combustão em viaturas 100% elétricas, dando-se assim cumprimento ao Programa de Neutralidade Energética, que visa a implementação de uma frota verde, procedendo à renovação e descarbonização da frota automóvel da Empresa, bem como ao previsto na alínea c) do n.º I do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 86/2021, de 19 de outubro, que estabelece o regime jurídico relativo à promoção de veículos de transporte rodoviário não poluentes a favor da mobilidade com nível baixo de emissões, excepcionando-se somente os segmentos de viaturas essenciais às atividades de operação e manutenção desenvolvidas pelas empresas operacionais do Grupo AdP para as quais não existam alternativas no mercado.

A não implementação deste plano de substituição de frota, implicará que a Águas do Tejo Atlântico terá que, por forma a assegurar a continuidade do serviço público, garantir a substituição das viaturas, mediante novas prorrogações dos atuais contratos, ou a celebração de contratos de rent-a-car.

Aumento de Número de Viaturas

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., solicita a necessária autorização para o aumento da sua frota operacional em 11 viaturas imprescindíveis à sua atividade:

A) 7 viaturas – garantia de prestação do serviço público

A Empresa, por forma a garantir a prestação do serviço público, recorre com frequência a alugueres de curta duração para fazer face a necessidades operacionais decorrentes de ampliação de sistemas de saneamento, a necessidade de separar as respetivas equipas por questões de segurança e por acréscimo de outras responsabilidades.

Estas viaturas visam dar resposta a necessidades vários serviços da Empresa, permitindo suprir efetivas carências operacionais, como sejam as deslocações inerentes à própria operação das infraestruturas, à verificação do funcionamento e reparação de equipamentos, à verificação das condições de segurança dos trabalhadores e das instalações, o que obrigou nos Centros Operacionais de Torres Vedras; Alenquer, Azambuja e Rio Maior; e Mafra à existência de mais uma rota de operação, com a necessidade de mais uma

viatura operacional em cada CO, às deslocações para verificação e leitura de analisadores de energia e dos medidores de caudal, e à deslocação de técnicos aos locais de obra para fiscalização e acompanhamento de empreitadas, bem como da atividade de controlo analítico, em que diariamente se procede à recolha de amostras nas várias instalações do extenso território da concessão e se entrega em laboratório para análise.

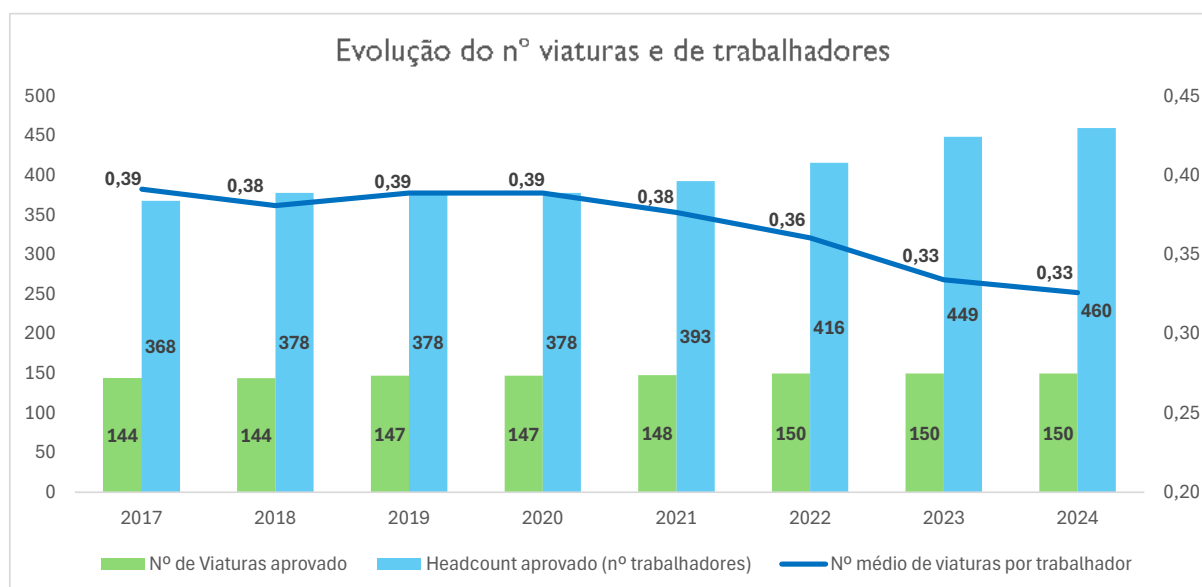
O desempenho das atividades anteriormente mencionadas não corresponde a picos de atividade, mas sim a necessidades permanentes para assegurar o cabal cumprimento das responsabilidades dos serviços em causa, nomeadamente a necessidade de apoio no local, não sendo aplicável o apoio remoto.

Recorde-se que a atividade da Empresa decorre num extenso território, correspondente aos 23 municípios da Grande Lisboa e Oeste, e onde se encontram dispersas 100 Estações de Tratamento de Águas Residuais e 285 Estações Elevatórias.

Este aumento da frota em 7 viaturas pretende regularizar os alugueres que são feitos por um curto prazo, que deixaram de ter um carácter esporádico, passando a uma necessidade permanente decorrente das novas responsabilidades e da reorganização a Empresa, em que a celebração de contratos de AOV por 4 anos, desoneram a Empresa de carga administrativa e de gastos mais elevados.

Não sendo viável, quer em termos económicos, quer operacionais, o recurso a alugueres de curta duração, e por se tratar a necessidade destas viaturas de uma situação permanente e imprescindível à atividade da Empresa, a Águas do Tejo Atlântico pede autorização para a aquisição em regime de AOV de 7 viaturas.

Este aumento de número de viaturas é totalmente justificável pelo aumento de trabalhadores aprovados nos anteriores PAO23 e PAO24, que estando agora integrados, necessitam de condições de mobilidade para desempenharem as suas funções ao longo da área de concessão.



B) 4 novas viaturas operacionais

Estas viaturas destinam-se aos seguintes serviços

- Aquisição de 1 viatura pesada com características específicas para a Direção de Operação que se destinará a elevar os custos de gradados, permitindo mitigar situações de risco para os trabalhadores em serviço nas várias instalações da exploração da Águas do Tejo Atlântico. A aquisição desta viatura não é passível de contratação em regime de AOV, sendo por isso adquirida para o imobilizado da Empresa, pois as suas características e o investimento associado à sua adaptação de modo a responder às necessidades operacionais assim o exigem. A aquisição desta viatura virá permitir a redução de gastos em FSE's no aluguer deste tipo de viaturas ou da contratação de serviços especializados para a realização dos trabalhos, que com esta tipologia de viatura se visa efetuar.

- 3 viaturas, em regime de AOV, para utilização Geral da POOL da Empresa – por razões de aumento de atividade e de número de trabalhadores, aqueles que serão recrutados em resultado da aprovação do PAO24 e aqueles que se espera virem a ser recrutados em resultado da aprovação proposta no PAO25, para novas como reutilização, tratamento de lamas e novas formas de produção de biogás para cumprimento de objetivos de neutralidade energética, entre outras novas atividades, que permitirão a médio prazo poupanças, mas que obrigam a deslocações contantes com realização de trabalho no terreno, visitas a empreitadas e trabalhos em curso nos mais de 4 000 km².

Face a tudo o que antecede, e considerando a imprescindibilidade deste instrumento de trabalho para garantir a continuidade e a qualidade prestação do serviço público essencial em qualidade e segurança, a Águas do Tejo Atlântico, solicita a necessária autorização para o aumento da sua frota em 11 viaturas, 5 híbridas, 5 elétricas e apenas 1 a viatura a combustão, dada a sua categoria de viatura pesada.

Considerando que as viaturas automóveis constituem instrumentos de trabalho imprescindíveis ao desenvolvimento da atividade da Águas do Tejo Atlântico, a não autorização para o aumento da Frota Operacional, poderá colocar em causa a satisfação de necessidades básicas da coletividade, podendo originar uma eventual paralisação ou degradação dos serviços, a qual terá consequências ambientais gravíssimas, podendo ser afetada a qualidade da água, o bom estado ecológico dos recursos hídricos e as políticas de promoção do uso eficiente da água, com prejuízos evidentes para a saúde pública e a qualidade de vida das populações e para os ecossistemas e a biodiversidade – valores que o Estado Português (e, mais diretamente, os gestores do Grupo AdP) estão obrigados a proteger, de acordo com rigorosas metas qualitativas e quantitativas, impostas por força de legislação nacional, europeia e de tratados internacionais.

No quadro infra apresenta-se o número de viaturas Empresa ao longo dos períodos de análise:

Evolução do Total de Viaturas por Tipologia	31.12.2023		31.12.2024		31.12.2025		31.12.2026		31.12.2027	
	Real		EF		Orçamento		Projeção		Projeção	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Viaturas 100% Elétricas	23	15%	22	15%	105	65%	105	65%	105	65%
Viaturas Plug-in	1	1%	1	1%	3	2%	3	2%	3	2%
Viaturas Híbridas	0	0%	2	1%	27	17%	27	17%	27	17%
Viaturas Combustão	126	84%	125	83%	26	16%	26	16%	26	16%
Total da Frota Operacional	150	100%	150	1	161	100%	161	100%	161	100%

Figura 51 – N° total de viaturas por tipologia e por ano

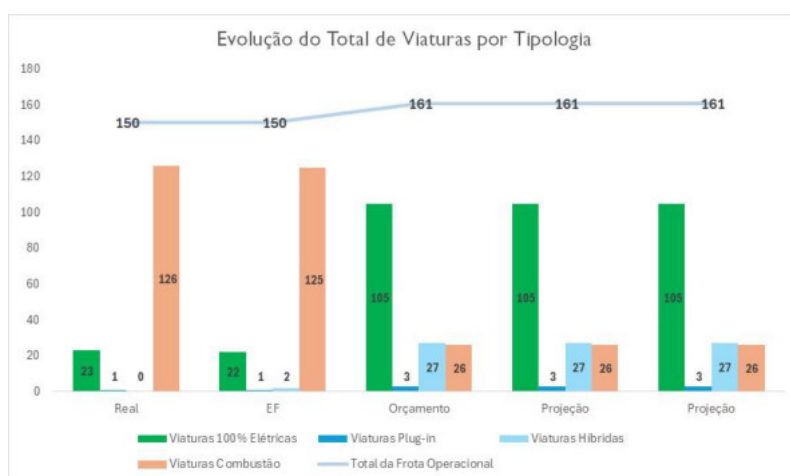


Figura 52 – Evolução do n° de viaturas por tipologia e por ano

Quanto aos gastos com viaturas, os valores que se estimam vir a incorrer são os seguintes:

Gastos Frota automóvel	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2026	31.12.2027	variação %
	Real	EF	Orçamento	Projeção	Projeção	2024 vs 2023
Total gastos com frota automóvel	963 436	1 141 893	1 424 916	1 314 163	1 316 713	25%
Número de viaturas ligeiras	149	149	159	159	159	7%
Número de viaturas pesadas	1	1	2	2	2	100%
Total de Viaturas	150	150	161	161	161	7%
valor médio por viatura	6 423	7 613	8 850	8 163	8 178	16%

Figura 53 – Gastos Frota automóvel

Os gastos apresentados correspondem à previsão da totalidade das despesas relativas a gastos com a frota automóvel da Águas do Tejo Atlântico (rendas, amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustível, eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos, acertos de rendas referentes por recálculos de quilómetros e recondicionamentos).

O agravamento dos gastos em 2025 decorre do processo de recondicionamento das 129 viaturas que espera vir a substituir, que dado o número de anos passados os valores são tendencialmente superiores aos que se incorreriam caso as viaturas fossem substituídas ao final de 4 anos. A empresa estimou para esta natureza de despesa o valor de 171 mil euros, cerca de 1.326€/viatura.

Aplicação IFRS16 no prolongamento e substituição de viaturas

É ainda de referir para efeitos de comparabilidade de exercícios económicos, que no Grupo AdP, os contratos de AOV são reconhecidos contabilisticamente no âmbito da norma IFRS16 – Locações, desde 2019. Esta norma traduz o reconhecimento no momento inicial do contrato de um ativo e de um passivo que corresponde ao valor das rendas futuras descontado à taxa de juro implícita em cada contrato, pelo prazo da locação. Este modelo implica o reconhecimento de gasto com: i) amortização do ativo sob direito de uso; e ii) juros da locação.

Por impossibilidade de renovação da sua frota automóvel, e em face da necessidade de ter os veículos disponíveis a Águas do Tejo Atlântico tem vindo a proceder sempre que possível e aceite pelas locadoras à extensão dos contratos de AOV, com custos acrescidos face à renovação da frota, por períodos de 12 meses. Ora no âmbito da referida norma, os contratos com duração até 12 meses ou em contratos cujo justo valor do ativo subjacente seja inferior a 5.000 USD, o reconhecimento das rendas é realizado diretamente como gastos em FSE's, sendo o prolongamento do tratado como um novo contrato. Ou seja, nos termos das regras contabilísticas aplicáveis, o prazo e o valor do contrato são determinantes para a forma como os encargos são reconhecidos contabilisticamente.

Esta alteração não afeta os encargos reportados com a frota, uma vez que para o cumprimento do princípio financeiro são considerados todos os encargos independentemente da forma de contabilização.

Lisboa, 19 de setembro de 2024

O Conselho de Administração

NUNO RAFAEL
DA CONCEIÇÃO
BRÔCO

Assinado de forma
digital por NUNO
RAFAEL DA
CONCEIÇÃO BRÔCO
Dados: 2024.09.19
12:29:44 +01'00'

Assinado por: HUGO FILIPE XAMBRE BENTO PEREIRA
Num. de Identificação: 11915492
Data: 2024.09.19 13:15:01+01'00'

10. ANEXOS

Anexo I – Seleção de investimentos plurianuais específicos para acompanhamento

SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS PLURIANUAIS ESPECÍFICOS PARA ACOMPANHAMENTO

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da seleção, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual. Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo fornecimento e montagem de equipamentos) é de longo o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

LEGENDA: - introdução de dado

Nome da empresa
Águas do Tejo Atlântico, S.A.
Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento 31-08-2024
Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Informação com vista à seleção dos investimentos a considerar para efeitos de acompanhamento, de acordo com o planeamento

N	Empreitada	Valor total previsto para a obra	Execução prevista para o ano 2025	Mês de início real ou previsto	Mês de conclusão previsto	Tipo de investimento		
		(milhares de euros)				Obra nova	Reabilitação/Remodelação/Substituição	Total
			(%)					

Lista das dez empreitadas com maior valor que tenham execução em 2025, por ordem decrescente desse valor, de acordo com o planeamento

1	Alcântara - ligação a Amadora / Benfica- Fase I e Fase II-Bacia de Anti-poliuição	9 100	152	dez/25	dez/29	100%	0%	100%
2	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras	5 000	2 059	jun/25	fev/27	0%	100%	100%
3	Beneficiação do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril - Fase 1	5 000	172	dez/25	jun/28	50%	50%	100%
4	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	4 823	2 353	jul/23	jan/26	0%	100%	100%
5	Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro- restantes intervenções	4 680	2 246	set/24	jan/27	100%	0%	100%
6	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	4 461	1 521	jul/23	ago/26	75%	25%	100%
7	Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025	3 100	1 617	ago/24	ago/26	0%	100%	100%
8	Beneficiações Gerais de Construção Civil 2025/2026	3 000	857	jul/24	dez/26	0%	100%	100%
9	Empreitada de Substituição de Tampas nos Subsistemas das Zonas Norte e Sul – Lotes 1 e 2	2 799	1 477	abr/24	dez/25	0%	100%	100%
10	Conceção/Construção da ETAR da Encarnação	2 796	1 249	set/24	set/26	15%	85%	100%

Lista das dez empreitadas com maior execução prevista ao longo do ano 2025, por ordem decrescente dessa execução, de acordo com o planeamento

1	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	4 823	2 353	jul/23	jan/26	0%	100%	100%
2	Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro- restantes intervenções	4 680	2 246	set/24	jan/27	100%	0%	100%
3	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras	5 000	2 059	jun/25	fev/27	0%	100%	100%
4	Emissário Jamor (Oeiras)	2 000	1 692	nov/24	mar/26	0%	100%	100%
5	Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025	3 100	1 617	ago/24	ago/26	0%	100%	100%
6	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	4 461	1 521	jul/23	ago/26	75%	25%	100%
7	Empreitada de Substituição de Tampas nos Subsistemas das Zonas Norte e Sul – Lotes 1 e 2	2 799	1 477	abr/24	dez/25	0%	100%	100%
8	Conceção/Construção da ETAR da Encarnação	2 796	1 249	set/24	set/26	15%	85%	100%
9	Conceção Construção para Substituição do Monta-Cargas da Fábrica de Água da Guia	1 200	1 200	mar/25	set/25	0%	100%	100%
10	Empreitada de Execução da Reabilitação de Edifícios com Estrutura Metálica nas Fábricas de Água da Charneca, Atouguia da Baleia, Zambujeira, Frielas e São João da Talha	2 100	1 145	jun/25	jul/26	10%	90%	100%

Lista das cinco empreitadas propostas pela empresa para efeitos do acompanhamento a realizar

1	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	4 823	2 353	jul/23	jan/26	0%	100%	100%
2	Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro- restantes intervenções	4 680	2 246	set/24	jan/27	100%	0%	100%
3	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras	5 000	2 059	jun/25	fev/27	0%	100%	100%
4	Emissário Jamor (Oeiras)	2 000	1 692	nov/24	mar/26	0%	100%	100%
5	Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025	3 100	1 617	ago/24	ago/26	0%	100%	100%

As cinco empreitadas propostas pela empresa podem ser todas integrantes de uma ou das duas listas de dez obras acima, ou podem não o ser, quando existam motivos que tornem muito relevante uma outra obra.

Fundamentação para a seleção de investimentos proposta pela empresa

Os investimentos selecionados para acompanhamento no decorrer do ano 2025 são aqueles que apresentam maior execução em 2025 e que representam cerca de 33% do valor de investimento em empreitadas para o ano 2025.

Razões pelas quais a empresa considera serem os cinco investimentos acima aqueles que merecem maior atenção

Anexo II - Ficha sumária de investimento

FICHA SUMÁRIA - MONTANTES DE INVESTIMENTO DA EMPRESA

LEGENDA: XXXXX introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

30-06-2024

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Mês de referência

Mês a que a ficha se reporta

Planeamento versus realização

(milhares de euros)

	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25
Total anual dos valores do planeamento dos investimentos	38 456											
Valores mensais	2 192	2 142	2 410	2 745	2 334	2 814	3 301	3 457	4 110	4 120	4 164	4 668
Total dos valores da realização dos investimentos até à data												
Valores mensais do planeamento acumulados	2 192	4 334	6 744	9 489	11 824	14 637	17 938	21 394	25 505	29 624	33 788	38 456
Valores mensais da realização acumulados												
Taxa de execução acumulada												

Estão em causa os valores do investimento globais, com todas as suas componentes, ao contrário do que sucede com as fichas de investimento para os investimentos selecionados, em que os valores se referem exclusivamente à componente "empregada".

Notas sobre a evolução dos investimentos por comparação com o planeamento

Aspectos mais relevantes do desenvolvimento dos investimentos da empresa e motivos das diferenças face ao planeamento

Anexo III - Fichas descritivas de investimento plurianual

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: XXXXX - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

30-06-2024

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

100% Investimento de Substituição

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

4 823 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afecta à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida

(habitantes)

Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

(habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total

(euros)

Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida

Custo per capita relativo à "obra nova"

(euros)

Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Arruda dos Vinhos

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

O Investimento a realizar, decorrente da obrigação de manutenção dos bens e meios afetos à concessão, conforme Apêndice IV do Anexo I do Contrato de Concessão, engloba de uma forma geral as seguintes intervenções:

a. Beneficiação da construção civil, incluindo edifícios industriais, órgãos de tratamento e redes associadas;

b. Substituição de equipamentos metalomecânicos, eletromecânicos, elétricos e instrumentação de controlo do processo e, ainda,

c. Substituição das instalações elétricas, automação e sistema de supervisão.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

A situação da ETAR é totalmente incompatível com o desempenho da instalação, não permitindo responder aos seguintes aspetos:

- Afluência de caudais industriais: tem vindo a agravar-se sendo na atualidade totalmente incompatível com o desempenho da ETAR;

- Cumprimento da LURH: é necessário proceder à remodelação da instalação e à sua capacitação para tratar as águas residuais de origem doméstica actualmente afluentes e ainda as contribuições industriais, para as quais não foi possível encontrar solução ao nível das indústrias/município, nos últimos anos.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc., etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

out/23

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

jul/24

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra

out/25

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	3 922														
Valores mensais	261	261	261	261	261	261	261	261	261	261	261	261	261	261	261

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

901 (milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Não está prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou raios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento.

Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: XXXX - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

30-06-2024

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro-restantes intervenções

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

100% Obra nova

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

4 680

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afectada à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida

(habitantes)

Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

(habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total

(euros)

Rácio do valor total da empreitada sobre a população servida

Custo per capita relativo à "obra nova"

(euros)

Rácio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Município de Mafra

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

A presente empreitada visa a conclusão da construção do sistema de drenagem "em alta" da Foz do Lizandro, como previsto no Contrato de Concessão, nomeadamente, a construção do sistema elevatório de Montesouros (Estação Elevatória e Condução Elevatória com 2 106 metros em PEAD DN 315) e dos interceptores/emissários de Almada (emissário gravítico com 680 metros em PEAD DN250), Carapinha (emissário gravítico com 2600 metros em PEAD DN 250), Mafra-Carvoeiro Montante (interceptor gravítico com 2075 em PEAD DN 250), Mafra-Carvoeiro Jusante (interceptor gravítico com 3560 metros em PEAD DN500) e Gonçalvesinhos (emissário gravítico com 2557 metros em PEAD DN400).

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

No período de 2010 a 2015 foi construída a ETAR da Foz do Lizandro, o sistema de drenagem "norte", o sistema de drenagem de Carvoeira e Valbom e o sistema elevatório da Carvoeira. A empreitada em apreço contempla a construção das infraestruturas "em alta" que irão permitir a conclusão das infraestruturas previstas para o subsistema de drenagem "em alta" da Foz do Lizandro, tal como foi previsto no Contrato de Concessão.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

set/24

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra

set/26

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

(milhares de euros)		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	4 680	Valores mensais	187	187	187	187	187	187	187	187	187	187	187	187	187	187

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

(milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Não está prevista a inclusão em candidatura.

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento.

Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: XXXXX - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

30-06-2024

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

100% Investimento de Substituição

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

5 000 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afectada à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida

(habitantes)

Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

(habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total

(euros)

Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida

Custo per capita relativo à "obra nova"

(euros)

Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Torres Vedras

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

As principais intervenções previstas na empreitada incluem: i) a instalação de grades grossas nos canais de gradagem a montante dos tamisadores; ii) a redução do volume da lagoa de equalização e a melhoria das condições de circulação na lagoa; iii) a substituição das turbinas rápidas existentes no reator biológico por um sistema de arejamento por ar difuso alimentado por compressores; iv) a substituição dos espessadores mecânicos por um espessador gravítico; v) a substituição do digestor de gorduras por um concentrador de gorduras; vi) o redimensionamento do sistema de extração de ar contaminado no interior do edifício de tratamento de lamas e a substituição do biofiltro. Incluem-se ainda alguns trabalhos de reabilitação/beneficiação dos órgãos de tratamento e edifícios, pavimentos, acessibilidades, substituição da bácia e melhoria das condições de segurança e operacionalidade da instalação.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

A ETAR de Torres Vedras, construída em 2005, encontra-se prestes a concluir vinte anos de funcionamento, período expetável de término de vida útil da generalidade dos equipamentos eletromecânicos, e que justifica também obras de conservação e restauro das infraestruturas de construção civil. Importa nesta data resolver alguns problemas funcionais da instalação e substituir/reparar infraestruturas/equipamentos cujo estado de conservação põe em risco a sua funcionalidade e a continuidade do tratamento.

A instalação existente tem várias limitações em termos de eficiência energética, sendo mais significativa a decorrente da baixa eficiência de transferência de oxigénio do sistema de arejamento instalado nos reatores biológicos (turbinas rápidas). Adicionalmente pretende-se reformular as etapas de equalização, digestão de gorduras, espessamento mecânico e desodorização, devido a constrangimentos de dimensionamento e/ou a serem etapas intensivas em termos energéticos e de manutenção.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

(mês de início)

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

jun/25

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra

out/26

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

(milhares de euros)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	5 000	294	294	294	294	294	294	294	294	294	294	294	294	294	294

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

(milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Não está prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Complicação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a complicação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento.

Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: XXXX - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

30-06-2024

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Emissário do Jamor

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

100% Investimento de Substituição

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

2 000 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afecta à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida

(habitantes)

Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

(habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total

(euros)

Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida

Custo per capita relativo à "obra nova"

(euros)

Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Oeiras

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

A intervenção de reabilitação estrutural do Emissário do Jamor visa , essencialmente, a resolução dos problemas relativos à condição estrutural do emissário e caixas de visita, as quais, entre outros inconvenientes, determinam a entrada de água no emissário e consequentemente a sobrecarga hidráulica do mesmo (e restantes infraestruturas a jusante).

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

A execução das intervenções previstas no projeto têm em conta as condições atuais do emissário, avaliadas do ponto de vista estrutural, operacional, social/ambiental e hidráulico.

O projeto insere-se no conjunto de intervenções que a Tejo Atlântico tem vindo a desenvolver no emissário do Jamor relativas à reabilitação estrutural (e hidráulica) dos emissários que integram o Sistema da Costa do Estoril, por forma a alcançar um comportamento hidráulico, operacional e ambiental adequado e conforme com a capacidade de transporte dos emissários e de tratamento do Sistema da Costa do Estoril.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc., etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

(mês de início)

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

nov/24

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra

nov/25

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

(milhares de euros)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	2 000	Valores mensais	154	154	154	154	154	154	154	154	154	154	154	154	

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

(milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Não está prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento.

Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: XXXX - introdução de dados

Nome da empresa
Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento 30-06-2024

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

100% Obra de reabilitação/remodelação/substituição

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

3 100 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afecta à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida

(habitantes)

Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

(habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total

Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida

(euros)

Custo per capita relativo à "obra nova"

(euros)

Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Diversas instalações do Sistema Multimunicipal

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

Execução de pequenos trabalhos de construção civil que visam a reposição da condição física e funcional em diversas tipologias de ativos, sejam redes de drenagem ou edificações do sistema.

Nestes trabalhos estão incluídas: situações de reposição e beneficiação de condições de segurança quer na vertente security como na vertente safety, correções e reabilitações pontuais em edifícios de exploração e administrativos e beneficiações de infraestruturas, reparação das redes de drenagem gravítica.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

As intervenções estão enquadradas com as medidas e necessidades de manutenção corretiva e algumas melhorias e beneficiações pontuais necessárias em infraestruturas existentes.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc., etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

ago/24

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra

jun/26

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

(milhares de euros)		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	3 100	Valores mensais	135	135	135	135	135	135	135	135	135	135	135	135	135	135

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

(milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Não está prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

Anexo IV – Quadros – Ponto VI (IEPAO) Informação Financeira

Demonstrações financeiras

Unid: 1 000

Balanço	2023	2024	2025	2026	2027
Ativo (total)	562 667	539 106	530 568	571 187	631 766
não corrent.	477 626	479 134	505 447	546 131	606 232
corrente	85 041	59 973	25 121	25 057	25 535
CP (total)	119 506	120 058	123 049	123 472	123 864
rest.trans.	0	0	0	0	0
Passivo (total)	443 161	419 048	407 518	447 716	507 903
não corrent.	404 508	381 480	349 919	300 933	257 036
corrente	38 653	37 569	57 600	146 782	250 867

Demonstração de resultados	2023	2024	2025	2026	2027
Volume de Negócios (incl. ICs)	90 764	98 712	100 076	102 317	105 127
% de crescimento		9%	1%	2%	3%
Gastos com Pessoal	-15 047	-17 509	-20 250	-21 590	-21 870
% de crescimento		16%	16%	7%	1%
Fornecimentos e serviços externos	-39 589	-47 238	-46 950	-45 894	-46 362
% de crescimento		19%	-1%	-2%	1%
EBITDA	28 841	30 386	34 893	36 564	38 208
% de crescimento		5%	15%	5%	4%
EBIT	12 955	12 505	14 056	15 296	17 054
% de crescimento		-3%	12%	9%	11%
Resultado líquido	7 012	7 213	7 323	7 379	7 402
% de crescimento		3%	2%	1%	0%

Eficiência operacional	2024	2025	2026	2027
GO/VN	0,71	0,71	0,71	0,71

BALANÇO

Rubricas	Notas	2023	2024	2024	2024	1ºT2025	2ºT2025	3ºT2025	4ºT2025	2025	2026	2027
		Execução	PAO	Estimativa		Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
ATIVO												
Ativo não corrente												
Ativos fixos tangíveis		573 803 €	868 998 €	1 673 477 €	1 974 961 €	1 974 961 €	2 079 849 €	2 256 658 €	2 287 862 €	2 287 862 €	2 136 982 €	2 082 162 €
Ativos intangíveis		419 141 698 €	423 884 240 €	417 903 714 €	420 031 613 €	420 031 613 €	424 918 503 €	432 530 753 €	440 638 488 €	440 638 488 €	481 694 028 €	534 813 655 €
Clientes, contribuintes e utentes		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros ativos financeiros		33 428 €	33 428 €	33 428 €	33 428 €	33 428 €	33 428 €	33 428 €	33 428 €	33 428 €	33 428 €	33 428 €
Ativos por impostos diferidos		57 768 053 €	58 272 150 €	58 258 508 €	58 232 078 €	58 153 939 €	58 154 014 €	58 083 541 €	58 083 541 €	58 083 541 €	57 341 179 €	57 374 339 €
Ativos sob direito de uso		108 774 €	65 295 €	1 264 430 €	1 356 345 €	1 223 259 €	4 777 047 €	4 403 513 €	4 403 513 €	4 403 513 €	2 909 376 €	2 703 395 €
Desvio de recuperação de gastos (DRG)		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	2 015 690 €	9 224 619 €
Subtotal		477 625 757 €	483 124 113 €	479 133 558 €	481 628 425 €	486 408 978 €	497 751 900 €	505 446 833 €	505 446 833 €	505 446 833 €	546 130 684 €	606 231 599 €
Ativo corrente												
Inventários		3 740 348 €	1 140 769 €	2 362 430 €	2 390 112 €	2 441 677 €	2 480 283 €	2 400 201 €	2 400 201 €	2 400 201 €	2 549 766 €	2 551 930 €
Clientes, contribuintes e utentes		16 341 967 €	19 207 045 €	18 976 371 €	19 063 399 €	19 051 885 €	19 018 934 €	19 304 172 €	19 304 172 €	19 304 172 €	19 521 610 €	20 053 852 €
Estado e outros entes públicos		1 520 112 €	3 220 727 €	3 324 825 €	2 669 961 €	2 413 259 €	2 513 232 €	2 830 061 €	2 830 061 €	2 830 061 €	2 398 897 €	2 342 330 €
Acionistas - Apolo Tesouraria AdP		55 013 154 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros ativos financeiros		1 115 843 €	293 757 €	583 200 €	701 287 €	554 862 €	716 588 €	581 443 €	581 443 €	581 443 €	581 443 €	581 443 €
Caixa e depósitos		7 310 052 €	19 655 049 €	34 725 966 €	23 848 197 €	5 257 906 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €
Subtotal		85 041 475 €	43 517 348 €	59 972 791 €	48 672 956 €	29 719 588 €	24 734 037 €	25 120 878 €	25 120 878 €	25 120 878 €	25 056 716 €	25 534 555 €
Total do Ativo		562 667 232 €	526 641 461 €	539 106 349 €	530 301 380 €	516 128 566 €	522 485 937 €	530 567 710 €	530 567 710 €	530 567 710 €	571 187 400 €	631 766 154 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO												
Património / Capital		113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €
Ações (quotas) próprias		-2 521 433 €	0 €	-2 521 433 €	-2 521 433 €	-2 521 433 €	-2 521 433 €	-2 521 433 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Reservas		1 487 596 €	1 838 196 €	1 838 196 €	2 198 868 €	2 198 868 €	2 198 868 €	2 198 868 €	2 198 868 €	2 198 868 €	2 565 013 €	2 933 957 €
Resultado líquido do período		7 012 016 €	7 107 281 €	7 213 434 €	1 780 743 €	3 614 694 €	5 468 798 €	7 322 902 €	7 322 902 €	7 322 902 €	7 378 877 €	7 401 973 €
Total do Património Líquido		119 505 858 €	122 473 158 €	120 057 877 €	114 985 858 €	116 819 809 €	118 673 913 €	123 049 450 €	123 049 450 €	123 049 450 €	123 471 570 €	123 863 610 €
PASSIVO												
Passivo não corrente												
Provisões		539 324 €	539 324 €	872 858 €	869 426 €	864 850 €	861 417 €	856 841 €	856 841 €	856 841 €	840 823 €	824 805 €
Financiamentos obtidos		158 085 678 €	142 336 506 €	142 336 516 €	139 986 380 €	134 018 858 €	131 669 252 €	125 496 172 €	125 496 172 €	125 496 172 €	105 771 057 €	84 748 952 €
Fornecedores de investimentos		692 917 €	647 003 €	624 798 €	613 320 €	601 841 €	590 363 €	578 885 €	578 885 €	578 885 €	532 971 €	487 058 €
Passivos por impostos diferidos		13 902 971 €	13 902 971 €	13 508 133 €	13 508 133 €	13 508 133 €	13 508 133 €	13 508 133 €	13 508 133 €	13 508 133 €	13 508 133 €	14 797 362 €
Passivos de locação		78 146 €	0 €	42 278 €	1 054 465 €	556 395 €	3 720 906 €	2 564 889 €	2 564 889 €	2 564 889 €	1 106 173 €	897 456 €
Desvio de recuperação de gastos (DRG)		14 727 578 €	12 160 451 €	13 249 978 €	11 291 888 €	9 185 431 €	7 524 799 €	5 614 984 €	5 614 984 €	5 614 984 €	0 €	0 €
Acréscimos de custos do investimento contratual		104 597 430 €	92 226 409 €	103 731 446 €	102 294 455 €	101 360 205 €	99 869 463 €	99 000 940 €	99 000 940 €	99 000 940 €	81 710 324 €	62 689 363 €
Subsídios ao investimento e outros		111 884 190 €	107 072 983 €	107 113 676 €	105 909 727 €	104 705 777 €	103 501 827 €	102 297 877 €	102 297 877 €	102 297 877 €	97 463 975 €	92 590 546 €
Subtotal		404 508 233 €	368 905 649 €	381 479 684 €	375 527 792 €	364 801 490 €	361 246 161 €	349 918 720 €	349 918 720 €	349 918 720 €	300 933 455 €	257 035 543 €
Passivo corrente												
Fornecedores		5 987 565 €	3 128 484 €	6 467 774 €	4 689 683 €	4 510 758 €	4 363 735 €	4 394 265 €	4 394 265 €	4 394 265 €	7 338 808 €	7 045 810 €
Estado e outros entes públicos		4 276 307 €	3 067 482 €	4 250 764 €	1 849 786 €	2 993 941 €	2 603 687 €	3 544 547 €	3 544 547 €	3 544 547 €	4 017 177 €	4 453 009 €
Acionistas / Sócios / Associados - Apolo Tesouraria da AdP-SGPS		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	6 992 458 €	20 485 340 €	20 485 340 €	20 485 340 €	102 279 369 €	202 852 216 €
Financiamentos obtidos		15 654 441 €	16 376 783 €	16 376 724 €	16 561 028 €	16 735 734 €	16 930 831 €	17 203 782 €	17 203 782 €	17 203 782 €	21 622 724 €	24 976 172 €
Fornecedores de investimentos		3 478 695 €	8 287 582 €	5 327 142 €	5 372 978 €	6 076 645 €	6 830 380 €	7 442 951 €	7 442 951 €	7 442 951 €	7 442 951 €	7 442 951 €
Outras contas a pagar		9 221 253 €	4 342 661 €	4 268 850 €	11 271 977 €	3 697 912 €	3 840 700 €	3 039 585 €	3 039 585 €	3 039 585 €	2 622 630 €	2 638 127 €
Passivos de locação		34 879 €	59 662 €	877 534 €	42 278 €	492 278 €	1 004 071 €	1 489 071 €	1 489 071 €	1 489 071 €	1 458 716 €	1 458 716 €
Outros passivos financeiros												
Subtotal		38 653 140 €	35 262 654 €	37 568 788 €	39 787 730 €	34 507 267 €	42 565 863 €	57 599 540 €	57 599 540 €	57 599 540 €	146 782 375 €	250 867 001 €
Total do Passivo		443 161 374 €	404 168 303 €	419 048 472 €	415 315 522 €	399 308 757 €	403 812 024 €	407 518 260 €	407 518 260 €	407 518 260 €	447 715 830 €	507 902 544 €
Total do Património Líquido e Passivo		562 667 232 €	526 641 461 €	539 106 349 €	530 301 380 €	516 128 566 €	522 485 937 €	530 567 710 €	530 567 710 €	530 567 710 €	571 187 400 €	631 766 154 €

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos e Gastos	Notas	2024					2025			2026		2027	
		2023	2024	2024	2024	2024	2025	2025	2025	2026	2026	2027	2027
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Vendas		93 749 €	29 617 €	74 632 €	217 632 €	217 632 €	217 632 €	217 632 €	217 632 €	217 632 €	217 632 €	217 632 €	217 632 €
Prestações de serviços		90 670 465 €	98 281 532 €	98 637 216 €	99 858 027 €	99 858 027 €	99 858 027 €	99 858 027 €	99 858 027 €	99 858 027 €	99 858 027 €	99 858 027 €	99 858 027 €
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)		2 783 441 €	2 567 126 €	1 477 599 €	7 634 994 €	7 634 994 €	7 634 994 €	7 634 994 €	7 634 994 €	7 634 994 €	7 634 994 €	7 634 994 €	7 634 994 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		4 480 548 €	4 468 839 €	5 313 058 €	5 940 774 €	5 940 774 €	5 940 774 €	5 940 774 €	5 940 774 €	5 940 774 €	5 940 774 €	5 940 774 €	5 940 774 €
Fornecimentos e serviços externos		39 589 118 €	48 118 171 €	47 238 045 €	46 950 060 €	46 950 060 €	46 950 060 €	46 950 060 €	46 950 060 €	46 950 060 €	46 950 060 €	46 950 060 €	46 950 060 €
Gastos com pessoal		13 839 418 €	16 563 172 €	16 443 813 €	19 065 285 €	19 065 285 €	19 065 285 €	19 065 285 €	19 065 285 €	19 065 285 €	19 065 285 €	19 065 285 €	19 065 285 €
Provisões (aumentos/reduções)		334 649 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros rendimentos e ganhos		41 899 €	71 373 €	120 881 €	59 843 €	59 843 €	59 843 €	59 843 €	59 843 €	59 843 €	59 843 €	59 843 €	59 843 €
Outros gastos e perdas		938 330 €	929 473 €	929 476 €	921 151 €	921 151 €	921 151 €	921 151 €	921 151 €	921 151 €	921 151 €	921 151 €	921 151 €
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)		28 840 608 €	30 869 993 €	30 385 935 €	34 893 227 €	34 893 227 €	34 893 227 €	34 893 227 €	34 893 227 €	34 893 227 €	34 893 227 €	34 893 227 €	34 893 227 €
Gastos / reversões de depreciação e amortização		20 698 179 €	22 100 404 €	22 651 885 €	25 653 332 €	25 653 332 €	25 653 332 €	25 653 332 €	25 653 332 €	25 653 332 €	25 653 332 €	25 653 332 €	25 653 332 €
Subsídios ao investimento		4 812 852 €	4 811 207 €	4 770 513 €	4 815 799 €	4 815 799 €	4 815 799 €	4 815 799 €	4 815 799 €	4 815 799 €	4 815 799 €	4 815 799 €	4 815 799 €
Resultado operacional (EBIT)		12 955 281 €	13 580 796 €	12 504 564 €	14 055 694 €	14 055 694 €	14 055 694 €	14 055 694 €	14 055 694 €	14 055 694 €	14 055 694 €	14 055 694 €	14 055 694 €
EBITDA Ajustado (RO+Amortizações+Provisões+Perdas de imparidade e reversões-Subsídios ao Investimento - Desvio Recuperação de Gastos)		31 958 698 €	28 302 866 €	28 908 336 €	27 258 233 €	27 258 233 €	27 258 233 €	27 258 233 €	27 258 233 €	27 258 233 €	27 258 233 €	27 258 233 €	27 258 233 €
Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor		13 289 931 €	13 580 796 €	12 504 564 €	14 055 694 €	14 055 694 €	14 055 694 €	14 055 694 €	14 055 694 €	14 055 694 €	14 055 694 €	14 055 694 €	14 055 694 €
Juros e rendimentos similares obtidos		1 148 531 €	557 414 €	1 343 383 €	189 374 €	189 374 €	189 374 €	189 374 €	189 374 €	189 374 €	189 374 €	189 374 €	189 374 €
Juros e gastos similares suportados		4 772 239 €	4 390 892 €	4 432 712 €	4 428 764 €	4 428 764 €	4 428 764 €	4 428 764 €	4 428 764 €	4 428 764 €	4 428 764 €	4 428 764 €	4 428 764 €
Resultado antes de impostos		9 331 573 €	9 747 318 €	9 415 234 €	9 816 305 €	9 816 305 €	9 816 305 €	9 816 305 €	9 816 305 €	9 816 305 €	9 816 305 €	9 816 305 €	9 816 305 €
Imposto sobre o rendimento		2 319 558 €	2 640 037 €	2 201 800 €	2 493 402 €	2 493 402 €	2 493 402 €	2 493 402 €	2 493 402 €	2 493 402 €	2 493 402 €	2 493 402 €	2 493 402 €
Resultado líquido do período		7 012 016 €	7 107 281 €	7 213 434 €	7 322 902 €	7 322 902 €	7 322 902 €	7 322 902 €	7 322 902 €	7 322 902 €	7 322 902 €	7 322 902 €	7 322 902 €

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos e Gastos	Notas	1ºT2025		2ºT2025		3ºT2025		4ºT2025		2025	
		Previsão		Previsão		Previsão		Previsão		Previsão	
Vendas		42 770 €		62 155 €		65 784 €		46 923 €		217 632 €	
Prestações de serviços		24 958 580 €		24 970 260 €		24 931 548 €		24 997 640 €		99 858 027 €	
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)		1 958 090 €		2 106 457 €		1 660 632 €		1 909 815 €		7 634 994 €	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		1 481 489 €		1 488 627 €		1 482 533 €		1 488 125 €		5 940 774 €	
Fornecimentos e serviços externos		12 072 688 €		12 157 466 €		11 285 507 €		11 434 400 €		46 950 060 €	
Gastos com pessoal		4 777 440 €		4 680 979 €		4 821 336 €		4 785 530 €		19 065 285 €	
Provisões (aumentos/reduções)		-		-		-		-		-	
Outros rendimentos e ganhos		14 961 €		14 961 €		14 961 €		14 961 €		59 843 €	
Outros gastos e perdas		211 273 €		247 805 €		221 040 €		241 033 €		921 151 €	
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)		8 431 512 €		8 578 956 €		8 862 509 €		9 020 250 €		34 893 227 €	
Gastos / reversões de depreciação e amortização		6 297 197 €		6 323 793 €		6 475 771 €		6 556 571 €		25 653 332 €	
Subsídios ao investimento		1 203 950 €		1 203 950 €		1 203 950 €		1 203 950 €		4 815 799 €	
Resultado operacional (EBIT)		3 338 265 €		3 459 114 €		3 590 687 €		3 667 628 €		14 055 694 €	
EBITDA Ajustado (RO+Amorizações+Provisões+Perdas de imparidade e reversões-Subsídios ao Investimento - Desvio Recuperação de Gastos)		6 473 421 €		6 472 500 €		7 201 876 €		7 110 435 €		27 258 233 €	
Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor		3 338 265 €		3 459 114 €		3 590 687 €		3 667 628 €		14 055 694 €	
Juros e rendimentos similares obtidos		132 088 €		52 602 €		4 684 €		-		189 374 €	
Juros e gastos similares suportados		1 080 140 €		1 059 210 €		1 102 567 €		1 186 846 €		4 428 764 €	
Resultado antes de impostos		2 390 213 €		2 452 506 €		2 492 804 €		2 480 782 €		9 816 305 €	
Imposto sobre o rendimento		609 469 €		618 555 €		638 700 €		626 678 €		2 493 402 €	
Resultado líquido do período		1 780 743 €		1 833 951 €		1 854 104 €		1 854 104 €		7 322 902 €	

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	Unidade					
		2023	2024	2024	2025	2026	2027
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
Fluxos de caixa de atividades operacionais							
Recebimentos de clientes		101 262 249 €	107 430 921 €	105 615 153 €	111 786 308 €	114 240 827 €	117 294 796 €
Pagamentos a fornecedores		52 027 755 €	66 898 059 €	61 107 774 €	73 022 494 €	68 691 325 €	72 325 871 €
Pagamentos ao pessoal		14 746 869 €	10 778 655 €	14 696 390 €	12 321 585 €	13 034 550 €	13 254 423 €
Caixa gerada pelas operações		34 487 626 €	29 754 207 €	29 810 989 €	26 442 229 €	32 514 952 €	31 714 502 €
Outros recebimentos/pagamentos		8 938 392 €	11 432 930 €	9 517 952 €	5 717 395 €	4 384 449 €	4 109 181 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		25 549 234 €	18 321 277 €	20 293 037 €	20 724 834 €	28 130 503 €	27 605 321 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento							
Pagamentos respeitantes a:							
Ativos fixos tangíveis		572 796 €	- €	89 942 €	- €	- €	- €
Ativos intangíveis		14 083 628 €	38 060 947 €	24 373 472 €	54 409 938 €	80 593 425 €	95 893 945 €
Propriedades de investimento					- €		
Investimentos financeiros					- €		
Dividendos		4 782 722 €	6 661 415 €	5 987 621 €	6 852 762 €	6 956 757 €	7 009 933 €
Outros Ativos		55 000 000 €		55 000 000 €	- €	- €	- €
Recebimentos provenientes de:							
Ativos fixos tangíveis					- €		
Ativos intangíveis		2 328 €	- €	- €	- €		
Investimentos financeiros					- €		
Outros Ativos			55 000 000 €		- €		
Subsídios ao investimento		87 051 €	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências de capital					- €		
Juros e rendimentos similares		571 401 €	- €	951 707 €	142 031 €	- €	- €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		- 73 778 365 €	10 277 638 €	25 500 672 €	- 61 120 670 €	- 87 550 183 €	- 102 903 879 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento							
Recebimentos provenientes de:							
Financiamentos obtidos			418 327 €	- €	48 166 782 €	102 279 369 €	202 852 216 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			2 521 433 €	- €	2 521 433 €	- €	- €
Cobertura de prejuízos					- €		
Doações					- €		
Outras operações de financiamento			- €	1 250 000 €	4 072 173 €	- €	1 250 000 €
Pagamentos respeitantes a:							
Financiamentos obtidos		14 490 718 €	15 264 858 €	15 184 345 €	43 884 096 €	37 422 472 €	122 101 272 €
Juros e gastos similares		4 726 555 €	3 875 190 €	3 978 368 €	4 263 395 €	3 948 147 €	5 243 670 €
Dividendos							
Reduções de capital e outros instrumentos de capital					- €		
Outras operações de financiamento		73 554 €	53 363 €	464 816 €	938 025 €	1 489 071 €	1 458 716 €
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)		- 19 290 827 €	- 16 253 650 €	- 18 377 529 €	5 674 871 €	59 419 679 €	75 298 558 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		- 67 519 958 €	12 345 264 €	27 416 181 €	- 34 720 966 €	- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período		74 829 742 €	7 309 785 €	7 309 785 €	34 725 966 €	5 000 €	5 000 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		7 309 785 €	19 655 049 €	34 725 966 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	1ºT2025		2ºT2025		3ºT2025		4ºT2025	
		Previsão		Previsão		Previsão		Previsão	
Fluxos de caixa de atividades operacionais									
Recebimentos de clientes		27 719 312 €	28 037 784 €	28 022 914 €	28 006 298 €				
Pagamentos a fornecedores		20 054 911 €	18 337 658 €	17 522 331 €	17 107 594 €				
Pagamentos ao pessoal		2 972 242 €	2 881 363 €	2 997 958 €	3 470 022 €				
Caixa gerada pelas operações		4 692 159 €	6 818 762 €	7 502 626 €	7 428 682 €				
Outros recebimentos/pagamentos		2 472 250 €	340 764 €	1 639 621 €	1 264 761 €				
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		2 219 909 €	6 477 999 €	5 863 005 €	6 163 921 €				
Fluxos de caixa das atividades de investimento									
Pagamentos respeitantes a:									
Ativos fixos tangíveis		- €	- €	- €	- €				
Ativos intangíveis		10 120 972 €	11 349 713 €	18 524 286 €	14 414 967 €				
Propriedades de investimento									
Investimentos financeiros									
Dividendos		- €	6 852 762 €	- €	- €				
Outros Ativos		- €	- €	- €	- €				
Recebimentos provenientes de:									
Ativos fixos tangíveis									
Ativos intangíveis									
Investimentos financeiros									
Outros Ativos									
Subsídios ao investimento		- €	- €	- €	- €				
Transferências de capital									
Juros e rendimentos similares		99 066 €	39 452 €	3 513 €	- €				
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		- 10 021 906 €	- 18 163 024 €	- 18 520 773 €	- 14 414 967 €				
Fluxos de caixa das atividades de financiamento									
Recebimentos provenientes de:									
Financiamentos obtidos		- €	- €	7 330 882 €	40 835 900 €				
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		- €	- €	- €	2 521 433 €				
Cobertura de prejuízos									
Doações									
Outras operações de financiamento		225 000 €	- €	3 847 173 €	- €				
Pagamentos respeitantes a:									
Financiamentos obtidos		2 344 562 €	5 651 777 €	2 682 985 €	33 204 773 €				
Juros e gastos similares		908 141 €	1 205 419 €	919 338 €	1 230 497 €				
Dividendos									
Reduções de capital e outros instrumentos de capital									
Outras operações de financiamento		48 069 €	48 069 €	170 868 €	671 018 €				
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)		- 3 075 772 €	- 6 905 266 €	7 404 863 €	8 251 046 €				
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		- 10 877 769 €	- 18 590 291 €	- 5 252 906 €	- €				
Caixa e seus equivalentes no início do período		34 725 966 €	23 848 197 €	5 257 906 €	5 000 €				
Caixa e seus equivalentes no fim do período		23 848 197 €	5 257 906 €	5 000 €	5 000 €				

Eficiência operacional	2023	2024	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Gastos operacionais (GO)	-59 116 429	-70 463 677	-70 059 610	-73 141 308	-73 688 237	-74 440 956	-74 440 956	-3 081 697	-4,4%
CMVMC	-4 480 548	-4 468 839	-5 313 058	-5 940 774	-6 204 430	-6 209 696	-6 209 696	-627 716	-11,8%
FSE	-39 589 118	-48 118 171	-47 238 045	-46 950 060	-45 893 599	-46 361 631	-46 361 631	287 986	0,6%
Gastos com pessoal (sem efeito da capitalização)	-15 046 762	-17 876 667	-17 508 507	-20 250 474	-21 590 208	-21 869 628	-21 869 628	-2 741 967	-15,7%
1-Pedido de Excecionalidade		5 664 222		916 878	1 023 719	0	0	916 878	
Acordo de Rendimentos		630 228		916 878	1 023 719			916 878	
Ações excecionais, não regulares, para reforço da resiliência e/ou cumprimento de normativos regulatórios		4 128 993		0				0	
Ações para reforço direto da Segurança de Pessoas, Equipamentos e Infraestruturas		905 000		0				0	
2-Dedução para efeitos de comparabilidade		774 331	222 337	1 471 092	328 464	118 879	118 879	387 759	174%
Valorizações remuneratórias ACT- progressões		93 102		97 053	110 718		118 879	97 053	
Contratações RH por questões de segurança		209 236							
Absentismo		398 668		204 293				204 293	
Processo Jurídico Acidente da Guia		73 325	65 337	151 750	141 750	0	0	86 413	1
Processo Jurídico Reclassificações ACT			0	75 996	75 996	0	0	75 996	
Inspeção e Aval. das condições estruturais e de funcionamento do Intercetor Geral da Costa do Estoril			157 000	942 000	0	0	0	785 000	5
Gastos operacionais ajustados (de 1 e 2)	59 116 429	64 025 124	69 837 274	70 753 338	72 336 054	74 322 076	74 322 076	916 064	1,3%
Volume de negócios	90 764 213	98 311 149	98 711 847	100 075 659	102 316 886	105 126 679	105 126 679	1 363 812	1,4%
Vendas	93 749	29 617	74 632	217 632	217 632	217 632	217 632	143 000	191,6%
Prestações de Serviços	90 670 465	98 281 532	98 637 216	99 858 027	102 099 254	104 909 047	104 909 047	1 220 812	1,2%
Volume de Negócios ajustado	90 764 213	98 311 149	98 711 847	100 075 659	102 316 886	105 126 679	105 126 679	1 363 812	1,4%
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN)	65,13%	65,12%	70,75%	70,70%	70,70%	70,70%	70,70%	0,00	

Pessoal	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	EF	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Nº Total de Trabalhadores	416	470	470	473	482	490	3	1%
Nº de membros dos órgãos sociais	10	10	10	10	10	10	0	0%
Nº de membros cargos de direção	7	8	8	8	8	8	0	0%
Nº dos restantes trabalhadores	399	452	452	455	464	472	3	1%
Gastos totais com pessoal*	-15 046 762	-17 876 667	-17 508 507	-20 250 474	-21 590 208	-21 869 628	-2 741 967	-16%
Gastos com órgãos sociais**	-343 185	-357 810	-368 220	-375 524	-375 524	-375 524	-7 305	-2%
Gastos com cargos de direção	-493 833	-494 261	-646 859	-679 459	-679 459	-679 459	-32 600	-5%
Remuneração do pessoal	-10 222 786	-12 382 071	-11 759 111	-13 521 741	-14 583 188	-14 812 101	-1 762 631	-15%
Benefícios pós-emprego	0	0	0	0	0	0	0	0%
Ajudas de custo	-3 626	-10 000	-10 000	-10 000	-10 000	-10 000	0	0%
Rescisões / Indemnizações	0	0	0	0	0	0	0	0%
Restantes encargos	-3 983 332	-4 632 525	-4 724 318	-5 663 749	-5 942 036	-5 992 543	-939 431	-20%
Informação adicional								
(i) Gastos com as contratações autorizadas ou previstas em 2024		-491 734	-646 404	-1 399 193			-752 768	-116%
(ii) Gastos com as contratações previstas em anos subsequentes		-84 310		-146 353			-146 353	
(iv) Cumprimento de disposições legais		-902 196		-1 013 931	-1 134 437	-1 118 879	-1 013 931	
(v) Orientações expressas do acionista Estado				0			0	
(vi) Valorizações remuneratórias obrigatórias		-271 195		0			0	
(vii) Outras valorizações remuneratórias								
(viii) Rescisões-per-mutuo-acorde - Provisão Pensão Acidente Trabalho			458 047				-458 047	-100%
Correções para efeitos de rácio								
(-) Gastos com órgãos sociais*	343 185	357 810	368 220	375 524	375 524	375 524	7 305	2%
(-) Cumprimento de disposições legais		902 196		1 013 931	1 134 437	1 118 879		
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias		271 195		0				
(-) Rescisões contratuais excluindo per-mutuo-acorde - Provisão Pensão Acidente Trabalho			458 047					
(+) Absentismo				204 293			204 293	
Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio	-14 703 578	-16 345 466	-16 682 240	-18 456 726	-20 080 247	-21 375 224	-1 974 486	-12%

Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio (comparabilidade)

* O detalhe dos gastos com pessoal deve ser preenchido com os respetivos encargos com a Segurança Social
** Sobre a remuneração dos gestores incide a redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Gastos com pessoal / Gastos com pessoal ajustados	70%	76%	70%	72%	73%	69%	0	2,8%
Gastos com dirigentes / Gastos com pessoal ajustados	3%	3%	4%	4%	3%	3%	0	-6,1%
Gastos com OS / Gastos com pessoal ajustados	2%	2%	2%	2%	2%	2%	0	-8,8%

Check Demonstração de resultados

- 1 207 345 € - 1 313 496 € - 1 064 694 € - 1 185 189 € - 1 185 189 € - 1 185 189 €

Subsídios à exploração	60 010	33 352	59 203	59 419	59 419	59 419		
Trabalhos para a própria empresa	1 147 335	1 280 144	1 005 491	1 125 770	1 125 770	1 125 770		
Total	1 207 345	1 313 496	1 064 694	1 185 189	1 185 189	1 185 189		

(iii) Cumprimento de disposições legais:

- Valorizações remuneratórias ACT- progressões(Avaliação 2022=>2023)
- Valorizações remuneratórias ACT- progressões(Avaliação 2023=>2024)
- Valorizações remuneratórias ACT- progressões PAO 2025
- Acordo de Rendimentos

- (v) Valorizações remuneratórias obrigatórias:
- Subs Responsabilidade - Política remuneratória Adp
- Aplicação do regime de Contensão de Serviço

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2023	Situação a 31/12/2024	Situação a 01/01/2025				Movimentos de Pessoal - 2025						Situação a 31/12/2025				Movimentos de Pessoal - 2026						Situação a 31/12/2026				Movimentos de Pessoal - 2027						Situação a 31/12/2027
			Sólos em funções de chefia	Sólos em funções de coordenação	Sólos em funções de supervisão	Sólos em funções de execução	Trabalhadores em funções de execução	Trabalhadores em funções de execução	Trabalhadores em funções de execução	Trabalhadores em funções de execução	Trabalhadores em funções de execução	Trabalhadores em funções de execução	Trabalhadores em funções de execução	Trabalhadores em funções de execução	Trabalhadores em funções de execução	Trabalhadores em funções de execução	Trabalhadores em funções de execução	Trabalhadores em funções de execução	Trabalhadores em funções de execução	Trabalhadores em funções de execução	Trabalhadores em funções de execução	Trabalhadores em funções de execução	Trabalhadores em funções de execução	Trabalhadores em funções de execução	Trabalhadores em funções de execução	Trabalhadores em funções de execução	Trabalhadores em funções de execução	Trabalhadores em funções de execução	Trabalhadores em funções de execução	Trabalhadores em funções de execução			
		(1)				(2)		(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = ((2) + (3) + (4) + (5) + (6))	(2)		(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17) = ((11) + (12) + (13) + (14) + (15) + (16))	(2)		(18)	(19)	(20)	(21) = ((17) + (18) + (19) + (20))	(6)	(22)	(23) = ((21) + (22))
Órgãos Sociais (OS)	10	10				0	0	0	0	0	0	0	10											10								10	
	7	8	53	1	0	0	0	0	0	0	0	8											8								8		
	2	2	66	2	1	1	0	0	0	0	0	1											1								0		
	44	44	38	2	1	1	0	0	0	1	0	44											44								44		
	73	85	43	5	1	1	0	0	0	1	0	85											91								91		
	66	75	53	15	2	1	0	0	0	1	0	75											75								75		
	3	3	46	1	0	0	0	0	0	0	0	3										4								4			
	54	39	52	9	1	1	0	0	0	0	0	39											40								44		
	19	42	50	8	2	2	0	0	0	2	0	42											42								42		
	11	14	32	0	0	-1	0	0	0	0	0	15											15								15		
Técnico Superior A	102	87	42	4	0	0	0	0	0	0	0	88											88								92		
	25	61	49	8	1	1	0	0	0	2	0	64											64								65		
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0										0								0			
	416	470	55	9	7	0	0	0	7	0	0	473	8	0	8	0	0	9	482	6	0	6	0	489	8	0	8	0	0	8	490		

Endividamento (fórmula)	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Capital estatutário	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	0	0%
Financiamento remunerado	173 740 119	158 733 290	158 713 239	163 185 294	229 673 150	312 577 340	4 472 054	3%
(-) Novos investimentos com expressão material				0	0	0	0	
Δ de endividamento (%)		-5,22%	-5,23%	1,64%	24,03%	24,16%	6,9 p.p.	

Unidade Dias

Outros	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Prazo Médio de Pagamento	30	30	30	30	30	30	0	1%
Pagamentos em Atraso (Arrears)	7 993	0	0	0	0	0	0	

Detalhe de Fornecimentos e serviços externos	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
FSE- TrabEsp-Análises/Monitorização	346 801	562 439	483 463	538 619	535 148	410 341	55 155	11%
FSE- TE-Trat. Resíduos	951 085	1 458 585	1 540 709	1 828 200	1 756 601	1 750 318	287 491	19%
FSE- TE-Trat. Efluentes	203 034	240 000	158 824	115 200	115 200	115 200	-43 624	-27%
FSE- TrabEsp- Tratamento Lamas	7 770 538	8 595 800	8 577 976	7 983 588	7 757 870	7 737 870	-594 388	-7%
FSE- TrabEsp-Assessoria Jurídica	187 311	322 501	235 371	367 679	395 346	146 000	132 308	56%
FSE- TrabEsp-Assist. Informática	233 356	1 796 364	1 753 465	1 969 545	1 823 363	1 573 780	216 081	12%
Outros Trabalhos Especializados	1 096 045	2 953 087	2 877 154	3 628 774	2 948 447	3 215 312	751 620	26%
Fee de Gestão Adp	2 178 341	2 358 757	2 369 084	2 401 816	2 455 605	2 523 040	32 731	1%
Segurança	339 755	1 191 453	1 044 344	1 395 788	962 259	899 048	351 444	34%
Vigilância	397 581	379 946	408 000	398 800	420 000	445 000	-9 200	-2%
Conservação e Reparação	10 681 414	12 836 592	12 669 900	13 334 870	14 674 278	15 372 388	664 970	5%
Ferr. e Utens. Desg. Rápido	213 750	443 817	305 950	325 784	73 393	88 475	19 835	6%
Electricidade	9 756 717	9 330 273	9 640 748	8 233 372	8 238 900	8 238 900	-1 407 376	-15%
Água	372 933	360 000	270 450	172 800	172 800	172 800	-97 650	-36%
Rendas e Alugueres (s/ viaturas)	476 661	469 732	620 048	481 702	386 767	369 954	-138 347	-22%
Comunicação	112 091	220 917	126 208	171 579	178 169	178 169	45 370	36%
Seguros Multirrisco e Resp. Civil	484 402	492 202	576 957	545 085	545 085	545 085	-31 871	-6%
Limpeza, Higiêne e Conforto	426 189	546 931	500 364	562 937	605 356	647 557	62 573	13%
Material de laboratório	189 447	277 510	245 136	186 185	109 264	54 384	-58 950	-24%
Trabalho temporário	919 203	296 790	578 035	312 000	180 000	180 000	-266 035	-46%
Jardinagem	350 002	558 706	345 757	480 248	452 095	452 095	134 491	39%
Outros Fornecimentos e serviços externos	798 580	1 217 858	803 380	363 080	629 335	770 257	-440 300	-55%
Deslocações e alojamento	119 760	130 359	121 369	130 359	130 359	130 359	8 990	7%
Associados à frota automóvel (aluguer+combustíveis+portagens+estacionamento+seguros+conservação e reparação)	963 436	1 062 550	963 436	981 891	307 800	305 142	18 454	2%
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	20 686	15 000	21 918	40 159	40 159	40 159	18 242	83%
TOTAL	39 589 118	48 118 171	47 238 045	46 950 060	45 893 599	46 361 631	-287 986	-1%

Fonte: Proposta de PAO para 2025-2027

Frota automóvel	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Operacional - EUR	963 436	1 105 913	963 436	1 424 916	1 314 163	1 316 713	461 480	48%
Operacional - n.º de viaturas	147	150	150	161	161	161	11	7%
Não operacional - EUR								
Não operacional - n.º de viaturas	0	0	0	0	0	0	0	

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 vs 2024	2026 vs 2025	2027 vs 2026	Variação média anual do triénio			Cumpre 1º ano			Cumpre triénio		
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão							S	N	N/A	S	N	N/A
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO																
Taxa de crescimento nominal PIB	4,5	4,5	4,5	3,8	4,5%	4,5%	3,8%	4,3%								
Taxa de crescimento real PIB	1,5	1,9	2,0	1,5	1,9%	2,0%	1,5%	1,8%								
Taxa de crescimento IPC	2,5	2,1	2,0	2,0	2,1%	2,0%	2,0%	2,0%								
a) Volume de negócios	98 712	100 076	102 317	105 127	1%	2%	3%	2%			S		N/A	S		N/A
b) EBIT, liq. de provisões, imputações e correções de justo valor	12 505	14 056	15 296	17 054	1 551	1 240	1 758	1 516			S			S		
c) Resultado líquido	7 213	7 323	7 379	7 402	109	56	23	63			S			S		
d) Rentabilidade do Ativo (ROA)	2%	3%	3%	3%	0,4 p.p.	0,1 p.p.	0,1 p.p.	0,2 p.p.			S			S		
e) Rentabilidade dos RH	26 605x	29 716x	31 734x	34 804x	3 111x	2 018x	3 069x	2 733x			S			S		
f) Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	6%	6%	6%	6%	0,0 p.p.	0,0 p.p.	0,0 p.p.	0,0 p.p.			S	N				
g) Endividamento líquido de novos investimentos																
h) Pagamentos em Atraso (Arrears)	0	0	0	0	0	0	0	0								
i) Volume de negócios (real)	98 712	100 076	102 317	105 127	1%	2%	3%	2%			S		N/A		N	N/A
ii) Gastos operacionais (%)	69 837	70 753	72 336	74 322	1%	2%	3%	2%			S			S		
OTIMIZAÇÃO DE GASTOS																
Gastos operacionais (corrígido do IPC)	69 837	69 298	70 918	72 865	-	539	1 620	1 947			S				N	

Rácios Financeiros	Formúla	2023	2024	2025	2026	2027
		Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
Rentabilidade das vendas	EBITDA/Volume de Negócio	32%	31%	35%	36%	35%
Rentabilidade do Ativo	Resultado Operacional/Ativo médio		2%	3%	3%	3%
Rentabilidade do Capital próprio	Resultado Líquido/Capital Próprio médio		6%	6%	6%	6%
Passivo total	Passivo/Ativo	79%	78%	77%	78%	80%
Endividamento Corrente	Passivo Corrente/Ativo	7%	7%	11%	26%	40%
Autonomia financeira	Capital Próprio/Ativo	21%	22%	23%	22%	20%
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	220%	160%	44%	17%	10%
Rentabilidade dos RH	Resultado Operacional/n.º de trabalhadores	31 143	26 605	29 716	31 734	34 804

Anexo V - Parecer do Revisor Oficial de Contas

Anexo VI - Parecer do Órgão de Fiscalização